

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA**

LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO

Produtividade, necessidade e empatia: relações entre julgamentos distributivos, consideração empática, angústia pessoal e tomada de perspectiva

**Recife – PE
2007**

LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO

Produtividade, necessidade e empatia: relações entre julgamentos distributivos, consideração empática, angústia pessoal e tomada de perspectiva

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Psicologia Cognitiva como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: Psicologia Cognitiva

Orientadores:

Prof. Dr. Antonio Roazzi
Profa. Dra. Cleonice Camino

**Recife – PE
2007**

Sampaio, Leonardo Rodrigues

Produtividade, necessidade e empatia: relações entre julgamentos distributivos, consideração empática, angústia pessoal e tomada de perspectiva. – Recife: O Autor, 2007.

293 folhas : il., tab., gráf., quadros.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Psicologia Cognitiva. Recife, 2007.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Psicologia cognitiva. 2. Psicologia – Cognição – Afetividade. 3. Angústia pessoal. 4. Adolescentes. 5. Psicologia da Justiça – Justiça distributiva – Moralidade. 6. Necessidade – Produtividade – Empatia. I. Título.

159.94

153

CDU (2. ed.)

CDD (22. ed.)

UFPE

BCFCH2008/30

FOLHA DE APROVAÇÃO

Leonardo Rodrigues Sampaio

Produtividade, Necessidade e Empatia: relações entre julgamentos distributivos, consideração empática, angústia pessoal e tomada de perspectiva.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Doutor.

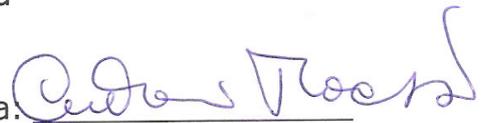
Área de Concentração: Psicologia Cognitiva

Aprovado em: 11 de dezembro de 2007

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Roazzi
Instituição: U.F.PE

Assinatura:



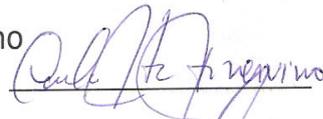
Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino
Instituição: U.F.PB

Assinatura:



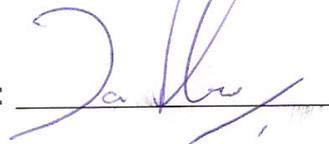
Profa. Dra. Carla Alexandra Silva Moita Minervino
Instituição: U.E.P

Assinatura:



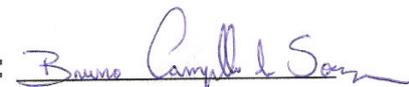
Prof. Dr. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão
Instituição: U.F.PE

Assinatura:



Prof. Dr. Bruno Campello de Souza
Instituição: U.F.PE

Assinatura:



Agradecimentos

Ao meu bom Deus, que me deu a vida, a vocação e as oportunidades.

Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim, me apoiaram e me deram a direção; em especial à **minha mãe**, modelo de força e coragem.

À Daniele Sampaio, minha querida esposa; por seu amor, companheirismo, tolerância e compreensão.

À professora Cleonice Camino, cujos ensinamentos foram fundamentais para minha trajetória acadêmica; por sempre ter estado disposta a ajudar, aconselhar e compartilhar sua grande sabedoria.

Ao professor Antonio Roazzi, por suas importantes contribuições na elaboração deste trabalho e por seu profundo conhecimento sobre métodos de pesquisa e análise de dados.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, que me ofereceram importantes ensinamentos no campo da Psicologia Cognitiva.

Aos colegas de Doutorado, Henrique, Alberto, Argus, Alex, Andréia e Waleska, amigos de caminhada; pelo companheirismo, carinho e ajuda ao longo desta jornada.

A todos os colegas de trabalho, mas em especial aos professores Christian Vichi, Afonso Novaes, Mônica Tomé e Mônica Lima; pelos importantes conselhos e pelo apoio acadêmico-científico.

Às minhas alunas de Iniciação Científica, Franciela Monte e Ilka Lima; colaboradoras nesta pesquisa e que me motivam a compartilhar com as outras pessoas o conhecimento que construí ao longo dos anos.

Às funcionárias da Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Vera Amélia, Vera Lúcia e Elaine, pelo tratamento gentil e atencioso durante estes anos em que fui aluno do Programa.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a consecução deste trabalho e que, porventura, possam não ter sido citadas anteriormente,

Meus sinceros agradecimentos

(...) há autonomia moral, quando a consciência considera como necessário um ideal, independente de qualquer pressão externa... toda relação na qual intervém o respeito unilateral, conduz à heteronomia. A autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado.

JEAN PIAGET

RESUMO

SAMPAIO, L.R. **Produtividade, necessidade e empatia: relações entre julgamentos distributivos, consideração empática, angústia pessoal e tomada de perspectiva.** 2007. 293 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

A concepção de justiça distributiva está relacionada à maneira como as pessoas avaliam a distribuição de bens positivos e negativos na sociedade. A revisão de literatura indica que apesar de Piaget e Kohlberg terem defendido a indissociabilidade entre cognição e afetividade, ainda há uma escassez de estudos que tentam demonstrar como estas duas dimensões estão relacionadas à moralidade como um todo e, mais especificamente, aos julgamentos de justiça distributiva. O presente trabalho constitui-se por dois estudos com delineamento quase-experimental, cujo objetivo principal foi analisar se a empatia influenciava as decisões distributivas de adolescentes. Além disto, objetivou-se analisar se o sexo, a idade e o tipo de escola exerciam influência significativa sobre a noção de justiça distributiva dos adolescentes e sobre os seus níveis de empatia. Para acessar os julgamentos distributivos dos adolescentes, elaborou-se uma situação-problema hipotética na qual os participantes deveriam decidir qual a maneira mais justa de distribuir dinheiro entre trabalhadores, considerando os dois principais condicionantes apresentados na história: a necessidade e a produtividade dos trabalhadores. A empatia, por sua vez, foi mensurada através da *Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal – EMRI* (Ribeiro, Koller e Camino, 2002). O EMRI é um instrumento do tipo lápis e papel que avalia duas dimensões afetivas (consideração empática e angústia pessoal) e uma cognitiva (tomada de perspectiva) da empatia. Os resultados dos dois estudos indicam que maiores níveis de consideração empática estiveram associados ao beneficiamento dos personagens com maior nível de necessidade e que níveis elevados de angústia pessoal relacionaram-se à tendência de não favorecer os trabalhadores com menor nível de necessidade. Além disso, sugerem que a capacidade elevada de tomada de perspectiva, associada a níveis altos de consideração empática, foi fundamental para o não enviesamento dos julgamentos distributivos. Estes resultados são discutidos frente às teorias de Piaget, Kohlberg e Hoffman e à revisão de literatura pertinente ao campo da Psicologia da Justiça.

Palavras-chave: moralidade, justiça distributiva, necessidade, produtividade, empatia.

ABSTRACT

SAMPAIO, L.R. **Productivity, necessity and empathy: relations among distributive judgments, empathic concern, personal distress and role taking.** 2007. 293 p. Thesis (Doctorate). Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

The conception of distributive justice is related to the way people evaluate the distribution of positive and negative goods in society. The literature review indicates that although Piaget and Kohlberg defended the indissociability between cognition and affectivity, there is a lack of studies trying to demonstrate as these two dimensions are related to morality and, more specifically, the judgments of distributive justice. Two studies were carried out whose main aim was to analyze whether empathy influenced the distributive decisions of adolescents. Moreover, we analyzed the influence of sex, age and type of school on the notion of distributive justice and empathy. The distributive judgments were evaluated through a hypothetical situation-problem in which participants had to decide the more correct way to distribute money between workers, considering two main factors: the necessity and the productivity of the workers. The empathy was measured through the *Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (Multidimensional Scale of Interpersonal Reactivity)* – EMRI (Ribeiro, Koller and Camino, 2002). The EMRI is a pencil-and-paper instrument that evaluates two affective dimensions (empathic concern and personal distress) and a cognitive (role taking) of empathy. The results of the two studies indicate that high levels of empathic concern had been associated to the improvement of the characters with bigger level of necessity and that high levels of personal distress had become related with the trend of not to favor the workers with lesser level of necessity. Moreover, they suggest that the high capacity of role-taking, associated with high levels of empathic concern, was essential for not biased distributive judgments. These results are discussed according to Piaget's, Kohlberg's and Hoffman's theories and the literature related to Psychology of Justice.

Keyword: morality, distributive justice, necessity, productivity, empathy.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Desenvolvimento das noções de justiça, ao longo dos seis estágios de desenvolvimento moral	59
Figura 1 – Quantidade de dinheiro distribuída para cada trabalhador	170
Figura 2 – Distribuição do dinheiro entre os personagens mais necessitados e os mais produtivos, de acordo com a idade dos respondentes	172
Figura 3 – Quantidade de dinheiro dada aos mais necessitados e aos mais produtivos, de acordo com os princípios utilizados pelos participantes	183
Figura 4 – Quantidade de dinheiro distribuída entre os trabalhadores	200
Figura 5 – Distribuição do dinheiro entre TR1, TR4, TR5 e TR7, de acordo com os níveis de empatia (EMRI) dos respondentes	204
Figura 6 – Variáveis no Plano 1*2	216
Figura 7 – Variáveis no Plano 1*3	218
Figura 8 – Variáveis no Plano 2*3	219
Figura 9 – Relação entre as categorias das variáveis que caracterizam a Dimensão 1 ...	223
Figura 10 – Relação entre as categorias das variáveis que caracterizam a Dimensão 2 .	224
Figura 11 – Configuração da Dimensão 3, em função das variáveis e de suas categorias	225
Figura 12 – Disposição das categorias no Plano 1*2	227
Figura 13 – Disposição das categorias no Plano 1*3	229
Figura 14 – Disposição das categorias no Plano 2*3	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos respondentes, de acordo com o sexo, tipo de escola e cidade.....	165
Tabela 2 – Quantidade de dinheiro dado aos mais necessitados e aos mais produtivos, de acordo com o sexo e tipo de escola dos respondentes.....	171
Tabela 3 – Coeficientes de correlação de Pearson entre as escalas de Empatia (EMRI), Tomada de Perspectiva (TP), Consideração Empática (CE), Angústia Pessoal (AP) e a idade dos participantes.....	175
Tabela 4 – Quantidade de dinheiro dado aos mais necessitados e aos mais produtivos, em função dos níveis de EMRI, CE e AP dos respondentes.....	177
Tabela 5 – Frequência de utilização dos princípios distributivos em nível de micro e macrojustiça, de acordo com o sexo e o tipo de escola dos respondentes.....	181
Tabela 6 – Quantidade de dinheiro dado a TR1, TR2, TR4, TR5, TR7 e TR9, de acordo com o sexo dos respondentes.....	200
Tabela 7 – Coeficientes de correlação entre as escalas de Empatia (EMRI), Tomada de Perspectiva (TP), Consideração Empática (CE) e Angústia Pessoal (AP).....	202
Tabela 8 – Coeficientes de correlação entre os índices de empatia (EMRI), consideração empática (CE) e angústia pessoal (AP), e o dinheiro dado a TR5, TR1, TR4, TR2, TR9 e TR7.....	203
Tabela 9 – Distribuição do dinheiro entre TR1, TR2, TR4, TR5, TR7 e TR9, de acordo com os níveis de EMRI, CE, TP e AP dos respondentes.....	205
Tabela 10 – Utilização dos princípios distributivos em nível de macrojustiça, em função dos níveis de Tomada de Perspectiva (TP) e Angústia Pessoal (AP) dos respondentes ..	212
Tabela 11 – Utilização dos princípios distributivos em nível de micro e de macrojustiça, em função do sexo, tipo de escola e faixa etária dos respondentes.....	288
Tabela 12 – <i>Eigenvalues</i> das dez dimensões solicitadas inicialmente.....	214
Tabela 13 – Medidas discriminatórias das variáveis nas três dimensões.....	215
Tabela 14 – Quantificações das categorias da variável sexo.....	220
Tabela 15 – Quantificações das categorias da variável tipo de escola.....	220
Tabela 16 – Quantificações das categorias da variável idade.....	221

Tabela 17 – Quantificações das categorias da variável microjustiça	221
Tabela 18 – Quantificações das categorias da variável macrojustiça	221
Tabela 19 – Quantificações das categorias da variável nível de consideração empática ..	221
Tabela 20 – Quantificações das categorias da variável nível de tomada de perspectiva ..	221
Tabela 21 – Quantificações das categorias da variável nível de angústia pessoal	222

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E JUSTIÇA PROCESSUAL	19
2.1. Teorias psicossociológicas da justiça: pressupostos e evidências empíricas	32
2.2. A justiça processual.....	39
2.3. Justiça distributiva: teorias cognitivo-construtivistas	
2.3.1. A teoria de Piaget.....	46
2.3.2. A teoria de Kohlberg.....	53
2.4. Estudos empíricos	61
2.5. Considerações sobre o capítulo	92
3. A EMPATIA	94
3.1. A teoria de Hoffman.....	105
3.2. Questões metodológicas	121
3.3. Estudos empíricos sobre a empatia	128
3.4. Considerações sobre o capítulo	135
4. MORALIDADE E AFETIVIDADE	137
4.1. Justiça/ injustiça e emoções	146
4.2. Considerações sobre as relações entre empatia e moralidade	160
5. OBJETIVOS	163
6. PRODUTIVIDADE, NECESSIDADE E EMPATIA: PRIMEIRO ESTUDO	165
6.1. Amostra	165
6.2. Instrumentos.....	166
6.3. Procedimentos.....	169
6.4. Resultados	

6.4.1. Quantidade de dinheiro alocada para os personagens	170
6.4.2. Níveis de empatia.....	173
6.4.3. Relações entre empatia e justiça distributiva.....	176
6.4.4. Análise dos julgamentos distributivos.....	178
6.5. Discussão.....	184
7. PRODUTIVIDADE, NECESSIDADE E EMPATIA: SEGUNDO ESTUDO	196
7.1. Amostra	196
7.2. Instrumentos.....	196
7.3. Procedimentos.....	198
7.4. Resultados	
7.4.1. Quantidade de dinheiro alocada para os personagens	199
7.4.2. Níveis de empatia.....	201
7.4.3. Relações entre empatia e justiça distributiva.....	202
7.4.4. Avaliações sobre justiça distributiva e justiça processual.....	208
7.4.5. Análise dos julgamentos distributivos.....	209
7.4.6. Análise Homals.....	213
7.5. Discussão.....	231
8. DISCUSSÃO GERAL E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	249
REFERÊNCIAS.....	261
APÊNDICES	279
ANEXOS	290

1. Introdução

A maneira como o homem se comporta diante das regras estabelecidas em seu grupo sócio-cultural tem sido tema para reflexão de diversos pensadores ao longo dos tempos e recebe destaque na chamada Ética Moral, ramo da Filosofia destinado à análise sobre os princípios e normas que regem a vida moral deste homem.

Vindo do latim, *mos/ moris* significa “maneira de se comportar regulada” e *moralis/ morale*, um adjetivo que designa “referente ao costume”. Nesta direção, em um sentido amplo, o termo moral designa o “conjunto de regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de homens” (ARANHA; MARTINS, 1993: p.274). Deste modo, a moralidade ocupou um grande espaço no campo de discussões da Filosofia, da Política, da Educação e das Ciências Humanas e Sociais em geral, e segundo Aranha e Martins, ainda pode ser considerada um dos principais tópicos de reflexão do pensamento filosófico antigo e contemporâneo.

As primeiras reflexões sobre a moral e os valores foram sistematizadas pelos filósofos gregos, que defendiam uma concepção moral reflexiva, independente de crenças religiosas, estabelecida a partir de convenções humanas e baseada no pressuposto de que as virtudes são alcançadas quando o homem é ou torna-se sábio (ARANHA; MARTINS, 1993).

Para alguns pensadores como Sócrates e Platão, apenas os filósofos seriam dotados da verdadeira moral e da virtude da justiça, o que os qualificaria como sendo as pessoas mais adequadas para governar a pólis. Neste sentido, a noção de moral estava necessariamente vinculada à questão política, pois ser moral era equivalente a obedecer às leis e regras de costume que buscavam garantir a aplicação de princípios democráticos a toda sociedade.

Ao longo dos tempos esta visão racionalista foi criticada por filósofos de diversas correntes de pensamento, mas com o advento do Iluminismo surgiram outras teorias que

defendiam a desvinculação entre a moralidade e os princípios políticos ou religiosos e que a consideravam produto exclusivo da razão humana. Entre estas teorias, destaca-se a de Immanuel Kant.

Este filósofo julga que a moral (ou lei dos costumes) repousa em idéias que são conhecidas *a priori* e que se originam das abstrações sobre as inclinações naturais dos homens e sobre os meios para satisfazê-las. Para Kant (1787/2002), a moral determina a maneira como o homem deve comportar-se para que seja digno de felicidade, devendo dirigir todo uso particular que cada pessoa faz de sua liberdade. Este filósofo considera que o comportamento só é verdadeiramente moral quando regido por máximas chamadas de imperativos categóricos, as quais determinam a universalidade dos princípios morais, sobretudo do princípio da justiça, e que visam o dever e a preservação da dignidade humana em toda e qualquer situação.

Apesar desta perspectiva ter exercido enorme influência sobre o pensamento ocidental, outros pensadores divergiram de tal ponto de vista e invocaram outros fatores para explicar como a moralidade se constitui e rege o funcionamento dos grupos humanos.

Dentre estes, destaca-se David Hume. Este autor (HUME, 1739/2000) afirma que a razão, por si só, não é capaz de despertar ou influenciar paixões e nem de impelir o ser humano a realizar determinadas ações, e muito menos de produzir um senso de moralidade que institua diretrizes sobre deveres, obrigações, justiça e injustiça, e que seja capaz de garantir a regulação dos comportamentos dos indivíduos na sociedade.

Hume (1739/2000) explica que as origens do sentimento de justiça não podem ser buscadas nem na preocupação com o interesse privado ou reputação, nem na consideração pelo interesse público; muito menos em um respeito (consideração) pela própria virtude (neste caso, a justiça) e que as regras que estabelecem a justiça são artificiais (convenções), porém o senso de justiça, assim como toda moralidade, se funda em nossas impressões.

A fonte de aprovação moral que acompanha a virtude da justiça é justamente a simpatia¹ que os homens sentem uns pelos outros e que tem força suficiente pra gerar os sentimentos de aprovação ou condenação moral. Sendo assim, o que leva o homem a praticar a justiça é a suposição de que os seus semelhantes irão seguir essa mesma conduta, e a observância de que as ações baseadas neste princípio são consideradas virtuosas.

As idéias de Hume e de outros filósofos sobre as relações entre afetividade, cognição e moralidade e suas concepções sobre o senso de justiça são muito pertinentes e influenciaram as teorias de muitos pensadores em diversas áreas de conhecimento, inclusive na Psicologia. É inegável, por exemplo, a contribuição que o pensamento Kantiano teve sobre as teorias de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg e a influência de alguns pressupostos da teoria de Hume sobre a teoria de Martin Hoffman.

Considerando-se a natureza do presente trabalho, optar-se-á pela adoção do referencial teórico de autores próprios ao campo da Psicologia Científica, que investigaram e discutiram o desenvolvimento moral e a questão da justiça distributiva a partir de um referencial cognitivista/ desenvolvimentista.

Tal opção justifica-se pelo fato de que o interesse deste estudo centraliza-se na descoberta e explicação dos mecanismos psicológicos e dos fatores implicados nos comportamentos e julgamentos morais, mais do que numa reflexão sobre o que é a moralidade em si. Além disto, considera-se que todo o comportamento moral, inclusive aqueles ligados à justiça, são produtos do desenvolvimento e de transformações cognitivas e afetivas, as quais são mediadas pela interação social.

¹ No que se refere à simpatia e suas relações com a moralidade, Hume (1739/2000) afirma que as mentes humanas funcionam de uma maneira muito semelhante e que por meio da simpatia um afeto que ocorre em uma pessoa é sempre passível de ocorrer nas demais. De acordo com o filósofo alemão, à maneira das cordas de um instrumento afinado em um mesmo tom e que ressoam de maneira similar, os sentimentos passariam prontamente de uma pessoa à outra, a partir da observação dos efeitos e causas de uma paixão, no momento em que estas afetam outrem. É a partir desses elementos, portanto, que se infere qual a natureza de uma paixão quando a mesma é observada nos outros.

Partindo da perspectiva psicogenética de autores como Piaget e Kohlberg, considera-se que a moralidade desenvolve-se com o passar do tempo e que este processo é influenciado por fatores de ordem cognitiva (sobretudo a descentração e a tomada de perspectiva) e afetiva (sentimento de justiça, necessidade de reciprocidade e os próprios valores morais etc).

De uma maneira geral, as teorias de Kohlberg e Piaget defendem que a evolução da moral se dá através de estágios de desenvolvimento seqüenciais, os quais refletem estruturas de raciocínio que embasam o julgamento dos indivíduos sobre as regras sociais. Assim, o desenvolvimento moral é considerado um produto do esforço dos indivíduos na tentativa de fazer suas experiências adquirirem sentido em um universo social complexo.

Na ótica piagetiana (PIAGET, 1954/2001; 1962), afetividade e cognição são dimensões inseparáveis da mente que se influenciam mutuamente, sendo que todo ato de desejo é ao mesmo tempo um ato de conhecer e vice-versa. Para o psicólogo suíço, o enriquecimento dos sentimentos já existentes nos primeiros estágios de desenvolvimento e os avanços na cognição fazem com que, a partir do estágio operatório concreto, surjam os primórdios da autonomia moral, a reciprocidade, a noção de deveres e o sentimento de justiça.

Este, por sua vez, vincula-se diretamente à reversibilidade cognitiva e à necessidade sentida pelo indivíduo de que as relações interpessoais sejam balizadas pelo respeito mútuo, pois, ao longo dos estágios operatórios, esta necessidade torna-se gradativamente tão forte que o “indivíduo experimenta interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado”. (PIAGET, 1932/ 1994: p. 134).

Mesmo tendo afirmado que não existe nenhum ato que seja puramente cognitivo ou puramente afetivo, deve-se reconhecer que Piaget não investigou a fundo o papel da vida afetiva para o desenvolvimento moral, tendo focado sua discussão, sobretudo, nos aspectos intelectuais.

Kohlberg (1976, 1992), por sua vez, considera que a justiça é a essência da moralidade e que os estágios de desenvolvimento propostos em sua tipologia refletem as concepções que pessoas em diferentes idades têm sobre esta questão. De acordo com Colby e Kohlberg (1987), a noção de justiça pode ser investigada a partir de três dimensões: a justiça comutativa, a justiça corretiva e a justiça distributiva, as quais se desenvolvem em uma direção que vai, inicialmente, do respeito irrestrito pela autoridade, até um estágio mais avançado no qual o indivíduo busca garantir, acima de qualquer coisa, o respeito universal aos Direitos Humanos.

Segundo Ruiz e Vallejos (1999), o paradigma cognitivista construído por Piaget e Kohlberg serviu como base para centenas de pesquisas voltadas para a investigação sobre o desenvolvimento sócio-moral nas últimas décadas e tem sido hegemônico no campo da Educação Moral. Os trabalhos de Snarey (1985) e Alencar (2003), por exemplo, demonstram o enorme impacto que a teoria de Kohlberg teve e ainda tem no campo de estudos sobre a moralidade.

Apesar desta forte influência, alguns autores (ARAÚJO, 2000; HOFFMAN, 1991; KRISTJÁNSSON, 2004; LIMA, 2004; RUIZ; VALLEJOS,1999) têm criticado este paradigma, por considerar que o mesmo não dá a devida importância aos aspectos afetivos relacionados à moral.

Hoffman, por exemplo, propõe que o desenvolvimento da moralidade só pode ser compreendido quando se considera a influência dos sentimentos empáticos durante este processo (HOFFMAN, 1987; 1991) e que os próprios julgamentos de justiça dependem fortemente dos sentimentos morais que os acompanham. Mais especificamente, este autor propõe que a internalização e aprendizagem de princípios morais dependem da evolução na capacidade de tomada de perspectiva, das experiências sociais, mas, sobretudo, do desenvolvimento da empatia.

Alguns autores têm investigado empiricamente esse pressuposto e demonstrado que a empatia pode influenciar significativamente os julgamentos (CAMINO; CAMINO, 1996; COSTA, 1996) e os comportamentos (BATSON et al, 1995; EISENBERG et al., 2002) sócio-morais, tornando a pessoa mais sensível à condição de necessidade, desvantagem ou injustiça de outros indivíduos.

Outras pesquisas (KREHBIEL; CROPANZANO, 2000; MIKULA, SCHERER; ATHENSTAEDT, 1998) evidenciam que existe uma forte associação entre os julgamentos sobre justiça/ injustiça feitos pelas pessoas em situações cotidianas e seus estados emocionais pós-julgamento. Todavia, constata-se que, de uma maneira geral, o campo de estudos sobre o desenvolvimento sócio-moral ainda carece de pesquisas nas quais as relações entre afetividade e cognição sejam exploradas empiricamente.

Considerando que a compreensão destas relações pode lançar importantes luzes sobre a Psicologia Moral, ajudando a preencher a lacuna empírico-teórica citada anteriormente; que alguns aspectos das teorias de Piaget e Hoffman mostram-se como potencialmente integráveis; que uma investigação desta natureza fornece subsídios para compreender a vida em sociedade a partir de um enfoque multidimensional e psicogenético; que os dados levantados nesta pesquisa podem servir para elaboração e aprimoramento de técnicas de intervenção no âmbito da educação moral; e que esta linha de investigação pode ajudar a compreender porque, atualmente, parece haver uma grande distância entre os julgamentos e a ação moral propriamente dita, especialmente no que diz respeito à noção de justiça distributiva, é que esse estudo encontra algumas de suas justificativas.

Partindo dessas questões, optou-se por desenvolver um trabalho no qual os pressupostos de Piaget e Hoffman a respeito da indissociabilidade entre cognição e afetividade pudessem ser investigados empiricamente. Mais especificamente, esta pesquisa

tomou como principal objeto de estudo as relações entre sentimentos empáticos e julgamentos de justiça distributiva em adolescentes.

Além disso, buscou-se discutir se existem diferenças nas concepções distributivas de adolescentes, analisando a influência de variáveis sócio-demográficas e cognitivas sobre essa noção de justiça. Julga-se que esta análise é pertinente porque possibilita rediscutir dados de pesquisas anteriores e refinar as teorias sobre o desenvolvimento da noção de justiça.

Com o intuito de cumprir os objetivos propostos neste estudo, optou-se por estruturar a tese em oito capítulos, incluindo esta introdução, os quais tratam de aspectos específicos que, no conjunto, se completam.

No segundo capítulo serão apresentadas as noções de justiça distributiva e processual, algumas teorias psicossociológicas e psicogenéticas que abordam este tema, além de estudos empíricos que investigaram estes conceitos em diferentes populações e a partir de enfoques diversos.

No terceiro capítulo será feita uma revisão teórica sobre a empatia, levantando questões conceituais e metodológicas a respeito desse conceito. Além disso, será apresentada e discutida a teoria de Martin Hoffman.

O quarto capítulo destina-se à exposição e discussão de alguns estudos empíricos que abordam as relações entre afetividade e moralidade, além da apresentação de outras pesquisas nas quais as relações entre os julgamentos de justiça e diferentes tipos de emoções foram investigadas.

No quinto capítulo, serão expostos os objetivos deste trabalho. No sexto e sétimo capítulos, por sua vez, serão apresentados e discutidos os dois estudos empíricos desenvolvidos no presente trabalho. Por fim, o oitavo capítulo destina-se a uma discussão geral dos resultados encontrados nessas pesquisas, frente à revisão de literatura apresentada e os objetivos inicialmente propostos.

2. Justiça Distributiva e Justiça Processual

Justiça Distributiva designa um constructo hipotético relacionado à maneira como as pessoas avaliam as distribuições de bens positivos (renda, liberdade, cargos políticos) ou negativos (punições, sanções, penalidades) na sociedade. Ao fazer julgamentos distributivos, os indivíduos estão preocupados em avaliar em que medida a distribuição favoreceu ou prejudicou os envolvidos, a partir de parâmetros ou princípios que determinam qual método distributivo é mais ou menos justo de ser aplicado no contexto da distribuição.

Apesar deste constructo só ter se tornado importante objeto de investigação das Ciências Humanas e Sociais a partir da década de 60, a justiça distributiva é um tema debatido já há bastante tempo pela Filosofia. Todavia, ressalta-se que existem diferenças fundamentais entre a maneira como a Filosofia e a Ciência abordam a questão da justiça distributiva: nas teorias filosófico-normativas os autores buscam determinar como “devem” ser as distribuições para que ocorra justiça, e elaboram argumentos lógicos que validam a aplicação de um ou mais princípios distributivos, mas, nas abordagens empiricamente orientadas, os pesquisadores preocupam-se em saber “o que é” a justiça distributiva na percepção das pessoas, buscando conhecer que princípios elas preferem e aplicam, em quais situações e que fatores estão ligados a escolha de um ou outro princípio.

Mesmo considerando essas diferenças, Sabbagh (2001) afirma que algumas teorias empiricamente orientadas receberam enorme influência das teorias filosófico-normativas, mas que o inverso não foi necessariamente verdadeiro e que isto implica numa limitação no desenvolvimento teórico destas últimas. Além disto, como Wendorf, Alexander e Firestone (2002: p.23) afirmam que os julgamentos que as pessoas fazem sobre a justiça distributiva são tanto avaliativos quanto prescritivos, ou seja:

[...] os critérios de justiça servem para prover os indivíduos com heurísticas simples que determinam porque uma regra ou distribuição em particular foi justa ou não. No contexto dos julgamentos prescritivos de justiça esses critérios funcionam como preferências por métodos de alocação... como prescrições do que especificamente deve ser feito para tornar alguma coisa justa.

Segundo o site **distributivejustice.com**², dentre as principais correntes filosóficas que têm debatido o tema da justiça distributiva ao longo dos anos, destacam-se: o Igualitarismo Absoluto, o Libertarismo de Direita, o Libertarismo de Esquerda e a corrente Pluralista.

O Igualitarismo Absoluto defende que os recursos disponíveis na sociedade devem ser divididos de maneira estritamente igualitária entre todas as pessoas. Teorias mais simples dentro desta corrente defendem a perspectiva absolutista, enquanto que outras teorias mais sofisticadas consideram que uma distribuição daquele tipo traria inúmeras desvantagens para a sociedade, como o benefício para pessoas preguiçosas, a não compensação para aqueles que se esforçam mais ou que têm talentos diferenciados, entre outras.

Neste sentido, uma concepção mais elaborada defende a adoção de alguns critérios para refinar o Igualitarismo Absoluto, como a distribuição por igual de recursos e também de poder para trabalhar estes recursos, além de uma distribuição igualitária de oportunidades para que todos possam desenvolver-se.

Já os autores da corrente chamada Libertarismo de Direita propõem que todas as pessoas devem ser livres para utilizar sua própria força de trabalho e para se apropriar irrestritamente, ou pelo menos com o mínimo de restrição, de todos os recursos que o meio lhe disponibiliza. Para isso, é necessário que o sujeito tenha encontrado e se apropriado dos recursos antes de qualquer outro e que, ao utilizá-los, não coloque outras pessoas em um

² Este site é parte de um projeto internacional do qual fazem parte estudiosos de diversas áreas do conhecimento e no qual são discutidas questões ligadas à justiça distributiva. Além de oferecer um resumo das principais teorias filosóficas que discutem este construto, no portal estão disponíveis entrevistas, questionários, discussões e jogos nos quais o visitante pode tomar diversas decisões distributivas e simular como seria uma sociedade baseada em suas próprias regras de distribuição.

estado de desvantagem pior do que aquele no qual elas estavam antes que ele tenha descoberto aqueles recursos.

Neste sentido, o sistema de distribuição mais moralmente justo seria aquele no qual os indivíduos têm mais bens, desde que se esforcem mais e produzam mais. Além disto, cada pessoa é livre para negociar os produtos do seu trabalho com os outros membros da sociedade. Por fim, os defensores do Libertarismo de Direita defendem que o Estado não deve intervir sobre o funcionamento da sociedade, fazendo com que pessoas pobres ou em situação de desvantagem sejam ajudadas, e também não se deve permitir que as pessoas utilizem violência para se apropriar dos bens alheios.

O Libertarismo de Esquerda ou *Starting Point Theory* concorda com o ponto de vista da perspectiva anterior na qual o sistema de distribuição deve basear-se numa espécie de meritocracia, mas rejeita o pressuposto de que a aquisição de recursos naturais seja irrestrita ou pouco limitada. Ao contrário, esta corrente defende que na distribuição dos recursos naturais devem-se garantir oportunidades iguais para que todas as pessoas tenham acesso a esses recursos e possam trabalhá-los, a partir de suas características pessoais. Outras limitações devem incidir sobre os bens e as posições sociais herdadas, de maneira que todos os indivíduos tenham chance de ascender socialmente.

Por fim, na corrente Pluralista rejeitam-se pontos de vista unidimensionais, que defendem a justiça como sendo a aplicação universal de um único princípio distributivo. Para esta corrente de pensamento, as características dos diferentes recursos disponíveis na sociedade devem ser levadas em consideração nas tomadas de decisão distributivas.

Neste sentido, a justiça se constitui em diversas esferas, nas quais se considera que para cada tipo de recurso existe um princípio distributivo mais justo. Por exemplo, punições e recompensas devem ser distribuídas de acordo com o merecimento; posições políticas com o

desejo da maior parte da população, expresso através de eleições; trabalho de acordo com as habilidades pessoais, e assim por diante.

Para se tentar minimizar o efeito das desigualdades, deve-se garantir a autonomia de cada esfera da justiça, de maneira que, por exemplo, não seja permitido alguém utilizar sua fortuna para escapar da cadeia ou para conseguir ocupar um cargo político importante. Assim, na perspectiva pluralista, é possível que algumas pessoas levem vantagem em relação às outras em uma esfera da justiça, mas torna-se muito pouco provável que uma pessoa leve vantagem em todas elas simultaneamente.

No que diz respeito especificamente à pesquisa sociológica e psicossociológica, a justiça distributiva tem sido investigada empiricamente a partir de duas grandes abordagens: a unidimensional e a multidimensional (DELL'AGLIO; HUTZ, 2001; ASSMAR; FERREIRA; 2005). A abordagem unidimensional propõe a existência de princípios distributivos únicos (princípio utilitarista, equitativo ou benevolente, por exemplo), os quais são aplicados em todas as situações de distribuição. Por outro lado, a abordagem multidimensional defende a existência de diversos princípios, os quais são aplicados isoladamente ou em conjunto, a depender da situação julgada.

Em geral, perspectivas unidimensionais são limitadas porque tendem a ser universalistas e a considerar que um só princípio é utilizado de forma válida pelas pessoas para tomar decisões distributivas em diferentes situações. Por outro lado, abordagens multidimensionais tendem a ser particularistas e a ver os princípios como produto do contexto social no qual eles são evocados. Entre os autores da primeira abordagem, destacam-se Hommans e Adams, enquanto que na segunda destacam-se Deutsch e Walster.

Outro aspecto a ser considerado nos estudos sobre a justiça distributiva é o do nível de análise a partir do qual se aborda a questão da justiça. Segundo Assmar (2000), até a década de 80 havia predomínio de pesquisas voltadas para o estudo da microjustiça. Neste nível de

análise, os trabalhos objetivavam, sobretudo, investigar a preferência ou aplicação de princípios a situações nas quais existiam pessoas específicas e com características pessoais que se tornavam relevantes no processo de tomada de decisão distributiva. “Qualquer princípio na forma ‘para cada um de acordo com X’, tais como as distribuições por necessidade ou esforço é um princípio de microjustiça.” (SABBAGH, 2001: p. 239).

Apesar do pioneirismo de Deutsch (1975) em criticar o enfoque dado pelas abordagens unidimensionais à microjustiça, foi só no início da década de 90 que um outro nível de análise começou a ser considerado pelos pesquisadores: o nível da macrojustiça. Como marco dessa mudança, Assmar (2000) cita o trabalho *Social Justice in Human Relations* (VERMUNT; STEENSMA, 1991), no qual se discute a investigação da noção de justiça a partir de três níveis: o individual, o grupal e o societal.

No primeiro nível, o foco está no conhecimento e compreensão sobre os processos de desenvolvimento relacionados à construção do sentido cognitivo da justiça, e nas reações individuais à violação das normas. No nível grupal, busca-se compreender como os indivíduos distribuem recursos em situações de competição e/ ou cooperação, e como as regras de justiça são elaboradas. Além disto, há o interesse em se investigar a influência das relações intergrupais na construção de normas sociais de justiça e em estudar “a interface entre as reações individuais e grupais a uma situação injusta.” (VERMUNT; STEENSMAN, 1991: p. 501). Por fim, no nível societal, a ênfase está na investigação sobre a maneira como as pessoas concebem a justiça em situações de distribuição de bens e recompensas na sociedade como um todo.

De uma maneira geral, a diferença entre micro e macrojustiça diz respeito à avaliação coletiva ou individual da aplicação dos princípios distributivos: se há uma preocupação com um sistema mais amplo (a sociedade, os países ou a humanidade), ocorre mobilização de macroprincípios; mas se a preocupação é com situações específicas, nas quais se levam em

consideração as características de indivíduos particulares, está em jogo uma noção de microjustiça.

A partir destas duas categorias (quantidade de dimensões e nível de análise), Sabbagh (2001) elaborou uma taxonomia que engloba não só as teorias dirigidas pela pesquisa empírica, mas também aquelas oriundas das tradições filosófico-normativas. Nesta direção, esta autora criou cinco grandes categorias que englobam as principais teorias dedicadas à investigação da justiça distributiva: abordagens macro-unidimensionais, abordagens macro-multidimensionais, abordagens micro-unidimensionais, abordagens micro-multidimensionais e um quinto grupo chamado de “concepções híbridas”.

Entre as teorias macro-unidimensionais, Sabbagh (2001) aponta a linha de pensamento Utilitarista como sendo uma representante da tradição normativa. Nesta corrente, defende-se que as distribuições são justas na medida em que maximizam a utilidade (felicidade ou bem-estar) e minimizam o sofrimento para todos os membros da sociedade. Segundo Sabbagh, esta corrente foi investigada empiricamente em uma área de pesquisa chamada de “*welfarism*”. Nesta área, objetivou-se verificar qual sistema distributivo é ótimo para as pessoas e em que circunstâncias elas tendiam a preferir princípios baseados no utilitarismo.

Os autores utilitaristas preferem utilizar o termo “utilidade” mais do que “bem-estar” para definir o valor moral dos princípios distributivos e sinalizam que esta utilidade está associada à felicidade, prazer ou satisfação das preferências. Por exemplo, distribuir de acordo com as preferências, implica em “escolher a distribuição que maximiza a soma aritmética de todas as preferências satisfeitas (com as preferências não satisfeitas sendo negativas), avaliando-se o peso de cada preferência” (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY – SEP, 2007). Sabbagh (2001) cita que diversas investigações demonstraram que a teoria utilitarista normativa não era completamente aceita pelos indivíduos.

No que se refere às teorias macro-multidimensionais, Sabbagh (2001) destaca a teoria de J. Rawls, como sendo um bom exemplo de abordagem normativa que pode ser incluída neste segundo grupo. Em linhas gerais, Rawls (1993) enfatiza o papel que as instituições têm para organizar a sociedade e distribuir de maneira justa os “bens primários” (poder, liberdade e autoridade) entre os membros da sociedade. Nesta direção, ele propõe a existência de dois princípios distributivos: o primeiro determina que todos têm direitos iguais dentro de um sistema mais amplo de liberdades individuais e coletivas; e o segundo (princípio da diferença) determina que, após a igualdade de direitos e liberdades ter sido garantida, torna-se possível a existência de desigualdades, desde que se garanta a manutenção do primeiro princípio e que estas diferenças também beneficiem grupos sociais em situação de desvantagem.

Além de propor a possibilidade de desigualdades, o princípio da diferença afirma que pessoas mais necessitadas ou em maior desvantagem devem receber algum tipo de subsídio (ex: educação suplementar) para que haja compensação de desvantagens iniciais fora de seu controle (ex: condição sócio-econômica da família). Rawls (1993) ressalta ainda que as pessoas com maior habilidade ou força só poderão se beneficiar destas características se, como dito anteriormente, os lucros/ vantagens adicionais puderem beneficiar também outras pessoas mais necessitadas ou em desvantagem relativa.

Segundo este autor, para o estabelecimento dos contratos sociais, as pessoas devem partir de uma “posição original”, na qual são altamente racionais e detentoras de um profundo conhecimento sobre a natureza humana e as organizações sociais. Nesta condição, os indivíduos encontram-se sob o chamado “véu da ignorância” (falta de conhecimento sobre características e status social de si mesmo e das outras pessoas), que os faz estabelecer contratos sociais que garantem a aplicação de princípios distributivos razoáveis, objetivando beneficiar o maior número possível de pessoas.

Segundo Sabbagh (2001), algumas pesquisas empíricas demonstraram que indivíduos em situação experimental semelhante àquela da posição original comportam-se na direção que Rawls havia previsto, ou seja, tendem a favorecer as pessoas mais necessitadas. Contudo, estes estudos não conseguiram detectar se as reais motivações destes indivíduos correspondem aos pressupostos de Rawls. Outras investigações sugerem que, quando os indivíduos encontram-se na posição original e sob o véu da ignorância, tendem a adotar um princípio mais utilitarista do que a levar em consideração as diferenças pessoais dos envolvidos na situação de distribuição.

No grupo das teorias micro-unidimensionais, Sabbagh (2001) cita abordagens que apontam o merecimento como principal determinante da justiça distributiva, tais como a teoria aristotélica. De acordo com estas perspectivas, “*um indivíduo merece X por A*”. Nesta direção, a justiça distributiva deve recompensar o merecimento (passado ou atual, mas nunca futuro) decorrente de características ou esforço pessoais, assumindo a necessidade de existência das desigualdades para que os indivíduos sejam estimulados a desenvolver todo seu potencial.

Assim, este tipo de diferença ajudaria na consolidação de uma ordem social mais justa e fundada sobre as virtudes pessoais. Apesar da existência de um princípio geral de distribuição (“*fulano merece B por Y*”), na tradição normativa existem desacordos entre os autores sobre se o merecimento deve considerar características sob o controle do indivíduo (esforço, empenho, motivação) e também aquelas que não dependem de sua vontade (atributos físicos como beleza e força, local de nascimento etc).

Seguindo o princípio aristotélico da “igualdade proporcional”, Homans (1958) construiu uma teoria empiricamente orientada, chamada de Teoria da Equidade, a qual foi posteriormente desenvolvida por Adams (1965) e Walster (WALSTER; BERSCHIED; WALSTER, 1973). A suposição inicial, e talvez a mais importante da teoria de Homans, é a

de que a interação entre as pessoas deve ser compreendida como um tipo de troca de bens materiais ou não-materiais e que a justiça distributiva é um dos mecanismos pelos quais se pode garantir o equilíbrio e a justiça social.

Ao formular esta proposição, Homans recorre à noção de condicionamento e explica que, na interação entre duas pessoas, o comportamento de um pode servir como reforço para o comportamento do outro, o que faz com que a frequência do comportamento emitido seja aumentada. Todavia, determinados tipos de comportamento também podem fazer com que estas frequências diminuam até que ele deixe de ser emitido. Considerando este modelo, Homans afirma que na sua teoria os reforços devem ser chamados de valores e que o não reforçamento e as punições de custos. Nesta direção, durante as trocas sociais:

[...] se os custos dos membros de um grupo são maiores do que os de outro, a justiça distributiva requer que suas recompensas sejam também mais altas. [Por outro lado,] se as recompensas são elevadas, os custos devem ser elevados também. (HOMANS, 1958: p. 604)

Esta condição propõe que, mesmo havendo diferenças nas quantidades de recompensas recebidas por dois indivíduos, a justiça distributiva seja alcançada se os lucros³ de ambos tenderem à igualdade proporcional, o que sugere uma justiça que leva mais em conta a proporcionalidade do que a comparação em termos de valores absolutos.

Com base neste pressuposto, Adams (1965) e Walster (WALSTER; BERSCHIED; WALSTER, 1973) propuseram a existência de um princípio distributivo universal, responsável por fazer com que as pessoas avaliem a questão da justiça a partir da comparação entre os *outcomes* recebidos por um indivíduo e os *inputs* investidos por ele quando comparada à relação entre *inputs* aplicados e *outcomes* recebidos por outros indivíduos em situação semelhante. Nesta direção, Segundo Walster, Berscheid e Walster (1973: p.152) este

³ Segundo Homans (1958), lucros = recompensas – custos.

princípio, chamado de Princípio da Equidade, pode ser compreendido a partir da seguinte fórmula:

$$\frac{O_A - I_A}{|I_A|} = \frac{O_B - I_B}{|I_B|}$$

O_A = *Outcomes* da pessoa A I_A = *Inputs* da pessoa A
 O_B = *Outcomes* da pessoa B I_B = *Inputs* da pessoa B

Na Teoria da Equidade, os *outcomes* correspondem a conseqüências positivas (recompensas) ou negativas (custos) decorrentes das relações interpessoais e os *inputs* podem ser vistos como contribuições pessoais dos envolvidos (esforço, trabalho, dinheiro etc) na distribuição, que possibilitam gerar algum tipo de recompensa para eles. Além disto, Walster, Berscheid e Walster (1973) afirmam que a percepção de justiça distributiva é fortemente influenciada pelo valor que se atribui aos *inputs* e *outcomes* e pelo fato da pessoa fazer parte ou não da situação avaliada.

Partindo das proposições anteriores, Walster, Berscheid e Walster (1973) afirmam que durante a socialização os indivíduos tendem a ser punidos quando não se comportam de maneira eqüitativa e a serem recompensados quando o fazem. Como conseqüência, quando as pessoas percebem que estão envolvidas em uma relação não-eqüitativa, surge um sentimento de angústia no *self*, cuja intensidade tende a ser diretamente proporcional ao nível de iniquidade da relação.

Alguns estudos citados por estes autores apóiam este pressuposto e demonstram que os indivíduos sentem angústia independente deles serem favorecidos ou prejudicados pela iniquidade e, uma vez estabelecido este sentimento, o indivíduo tende a querer buscar a restauração da equidade, modificando os *outcomes* e *inputs* dos envolvidos (restauração atual)

ou distorcendo sua percepção acerca da relação entre *inputs* e *outcomes* distribuídos (restauração psicológica).

Apesar desta teoria ter exercido importante papel no campo da Psicologia Social por mais de 20 anos, diversos autores questionaram o princípio da equidade, afirmando que ele reflete mais o pensamento econômico das sociedades ocidentais capitalistas do que uma estrutura cognitiva universal propriamente dita. Nesta direção, outros teóricos consideraram que a justiça distributiva deveria ser analisada a partir de uma abordagem multidimensional que contemplasse a existência de múltiplos princípios distributivos, os quais poderiam ser aplicados isoladamente ou em conjunto, a depender da situação.

Segundo Sabbagh (2001), na tradição normativa o melhor representante desta abordagem é David Miller, o qual propôs a existência de pelo menos três princípios distributivos irreduzíveis e, em geral, conflituosos: (1) para cada um, de acordo com seus direitos; (2) para cada um, de acordo com suas necessidades; (3) para cada um, de acordo com o merecimento pessoal. Pode-se considerar que Christopher Mooney também é um bom representante da perspectiva micro-multidimensional, pois ele afirma que a variedade de situações vividas na sociedade demanda a flexibilidade na utilização de critérios distributivos e que “justiça não é matemática, não importa quanta proporção esteja envolvida na situação” (MOONEY, 1986: p.223).

Para Mooney, as abordagens unidimensionais são insuficientes para explicar a justiça distributiva e que, por isso mesmo, deve-se aceitar a existência de pelo menos seis diferentes critérios ou princípios distributivos: (1) para todos a mesma coisa; (2) para cada um de acordo com seu mérito ou realização; (3) para cada um de acordo com seu trabalho ou contribuição; (4) para cada um de acordo com suas necessidades ou exigências; (5) para cada um de acordo com seu status ou posição; (6) para cada um de acordo com os contratos ou acordos.

Diferentemente de Miller, Mooney (1986) defende que estes seis princípios podem ser articulados, contanto que se possa garantir a igualdade de direitos entre as pessoas. Por exemplo, os critérios 2 (mérito) e 3 (contribuição) podem ser complementares por garantir certa estabilidade para a sociedade, visto que, quando recompensados adequadamente pela sua produtividade e conquistas, os indivíduos tendem a aumentar a qualidade do seu trabalho.

Além disto, a aplicação combinada destes critérios desestimula o ócio e a preguiça, garantindo os interesses mais gerais da sociedade. Por outro lado, em uma visão mais ampla sobre justiça social, não se pode deixar de considerar as necessidades específicas de alguns indivíduos, devendo-se assegurar que todos tenham as condições mínimas necessárias para sua sobrevivência. Quando estas não são garantidas, deve-se implementar algum tipo de ajuda suplementar, o que nos remete à possibilidade de aplicação conjunta dos critérios 1 (igualdade de oportunidades) e 4 (necessidade).

Ainda no que se refere à abordagem micro-multidimensional, as pesquisas empiricamente orientadas têm como mais importante referencial a teoria de Morton Deutsch. Este autor (DEUTSCH, 1975, 1989) defende a existência de pelo menos três princípios distributivos (equidade, necessidade e igualdade), que são aplicados diferentemente, a depender da situação investigada. Nesta teoria, o indivíduo é visto não apenas como um ser racional cujo sentido de justiça está restrito à noção de proporcionalidade, mas como alguém que também está preocupado com o bem-estar e felicidade das outras pessoas, mesmo que isto implique o sacrifício de alguns dos seus próprios benefícios.

Segundo Deutsch (197, 1989), o tipo de relação interpessoal presente e os objetivos dos grupos determinam como as pessoas escolhem e aplicam diferentes princípios distributivos: quando o aumento da produtividade é o objetivo principal, predominaria a equidade, mas em situações nas quais a manutenção da harmonia grupal é tomada como sendo muito importante, prevaleceria o igualitarismo. Por fim, quando o grupo considera a

necessidade de se responsabilizar pelo desenvolvimento e bem-estar dos seus membros, há a tendência de que o princípio da necessidade seja considerado o mais justo e passe a ser amplamente utilizado.

Ressalta-se que, enquanto Deutsch (1975) considera que a equidade diz respeito à comparação entre os *inputs* investidos e *outcomes* recebidos pelo próprio indivíduo, Adams (1965) enfatiza que essa comparação deve abranger não apenas a relação entre *inputs* e *outcomes* de um mesmo indivíduo, mas a comparação desta relação com a proporcionalidade entre *inputs* e *outcomes* dos outros indivíduos. Segundo Colquitt (2001), pesquisas anteriores demonstraram que os dois tipos de comparações são possíveis e influenciam a maneira como as pessoas avaliam a justiça distributiva em situações sociais.

O quinto tipo que Sabbagh (2001) conceitua, chamado de híbrida, é assim definido por considerar a existência de princípios que podem ser tanto de micro quanto de macrojustiça. Como exemplo de tradição normativa dentro deste quinto grupo, Sabbagh destaca a teoria de Michael Walzer, o qual propõe a existência de uma variação na aplicação de princípios distributivos, a depender do significado social dos bens e do contexto analisado. Na concepção deste autor, o princípio mais justo na dimensão da microjustiça pode não ser o mais justo na esfera da macrojustiça.

Sabbagh (2001) cita ainda que estudos empíricos demonstraram que, ao avaliar a aplicação de princípios distributivos na admissão de candidatos à universidade, os indivíduos escolhiam princípios ligados ao mérito (microjustiça), mas também destacavam a importância de ações afirmativas para fomentar políticas inclusivas que beneficiariam grupos marginalizados (macrojustiça). Outros pesquisadores observaram que as pessoas distinguem entre princípios de micro e macro justiça quando avaliando distribuições e que preferiam um ou outro a depender do contexto investigado (BARRET-HOWARD; TYLER, 1986; SKARZYSNKA, 1989).

Segundo Assmar e Ferreira (2005), estudos anteriores demonstraram que quando as pessoas eram solicitadas a distribuir bens e recursos em nível micro, elas tendiam a adotar princípios mais eqüitativos, valendo-se de avaliações sobre esforço e merecimento. Por outro lado, quando eram solicitadas a distribuírem em nível macro (falar sobre a aplicação da justiça distributiva na sociedade) elas tendiam a adotar princípios mais igualitários para minimizar as diferenças entre os mais e os menos favorecidos. Além disto, a revisão de literatura feita por Assmar e Ferreira também sugere que a percepção das pessoas acerca de seu nível de controle sobre a situação influencia seus julgamentos distributivos: quando se considera que as circunstâncias estão além do controle pessoal, há uma predileção por princípios de macrojustiça, mas quando se julga que existe um bom nível de controle pessoal na situação, preferem-se princípios de microjustiça.

A taxonomia proposta por Sabbagh (2001) é muito relevante para este campo de conhecimento, por organizar tanto as teorias normativas quanto as empiricamente orientadas em um todo coerente e por demonstrar como estes dois tipos de abordagens podem contribuir para um maior conhecimento a respeito da justiça distributiva. Contudo, considerando-se os objetivos do presente trabalho, a partir deste ponto, serão focadas as teorias empiricamente dirigidas, dando-se destaque, sobretudo, àquelas que consideram a justiça como um construto multidimensional.

2.1. Teorias psicossociológicas da justiça: pressupostos e evidências empíricas

Por muitos anos, o campo de estudos da chamada Psicologia da Justiça recebeu forte influência de quatro teorias que enfatizavam a importância tanto de fatores estruturais (ligados à conjuntura social), quanto de fatores pessoais (ligados à motivação e às preferências individuais). Ao longo dos anos, uma série de estudos forneceu forte suporte empírico para cada uma destas teorias, o que levou a sua consolidação dentro da Psicologia Social. Nesta

sessão abordar-se-ão, sucintamente, alguns dos pressupostos da Teoria do Auto-interesse, Crença no Mundo Justo, Teoria da Atribuição e Teoria da Ideologia, e serão discutidos os resultados de alguns estudos empíricos que testaram estes modelos teóricos.

A Teoria do Auto-interesse, proposta por autores como Siers e Funk, considera que os indivíduos são materialistas, egocêntricos e estão buscando sempre maximizar o ganho pessoal. Assim, a percepção sobre justiça dependeria do quanto as distribuições podem vir a beneficiar ou prejudicar o *self* ou o grupo do qual o indivíduo faz parte. Segundo NG e Allen (2005), diversas pesquisas dão suporte a esta teoria e demonstram que, em pequenos grupos, os indivíduos tendem a preferir normas distributivas que satisfazem seus próprios interesses (quem produz mais prefere a equidade e quem produz menos considera a igualdade ou a necessidade mais justas).

Outras pesquisas demonstram que o auto-interesse também influencia a percepção da justiça quando se trata de contextos mais amplos, como o sistema econômico, pois grupos com *status* elevado preferem regras como a equidade, enquanto que grupos com *status* baixo defendem uma maior transferência de recursos para as classes menos favorecidas, advogando a necessidade de que sejam aplicados princípios baseados na benevolência ou necessidade.

A revisão feita por Cook e Hegtvedt (1983) também aponta para a corroboração da Teoria do Auto-Interesse, visto que pesquisas citadas por estes autores demonstram que as pessoas tendem a aplicar princípios distributivos que as beneficiam ou que favorecem seu grupo de pertença. Por fim, os estudos de Daniel Batson (BATSON et al., 1997a; BATSON et al., 1999; BATSON et al., 2003) também sugerem que as pessoas tendem a buscar o autobenefício em situações distributivas, desde que consigam mascarar ou esconder dos outros suas reais motivações.

Os proponentes da Crença num Mundo Justo, por sua vez, defendem que os indivíduos possuem a necessidade de acreditar que a sociedade é estável e ordenada e que, geralmente, as

peessoas recebem o que merecem. Segundo Lerner (LERNER; MILLER, 1978), principal proponente desta teoria, desde as primeiras experiências de socialização, as crianças são estimuladas a acreditar em algum tipo de “*justiça do merecimento*”, o que faz com que elas sejam capazes de se comportar de uma determinada maneira, mesmo sabendo que poderão receber recompensas apenas no futuro. É este tipo de crença que faz com que os adultos se submetam aos contratos sociais (mesmo que estes os prejudiquem), às intempéries do dia-a-dia e que consigam esperar a retribuição/ pagamento por suas ações, mesmo quando isto implica em um prazo maior de tempo.

Lerner e Miller (1978) lembram que a crença no mundo justo não quer dizer que as pessoas acreditem que tudo no mundo seja justo, mas que, na medida em que os acontecimentos se aproximam de sua realidade, elas sentem a necessidade de dar explicações para estes acontecimentos, e que a Crença no Mundo Justo é um dos mecanismos por meio do qual elas fazem esta atribuição de significado ou explicação. Nesse sentido, esse mecanismo de significação faz com que o indivíduo se engaje em ações voltadas à restauração da justiça, quando julga que houve ou que está ocorrendo algum tipo de injustiça. Essa restauração pode ser de dois tipos: compensação (material ou psicológica da vítima) ou o convencimento de si mesmo de que a vítima merece o que lhe aconteceu, seja porque é mau caráter, seja porque se envolveu em atos “não corretos”. Segundo esta hipótese, uma pessoa também pode ser vista como merecedora de infortúnios, caso tenha se envolvido com atos criminosos, descuidados ou tolos.

Alguns estudos empíricos apóiam a teoria de Lerner, demonstrando que, quanto maior a crença de que o mundo é estável e organizado, mais se tende a julgar que o sistema econômico é justo e a desenvolver atitudes negativas em direção a grupos desprivilegiados (NG; ALLEN, 2005). Outros dados demonstram que as pessoas associam virtudes a *outcomes* favoráveis, e vícios (como a preguiça, maldade ou algum tipo de falha moral) a infortúnios

sofridos e que há uma relação entre a percepção que as pessoas têm dos *outcomes* distribuídos e a atribuição de culpa, responsabilidade ou merecimento por parte de quem recebe estes *outcomes*. (LERNER; MILLER, 1978; COOK; HEGTVEDT, 1983).

Na Teoria da Atribuição, o foco recai sobre a percepção que as pessoas têm a respeito das causas do comportamento social e também da percepção que elas têm dos outros e de si mesmas, no que diz respeito à habilidade, sentimentos, competências, etc, e à sua relação com as causas dos fenômenos observados. Kelley (1973) afirma que esta teoria deve ser considerada epistemológica, pois investiga os processos que levam o homem a conhecer seu mundo e a ‘saber que sabe’, isto é, a ter um sentido de que suas crenças e julgamentos são verídicos.

Em linhas gerais, a Teoria da Atribuição afirma que uma atribuição causal consiste em imputar uma propriedade X qualquer a uma identidade Y e produzir explicações, julgamentos ou avaliações a partir desta associação. De acordo com esta teoria, as pessoas observam a realidade e constroem modelos correlacionais “ingênuos” para fazer inferências causais, ou seja, elas atribuem as causas de um determinado fenômeno aos fatores que co-variam junto com ele ao longo do tempo, a partir dos *inputs* informacionais disponíveis naquele momento. Contudo, apesar desta análise se assemelhar a modelos estatísticos como os usados nas análises de variância, as conclusões do senso comum são muito mais sujeitas a erros e a vieses pessoais, do que as produzidas a partir do método científico.

De especial importância para este trabalho, são os resultados de pesquisas os quais demonstram que quando as pessoas julgam que as causas de uma situação de infortúnio são decorrentes de fatores internos como preguiça, desinteresse ou comodismo, os *outcomes* distribuídos tendem a ser considerados justos (COOK; HEGTVEDT, 1983). Por outro lado, quando elas atribuem as causas da situação econômica a fatores externos como a conjuntura

social, crises econômicas, falta de oportunidades etc, há uma tendência para julgar que a distribuição foi ou é injusta (KELLEY, 1973; NG; ALLEN, 2005).

Já a Teoria da Ideologia defende que durante a socialização as pessoas internalizam valores, atitudes e comportamentos os quais são prescritivos por natureza e que as predispõem a fazer diversos tipos de julgamentos de justiça. Autores desta perspectiva enfatizam que as ideologias funcionam como esquemas de ação que dirigem o comportamento dos indivíduos, exercendo papel fundamental nas relações de poder dentro dos grupos humanos. Assim, o principal pressuposto da Teoria da Ideologia é que os valores e crenças transmitidos culturalmente tendem a guiar e a legitimar o comportamento social.

Ao discutir a questão da justiça a partir dessa ótica, Pratto, Tatar e Conway-Lanz (1999) afirmam que princípios distributivos não são estruturas cognitivas que simplesmente surgem nas mentes das pessoas por efeito do desenvolvimento; ao contrário, são esquemas que refletem a aprendizagem de modelos de comportamento e julgamento construídos em contextos sócio-culturais específicos sendo, portanto, produtos da ideologia predominante em determinados grupos sociais. No que diz respeito à justiça distributiva, estes autores julgam que as pessoas não aplicam um princípio universal de justiça – assim como diziam os teóricos da Equidade – e nem tampouco mudam sua percepção acerca do que é justiça distributiva de acordo com o contexto analisado, como defendia Deutsch (1975).

Segundo Pratto, Tatar e Conway-Lanz (1999) a noção de justiça depende fortemente dos valores da pessoa e da sua orientação social para as relações sociais. Assim, estes autores consideram surpreendente que, até então, os pesquisadores não tivessem investigado empiricamente a influência dessas variáveis sobre a justiça distributiva.

Seguindo esta linha de raciocínio, Pratto, Tatar e Conway-Lanz (1999) elaboraram três estudos para testar se a Orientação para Dominância Social – ODS⁴ – influenciava e orientava

⁴ A ODS é um tipo de ideologia que defende a importância e necessidade da existência de desigualdades sociais, em termos de poder nas sociedades. Em termos de justiça distributiva, Pratto, Tatar e Conway-Lanz. (1999)

o comportamento e o julgamento distributivo das pessoas. Em linhas gerais, estes estudos demonstraram que indivíduos com baixo nível de ODS avaliavam alocações baseadas na necessidade como sendo mais justas do que alocações baseadas no mérito, usavam mais justificativas baseadas no princípio da necessidade e favoreciam partes mais necessitadas em um dilema distributivo. Por outro lado, indivíduos com alto nível de ODS julgavam distribuições equitativas como sendo as mais justas, produziam mais justificativas baseadas no princípio da equidade e tendiam a favorecer partes mais produtivas em dilemas distributivos. Com base nestes resultados, os autores fizeram a seguinte afirmação:

A presente pesquisa mostra que através de alocações de recursos ideologicamente prescritas as pessoas transformam ideais simbólicos em realidade social e material. É por isto que a Teoria da dominância Social vê a ideologia como a cola que une e materializa aspectos das relações sociais. (PRATTO; TATAR; CONWAY-LANZ, 1999: p. 144).

As teorias da Crença no Mundo Justo, da Ideologia, da Atribuição e do auto-interesse foram muito importantes no âmbito da Psicologia Social e orientaram, hegemonicamente, o campo de estudos da chamada *Psicologia da Justiça* por vários anos. Nesta direção, um amplo corpo de pesquisas corrobora os principais pressupostos de cada um destes modelos, demonstrando a importância que variáveis sócio-cognitivas têm para os julgamentos distributivos.

Considerando este grande volume de pesquisas empíricas, Ng e Allen (2005) desenvolveram uma pesquisa para verificar se seria possível comparar o poder preditivo (individualmente ou em conjunto) das teorias do Auto-interesse, Atribuição, Crença no Mundo Justo e Ideologia, a partir da quantidade de variância explicada. Estes autores

identificaram que grupos com elevada ODS consideram, mais freqüentemente, a equidade como sendo o modelo distributivo mais justo. Por outro lado, indivíduos com ODS reduzida julgam que a igualdade e a necessidade são mais justas.

entrevistaram 487 homens e mulheres de diferentes níveis sócio-econômicos, utilizando instrumentos especificamente elaborados para testar os pressupostos dessas quatro teorias e chegaram aos seguintes resultados:

- A avaliação sobre a justiça do sistema econômico variou de acordo com a renda familiar: indivíduos com maior poder aquisitivo tiveram uma avaliação mais positiva da distribuição de renda na sociedade, enquanto que indivíduos de baixo nível sócio-econômico tiveram avaliações mais negativas, ou seja, aqueles consideravam o sistema econômico justo ou muito justo, enquanto estes julgavam como pouco justo ou injusto;
- Respondentes com alto índice de crença num mundo justo julgavam a justiça distributiva econômica mais justa que os participantes com baixo índice;
- Indivíduos que atribuíam as causas da pobreza e do desemprego a fatores estruturais (decorrentes da própria organização social) avaliaram o sistema econômico como sendo pouco justo;
- Os participantes julgaram que fatores estruturais e fatores internos (dependentes apenas da própria pessoa) eram responsáveis pela pobreza e que fatores estruturais eram as principais causas do desemprego.
- Homens perceberam mais justiça econômica na sociedade do que as mulheres;

De uma maneira geral, a Teoria da Atribuição e a Perspectiva Ideológica produziram as predições mais fortes, as teorias do Auto-interesse e da Crença no Mundo Justo produziram predições moderadas e as características sócio-demográficas dos respondentes tiveram o menor poder preditivo sobre a percepção de justiça distributiva econômica. Todavia, ressalta-se que as quatro teorias conjuntamente contribuíram para cerca de 48% da variância total na

percepção dos indivíduos sobre justiça distributiva econômica, o que indica a necessidade de se investigar outros aspectos não contemplados nessas teorias.

Os próprios autores (NG; ALLEN, 2005) reconhecem esta e outras limitações no seu estudo, mas destacam a possibilidade de integração das quatro teorias em pesquisas posteriores. Destaca-se que o estudo de Ng e Allen (2005) é bastante importante por demonstrar que a percepção sobre a justiça distributiva na sociedade é influenciada por uma série de fatores próprios ao contexto sócio-econômico e cultural dos indivíduos, o que sugere a necessidade de que estes e outros fatores sejam considerados nas investigações sobre justiça distributiva.

Na próxima sessão, será apresentado outro aspecto da noção de justiça – justiça processual – que também está relacionado aos julgamentos em situações de distribuição e que tem sido alvo do interesse de pesquisadores nos últimos anos no campo da Psicologia da Justiça. Além de investigar como os indivíduos distribuem bens e avaliam a justiça em situações de distribuição, alguns pesquisadores têm voltado o foco de sua atenção para saber se e como os indivíduos avaliam a justiça dos procedimentos utilizados nas distribuições.

2.2. A justiça processual

Segundo Assmar e Ferreira (2005), na justiça processual os indivíduos estão mais preocupados com os procedimentos e processos que orientam as distribuições, sendo que seu foco de atenção volta-se para “a justiça dos meios de resolução dos conflitos ou dos processos de tomada de decisão, quanto à repartição de recursos (em geral, valiosos e/ou escassos) entre os membros envolvidos”. (p.445). De acordo com Wendorff, Alexander e Firestone (2002) e Assmar e Ferreira (2005), os primeiros trabalhos neste campo foram desenvolvidos por Thibaut e Walker (1975).

Estes autores demonstraram que em contextos jurídicos a percepção que os indivíduos tinham acerca do seu nível de controle do processo afetava fortemente a maneira como eles avaliavam quão justo havia sido a decisão final. Ou seja, os indivíduos viam que o processo do julgamento era mais justo se percebiam que podiam apresentar seus argumentos abertamente e em pé de igualdade com as outras pessoas também responsáveis pelas decisões (COLQUITT et al., 2001).

Com base na sua pesquisa, Thibaut e Walker (1975) afirmaram a existência de dois critérios por meio dos quais os indivíduos avaliavam a distribuição de sentenças em decisões jurídicas. Estes critérios estavam relacionados ao nível de participação que as pessoas diretamente afetadas pela decisão tinham em diferentes etapas do julgamento e foram chamados de **critério do controle do processo** e **critério do controle da decisão**.

O critério do controle do processo refere-se à oportunidade de expressar opiniões sobre qual a maneira mais justa de conduzir o processo. Devido a isso, alguns autores afirmam que este critério também pode ser chamado de *voice*. Já o critério do controle da decisão envolve a percepção acerca do grau de influência pessoal na decisão final. Diversos estudos têm demonstrado que a percepção de justiça pode ser fortemente influenciada por ambos os critérios de justiça processual (LINDER; KANFER; EARLEY, 1990; TYLER; RASINSKI; SPODICK, 1985).

Apesar da importância do trabalho pioneiro de Thibaut e Walker (1975), credita-se a Gerard Leventhal (1980) a expansão das investigações sobre a noção de justiça processual em contextos não jurídicos (COLQUITT et al., 2001; COLQUITT, 2001; WENDORFF; ALEXANDER; FIRESTONE, 2002; ASSMAR; FERREIRA, 2005). Em seus trabalhos, Leventhal identificou a presença de seis e não dois critérios por meio dos quais as pessoas avaliam a justiça dos *outcomes* e dos processos distributivos: **(1) consistência** (estabilidade ao longo do tempo e com diferentes pessoas); **(2) supressão de vieses** (aquele que toma a

decisão deve ser neutro e imparcial); **(3) acurácia** (a decisão deve estar baseada em informações precisas e deve garantir o mínimo de erros no processamento); **(4) corrigibilidade** (reconhecimento da importância de procedimentos dirigidos à correção de erros passados); **(5) representatividade** (envolvimento com a participação/ representação durante a tomada de decisão); e **(6) ética** (justo é aquilo que não fere os valores de um indivíduo e de seu grupo social).

Outro trabalho importante a ser citado é o de Barret-Howard e Tyler (1986), o qual demonstrou que para estudantes universitários americanos tanto a justiça distributiva quanto a justiça processual são importantes e que as avaliações sobre justiça, de uma maneira geral, são tanto processuais quanto distributivas, havendo prevalência de uma ou de outra noção a depender da situação.

Além disto, estes autores observaram que a importância da justiça processual variava de acordo com a situação, tendo sido vista como mais importante em contextos sociais dirigidos por regras e quando existiam relações interpessoais instáveis, mas desejáveis entre os envolvidos na distribuição. Os dados deste estudo demonstraram ainda haver uma forte relação entre a avaliação da importância da justiça processual e os objetivos voltados para aumentar sentimentos positivos e para maximizar o bem-estar dos envolvidos.

Assmar e Ferreira (2005) também citam outros estudos desenvolvidos em contextos organizacionais através dos quais se pôde observar que para alguns trabalhadores avaliar a justiça dos processos utilizados durante as tomadas de decisão nas organizações é tão relevante quanto avaliar os *outcomes* distribuídos, o que faz com que a justiça processual seja, em muitos casos, vista como mais importante do que a própria justiça distributiva.

Apesar de vários estudos terem demonstrado empiricamente que a justiça processual e a justiça distributiva representam dimensões distintas (BARRET-HOWARD; TYLER, 1986; COLQUITT, 2001), a controvérsia persiste, pois, segundo Colquitt et al. (2001), na

Psicologia, alguns autores defendem uma perspectiva monista, na qual se considera que estes construtos refletem uma estrutura sócio-cognitiva única e mais geral relacionada às avaliações da justiça.

Além disto, segundo Colquitt (2001), pesquisas anteriores demonstraram que em alguns contextos as pessoas sequer diferenciavam a justiça distributiva da processual. Estes dados demonstraram que as duas dimensões podem ser tão semelhantes a ponto dos indivíduos não as distinguírem, pois boa parte das avaliações sobre a justiça processual é feita a partir dos *outcomes* distribuídos e porque em alguns contextos alguns processos podem ser vistos como *outcomes*, assim como um *outcome* também pode ser visto como um processo (COMPRANZANO; AMBROSE, 2001 apud COLQUITT, 2001: p.56).

Considerando esta e outras questões, Colquitt et al. (2001) realizaram um trabalho importante de revisão meta-analítica de 183 estudos sobre justiça organizacional⁵, os quais foram publicados entre 1975 e 2000 na base de dados PsycINFO. Entre os resultados deste estudo destacam-se os que demonstraram haver uma alta correlação entre diversas dimensões de justiça (distributiva, processual, interpessoal e informacional), sobretudo no que diz respeito às duas primeiras dimensões.

Apesar desta forte relação, a análise dos dados indicou que estes construtos eram distintos entre si, podendo haver contribuições independentes de cada uma destas noções para uma percepção mais geral de justiça. Os dados indicaram ainda que as correlações entre justiça distributiva e justiça processual eram mais fortes quando se usava algum tipo de medida combinada, e mais fraca quando eram usadas medidas derivadas dos modelos de Thibaut e Walker (1975) e Leventhal (1980).

⁵ A noção de Justiça Organizacional refere-se às percepções, concepções e reações de empregados em ambientes organizacionais, frente à justiça ou à injustiça (ASSMAR, 2005). Segundo Colquitt et al. (2001) e Colquitt (2001), as pesquisas realizadas nesta área apontam para a existência de pelo menos quatro dimensões de justiça, dentre as quais citam-se: a **justiça distributiva**, a **justiça processual**, a **justiça interpessoal** e a **justiça informacional**. No presente trabalho serão citados apenas os dados mais relevantes desta pesquisa e que estejam diretamente relacionados à **justiça distributiva** e à **justiça processual**.

Outro dado importante citado por Colquitt et al. (2001) é o de que uma série de estudos demonstra que a justiça distributiva exerce mais influência do que outros tipos de justiça quando se trata de *outcomes* característicos (dinheiro, recompensas, bens etc) ou relacionados a indivíduos específicos e que, por outro lado, parece haver maior relevância da justiça processual quando se trata da avaliação de sistemas distributivos mais gerais (distribuição de renda na sociedade, cargos políticos, liberdades etc).

Van den Bos, Vermunt e Wilke (1997) também realizaram um importante estudo no sentido de demonstrar a independência entre estes dois construtos e de discutir a importância relativa de cada um deles. Através da manipulação de três variáveis (ordem de apresentação dos *outcomes* e dos procedimentos usados para distribuição, direção dos *outcomes* – positiva ou negativa - e acurácia do procedimento), os autores verificaram como os julgamentos sobre o grau de justiça de um processo de seleção de emprego variaram. Para isso, utilizaram um cenário hipotético no qual os participantes eram solicitados a se imaginar como sendo uma pessoa que estava participando de um processo de seleção para um cargo numa empresa (Experimento 1). Este processo consistia de várias etapas e ora o resultado de todas era usado como critério de escolha do candidato (procedimento acurado), ora apenas o resultado de uma das etapas (procedimento não-acurado) entrava como critério de seleção. Em uma das condições experimentais, os respondentes eram informados de que haviam conseguido a vaga (*outcome* positivo), na outra condição que não (*outcome* negativo).

Nos resultados, Van den Bos, Vermunt e Wilke (1997) observaram que tanto a direção dos *outcomes* quanto os procedimentos afetavam mais as avaliações sobre justiça quando eles eram apresentados antes do que quando eram apresentados subsequentemente, que os *outcomes* tiveram uma influência mais significativa quando o procedimento era não-acurado do que quando era acurado e que os procedimentos tiveram maior impacto sobre a

principal variável dependente quando os *outcomes* eram negativos do que quando eles eram positivos.

Um padrão de resultados semelhante a este foi identificado quando Van den Bos, Vermunt e Wilke (1997) utilizaram uma situação na qual os participantes acreditavam que estavam envolvidos em uma situação real de distribuição (Experimento 2). Além disto, os autores observaram influência positiva tanto da justiça distributiva quanto da justiça processual sobre julgamentos de justiça subseqüentes e sobre reações comportamentais à injustiça.

De uma maneira geral, o estudo de Van den Bos, Vermunt e Wilke (1997) demonstrou que, ao avaliar o quão justa é uma distribuição, os indivíduos podem lançar mão de dados referentes tanto ao produto final da distribuição como aos critérios e procedimentos adotados pelos responsáveis pela distribuição, e que as informações apresentadas em primeiro lugar tendem a exercer influência significativa sobre o julgamento de justiça. Por fim, destaca-se um dado bastante interessante: a direção dos *outcomes* (positiva ou negativa) afetou mais os julgamentos quando os procedimentos eram não-acurados do que quando eles eram acurados e que, por outro lado, a acurácia dos processos afetou mais os julgamentos quando os *outcomes* eram não-favoráveis do que quando eram favoráveis.

Este último resultado fornece subsídios para que se possa afirmar que as justças distributiva e processual estão intimamente relacionadas nas avaliações de justiça, cada uma dando sua parcela de contribuição para o julgamento final e tendo um peso maior ou menor a depender do contexto e da situação de distribuição. Nesse sentido, considera-se que as informações referentes tanto aos *outcomes* quanto aos processos servem como *inputs* informacionais que são ponderados na hora de avaliar se uma distribuição é ou não justa. Além disso, percebe-se que eventos negativos ou não esperados têm um potencial maior para disparar uma análise cognitiva da situação do que eventos positivos ou esperados, assim como

tem sido amplamente citado na literatura voltada para investigação da injustiça (VAN DEN BOS; VERMUNT; WILKE, 1997).

A partir do trabalho de Colquitt et al. (2001) e de outros dados apresentados nesta sessão pode-se afirmar que, em situações distributivas, a noção de justiça pode depender não só da configuração final da distribuição, mas também englobar aspectos relacionados aos procedimentos que estabelecem quem deve ficar com quanto e por qual (is) motivo (s).

É importante mencionar ainda que a revisão de literatura indica que os julgamentos referentes à justiça processual têm sido acessados através de escalas e de instrumentos fechados nos quais os indivíduos são “induzidos” a avaliar a importância de alguns critérios. Nesta direção, pode-se perguntar se e como os indivíduos demonstrariam preocupações a respeito da justiça processual em situações nas quais eles pudessem falar espontaneamente sobre o que consideram ser mais justo?

Pode-se questionar também sobre qual o papel que exerce o desenvolvimento cognitivo-afetivo e sócio-moral sobre os julgamentos distributivos, visto que alguns autores pressupõem que as noções de justiça evoluem à medida que ocorrem avanços nestas duas dimensões. Será que estas dimensões mais particulares contribuem significativamente para a noção de justiça dos indivíduos, tanto quanto os aspectos citados nas sessões anteriores?

Na próxima sessão focar-se-ão aspectos do desenvolvimento sócio-moral e afetivo e sua relação com a noção de justiça, por meio das apresentações das teorias de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg, com o objetivo de analisar como estas teorias contribuem para responder às questões supracitadas.

2.3. Justiça distributiva: teorias cognitivo-construtivistas

2.3.1. A Teoria de Piaget

Em seu livro *O Juízo Moral da Criança* (1932/1994), Piaget investigou como a concepção de justiça se desenvolve nas crianças, a partir das seguintes noções: a justiça imanente, a responsabilidade coletiva, a justiça distributiva e a justiça retributiva. De uma maneira geral, em todos os aspectos investigados, ele observou a evolução do pensamento heterônomo para o autônomo, na medida em que as crianças tornavam-se mais velhas e livravam-se dos efeitos da coação adulta.

Piaget (1932/1994) afirmou que dentre essas noções de justiça as principais seriam: a retributiva por expiação, que é mais primitiva por estar fortemente atrelada à coação adulta, e porque mais elementos tendem a ser eliminados à medida que a criança se desenvolve; a distributiva por retribuição, que faz com que a criança julgue que a distribuição mais justa é aquela que segue as determinações do adulto, ou a que produz menos conseqüências negativas (castigos, insatisfações, conflitos etc); a retributiva por reciprocidade, na qual se compreende que as sanções e punições devem estar associadas ao tipo de infração cometida, para que sirvam como aprendizagem; e a distributiva por igualdade ou equidade, que é mais elaborada do que a distributiva por reciprocidade por levar em conta as características e os direitos individuais das pessoas envolvidas na situação de distribuição.

No caso da retributiva por expiação, Piaget (1932/1994) observou seu predomínio entre as crianças mais novas, dentre as quais prevalecia a noção de que todo erro ou infração deve ser punido de alguma maneira e que quanto mais grave o ato, mais severa deve ser a punição aplicada. As crianças pequenas demonstraram também uma predileção pela utilização de punições expiatórias que não guardam nenhum tipo de relação com a falta cometida. Esta preferência pela expiação, segundo Piaget, é conseqüência de tendências individuais,

sobretudo, do sentimento de vingança presente nas crianças menores, e da influência social passada através da coerção que os adultos exercem sobre elas.

Por outro lado, entre as crianças mais velhas, o psicólogo suíço (Piaget, 1932/1994) verificou que prevalecia a noção de que mais vale explicar o sentido da falta (a quebra de acordos interpessoais e suas conseqüências) do que a utilização de castigos físicos, e que mesmo nos casos em que havia necessidade de sanção, esta deveria estar baseada no princípio de reciprocidade e não no da expiação. Assim como nas outras dimensões da moralidade, esta evolução no pensamento está ligada à diminuição dos efeitos da coação adulta, pois a criança precisa antes compreender a noção de respeito unilateral para que só depois desenvolva a necessidade de respeito mútuo. Contudo, o psicólogo suíço ressalta que não se deve considerar que o desenvolvimento dos julgamentos morais seja um produto direto e exclusivo da coação, mas que, na verdade, depende fortemente da cooperação que as crianças estabelecem com seus pares e com os adultos, e também da evolução na cognição e na afetividade.

De acordo com os achados de Piaget (1932/1994: p.180), há uma tendência geral de evolução na justiça retributiva e na justiça distributiva para que “a idéia de reciprocidade, quase sempre entendida como uma espécie de vingança regulamentada ou lei de talião na expressão quase matemática, tenda para a moral do perdão e da compreensão”. Todavia, em virtude de fatores ligados à socialização e à educação familiar, observa-se que muitos adultos mantêm uma predileção pela expiação a vida inteira, considerando que castigos corporais severos são necessários para evitar que o infrator reincida em suas contravenções.

Outros dados levantados por Piaget (1932/1994) demonstram a existência de quatro grupos de atitudes que evidenciaram como às concepções infantis sobre justiça e autoridade estão associadas: no primeiro grupo, as crianças equiparam o justo à obediência e julgam que todo ato deve ser considerado justo quando estiver de acordo com as normas estabelecidas

pelos adultos e vice-versa; em seguida, a noção de justiça desvincula-se da de obediência, mas as crianças julgam que a segunda deve prevalecer sobre a primeira, devendo-se seguir as determinações dos adultos mesmo que estas não sejam justas. Na terceira etapa, assim como na anterior, a justiça não equivale à obediência e as crianças consideram que na vida em sociedade a justiça deve ser o critério mais importante de regulamentação dos relacionamentos interpessoais.

Por fim, na etapa final as crianças distinguem o que é justo do que é legal e preferem se subordinar à autoridade, para evitar conflitos e discussões e para preservar as relações afetivas estabelecidas entre pais e filhos. Neste caso, “uma prestação de serviços, mesmo injusta do ponto de vista da igualdade, torna-se assim, legítima, como livre manifestação de complacência”. (PIAGET, 1932/1994: p. 214)

Segundo Piaget (1932/1994), estes dados não são fortes o suficiente para que se possa falar em estágios de desenvolvimento propriamente ditos, pois estes quatro grupos de atitudes refletem mais o tipo de educação moral recebida do que uma seqüência de desenvolvimento propriamente dita. Além disto, existe uma espécie de atraso na aparição dos julgamentos em relação aos comportamentos morais, pois ele observou que até mesmo crianças pequenas eram capazes de adotar atitudes solidárias e baseadas no princípio da igualdade, antes mesmo de poder evocar sentenças que justificassem tais atitudes. O que diferenciaria estas crianças de um adulto verdadeiramente altruísta seriam as motivações que fariam com que para o adulto fosse importante ajudar o próximo, porque ele sentiria a necessidade de fomentar a justiça social, enquanto para a criança fosse importante ajudar simplesmente porque seus pais diriam, por exemplo, que seria bonito dar esmolas às pessoas mais pobres.

No que diz respeito à justiça distributiva, os resultados de Piaget (1932/1994) demonstram claramente a existência de três períodos evolutivos: no primeiro, que ocorre por volta dos cinco aos sete anos de idade, a noção de retribuição baseada no respeito unilateral e

na obediência prevalece sobre a de igualdade e as crianças defendem que a distribuição mais justa é aquela que está de acordo com as determinações estabelecidas por figuras de autoridade. Neste período, o comportamento da criança reflete os efeitos exercidos pela coação adulta e pelo respeito unilateral, demonstrando o quão heterônoma é a noção de justiça que as crianças mais novas possuem.

Na segunda etapa, observada aproximadamente entre os oito e doze anos de idade, há uma predileção pelo princípio do igualitarismo absoluto, através do qual as crianças irão defender que a justiça consiste em distribuir todos os tipos de bens, benefícios ou punições em partes exatamente iguais entre todas as pessoas. Através deste raciocínio, as crianças buscam garantir que ninguém será prejudicado e que todos sairão satisfeitos com a divisão.

Por fim, a partir dos doze anos de idade, surge uma tendência para que o igualitarismo absoluto do estágio anterior seja refinado, dando lugar à predileção por um princípio eqüitativo, no qual as condições e características individuais das pessoas envolvidas na distribuição passam a ser consideradas muito importantes. Neste caso, a eqüidade não busca privilegiar uns em detrimento de outros, mas objetiva tornar a igualdade mais efetiva, através da análise e ponderação cuidadosa sobre questões pessoais relevantes (PIAGET, 1932/1994: p. 238).

De uma maneira geral, em suas pesquisas sobre o desenvolvimento da justiça, Piaget (1932/1994) observou que uma moral da obediência (do dever), caracterizada pela submissão à coação adulta, pelo respeito unilateral e pela heteronomia, tende a evoluir para uma moral do bem, autônoma, igualitária e fundada no respeito mútuo e na cooperação. Nesta moral do bem, a solidariedade se funde ao sentimento de justiça, fazendo com que as noções eqüitativas prevaleçam sobre todas as demais.

Ao explicar como a moralidade evolui até este estágio, Piaget (1932/1994) apresenta um modelo de construção do conhecimento no qual a cognição e a afetividade desenvolvem-

se paralelamente, por considerar que na vida mental não existe nenhum tipo de estrutura que seja puramente cognitiva ou puramente afetiva. Segundo este autor, existem determinados tipos de comportamento que refletem um maior predomínio da atividade cognitiva e outros que são dominados por aspectos afetivos, mas que, na verdade, estas duas dimensões seriam indissociáveis e interdependentes, sendo que a cognição estaria mais ligada aos elementos estruturais da vida mental, e a afetividade aos aspectos energéticos da ação (PIAGET, 1954/2001; 1962; 1964/2005).

O surgimento da moralidade autônoma seria, portanto, possibilitado pelo avanço de habilidades cognitivas – especialmente da capacidade de tomada de perspectiva – e o desenvolvimento de sentimentos interpessoais de cooperação e respeito mútuo, ambos decorrentes dos conflitos sócio-cognitivos que ocorrem nas experiências de interação social do indivíduo.

Piaget (1954/2001) afirma que, ao invés de se falar sobre cognição e afetividade como dimensões antagônicas, dever-se-ia fazer uma distinção entre comportamentos orientados para os objetos e comportamentos orientados para as pessoas, os quais são dotados de componentes estruturais (estruturas lógico-matemáticas, consciência das relações interindividuais, hierarquia de valores, etc) e componentes energéticos (interesses, motivações, afetos intra e interindividuais, etc). Nos casos em que se constatam embates entre “razão” e “emoção” julga-se haver algum tipo de conflito entre tendências de diferentes níveis (ex: uma operação lógica de nível superior e um sentimento inferior).

Considerando estes pressupostos, Piaget (1932/1994) considera que a moralidade é uma dimensão privilegiada para estudar as relações entre afeto e cognição porque sempre quando as pessoas se deparam com um dilema moral, fazem um julgamento (operação cognitiva) e são afetados por sentimentos de obrigação moral. Conforme cita Alencar (2003: p.27), “sem dúvida colocamos em jogo os dois lados dessa mesma moeda: o afeto e a razão. O

que deve ou deveria prevalecer é uma outra questão”. Além disto, é no campo da moral que se observa mais claramente o paralelismo entre cognição e afetividade no funcionamento mental, pois o equivalente afetivo da conservação e da reversibilidade cognitivas aparece sob a forma de valores morais, os quais são organizados em uma escala permanente que guia o comportamento e que, portanto, precisam conservar-se para existir.

No que diz respeito especificamente à noção de justiça distributiva eqüitativa, Piaget (1954/2001) julga que esta só se torna possível a partir do desenvolvimento da reversibilidade lógica e do sentimento de reciprocidade, o que ocorre quando da consolidação das operações concretas. A reversibilidade permite que o indivíduo seja capaz de ponderar/ avaliar diferentes perspectivas e de reverter mentalmente qualquer tipo de ação, enquanto que a reciprocidade impõe o desejo de que haja tratamento igualitário e respeito mútuo entre as pessoas. Com o advento do pensamento moral autônomo este respeito torna-se tão forte que o indivíduo sente a necessidade de tratar os outros como ele mesmo gostaria de ser tratado (PIAGET, 1932/1994) e o justo e o injusto passam a depender não mais de uma vontade externa, mas do valor que o indivíduo conserva (PIAGET, 1954/2001).

Apesar de considerar a importância que sentimentos como a inveja, o egoísmo e a simpatia têm para a constituição da moral heterônoma, Piaget (1932/1994) não aprofundou suas investigações sobre o papel que a afetividade tem para desenvolver o pensamento moral autônomo, tendo, inclusive, admitido que o aspecto afetivo da moral da cooperação escapa aos interrogatórios que ele fez. De acordo com La Taille (1992: p. 72-73), no que diz respeito a estas análises:

(...) Piaget nos fornece a condição necessária, mas não a condição suficiente. Ele mostra convincentemente como a evolução da inteligência permite organizar – sempre na área moral – o mundo afetivo; mas falta justamente a recíproca, ou seja, como a afetividade torna o respeito mútuo possível de ser seguido na prática.

Considera-se que uma investigação mais aprofundada sobre esta influência seria muito frutífera, visto que ajudaria, entre outras coisas, a compreender melhor como ocorrem as dinâmicas envolvidas nos juízos e nos comportamentos morais distributivos. Cotidianamente, observam-se pessoas as quais são altamente inteligentes e dotadas de grande aptidão intelectual, capazes de produzir discursos muito belos sobre a necessidade de solidariedade e de justiça social, mas que se comportam de maneira totalmente contrária a estes princípios, deixando-se levar por interesses egoístas e mesquinhos.

Casos recentemente noticiados na imprensa levam a questionar quais são as motivações que levam políticos e seus familiares a desviar dinheiro de programas sociais, evitando que o mesmo chegue às mãos de quem realmente precisa. Que fatores motivam pessoas com boas condições financeiras a roubar dinheiro de outras extremamente pobres e que precisam muito de ajuda? Responder estes questionamentos não é uma tarefa simples, pois o homem é um ser cujo comportamento é multicausado e sobre o qual incidem fatores das mais diversas ordens (condições ambientais, configurações situacionais, fatores pessoais e/ou sociais, entre outros). Apesar disto, julga-se que a investigação acerca das relações entre afetividade, cognição e princípios morais, e sobre o engajamento em comportamentos voltados para a solidariedade e a cooperação tem muito a contribuir na explicitação destes fatos.

Uma moralidade autônoma, na qual o indivíduo, além de constatar cognitivamente a necessidade de que existam igualdade e reciprocidade nas relações interpessoais, seja capaz de sentir compaixão por seus semelhantes e um desejo claro de ajudá-los, constitui-se, de acordo com a visão dos autores deste trabalho, numa moral verdadeiramente voltada para o bem e que consegue ir além de um tipo de “justiça cega” ou princípio do merecimento, na qual prevalece a reciprocidade estrita do tipo “toma lá da cá”. Como diria o próprio Piaget:

Do mesmo modo que na lógica podemos constatar uma espécie de repercussão da forma sobre o conteúdo das afirmações, (...) da mesma forma, na moral, a reciprocidade implica um aperfeiçoamento dos comportamentos em sua orientação íntima, fazendo-os tender por etapas até a própria universalidade. Sem sair da reciprocidade, a generosidade (...) alia-se à simples justiça: deste modo, entre as formas refinadas da justiça, tais como a equidade, e o amor propriamente dito, não há mais oposição real. (PIAGET, 1932/1980: p.242)

Antes de avançar mais nestas reflexões, será apresentada a teoria de outro importante pesquisador do desenvolvimento sócio-moral sobre como se constitui a noção de justiça. O referido autor é o psicólogo norte-americano Lawrence Kohlberg, que utilizou os trabalhos de Piaget como base para construir sua própria teoria sobre o desenvolvimento moral, tendo investigado, longitudinalmente e transversalmente, dentre outras coisas, como pessoas de diferentes idades e culturas resolvem dilemas morais hipotéticos com conteúdos ligados à vida, à liberdade, ao direito privado e aos contratos sociais.

Durante as décadas de 70, 80 e 90, a teoria de Kohlberg foi hegemônica no campo de pesquisas sobre o desenvolvimento moral, tendo influenciado milhares de pesquisas em todo o mundo (BIAGGIO, 1997). Além disto, como lembram Wendorf, Alexander e Firestone (2002), esta teoria é eminentemente ligada às operações de justiça, visto que Kohlberg definia a justiça como sendo a essência da moralidade, o que fez com que ele se tornasse o principal investigador da noção de justiça no campo da Psicologia do Desenvolvimento.

2.3.2. A teoria de Kohlberg

Kohlberg (1964, 1976), assim como Piaget (1932/1994), considerou que o desenvolvimento moral é influenciado pelas interações sociais e pelo desenvolvimento afetivo da criança, mais do que pelo desenvolvimento de estruturas biológicas ou pela aprendizagem simples de regras sociais. Este autor afirma que a criança pode internalizar os valores dos seus pais e da cultura, tomando-os para si mesma, somente na medida em que relaciona esses

valores para compreender a ordem social, e seus próprios objetivos, como um membro deste grupo (p. 395).

Para investigar o processo de evolução dos julgamentos morais, Kohlberg (1964, 1976, 1984/1992) elaborou um instrumento chamado de *Moral Judgment Interview* (MJI), através do qual propunha a diversos sujeitos a resolução de uma série de dilemas morais hipotéticos. Com base na análise das respostas obtidas e na comparação das justificativas de sujeitos em diferentes faixas etárias, Kohlberg propôs a existência de uma seqüência na qual apareciam três grandes níveis de raciocínio moral e seis estágios de desenvolvimento. Cada nível era composto por dois estágios, de maneira que o segundo representava sempre um avanço no julgamento moral em relação ao primeiro.

A concepção subjacente ao MJI, segundo Kohlberg (1976, 1984/1992), é a de que o ato moral era decorrente do raciocínio ou julgamento baseado no princípio universal da justiça, sendo que todos os dilemas morais seriam resolvidos a partir da análise sobre a aplicação desse princípio à situação de dilema. Neste sentido é que Kohlberg, diferentemente de Piaget, considera que a justiça representa a essência da moralidade e que a maturidade moral é atingida quando o indivíduo compreende que o justo não equivale ao que é legal (no sentido jurídico), mas que os sistemas de regras criadas pelos homens erram quando ferem os direitos humanos, devendo, portanto, nestes casos, serem modificados.

De acordo com Kohlberg (1984/1992), o primeiro grande nível de desenvolvimento é o chamado **pré-convencional**, no qual o valor moral reside em atentar para acontecimentos externos de ordem física, atos punitivos ou de obediência e necessidades, mais do que para o valor das pessoas e dos padrões sociais. O primeiro estágio deste nível (estágio 1) é marcado por uma orientação para o castigo e a obediência, a preferência pelo poder ou prestígio, uma tendência a evitar problemas e a modelar-se pela responsabilidade objetiva. No segundo estágio (estágio 2), observa-se uma orientação ingenuamente egoísta e considera-se que a

ação correta é a que satisfaz as necessidades de um e, ocasionalmente, a dos outros; prevalece uma consciência do valor relativo da perspectiva e das necessidades de cada pessoa envolvida, além de uma limitada orientação ao intercâmbio e à reciprocidade.

No segundo nível, chamado de **convencional**, o valor moral reside em interpretar papéis bons ou corretos, em manter, inquestionavelmente, a ordem social e em atender às expectativas das outras pessoas. No primeiro estágio deste nível (estágio 3), durante o qual predomina a chamada moralidade do “bom garoto”, os julgamentos já levam em consideração as intenções dos envolvidos, ocorrendo também uma busca constante pela aprovação social e pela conformidade a imagens estereotipadas da maioria das pessoas. No segundo estágio (estágio 4), observa-se uma orientação pela manutenção da autoridade e da ordem social, para o cumprimento do dever e pelo respeito à autoridade. Além disto, o sujeito privilegia, acima de qualquer coisa, a manutenção da ordem social dada. Segundo os estudos de Kohlberg (1964, 1976), o nível **convencional** é o da maioria dos adolescentes e de alguns adultos.

Por fim, no nível denominado de **pós-convencional**, o valor moral reside na conformidade do ego a padrões universais de respeito e no compartilhamento dos direitos relativos a todos os seres humanos. O primeiro estágio deste nível (estágio 5) caracteriza-se por uma orientação legalista contratual e pelo reconhecimento de um elemento arbitrário ou ponto de partida em regras ou expectativas, para que os acordos sociais possam ser construídos. O dever se define em termos de contratos estabelecidos entre as pessoas, em evitar a violação dos direitos dos outros e em respeitar o bem-estar e a vontade da maioria. Já no estágio 6, observa-se a orientação da consciência para princípios universais de respeito à dignidade e aos direitos humanos, sendo que a escolha e invocação de princípios se baseiam no respeito, na confiança mútua e na consciência sobre a necessidade de aplicação destes princípios para o bem-estar de toda humanidade. Segundo Colby e Kohlberg (1987), pouquíssimas pessoas no mundo chegam a atingir este nível de desenvolvimento moral.

Na teoria kohlberguiana a ordenação do desenvolvimento se dá de maneira que, a cada avanço, estágios mais complexos e diferenciados se constroem a partir de elementos já existentes em estágios anteriores. Assim como na teoria de Piaget (1964/2005), o surgimento de novas estruturas cognitivas (inclusive as que dizem respeito ao julgamento moral) implica processos que transformam estruturas mais elementares (e com equilíbrios menos estáveis) em estruturas mais complexas e equilibradas, ao longo de um *continuum*. A inclusão e a reorganização de conhecimentos anteriores em estágios mais elevados de raciocínio são explicadas pelo processo de Abstração Reflexiva, o qual é responsável pela auto-organização dos conteúdos significativos e pela reflexão crítica sobre a maneira de pensar.

A idéia da Abstração Reflexiva pode ser observada no modelo de estágios de Kohlberg (1984/1992), na medida em que este autor considera que os estágios mais baixos de desenvolvimento estarão sempre acessíveis ou serão compreensíveis para o sujeito. Neste sentido, uma habilidade esperada ao longo do desenvolvimento moral seria a capacidade de identificar estratégias de raciocínio de níveis menos elevados e de considerá-las como sendo defeituosas, incompletas ou não efetivas, pois os julgamentos típicos de estágios inferiores se encontrariam submetidos ao processo de Abstração Reflexiva. Outra característica esperada no modelo de desenvolvimento kohlberguiano é a de que o sujeito tenha dificuldades para analisar estratégias de raciocínio pertencentes a níveis mais avançados, mas de julgá-las como sendo possíveis ou corretas.

Sobre esta questão, o próprio Kohlberg (1984/1992) afirma que os indivíduos compreendem e preferem os raciocínios de níveis mais elevados que o seu, ao passo que rejeitam aqueles que estejam abaixo, o que implica dizer que o modelo de utilização e reconhecimento das estratégias de raciocínio moral é constituído por duas ordens seqüenciais: uma que regula as preferências do sujeito e outra que se refere à sua capacidade de compreender o raciocínio utilizado nos julgamentos morais.

Com base nos pressupostos acerca da Abstração Reflexiva e nos resultados de pesquisas anteriores, Boom, Brugman e Van der Heijden (2001) elaboraram um experimento cujos resultados mostraram que os respondentes eram capazes de ordenar hierarquicamente raciocínios morais pertencentes a diferentes níveis de desenvolvimento, reproduzindo, assim, uma vez mais, a estrutura hierárquica proposta por Kohlberg (1976, 1984/1992).

A abordagem psicogenética adotada por Kohlberg (1964; 1976; 1984/1992) e Piaget (1932/1994) defende que os julgamentos parecem não se tornar morais até o início da adolescência, mas que, por outro lado, as condutas morais podem ser observadas já em crianças (comportamentos de ajuda, cuidado, solidariedade etc). Ainda, para Kohlberg, o julgamento moral parece ser mais estável que o comportamento, pois implica mudanças estruturais que ocorrem ao longo do desenvolvimento, enquanto que as condutas morais dependem das situações específicas nas quais ocorrem os conflitos morais. Além disso, segundo este autor, os julgamentos morais desenvolvem-se numa mesma direção independentemente do grupo social, enquanto que a conduta moral parece alinhar-se mais fortemente com classes sociais específicas e normas do grupo de pertença. Apesar disto, Kohlberg julga que o nível de julgamento moral de uma pessoa é um bom preditor do tipo de ação moral que poderá ser executada por ela, pois seus princípios morais mais elevados tenderiam a influenciar suas decisões, funcionando como fortes motivadores de suas ações.

A revisão feita por Snarey (1985) indica que o próprio Kohlberg não investigou especificamente a evolução dos raciocínios distributivos a partir de seu modelo de desenvolvimento. Todavia, Colby e Kohlberg (1987) afirmaram que o MJI também podia ser utilizado para investigar como os raciocínios morais evoluíam através dos seis estágios e dos três níveis de desenvolvimento moral, considerando três dimensões da justiça: a comutativa, a corretiva e a distributiva. A primeira dimensão diz respeito à consciência sobre a existência e importância dos contratos sociais; a segunda à utilização de princípios que busquem restituir

os danos ou perdas em situações de roubos e crimes; e, por fim, a terceira à escolha de princípios de distribuição de bens ou benefícios entre os membros de um grupo social. Assim, considerando os raciocínios morais característicos de cada estágio da tipologia kohlberguiana, Colby e Kohlberg (1987) afirmaram que a investigação destas três dimensões de justiça deveria levar a uma seqüência evolutiva, conforme a que é apresentada no Quadro 1.

De uma maneira geral, Colby e Kohlberg (1987) afirmaram que as crianças, nos dois primeiros níveis, tendiam a considerar o caráter da justiça distributiva a partir dos julgamentos sobre sua conformidade ou não às regras impostas por figuras de autoridade (estágio 1) e com base no princípio do igualitarismo absoluto. Já no estágio 2 observavam-se os primórdios da equidade moral, contudo, esta ainda baseava-se estritamente nos interesses pessoais dos envolvidos.

No nível Convencional, a equidade do estágio anterior evoluía, de maneira que questões ligadas ao mérito e ao merecimento passavam a ser consideradas já no estágio 3. Além disto, no estágio 4 predominava o respeito pelas convenções e pelas instituições sociais.

Por fim, no nível Pós-convencional, os raciocínios distributivos passavam a ser guiados pelo respeito aos Direitos Humanos e pela cooperação social (estágio 5), no sentido de que os princípios distributivos representavam a concepção de que nem a igualdade e nem a equidade sozinhas eram suficientes para garantir que as distribuições fossem justas, fazendo-se necessário que o respeito à vida e à dignidade humana fosse colocado acima de qualquer interesse (estágio 6). Nesta direção, para Kohlberg (COLBY; KOHLBERG, 1987), a noção de justiça tornava-se mais relevante, complexa e bem definida nos dois últimos estágios, o que o levou a supor que, ao passo que ocorria desenvolvimento moral, a noção de justiça distributiva se ampliava para poder abarcar aspectos relativos à justiça processual, sendo que o foco de atenção passava a ser não apenas o produto final da distribuição, mas também os procedimentos que levaram a tais *outcomes*.

Quadro 1: Desenvolvimento das noções de Justiça, ao Longo dos Seis Estágios de Desenvolvimento Moral⁶

NÍVEL	ESTÁGIO	JUSTIÇA	RACIOCÍNIO
Pré-Convencional	1	Distributiva	Orientada por um princípio de igualdade absoluta. Em casos onde uma figura de autoridade está envolvida a justiça distributiva é guiada pela obediência e pelo respeito.
		Corretiva	Tende a ser retributiva e baseada na reciprocidade pura (informações contextuais, como a intencionalidade, não são incorporadas aos julgamentos). Outra característica da justiça corretiva é a crença na justiça imanente.
		Comutativa	Baseada no sentimento de obrigatoriedade em seguir regras externamente definidas, como meio de se evitar punições.
	2	Distributiva	Deixa de se basear exclusivamente na igualdade (julgamentos equitativos começam a ser desenvolvidos). No entanto, essa equidade baseia-se em considerações sobre necessidades e interesses pessoais.
		Corretiva	A justiça corretiva também envolve referência a necessidades ou interesses pessoais como base para equidade, o que representa o início do reconhecimento do ponto de vista dos outros.
		Comutativa	A justiça comutativa é baseada no estabelecimento de trocas instrumentais, através da coordenação de interesses pessoais (<i>“servir para ser servido”</i>).
Convencional	3	Distributiva	Envolve equidade como no estágio 2, porém a igualdade restrita e a equidade literal são substituídas por considerações acerca das normas sociais que determinam como os indivíduos devem se portar, de acordo com seu papel no grupo.
		Corretiva	A justiça corretiva também leva em consideração as intenções e o comportamento social da pessoa envolvida.
		Comutativa	Envolve a modificação da reciprocidade por considerações sobre normas partilhadas e merecimento.
	4	Distributiva	A justiça distributiva é baseada na imparcialidade, respeito pelas instituições sociais e considerações sobre mérito e merecimento.
		Corretiva	A justiça corretiva se baseia na noção de que a lei deve ser aplicada imparcialmente, tendo em vista a proteção da sociedade.
		Comutativa	A justiça comutativa é orientada pelo reconhecimento da necessidade de existência dos acordos sociais.
Pós-Convencional	5	Distributiva	Baseia-se no respeito pelos direitos humanos fundamentais e numa organização hierárquica de valores e direitos, subjacentes a um processo de cooperação social.
		Corretiva	A justiça corretiva também é guiada por considerações sobre os direitos humanos e sobre o bem-estar social, o que faz com que a noção retributiva de punição seja descartada.
		Comutativa	A justiça comutativa trata com noções sobre os contratos sociais, considerando-os como acordos que fundamentam as relações humanas.
	6	Distributiva	A justiça distributiva é determinada por princípios de equidade, igualdade e justiça. A equidade diz respeito ao reconhecimento de que as pessoas têm diferentes necessidades que devem ser levadas em consideração.
		Corretiva	Guiada pelo reconhecimento de que o encarceramento é necessário nos casos em que o bem-estar social deve ser assegurado, porém a prisão não é vista como uma medida retributiva (o infrator também é um ser humano).
		Comutativa	Orientada pelo reconhecimento de que as trocas interpessoais são parcialmente reguladas por contratos e promessas (que são vistas como a base moral para qualquer acordo entre duas ou mais pessoas).

⁶ Adaptado de Colby e Kohlberg (1987).

Para Kohlberg (1976), assim como para Piaget (1932/1994), a interação social e o desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro (*role-taking*) desempenham importante papel para o desenvolvimento moral e para a construção da noção de justiça, na medida em que possibilitam ao indivíduo participar da ordem social, a partir da perspectiva de outras pessoas. Esta habilidade de tomada de perspectiva envolve um componente empático ou simpático, mas, sobretudo, uma capacidade cognitiva para julgar situações a partir de padrões diversos de comportamento, que orientam sobre o que é certo ou errado e que determinam quais são os direitos e deveres dos membros de um determinado grupo (KOHLBERG, 1984/1992). Como consequência do desenvolvimento do processo de descentração e desta habilidade cognitiva, constrói-se um conhecimento cada vez mais amplo e complexo sobre as relações interpessoais, os contratos sociais, o respeito, os direitos e deveres, o que permite ao indivíduo interagir no universo social.

Apesar da cognição figurar como elemento central na sua teoria, Kohlberg, assim como Piaget, julga que cognição e afetividade são elementos inseparáveis da vida mental. Ao discutir as relações entre afeto, conhecimento e desenvolvimento social, Kohlberg (1984/1992) afirma que uma interpretação errônea de sua teoria e da teoria de Piaget levou algumas pessoas a acreditarem que o desenvolvimento da cognição por si só determinava o curso de evolução da afetividade. Segundo Kohlberg, o que ele e Piaget defendem é que os desenvolvimentos afetivo e cognitivo possuem uma base estrutural comum e paralela e que os julgamentos morais não são puramente cognitivos, pois “o desenvolvimento dos afetos e motivos está mediatizado, em grande parte, pelas mudanças nos modelos de pensamento” (p. 96).

Mesmo considerando os pressupostos de Piaget e Kohlberg de que a afetividade e a cognição são indissociáveis e que ambos têm papel crucial sobre o desenvolvimento moral, na revisão de literatura feita neste trabalho foram encontrados pouquíssimos estudos empíricos

que tenham investigado a influência de aspectos afetivos sob o domínio da moral que é abordado no presente estudo: o da justiça distributiva. Em alguns trabalhos analisados, o objetivo principal dos autores foi investigar o potencial que a percepção sobre justiça/injustiça de uma determinada situação tinha para produzir estados emocionais discretos como raiva, ódio, alegria ou orgulho⁷.

Compartilha-se a tese piagetiana de que componentes da vida afetiva exercem influência sobre os julgamentos morais e, mais especificamente, defende-se que os mesmos podem direcionar os julgamentos relacionados à justiça. Contudo, como citado anteriormente, não se está propondo que a afetividade seja o único e nem o mais importante fator componencial da moralidade. Nesta direção, na próxima sessão serão apresentados alguns estudos empíricos baseados numa perspectiva multidimensional e que investigaram como a justiça distributiva é influenciada por variáveis desenvolvimentistas, sócio-demográficas (idade, gênero e fatores culturais), cognitivas (perspectiva avaliativa, nível de desenvolvimento moral) e por questões ligadas aos métodos de pesquisa utilizados.

2.4. Estudos empíricos

A teoria piagetiana de que as noções de justiça e, especificamente, aquelas relacionadas à justiça distributiva, transformam-se à medida que a idade avança, tem sido testada empiricamente por uma série de autores, dentre os quais se destaca William Damon. Este autor elaborou dilemas morais dentre os quais perguntava a crianças de diferentes idades qual seria a maneira mais justa de distribuir dinheiro proveniente da venda de quadros ou aviões entre estudantes que os haviam produzido. Segundo o dilema, os estudantes diferiam quanto ao nível de produtividade (um havia trabalhado mais), à condição social (um era pobre) e ao comportamento (um havia se comportado bem).

⁷ Estas pesquisas serão apresentadas e discutidas no capítulo que tratará especificamente sobre as relações entre moralidade e afetividade.

Em dois de seus estudos mais conhecidos (DAMON, 1977; 1980), além de constatar uma seqüência evolutiva nas noções infantis sobre a justiça, observou que mesmo crianças muito novas (por volta dos três ou quatro anos de idade) eram capazes de avaliar questões sociais e de emitir julgamentos morais utilizando critérios que estavam além do respeito unilateral, característico da fase de heteronomia moral.

Com base nos resultados destes estudos, Damon propôs uma tipologia com seis estágios que caracterizavam a evolução das noções ligadas à justiça distributiva e afirmou que os seus dados evidenciavam a necessidade de se considerar a existência de uma sofisticação moral maior do que aquela proposta nas teorias de Kohlberg e Piaget para crianças tão jovens.

Considerando os achados empíricos de Damon (1977, 1980) e os pressupostos piagetianos a respeito das relações entre desenvolvimento cognitivo e moralidade, Enright et al. (1984) realizaram três experimentos cujos objetivos principais foram: comparar o desenvolvimento da noção de justiça distributiva entre crianças estadunidenses e suíças; verificar a influência do contexto de distribuição nos julgamentos infantis; verificar a relação entre os níveis da tipologia de Damon (1980) e o desenvolvimento da reciprocidade lógica piagetiana; e investigar, longitudinalmente, o desenvolvimento dos julgamentos distributivos de crianças de 9 e 10 anos de idade.

No primeiro estudo, foram testadas crianças estadunidenses e suíças com idades variando entre 7 e 14 anos, de ambos os sexos e de nível sócio-econômico médio, por meio de um instrumento padronizado e validado em três países (ENRIGHT et al., 1984) chamado de *The Distributive Justice Scale – DJS*, o qual indica o estágio de desenvolvimento da justiça distributiva, a partir da tipologia de Damon (1980). Para investigar o desenvolvimento da reciprocidade lógica, foram utilizadas as provas piagetianas de conservação da massa e do líquido.

Nos resultados deste primeiro estudo Enright et al. (1984) encontraram efeitos significativos da idade (as crianças de nove e dez anos demonstraram ser mais desenvolvidas que as de 7 e 8 anos, as quais, por sua vez, foram categorizadas em níveis mais elevados que as de 5 e 6 anos) e do gênero (nas três faixas etárias os meninos obtiveram escores mais elevados que as meninas), porém não observaram efeito da nacionalidade sobre os níveis de desenvolvimento das crianças. Outros resultados indicaram que a reciprocidade lógica precedeu a reciprocidade social (observada nos níveis mais elevados da justiça distributiva) e que este efeito foi mais forte entre as crianças mais velhas.

No estudo 2 Enright et al. (1984) estavam interessados em saber em que medida o contexto de distribuição influenciava as decisões das crianças. Nesta direção, solicitaram a crianças de 5 e de 9 anos de idade que resolvessem duas versões da DJS, uma já padronizada e outra na qual se produzia um contexto no qual os personagens faziam parte da mesma família (pai, mãe e irmãos). Nos resultados deste estudo, os autores observaram efeitos significativos do contexto de distribuição e da idade: a situação da família produziu escores mais elevados nos raciocínios distributivos do que a situação em que os personagens eram apenas conhecidos; no contexto familiar observaram julgamentos ligados à igualdade entre as crianças de cinco anos e julgamentos relacionados à necessidade e à reciprocidade comportamental entre as crianças de nove anos de idade. Segundo Enright et al. (1984), estes dados são condizentes com os “achados sócio-psicológicos de que as famílias operam em níveis mais elevados de justiça do que os grupos de pares.” (p.1746).

Os autores alertaram ainda para o fato de que a idade exerceu influência significativa sobre o desenvolvimento moral das crianças e que estes dados permitiram concluir que devem ser considerados os efeitos que os diferentes tipos de contexto podem ter, sem esquecer os limites impostos pelo desenvolvimento infantil.

Por fim, no terceiro estudo Enright et al. (1984) investigaram como os julgamentos distributivos de crianças de cinco anos se transformavam, após 1 ano, e compararam estas transformações com aquelas ocorridas em outro grupo de crianças de nove anos, em um período igual de tempo. Os resultados deste terceiro estudo demonstraram que ambos os grupos evoluíram entre o primeiro e o segundo momentos de testagem, mas que os ganhos foram mais significativos para as crianças mais novas, o que sugere que o desenvolvimento dos julgamentos morais distributivos pode ser mais intenso no início da primeira infância e sofrer uma desaceleração por volta da segunda infância.

Em linhas gerais os dados destes três estudos são importantes por demonstrar, entre outras coisas, que a análise dos julgamentos distributivos deve levar em conta não só fatores ligados ao desenvolvimento, mas também a influência que o contexto social e também aquele produzido na situação experimental exercem sobre as decisões distributivas. Nesta direção, ressalta-se a importância de integração do conhecimento produzido na Psicologia Social com aquele trazido da Psicologia do Desenvolvimento, para que se tenha uma compreensão mais ampla sobre como se constitui a noção de justiça distributiva em nível interpessoal, intergrupar e societal.

Considerando os pressupostos de Piaget e Kohlberg, e os achados de Damon acerca da justiça distributiva, Sales (2000) desenvolveu um estudo no qual objetivava verificar, dentre outras coisas, se os julgamentos morais de crianças de diferentes idades correspondiam ao que havia sido proposto nos modelos teóricos destes três autores. As situações-estímulo utilizadas por esta pesquisadora narravam a história de personagens que haviam feito um trabalho escolar junto e de outros personagens que haviam recolhido latas de cerveja para serem vendidas.

Os participantes dessa pesquisa foram informados que os personagens diferiam quanto ao prazo de entrega dos trabalhos e ao nível de produtividade e eram solicitados a

responderem indicando, dentre cinco opções distributivas, qual seria a mais justa. Além disto, os respondentes eram questionados acerca de duas opções distributivas que haviam sido oferecidas pela professora dos personagens.

De uma maneira geral, Sales (2000) observou que os respondentes mais velhos preferiam as distribuições baseadas na equidade, enquanto que os mais novos preferiam seguir as sugestões dadas pela professora, o que evidenciava os efeitos da heteronomia moral sobre estas crianças. Assim, Sales (2000) conclui que houve evolução nos raciocínios distributivos à medida que a idade dos respondentes avançou e que seus dados corroboravam as teorias de Piaget, Kohlberg e Damon.

No Brasil, destaca-se ainda o estudo conduzido por Dell'Aglio e Hutz (2001) do qual participaram 680 crianças, com idades variando de 5 a 14 anos. Estes pesquisadores elaboraram uma tarefa semelhante à utilizada por Damon (1977; 1980), na qual solicitavam que os participantes distribuíssem recompensas (doces) entre dois personagens que haviam pintado quadros juntos, sendo que havia diferenças quantitativas e qualitativas na produção dos dois (um havia pintado mais quadros, enquanto que o outro havia caprichado mais nas pinturas). Além disto, pediam-se que as crianças julgassem as distribuições (igualitária ou equitativa) que a professora dos personagens havia feito.

Dell'Aglio e Hutz (2001) observaram que as crianças mais novas (cinco a seis anos), seguiam, irrestritamente, a distribuição da professora (respeito pela autoridade), que as crianças de 9 a 10 anos mostravam uma predileção pelo princípio da igualdade e que as mais velhas escolhiam, sobretudo, a equidade como princípio distributivo mais justo. Com base nas justificativas emitidas pelas crianças, Dell'Aglio e Hutz categorizaram os raciocínios distributivos em sete níveis, os quais podem ser compreendidos a partir das etapas piagetianas de anomia, heteronomia e autonomia moral e ilustram a evolução nos raciocínios distributivos infantis, assim como havia sido previsto naquele modelo psicogenético.

Apesar deste e outros estudos terem sido muito importantes por constatarem como o desenvolvimento da moralidade está relacionado à escolha e utilização de princípios distributivos, Sigelman e Waitzman (1991) e Sampaio (2004) fazem críticas aos métodos adotados em algumas dessas pesquisas. Sigelman e Waitzman afirmam que a evolução em direção à equidade, observada nas pesquisas de Damon (1977; 1980), demonstra a forte presença dos valores capitalistas na sociedade americana e que os delineamentos de pesquisa que enfocam a relação entre produtividade e merecimento obscurecem aspectos importantes do pensamento infantil. Sampaio, por sua vez, ressalta que em alguns casos as condições experimentais utilizadas não eram comuns ao cotidiano de crianças pequenas e que pesquisas posteriores deveriam procurar utilizar situações mais próximas à realidade infantil.

Um fato importante de ser mencionado é que a maior parte das pesquisas citadas anteriormente observaram uma seqüência desenvolvimental dos raciocínios distributivos semelhante àquela investigada por Piaget (1932/1994). Contudo, o que foi denominado de equidade nestas pesquisas, em termos de princípios distributivos, alinha-se mais com as idéias de Adams do que com os pressupostos piagetianos, pois enquanto Piaget considera que a equidade representa uma evolução do igualitarismo absoluto – no sentido de que a solidariedade passa a ser associada à justiça – aqueles pesquisadores têm investigado uma noção de equidade que se baseia, sobretudo, em questões ligadas à produtividade e ao merecimento dos envolvidos nas situações de distribuição.

Considerando as críticas citadas acima, Sigelman e Waitzman (1991) elaboraram um estudo que buscava investigar em que idade as informações situacionais eram utilizadas pelas crianças como parâmetros para suas decisões distributivas. Os autores utilizaram três situações experimentais, nas quais havia variações na idade, produtividade e necessidade dos personagens, solicitaram a crianças com idades variando de cinco a quinze anos que distribuíssem recompensas entre personagens, justificassem suas respostas e avaliassem

modelos alternativos de distribuição, os quais representavam a aplicação dos princípios da necessidade, equidade e da distribuição baseada na idade.

De uma maneira geral, os resultados demonstraram que as crianças mais velhas foram mais flexíveis em suas respostas, tendo aplicado diferentes princípios distributivos, a depender da situação analisada. Por outro lado, as crianças mais novas optaram por distribuir de maneira igualitária em todas as situações, o que sugere que as informações contextuais não exerceram influência sobre suas decisões distributivas.

Em um estudo semelhante ao de Sigelman e Waitzman (1991), McGillienddy-De Lisi, Watkins e Vinchur (1991) desenvolveram uma pesquisa na qual a situação-problema apresentava uma história sobre três personagens com diferentes características (um era mais velho, o outro mais pobre e o terceiro mais produtivo), que pintavam quadros juntos e obtinham um lucro de nove dólares com a venda dos quadros. Houve duas versões da história: na primeira os três personagens eram amigos, e na segunda não.

Nos resultados, McGillienddy-De Lisi, Watkins e Vinchur (1991) observaram que o tipo de relação interpessoal não influenciou os julgamentos das crianças mais novas, pois elas deram tratamentos semelhantes aos personagens, tanto quando eles eram amigos quando não. Além disto, os resultados demonstraram que as crianças mais velhas favoreciam mais o personagem mais produtivo quando ele não conhecia os demais e favoreciam mais o personagem necessitado na versão em que prevalecia a amizade.

No que se refere às justificativas para as distribuições, os autores identificaram que as crianças mais novas escolheram a idade do personagem como sendo o fator mais importante na hora de dividir o dinheiro, enquanto que as crianças mais velhas demonstraram serem capazes de articular as diferentes informações (idade, níveis de necessidade e produtividade, e tipo de relação interpessoal) presentes na situação hipotética, produzindo justificativas muito mais elaboradas do que aquelas evocadas pelas crianças mais novas.

As pesquisas de Sigelman e Waitzman (1991) e de McGillienddy-De Lisi, Watkins e Vinchur (1991), dentre outras coisas, destacam-se por demonstrar como a capacidade de articular diferentes pontos de vista é fundamental para a evolução da justiça distributiva. Observa-se que, enquanto as crianças mais novas parecem não ter atentado para as diferenças nas características pessoais e interpessoais dos personagens, as mais velhas escolheram qual seria a opção mais justa, avaliando a importância de vários fatores presentes nos dilemas utilizados.

Objetivando investigar se os julgamentos distributivos de crianças chinesas eram influenciados por características pessoais dos envolvidos na distribuição, Wong e Nunes (2003) realizaram um estudo no qual solicitaram que crianças com idades variando de quatro a cinco anos dividissem brinquedos entre personagens que se encontravam para brincar no pátio da escola. Utilizaram uma situação-hipotética composta por um dilema que versava sobre dois personagens que deveriam decidir dar ou não mais blocos a outros dois personagens que chegavam depois que a brincadeira já havia sido iniciada.

Em uma variação do dilema, o personagem atrasado era mais novo do que os que já estavam brincando; nas outras variações, o personagem atrasado mudava a maneira através da qual pedia mais brinquedos aos que já estavam brincando, sendo ora grosseiro, ora bem-educado. Havia ainda uma situação-controle na qual os três personagens chegavam simultaneamente ao pátio da escola.

Nos resultados, Wong e Nunes (2003) observaram que, de uma maneira geral, as crianças foram sensíveis à variação na idade, mas não ao comportamento (ser gentil ou ser mal-educado) dos outros personagens atrasados, pois o personagem mais novo recebeu uma quantidade de blocos superior a quantidade dada para os outros. Além disto, constataram que as crianças contaram os dois personagens que haviam chegado antes como uma única unidade

de alocação e que apenas quando os três chegavam ao mesmo tempo é que eles eram contados como unidades independentes.

Em uma replicação da pesquisa de Wong e Nunes (2003), com uma amostra de crianças brasileiras, Sampaio (2004) utilizou um delineamento transversal, a fim de verificar se havia evolução dos julgamentos distributivos infantis a medida que a idade avançava. Participaram da pesquisa, 120 crianças de ambos os sexos, com idades variando de cinco a dez anos.

Nos resultados, Sampaio constatou que as crianças nos três grupos etários utilizaram diferentes tipos de justificativas para sua distribuição e que questões relacionadas ao mérito puderam ser observadas mesmo nas respostas das mais novas. Além disto, observou que as quantidades de blocos distribuídas pelas crianças de cinco e seis anos de idade não variaram significativamente ao longo das situações problemas, o que sugeriu que as crianças utilizaram um tipo de raciocínio igualitário que as levou a julgar todos os personagens como sendo merecedores do mesmo tratamento.

Este tipo de igualitarismo não foi observado entre as crianças mais velhas, pois as quantidades de blocos distribuídas por elas variaram em função do comportamento e da idade dos personagens atrasados. Por fim, Sampaio (2004) destacou que as análises acerca das quantidades de blocos distribuídas pelas crianças de nove e de dez anos de idade indicavam que estas utilizavam um critério eqüitativo baseado no merecimento e na idade do personagem mais novo para guiar suas escolhas.

Como se pode observar, os estudos de Damon (1977; 1980), Sales (2000), Dell'Aglio e Hutz (2001), Sigelman e Waitzman (1991), Wong e Nunes (2003), e Sampaio (2004) corroboram as teses de Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1987) de que a justiça distributiva segue um curso de desenvolvimento que parte do raciocínio retributivo e do respeito unilateral heterônomo, passa pelo igualitarismo absoluto e se dirige em direção à eqüidade. O fato de

esta evolução estar ligada aos avanços na idade indica que habilidades cognitivas como o *role-taking*, desempenham importante papel na transformação da noção de justiça distributiva, visto que uma visão ampliada dos membros da sociedade possibilita que o indivíduo alcance formas superiores de equilíbrio nos raciocínios morais.

Considerando a possibilidade de verificar empiricamente o pressuposto de Kohlberg (1984/1992) de que as noções de justiça distributiva evoluem paralelamente à evolução dos níveis de raciocínio moral de sua tipologia, Wendorf, Alexander e Firestone (2002) realizaram uma pesquisa cujo objetivo principal foi investigar a relação entre a justiça processual, justiça distributiva e os níveis de julgamento moral da tipologia kohlberguiana. Esses autores formularam a hipótese de que preocupações com a justiça processual deveriam ser mais relevantes nos estágios 5 e 6 do que no estágio 4, que haveria uma predileção maior por princípios tradicionais, como equidade ou igualdade, e que o autofavorecimento estaria ligado aos níveis mais baixos de desenvolvimento moral.

De uma maneira geral, os resultados confirmaram as hipóteses iniciais dos autores e demonstraram que as avaliações sobre justiça distributiva e autofavorecimento estiveram correlacionadas positivamente com o primeiro nível de desenvolvimento moral (interesse pessoal). O nível pós-convencional correlacionou negativamente com interesse pessoal e positivamente com a justiça processual, ou seja,

(...) escores mais elevados nos esquemas pós-convencional e manutenção das normas tenderam a uma maior preferência por procedimentos justos, mas escores mais elevados no esquema do interesse pessoal tenderam a mostrar menor preocupação por procedimentos justos. (Wendorf; Alexander; Firestone (2002: p. 33-34).

Contrapondo a influência que aspectos desenvolvimentistas têm sobre o raciocínio distributivo a outras variáveis ligadas ao meio sócio-cultural, Nisan (1984) realizou um estudo

no qual comparou crianças criadas em kibutz a outras que viviam em cidades israelenses, no que diz respeito ao comportamento distributivo. Partindo de estudos anteriores que demonstraram que crianças educadas em kibutz tendiam a ser mais cooperativas e a exibir comportamentos igualitários do que suas contrapartes criadas em outros meios urbanos, e do fato de que nos kibutz prevalecem valores coletivistas e o lema “*para cada um de acordo com suas habilidades e necessidades*”, o que, em geral, equivale a dizer uma distribuição igual para todos, Nisan objetivou investigar, dentre outras coisas, se a norma de igualdade continuava influente no comportamento da criança mesmo em uma idade na qual seria esperada uma predominância do princípio da equidade.

Para alcançar este objetivo, esta autora distribuiu 160 crianças, com idade média de sete anos, em quatro grupos experimentais, de acordo com as seguintes condições: contexto residencial (ter sido criada em kibutz ou na cidade), produtividade (ora o respondente era o membro mais produtivo da díade, ora o menos) e forma de trabalhar (trabalho individual ou grupal). A situação experimental envolvia uma tarefa de colorir estrelas a qual deveria ser completada individualmente (por um colega fictício) ou em grupo (também fictício), sendo que, de acordo com o controle, os participantes poderiam ter produzido mais (15) ou menos (5) estrelas. Ao fim da tarefa era solicitado que cada criança dividisse doces entre ela e seu companheiro, após observar a produção de cada um.

De acordo com a hipótese de Nisan (1), as crianças do kibutz iriam aderir mais ao princípio da equidade que as crianças da cidade, tanto na condição de trabalho individual quanto na grupal. Outra hipótese era a de que as crianças da cidade iriam aderir mais ao princípio da igualdade na condição grupal do que na individual. Nos resultados, a autora observou que ambas as hipóteses foram confirmadas e que enquanto as crianças da cidade distribuíram mais de acordo com a equidade, as crianças do kibutz usaram, sobretudo, o princípio da igualdade. Apesar disto, Nisan (1984) afirmou que não se podia falar que

igualdade e equidade discriminaram perfeitamente as crianças da cidade e do kibutz, já que 26,3% das primeiras dividiram de acordo com a igualdade, enquanto que 41,3% das outras aderiram à equidade. Análises de variância também apontaram uma influência do nível de *output*, no sentido que as crianças que pintaram 15 estrelas sempre pegaram uma quantidade maior de recompensas, quando comparadas às que pintaram apenas cinco.

Outro dado importante observado neste primeiro estudo foi que os princípios da equidade e da igualdade parecem ter sido “balanceados” pela generosidade, pois das 40 crianças da cidade, na condição de menor produtividade, apenas 5 se desviaram da norma da equidade, quando isto podia beneficiá-las, enquanto que na condição de maior produtividade, 16 crianças adotaram a igualdade para favorecer seus parceiros. Por outro lado, das 40 crianças do kibutz, 12 adotaram a equidade para se beneficiar na condição de baixa produção, enquanto que 21 se desviaram da norma da igualdade quando isto podia beneficiar seus parceiros.

A partir destes resultados, Nisan (1984) afirmou que os princípios da equidade e igualdade podiam não ter sido vistos como os mais moralmente corretos pelas crianças, mas como regras sociais adequadas para serem aplicadas juntamente ao princípio da generosidade. Partindo dos dados deste primeiro estudo, a autora questionou se os efeitos das normas sociais continuariam prevalecendo em idades mais avançadas, ou se este efeito apenas retardaria uma tendência de desenvolvimento em direção à equidade. Para responder a esta questão, Nisan elaborou um segundo experimento.

Participaram deste segundo estudo 160 crianças (80 da cidade e 80 do kibutz), distribuídas em grupos nos quais havia diferenças no nível de produtividade (colorir dois ou quatro quadros) e na condição de trabalho (em grupo ou individual). Como no experimento anterior, era solicitado que cada respondente distribuísse as recompensas (seis lápis) entre ele

e seu companheiro fictício. Além disto, as crianças tiveram que avaliar o nível de esforço pessoal e o do seu companheiro, e o quanto cada um merecia as recompensas.

Nos resultados, Nisan (1984) observou um efeito significativo do nível de *output* (as que produziram mais, pegaram mais) e uma interação entre *output* e contexto residencial, pois independente do sujeito ter produzido mais ou menos, as crianças do kibutz distribuíram igualmente com mais frequência que as crianças da cidade. Os resultados demonstram também que 80% das crianças da cidade distribuíram de acordo com o *output* e que 53,8% das crianças do kibutz foram igualitárias em suas distribuições.

Quanto às questões referentes ao esforço dos participantes, Nisan (1984) observou um efeito do nível de produção (quem trabalhou mais disse que se esforçou mais) e do contexto residencial (as crianças da cidade atribuíram mais esforço a elas mesmas que as crianças do kibutz). Este último efeito foi mais notável na condição em que o respondente havia produzido mais, pois as crianças do kibutz assumiram um nível de similaridade entre seu esforço e o do seu companheiro, mais do que as crianças da cidade. Além disso, as crianças do kibutz atribuíram escores mais elevados de esforço aos seus companheiros que as crianças da cidade, sobretudo na condição em que o colega havia produzido mais.

Outros resultados indicaram que quanto maior a produção maior era o escore de merecimento atribuído a si mesmo. Além disso, em grupos que produziram dois quadros, a média desses escores se aproximou do ponto médio da escala, mas nos grupos que produziram quatro quadros estas médias foram muito mais além deste ponto.

Na discussão, Nisan (1984) afirmou que estes resultados demonstravam a predominância de dois diferentes princípios distributivos entre as crianças da cidade e do kibutz. Mas, além disso, demonstravam que, neste último grupo, tanto a igualdade quanto a equidade estiveram presentes, visto que uma boa parte da amostra desviou-se da norma esperada (princípio da igualdade) e que as respostas à questão sobre o merecimento foram

muito semelhantes nos dois contextos residenciais. Para justificar esse dado, Nisan recorreu à força lógica do princípio da equidade, afirmando que este é bem mais sofisticado que a igualdade, além de garantir que o esforço pessoal será recompensado de alguma maneira.

Além disso, a autora apontou que as crianças do kibutz tenderam a atribuir maiores níveis de esforço ao seu companheiro do que as crianças da cidade, o que as teria levado a se comportar de maneira equitativa. Nesta direção, Nisan (1984) propôs que o desenvolvimento do conceito de proporcionalidade distributiva nestas crianças estaria mais associado à percepção que elas tinham do esforço do que à produtividade propriamente dita. Assim, a associação entre normas sociais e princípios morais provocaria uma espécie de “modelagem” na percepção que elas tinham acerca do nível de esforço em contextos distributivos.

Na discussão geral, Nisan (1984) afirmou que a maior contribuição de sua pesquisa foi demonstrar a diferença no comportamento distributivo das crianças de kibutz e das crianças da cidade e que a força dos valores internalizados durante a socialização continuava forte no primeiro grupo, mesmo em um experimento no qual a aplicação da equidade tinha sido fortalecida. De acordo com essa autora:

Entre a norma e o princípio moral, existe uma rede de crenças e definições que serve como ponte para conectá-los. Esta rede está sujeita a diferenças entre culturas, grupos e assim por diante, e ela assegura que a norma e o princípio irão coexistir harmoniosamente. Ao mesmo tempo, isto dá poder à norma e lhe dá possibilidade de funcionar independentemente dentro do princípio no qual ela está aparentemente ancorada. (Nisan, 1984: p. 1029).

Estes resultados sugerem para o autor do presente trabalho que as normas sociais têm seu poder para influenciar o comportamento distributivo das crianças, desde que estas sejam condizentes com os princípios morais predominantes em cada faixa etária, o que leva a atentar para a inter-relação entre aspectos sócio-culturais e cognitivos no desenvolvimento sócio-moral.

Outros autores seguem uma linha de raciocínio mais sócio-psicológica e consideram a importância de se investigar como a cultura relaciona-se às dinâmicas envolvidas na dimensão da justiça distributiva. Neste sentido, outras pesquisas têm objetivado investigar como os raciocínios sobre justiça distributiva sofrem influência do sexo e da cultura. Dentre estas, destacam-se os trabalhos de Leventhal e Lane (1970), Jackson, Messe e Hunter (1985), Hutz, Conti e Vargas (1994), Giacobbe-Miller, Miller e Victorov (1998), Murphy-Berman e Berman, (2002).

Leventhal e Lane (1970) elaboraram uma pesquisa que objetivava investigar se a distribuição de recompensas era influenciada pelo sexo dos participantes. Na situação experimental utilizada por estes autores, os participantes acreditavam que estavam resolvendo problemas de matemática em parceria com um indivíduo localizado em uma sala adjacente e que haviam tido performances superiores ou inferiores às do seu parceiro. Após apresentar os resultados sobre o desempenho de cada membro da dupla, o entrevistador solicitava que o respondente escolhesse a maneira mais justa de dividir as recompensas entre os membros da dupla.

Nos resultados Leventhal e Lane (1970) observaram que, de uma maneira geral, os homens pegaram maiores quantidades de recompensas para si mesmos, independente de seu desempenho, e que, mais do que as mulheres, utilizaram a produtividade como critério mais forte para regular a divisão. As mulheres, por outro lado, mesmo quando haviam tido performances superiores às dos seus parceiros, pegaram pouco mais do que a metade das recompensas e quando tinham performances inferiores pegavam porções bem menores do que aquelas pegadas por homens com performance inferior. Estes resultados são importantes, pois além de não corroborarem o modelo teórico de Adams (1965), indicam a existência de diferenças significativas nos raciocínios distributivos de homens e mulheres.

Jackson, Messe e Hunter (1985) afirmam que apesar do estudo de Leventhal e Lane (1970) e de outras pesquisas sugerirem diferenças no comportamento distributivo de homens e mulheres, pesquisas nas quais os membros da díade são de diferentes sexos, não têm produzido resultados conclusivos e que alguns estudos parecem indicar uma influência maior do gênero do que do sexo sobre a justiça distributiva. Nesta direção, estes autores elaboraram um estudo cujo principal objetivo era investigar a influência do gênero e do sexo da pessoa que toma as decisões de alocação e da sua contraparte sobre o comportamento distributivo, em situações nas quais indivíduos de diferentes sexos interagem.

Participaram desta pesquisa 128 homens e mulheres estudantes universitários, os quais foram categorizados a partir do *Bem Sex Role Inventory* – BSRI. Estes indivíduos foram informados que iriam trabalhar com um parceiro do sexo oposto, que estaria em uma sala adjacente. A tarefa consistia em montar uma espécie de quebra-cabeça e em distribuir um bônus (em dinheiro) entre ele e o parceiro que havia tido uma performance inferior na tarefa.

Nos resultados, Jackson, Messe e Hunter (1985) observaram um efeito significativo do gênero do co-trabalhador sobre o comportamento distributivo, no sentido de que os femininos receberam mais recompensas que os masculinos e que as recompensas dadas a co-trabalhadores andrógenos foram intermediárias e não se diferenciaram das outras duas. Não se observaram efeitos nem do sexo e nem do gênero do alocador sobre as quantidades de bônus distribuídas. Além disso, o teste do Qui-quadrado demonstrou que as co-trabalhadoras femininas receberam mais recompensas igualitárias, quando comparadas aos masculinos e andrógenos.

Estes resultados sugerem que fatores situacionais podem ter uma influência mais forte do que fatores disposicionais sobre o comportamento distributivo, já que o gênero do companheiro influenciou a quantidade de dinheiro distribuída, mas nem o sexo e nem o gênero do alocador produziram tal efeito. Jackson, Messe e Hunter (1985) afirmam que estes

resultados podem ser uma decorrência da percepção sobre feminilidade e masculinidade prevalente na sociedade, pois a primeira tende a ser vista como mais relacionada a características que enfatizam as relações interpessoais e a benevolência, enquanto que a segunda mais ligada à produtividade e ao cumprimento das tarefas. Esta percepção levaria as pessoas a julgarem que pessoas femininas devem ser tratadas de maneira solidária e as masculinas equitativamente. Neste caso, a quantidade de bônus recebida pelos companheiros andrógenos representaria justamente um meio termo entre as regras da igualdade e equidade e explicaria a não diferenciação das distribuições feitas para co-trabalhadores masculinos e femininos.

Outros autores compararam as decisões distributivas de pessoas de diferentes países, considerando a possibilidade de que fatores sócio-culturais tenham importante influência sobre a justiça distributiva. Em um destes estudos Giacobbe-Miller, Miller e Victorov (1998) elaboraram um *role-play* no qual os participantes eram estimulados a acreditar que eram responsáveis por uma unidade de trabalho de uma empresa da qual faziam parte 18 trabalhadores que se diferenciavam entre si quanto aos níveis de produtividade, necessidade e ao relacionamento com os colegas de trabalho. Os autores aplicaram este *role-play* a administradores estadunidenses e russos, para comparar a maneira como estas pessoas distribuía um bônus de dezoito dólares entre os trabalhadores e para investigar qual (is) princípio (s) distributivo (s) eles consideravam mais justos.

Os resultados do estudo de Giacobbe-Miller e Victorov (1998) apontaram para o fato de que tanto os estadunidenses quanto os russos viram a produtividade como sendo um fator muito importante na hora de distribuir os bônus, mas que as decisões dos administradores russos também foram fortemente influenciadas pelo nível de necessidade. Além disto, os participantes estadunidenses apontaram a equidade como sendo o princípio distributivo mais justo, enquanto que os participantes russos, além deste princípio, destacaram a importância de

se considerar outros fatores como a necessidade e o relacionamento do personagem com seus colegas de trabalho.

Apesar desses resultados serem bastante sugestivos, Giacobbe-Miller, Miller e Victorov (1998) afirmaram que os dados de sua pesquisa não eram suficientes para que se pudesse dizer que fatores culturais eram determinantes na produção de diferenças nas distribuições, mas que as mesmas podiam estar relacionadas às diferenças nas condições de trabalho, saúde, educação e moradia presentes nesses dois países.

Em outro estudo transcultural Murphy-Berman e Berman (2002) investigaram como estudantes de Psicologia da Indonésia e de Hong-Kong avaliavam o comportamento de um gerente que distribuía bônus entre dois empregados, em um dilema hipotético. De acordo com as variações nas situações experimentais, ora o gerente favorecia o empregado mais necessitado, ora o mais produtivo. Além disto, havia um contexto positivo, no qual ele distribuía todos os bônus e um contexto negativo no qual ele tomava um terço dos bônus para si mesmo.

Nos resultados, os autores observaram que em ambos os países o gerente que distribuía tudo entre seus empregados recebeu uma avaliação mais positiva do que aquele que tomava parte do dinheiro para si. Além disto, os participantes de Hong-Kong julgaram o gerente que favoreceu a produtividade como sendo mais cuidadoso e emocionalmente equilibrado do que o gerente que deu mais dinheiro ao trabalhador necessitado, sendo o inverso verdadeiro para os respondentes da Indonésia. Em linhas gerais, Murphy-Berman e Berman (2002) observaram que na Indonésia a necessidade foi avaliada como um princípio mais justo do que a equidade, enquanto que em Hong-Kong este tipo de avaliação se inverteu. Para estes autores os resultados obtidos podem estar relacionados ao fato de valores coletivistas ainda serem muito fortes na Indonésia, os quais podem ter feito com que os estudantes tenham priorizado a manutenção da harmonia e preservação do bem-estar de

ambos os trabalhadores. Por outro lado, os autores citaram estudos vigentes na época da pesquisa que apontavam para uma expansão cada vez maior de valores individualistas em Hong-Kong, os quais podiam ter feito com que a equidade fosse vista como sendo mais justa.

Chiu (2001) também investigou a justiça distributiva em estudantes de Hong-Kong, mas, diferentemente de outros autores, em um contexto natural de distribuição e enfocando apenas a força do princípio da igualdade. Participaram da pesquisa 112 estudantes do curso de Psicologia do Desenvolvimento, os quais se organizaram em grupos com até seis membros que trabalharam juntos por um período de sete semanas em duas atividades: uma revisão bibliográfica e um estudo empírico. Ao fim destas tarefas, cada indivíduo avaliou seu nível de contribuição e o de seus companheiros de grupo.

Utilizando escalas *likert*, os respondentes indicaram quão justo seria dar a mesma nota (igualdade) a todos os membros do grupo, o quanto eles haviam trabalhado como grupo (coesividade) e quão importante seriam três critérios para decidir quem merecia a maior nota: 1. Quantidade de tempo empregada; 2. Quantidade de idéias propostas; 3. Se as idéias eram realmente úteis.

Em seguida, tiveram que indicar se eles reduziriam a nota de um membro do grupo que contribuiu menos, considerando os seguintes critérios: (a) Personalidade (ele ou ela era uma boa pessoa); (b) *Ingroup* (o membro era um amigo próximo); (c) Contribuição anterior (ele ou ela havia contribuído mais em um trabalho anterior); (d) ser ocupado (o membro tinha se esforçado bastante, mas não havia tido um bom desempenho por ter muitas outras coisas a fazer); (e) incapacidade (a pessoa havia se esforçado, mas não tinha habilidade para lidar com a tarefa); (f) seriedade (ele ou ela era uma pessoa muito séria). Por fim, foi solicitado que cada respondente indicasse se achava que a avaliação que os outros membros haviam feito a respeito dele teria sido justa ou injusta.

Os escores dos três critérios (tempo, quantidade e utilidade das idéias) foram agregados em uma medida chamada de *Aderência à Norma da Contribuição*. Análises de variância indicaram que as respostas à questão sobre redução da nota poderiam ser mais bem compreendidas através de uma solução com dois fatores que, juntos, explicavam 60% da variância. O primeiro fator (**características pessoais**) agregou os itens (a), (b) e (c), enquanto que o segundo fator (**Consideração Intencional**) os itens (d), (e) e (f).

A principal variável independente foi o nível de justiça que os participantes atribuíram à regra da igualdade nas duas situações de distribuição (Igualdade 1 e Igualdade 2) e as variáveis independentes foram *Aderência à Norma da Contribuição*, o nível de coesividade do grupo e as avaliações sobre contribuição. Regressões múltiplas mostraram que a Igualdade 1 foi mais bem predita pelo primeiro fator e pela coesividade do grupo, pois quanto mais se levava em consideração as características dos companheiros que contribuíram menos e quanto maior a coesividade do grupo, mais os respondentes consideravam ser justo aplicar a igualdade.

Já a Igualdade 2 foi significativamente predita pela contribuição, coesividade grupal e pelo segundo fator: quanto mais se levava em consideração a seriedade ou mais elevada era a coesividade grupal, mais a igualdade foi vista como justa. Por outro lado, quanto mais elevada era a contribuição pessoal, mais a distribuição igualitária era vista como injusta. Outros resultados indicaram que quando características não relacionadas à contribuição eram levadas em consideração, mais os respondentes julgavam que a igualdade era justa.

Além disto, quando a coesividade grupal era elevada, as diferenças individuais de performance foram postas de lado, mas quando a coesividade era baixa, a norma da contribuição tornou-se mais forte. Outro dado importante é que a justiça da igualdade esteve positivamente relacionada às preocupações particulares na primeira tarefa, enquanto que as atitudes e intenções dos membros que contribuíram menos se tornaram mais relevantes na

segunda tarefa. De uma maneira geral, os resultados deste estudo sugerem que para esta amostra tanto o nível de coesividade grupal quanto características pessoais dos membros são fatores importantes para avaliar a justiça distributiva e, mais especificamente, quando são aplicados os princípios da igualdade e da equidade.

Considerando a necessidade de investigar se a percepção sobre o tipo de relação interpessoal estabelecido em um grupo influenciava as decisões distributivas dos indivíduos, Hutz, Conti e Vargas (1994) realizaram uma pesquisa com estudantes brasileiros, cuja principal variável independente era a possibilidade ou ausência de interação futura entre os envolvidos nas distribuições. Eles utilizaram situações hipotéticas, nas quais havia diferenças nos níveis de habilidade, produtividade e necessidade dos personagens. Em uma das situações, apresentaram uma história na qual dois estudantes universitários haviam produzido e vendido um livro, e os respondentes eram solicitados a dividir os lucros provenientes desta atividade. Na segunda situação, solicitavam que os participantes dividissem o apurado mensal de um restaurante entre seus dois donos, os quais eram amigos. De acordo com o delineamento da pesquisa, na primeira situação indicava-se que não haveria interação futura entre os dois estudantes, enquanto que na segunda informavam que os dois donos ainda iriam interagir por muitas vezes, visto que o restaurante era sua fonte de renda.

Hutz, Conti e Vargas (1994) observaram que, de uma maneira geral, o princípio da igualdade foi o mais utilizado pelos participantes, enquanto que o princípio da necessidade o menos. Além disto, os resultados demonstraram que a possibilidade ou ausência de interação futura influenciou nas escolhas distributivas, visto que na primeira situação a igualdade foi avaliada como sendo o princípio mais justo a ser adotado, enquanto que na segunda, a maioria dos respondentes destacou a equidade como princípio mais justo.

Segundo Hutz, Conti e Vargas, o maior número de respostas igualitárias pode ter sido uma consequência da própria manipulação experimental utilizada, a qual pode ter feito com

que os participantes considerassem que, mesmo diante de diferenças na produtividade, habilidade ou necessidade, distribuir igualmente seria uma atitude mais justa e socialmente desejável. Por fim, os autores tentaram justificar a baixíssima frequência de respostas baseadas na necessidade, a partir de outros estudos transculturais que demonstravam que no Brasil a justiça e os direitos coletivos são avaliados apenas como razoavelmente importantes e que, em geral, os estudantes brasileiros estão em níveis mais baixos de desenvolvimento moral, quando comparados a amostras de outros países.

No que se refere à influência dos relacionamentos interpessoais sobre a justiça distributiva, cita-se ainda o estudo de Lamm e Schwinger (1980), o qual demonstrou haver diferenças na utilização do princípio da necessidade em decorrência do tipo de relação predominante entre os envolvidos, e do sexo dos respondentes. Participaram deste estudo 128 estudantes secundaristas de ambos os sexos de uma cidade industrial alemã, com idade média de 17 anos. A situação experimental envolvia um dilema hipotético no qual dois personagens produziram juntos e venderam um manuscrito para comprar livros de que precisavam. Os participantes foram informados que os personagens haviam trabalhado igualmente, mas que um deles (personagem A) precisava de 200 MD, enquanto que o outro (personagem B) precisava de apenas 50 MD, e que a venda do manuscrito havia rendido uma quantidade de 300 MD, os quais deveriam ser divididos entre A e B.

Havia variações experimentais no tipo de relacionamento interpessoal entre A e B (ou eram amigos, ou apenas mantinham um relacionamento superficial) e nas causas que teriam provocado a maior necessidade de A (ora as causas eram de ordem externa, ora tinham sido provocadas por descuido do próprio personagem).

Nos resultados, Lamm e Schwinger (1980) observaram que A recebeu maiores quantidades de MD em todas as situações experimentais, mas que ele foi mais favorecido na situação em que os personagens eram amigos. Não houve efeito das informações sobre as

causas que produziram o estado de maior necessidade de A. Uma análise de variância demonstrou haver interação entre o tipo de relação interpessoal e o sexo dos respondentes, no sentido de que, na situação na qual A e B relacionavam-se apenas superficialmente, as mulheres alocaram os MDs mais igualmente que os homens.

Nas discussões, Lamm e Schwinger (1980) afirmam que os resultados de seu estudo são interessantes por demonstrar que, mesmo em situações não emergenciais e nas quais não existe necessariamente uma relação de amizade entre os envolvidos, o princípio da necessidade pode ser utilizado como estratégia distributiva. Além disso, seu estudo indica que o tipo de relação interpessoal parece exercer efeito mais significativo sobre as mulheres, o que corrobora os resultados de outro estudo (LEVENTHAL; LANE, 1970) que sugere haver diferenças na maneira como homens e mulheres tomam decisões distributivas.

Em outro estudo bastante semelhante, além do tipo de relação interpessoal, Schwinger e Lamm (1981) manipularam experimentalmente o nível de contribuição (maior ou menor) e a possibilidade de satisfazer completamente a demanda da pessoa mais necessitada para verificar se estas variáveis influenciariam o comportamento distributivo de estudantes secundaristas alemães. A tarefa experimental foi semelhante à utilizada por Lamm e Schwinger (1980) e descrevia uma situação na qual dois estudantes (A e B) haviam colaborado para produzir um manuscrito, sendo que o lucro obtido com a venda desta produção deveria ser dividido entre os dois estudantes. Utilizaram um delineamento experimental tipo $2 \times 2 \times 2$, com variações na possibilidade de satisfação das necessidades (sim ou não), contribuição (os dois parceiros contribuindo igualmente ou B produzindo mais que A) e relacionamento interpessoal (amigos x parceiros eventuais). O personagem A era mais necessitado que B e a quantidade de dinheiro alocada para ele foi tomada como a principal variável dependente.

Os resultados demonstraram influência significativa das três variáveis independentes, pois quando havia possibilidade de satisfazer completamente a necessidade de A, a quantidade de dinheiro alocada para ele era maior do que quando isto não era possível. A recebia mais dinheiro quando a contribuição dos dois personagens era igual do que quando B havia produzido mais. Por fim, A recebia mais dinheiro quando a díade era composta por amigos do que quando os personagens eram apenas parceiros eventuais. Não foram observadas interações significativas entre as três variáveis independentes, o que sugere que elas podem ter contribuído aditivamente para o comportamento de alocação. Outro resultado observado foi o de que quando o mais necessitado contribuía menos, a aplicação da necessidade era mais forte apenas enquanto era possível a satisfação completa das necessidades de A.

Nas discussões, Schwinger e Lamm (1981) consideram que seus resultados demonstram que a necessidade é menos forte quando as relações interpessoais são mais fracas (como aponta Deutsch, 1975). Além disso, quando as contribuições não são iguais, o princípio da contribuição influencia a força do princípio da necessidade, independentemente do tipo de relacionamento interpessoal, o que sugere uma espécie de compromisso entre equidade e igualdade. Por fim, os autores afirmam que este compromisso é pouco provável em situações nas quais não é possível satisfazer completamente as necessidades, visto que os resultados demonstram que, neste caso, a força da contribuição aumentou ao mesmo tempo em que a da necessidade diminuiu.

Utilizando uma manipulação experimental na qual havia diferenças no grau de relacionamento entre os envolvidos (pai e filho x um adulto e um garoto que não se conheciam) e na necessidade de um deles (o garoto era mais necessitado x não se fazia nenhuma menção à necessidade dos personagens), Peterson (1975) elaborou um estudo para

investigar como estas duas variáveis influenciavam as decisões distributivas de estudantes estadunidenses.

A situação experimental descrevia um senhor e um garoto que trabalharam juntos limpando um jardim, sendo que o homem havia produzido quatro vezes (encheu doze cestos de folhas) mais que o garoto (encheu três cestos de folhas). Era, então, solicitado que cada respondente dividisse um total de \$15,00 entre os dois personagens, sendo que a quantidade de dólares alocados para o senhor foi utilizada como a principal variável dependente.

Análises de variância indicaram uma influência significativa da relação dos personagens (quando eles eram estranhos, o homem recebeu mais do que quando eles eram pai e filho), da necessidade (quando a necessidade não foi mencionada o adulto recebeu mais do que quando se dizia que a criança precisava de mais dinheiro) e uma interação entre necessidade e relação (a norma da necessidade foi aplicada mais fortemente a membros de uma mesma família do que quando os personagens não se conheciam).

Na discussão destes resultados, Peterson (1975) levanta a possibilidade de que a preferência pela aplicação da necessidade seja mais forte para familiares em função da percepção que as pessoas têm sobre a relação de dependência dos filhos para com seus pais. Sobre esta questão, a autora afirma que em sua revisão bibliográfica verificou que as pessoas estão mais dispostas a ajudar os outros quando existe algum tipo de dependência entre elas. Outra possível explicação deste fato, para a autora, seria que os respondentes podem ter visto a equidade como uma regra não adequada a ser aplicada em contextos familiares, se se considera a discrepância entre as habilidades e competências de pai e filho, para conseguir recursos e utilizá-los mais efetivamente para o bem-estar da família como um todo.

Partindo de estudos anteriores, que sugerem haver diferenças no comportamento de alocação dos chineses em relação às pessoas de países ocidentais, em decorrência do peso que aqueles atribuem ao tipo de relacionamento interpessoal e a ênfase dada por eles a questões

afetivas, Zhang e Yang (1998) realizaram um estudo para testar a influência de duas normas culturais chinesas sobre o comportamento de alocação: o *guanxi* (tipo de relacionamento interpessoal) e o *renqing* (necessidade de demonstrar afetividade pelos outros).

A primeira dita uma série de obrigações institucionalmente estabelecidas que determina como os parceiros de uma díade relacionam-se entre si. A depender do tipo de *guanxi* prevalente, os parceiros recebem mais ou menos pressão para cumprir suas obrigações, sendo que esta é maior numa relação entre pais e filhos e menor entre pessoas estranhas. Segundo Zhang e Yang (1998) diversas pesquisas demonstram que os chineses tratam os outros diferentemente, a depender do tipo de *guanxi* prevalente nos grupos.

O *renqing*, por sua vez, dita que as pessoas devem demonstrar afetividade em suas relações com outras pessoas, sendo caridosas, solícitas e empáticas. Estudos anteriores demonstraram que o *renqing* está presente em todas as sociedades chinesas, governa todas as interações sociais e regula todos os tipos de *guanxi* entre os indivíduos. (ZHANG; YANG, 1998: p. 257). De uma maneira geral, os chineses tendem a seguir três tipos de normas que contrabalançam afetividade e racionalidade: *renqing* (predominância afetiva), *he quing he li* (racional e afetivo), *he li* (predominância racional ou do *fairness*).

No método utilizado, Zhang e Yang (1998) descreveram um cenário hipotético no qual os respondentes deveriam demonstrar como eles alocariam recursos a parceiros com diferentes tipos de *guanxi* (parentes, irmãos, amigos, colegas, parceiros casuais e estranhos) e que haviam contribuído menos que ele. Estas situações investigaram “*como eles fariam*” a alocação. Cinco grupos responderam esta tarefa e em seguida participaram de mais uma rodada de alocação na qual foram instruídos a distribuir de acordo com as normas *he li*, *he quing he li*, *renqing*, “*como deveria ser*” e seguindo o princípio da equidade. Um sexto grupo participou apenas do cenário “*como faria a distribuição*”.

Análises de variância mostraram que o tipo de *guanxi* exerceu influência significativa sobre as quantidades de dinheiro distribuídas, sendo que quanto mais forte o relacionamento interpessoal entre os membros da díade, mais dinheiro era alocado para o parceiro. Além disso, mostraram que as normas “*deveria ser*”, “*como faria*” e *he quing he li* não se diferenciaram entre si, sugerindo que o que os chineses fazem é consistente com o que eles deveriam fazer de acordo com as convenções sociais, e que o tratamento dado às outras pessoas está fundamentado em um compromisso entre aspectos racionais e afetivos (ZHANG; YANG, 1998: p.263). Por fim, as análises demonstraram que as normas de *he li* e equidade também não se diferenciaram, mas que a norma de *renqing* divergiu de todas as outras, apresentando os maiores escores em todos os tipos de *guanxi*. A partir destes dados, os autores constituíram três medidas de alocação: racional (*he li* e equidade), “razoabilidade” (“*deveria ser*”, “*como faria*” e *he quing he li*) e *renqing*.

Análises adicionais demonstraram que, para parentes e irmãos, as medidas de *renqing* e razoabilidade não se diferenciaram, mas foram maiores que as medidas para distribuição racional; para amigos a medida de “razoabilidade” foi menor que a de *renqing*, mas não se diferenciou da norma racional; para colegas, parceiros eventuais e estranhos a medida de “razoabilidade” foi muito menor que a medida de *renqing*, mas também não se diferenciou da medida racional.

De uma maneira geral, os resultados demonstraram que tanto o *renqing* quanto o *guanxi* exerceram influência significativa sobre as decisões dos respondentes, sugerindo que, ao tomar decisões distributivas, os chineses consideram a força tanto de aspectos afetivos quanto cognitivos, dependendo do tipo de *guanxi* prevalente na díade, mas que ao distribuir de acordo com o *renqing* eles tendem a ser mais solidários com seus parceiros. Além disto, eles sinalizam para uma característica importante observada nesta amostra: em situações distributivas a preocupação dos chineses vai além da busca pela adequação à normas de

justiça, como a equidade. Nesta direção, Zhang e Yang (1998) advertem que além de considerarem as peculiaridades sócio-culturais do contexto, deve-se destacar que para as pessoas chinesas “fazer alocações não é somente uma ação racional baseada na consideração sobre justiça, mas uma ação interpessoal através da qual os... envolvidos mantém a harmonia interpessoal, expressando sentimentos positivos uns pelos outros.” (p. 265)

O que se pode concluir destes dados e das pesquisas anteriores é que um fator situacional é de suma importância nos julgamentos sobre justiça distributiva: o tipo de relacionamento entre os envolvidos na situação. Nesta direção, alguns resultados citados anteriormente corroboram os pressupostos de Deutsch (1975) sobre esta questão. Contudo, deve-se mencionar que nem sempre os objetivos do grupo são explicitados nas manipulações experimentais e que para os participantes basta apenas saber que os envolvidos na distribuição são amigos, desconhecidos ou familiares para que ocorram grandes mudanças nas suas decisões distributivas, o que indica, por fim, um tipo de parcialidade em seus julgamentos.

É importante destacar que a maior parte das pesquisas citadas até então tem se dedicado a investigar os julgamentos em detrimento dos comportamentos morais e, sobretudo, têm feito isto através de dilemas hipotéticos. Apesar de se supor a existência de uma forte relação entre os julgamentos e os comportamentos morais, alguns estudos têm constatado enormes discrepâncias entre o que as pessoas nomeiam como sendo a atitude mais justa e as decisões distributivas que elas adotam, principalmente quando elas também podem ser prejudicadas ou beneficiadas pelas decisões.

Um autor chamado Daniel Batson demonstrou empiricamente (BATSON et al., 1997b; BATSON et al., 1999; BATSON et al., 2003) que o comportamento distributivo dos indivíduos pode divergir bastante do que eles afirmam ser a atitude mais justa, quando eles têm controle sobre a situação e podem se beneficiar das distribuições. Batson sugere que alguém pode ser motivado a parecer moral para outras pessoas ao mesmo tempo em que não

incorre com os custos de realmente sê-lo. Neste sentido, estas pessoas estariam atuando de acordo com o que ele chama de **hipocrisia moral** e evitando a **integridade moral**, que seria comportar-se de acordo com os princípios morais que defende, sustentando-os não como um meio para obter recompensas (externas ou internas) ou evitar punições (externas ou internas), mas como uma última finalidade.

Para investigar a existência e a natureza da hipocrisia moral no campo da justiça distributiva, Batson realizou três estudos (BATSON et al., 1997a; BATSON et al., 1999; BATSON et al., 2003) nos quais os sujeitos exibiram comportamentos divergentes dos princípios que eles mesmos haviam indicado, anteriormente, como sendo os mais moralmente corretos e justos. As situações experimentais utilizadas por Batson e seus colaboradores envolviam dilemas simples, nos quais os participantes deveriam tomar a decisão de designar a si mesmos ou a um companheiro (que era, na verdade, fictício) para uma situação com conseqüências positivas ou para uma situação com conseqüências neutras, porém considerada chata e irritante. Na primeira situação, era dito que os sujeitos iriam receber vale-compras para cada resposta correta – os quais poderiam ser utilizados em uma loja de sua preferência – e nenhuma recompensa ou punição para cada resposta errada. Já na situação com conseqüências neutras não havia recompensas ou punições de nenhum tipo.

De uma maneira geral, os resultados das pesquisas de Batson demonstram que, quando solicitadas a tomar decisões distributivas em contextos de simetria (dois indivíduos em situação de igualdade inicial), havia uma tendência para que as pessoas buscassem se autobeneficiar, mesmo que antes elas tivessem afirmado que o mais justo seria distribuir igualmente entre os envolvidos, ou então favorecer a outra pessoa. Assim, as pesquisas de Batson et al. (1997b), Batson et al. (1999) e Batson et al. (2003) sugerem que quando interesses pessoais entram em conflito com interesses de outras pessoas, a motivação moral

pode tornar-se fraca, fazendo com que os indivíduos se engajem em comportamentos não-morais.

Mesmo não tendo interesse específico em comparar os julgamentos e os comportamentos distributivos, Skarzynska (1989) realizou uma pesquisa com 996 estudantes secundaristas e universitários, cujo objetivo principal era investigar o efeito que a perspectiva avaliativa tinha sobre as decisões de alocação. A perspectiva avaliativa denotava o tipo de relação que o observador tinha com o evento ou o objeto avaliado, sendo que neste estudo em particular as duas perspectivas investigadas eram a do ator (aquele que é diretamente afetado pela ação ou evento) ou a do observador externo (faz uma avaliação, mas não é diretamente afetado pela distribuição). Outros objetivos da pesquisa estavam voltados para avaliar que variáveis psicológicas estavam relacionadas aos julgamentos distributivos.

Segundo a revisão bibliográfica de Skarzynska (1989), estudos anteriores demonstraram que pessoas na perspectiva do ator tendem a avaliar que as distribuições são injustas e que seus julgamentos parecem ser fortemente influenciados por fatores subjetivos próprios a cada situação. Outros estudos indicaram que observadores externos e atores diferem no que diz respeito à avaliação sobre as causas da situação: os primeiros tendem a considerar que a situação atual da vítima é decorrente do seu próprio comportamento e de fatores que estão sob seu controle; por outro lado, indivíduos na perspectiva de atores tendem a atribuir as causas da sua situação a fatores externos, os quais, em geral, estariam fora do seu controle.

Além disto, os resultados desses estudos sugerem que, enquanto os julgamentos dos observadores focalizam mais regras bem codificadas (as quais seriam responsáveis por regular as relações interpessoais), as avaliações feitas por atores buscam defender os interesses pessoais. Com base nesta revisão bibliográfica, Skarzynska (1989) elaborou um design de pesquisa que objetivava investigar como as decisões de alocação eram influenciadas pelas

seguintes variáveis: tipo de perspectiva avaliativa (observador ou ator), tipo de decisão de alocação (igualitárias, equitativa ou baseada na necessidade), tipo de receptor (quem era favorecido e quem não era pela distribuição), tipo de relação interpessoal dos participantes (positiva, negativa ou neutra).

De uma maneira geral, os resultados obtidos por Skarzynska (1989) indicaram que as avaliações sobre o grau de justiça da distribuição foram afetadas pela perspectiva, pois as decisões que se baseavam em distribuições igualitárias ou proporcionais à contribuição foram consideradas mais justas por indivíduos na posição de observadores do que por indivíduos na posição de atores. Além disso, decisões que seguiam o princípio da necessidade foram consideradas menos justas para os observadores do que para os atores.

Outros resultados demonstraram que as distribuições baseadas na necessidade foram vistas como mais justas por grupos de pessoas que se gostavam mutuamente do que por grupos nos quais as pessoas não se gostavam. Skarzynska (1989) constatou ainda que decisões baseadas na equidade foram vistas como mais justas por observadores quando feitas em grupos de pessoas que se desgostavam mutuamente, do que em díades cujas relações eram amigáveis.

Os resultados da pesquisa de Skarzynska (1989) são bastante interessantes por sugerirem que a perspectiva dos indivíduos e suas relações com as pessoas que serão beneficiadas ou prejudicadas por um modelo distributivo qualquer podem ser determinantes nas decisões sobre justiça distributiva. Na mesma direção dos estudos de Daniel Batson, a pesquisa de Skarzynska demonstrou como questões ligadas à deseabilidade social, às motivações pessoais e ao tipo de relação interpessoal podem influenciar nas decisões de alocação de recursos. Pode-se questionar, por exemplo, se nos estudos de Batson os membros da díade se conhecessem mutuamente, haveria diferenças nos resultados e se no dia-a-dia os

juízos distributivos das pessoas também são passíveis de sofrer desta parcialidade para com as pessoas das quais se gosta ou desgosta.

2.5. Considerações sobre o capítulo

Na Psicologia, as principais teorias sobre a justiça se originaram de duas grandes áreas, a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Social, sendo que a segunda possui mais tradição do que a primeira nas pesquisas sobre justiça distributiva. Contudo, parece haver dificuldade em se articular os conhecimentos produzidos nestes dois campos, o que pode ser constatado a partir do fato de que, enquanto na Psicologia do Desenvolvimento os pesquisadores focalizam a influência que aspectos cognitivos e variáveis sócio-demográficas exercem sobre os juízos distributivos, na Psicologia Social o foco recai sobre fatores contextuais envolvidos nas situações de distribuição, como se as dimensões pessoal e interpessoal não pudessem ser consideradas simultaneamente. Como sinaliza Blasi (1989) uma teoria moral mais ampla e compreensiva, deveria englobar tanto a importância de fatores estruturais cognitivos e afetivos como de fatores sócio-culturais relacionados aos conteúdos dos juízos morais.

Como pôde ser observado ao longo deste capítulo, o campo de pesquisas sobre a justiça distributiva tem se expandido cada vez mais e produzido uma quantidade enorme de dados. Contudo, Markovsky (2001) e Colquitt et al. (2001) afirmam que o crescimento quantitativo observado nos últimos 25 anos produziu muito pouco refinamento nas teorias sobre a justiça distributiva, o que implica em um baixo nível de crescimento qualitativo.

Destaca-se que a maior parte das pesquisas produzidas até o momento, focalizou, sobretudo, os níveis de análise individual e interpessoal, deixando uma grande lacuna teórica nos níveis intergrupais e sociais da justiça distributiva. Neste sentido, estratégias de pesquisa mais elaboradas devem preocupar-se não só com os processos cognitivo-afetivos e de

contexto social micro envolvidos na elaboração dos princípios de justiça, mas também com o grupo sócio-cultural do qual os indivíduos fazem parte e com as relações deste com outros grupos sociais.

É importante mencionar ainda o fato de que, apesar do estudo de Batson et al. (1995) ter demonstrado que a empatia exerce enorme influência sobre os julgamentos distributivos, nas pesquisas supracitadas não se buscou investigar a influência deste e de nenhum outro aspecto da vida afetiva sobre a justiça distributiva. O autor do presente trabalho, sugere a possibilidade de que alguns aspectos das teorias de Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1984/1992) sejam integrados às teorias de outros autores e julga que tal integração representaria um avanço no preenchimento de algumas lacunas teóricas e empíricas presentes no campo de estudos sobre a moralidade.

A este respeito, destaca-se a teoria de Martin L. Hoffman como sendo um modelo no qual se discute explicitamente como a justiça distributiva e os sentimentos vicários podem estar relacionados. Hoffman compartilha com Piaget e Kohlberg uma perspectiva psicogenética do desenvolvimento, na qual o *role-taking* e as experiências sociais configuram-se como elementos chave no processo de socialização. Todavia, para Hoffman, a evolução nos sentimentos empáticos representa a condição necessária para constituição de uma moralidade verdadeiramente voltada para a cooperação e para o bem.

O próximo capítulo irá analisar como a Psicologia tem abordado teórica e empiricamente a questão da empatia ao longo dos anos, além de apresentar a teoria propriamente dita de Hoffman, explicitando alguns dos seus principais pressupostos a respeito da relação entre empatia e justiça distributiva.

3. A Empatia

Segundo Enz e Zoll (2006), o termo empatia deriva da palavra grega “*empathia*” que significa “*paixão*” ou “*ser muito afetado*” e sua utilização no campo da Estética alemã teria sido muito propagada por autores como Lipps, Brentano e Robert Vischer. Estes autores buscavam descrever um processo de imitação interna ocorrido durante a apreciação de objetos de arte, chamado de *Einfühlung*, no qual a projeção do *self* em tais objetos fazia com que sentimentos de admiração e unicidade surgissem nos observadores. Através do *Einfühlung*, propriedades subjetivas como nobreza, elegância e poder podiam ser sentidas como se pertencessem às obras, mais do que referentes a elas, “fazendo com que as mesmas pudessem ser sentidas tanto quanto vistas” (WISPÉ, 1986: p. 316).

Outros autores se situaram numa perspectiva diferente, postulando que a empatia, assim como outras habilidades cognitivo-afetivas, era consequência de conquistas evolutivas da espécie humana. Plutchik (1987), por exemplo, propôs uma visão etológica que descrevia a empatia como uma reação comportamental amplamente presente nos mamíferos, que envolvia o compartilhar ou a indução mútua de estados emocionais entre indivíduos de uma mesma espécie, devendo ser, portanto, considerada um mecanismo de comunicação e sobrevivência.

Além do valor adaptativo que estes comportamentos possuíam para outras espécies, Plutchick (1987) destacava a importância que a empatia tinha para o estabelecimento das relações entre pais e filhos e, conseqüentemente, para a sobrevivência da prole. Para ilustrar esta importância ele citou pesquisas que demonstravam que o choro de bebês tinha efeito fundamental para a mobilização afetiva de adultos e que este compartilhar de emoções era muito importante para mobilizar comportamentos de ajuda nos pais.

Outros estudos demonstraram que os bebês eram capazes de imitar expressões faciais de seus pais e que a maneira como a mãe falava com seu bebê (padrões de fala) era

influenciada por variações sutis nas expressões faciais da criança. Para Plutchick (1987), estes dados podiam ser interpretados como indicativos da existência de uma espécie de sensibilidade empática geneticamente determinada e responsável pelo estabelecimento do controle mútuo dos comportamentos da díade. Com base na análise destas e de outras pesquisas, ele afirmou que:

(...) As evidências disponíveis sugerem que a empatia pode ser inferida tanto em animais jovens quanto adultos e que, provavelmente, ela se baseia em esquemas inatos que são geneticamente determinados. Como todos os comportamentos que têm componentes genéticos, há razão para acreditar que a experiência e a aprendizagem podem também influenciar a intensidade e frequência de comportamentos empáticos. (Plutchick, 1987: p. 45)

Apesar deste trabalho não seguir uma orientação psicoevolutiva, como a anteriormente citada, vale mencionar que a teoria de Plutchick (1987) tem seu valor por considerar que a empatia, assim como outras experiências afetivas, é dotada de componentes somato-fisiológicos e genéticos, os quais são importantes para a produção das experiências subjetivas próprias a cada indivíduo.

No que diz respeito especificamente à Psicologia, o primeiro autor a traduzir o termo *Einfühlung*, como sendo *Empathy*, foi Titchener, em 1909. Na concepção deste estruturalista norte-americano, o conceito de *Einfühlung* descrevia a capacidade de conhecer a consciência de outra pessoa e de raciocinar de maneira análoga a ela, através de um processo de imitação interna, sendo que, por meio desta capacidade, pessoas com o mesmo nível intelectual e moral poderiam compreender umas às outras (WISPÉ, 1986).

No início do século XIX a idéia da empatia como uma propriedade pela qual alguém conhece a consciência de outra pessoa já era profundamente utilizada e dominava alguns campos da Psicologia e das Ciências Sociais. Contudo, nenhuma outra área teve interesse maior por este constructo do que a Psicologia da Personalidade. Este entusiasmo apresentado

pela Psicologia fez com que os pressupostos da Estética fossem modificados, pois enquanto os críticos de arte sugeriam que por meio da empatia o *self* era objetificado nas obras de arte, os psicólogos da personalidade defendiam que durante o processo de empatia um objeto qualquer era subjetificado pela percepção do observador. Nesta direção, por meio da empatia os indivíduos seriam capazes de compreender os outros através de imitações sutis das imagens mentais subjetificadas que eram produzidas por eles em suas mentes (WISPÉ, 1986).

Apesar das importantes contribuições feitas à Psicologia por autores como Downey, Dollar, Miller, Murphy e Alport, até a metade da década de 40, o conceito de empatia era mais aplicado do que analisado teoricamente (WISPÉ, 1987). Foi só no início da década de 50 que a empatia passou a ser investigada de maneira sistemática e profunda, a partir da iniciativa de Carl Rogers. Suas descobertas neste campo deram-lhe subsídios para que ele desenvolvesse uma modalidade psicoterápica que ficou mundialmente conhecida como Abordagem Centrada na Pessoa – ACP. Nesta, o terapeuta busca estabelecer um clima terapêutico adequado, desenvolvendo sentimentos empáticos pelo cliente, propiciando-lhe um ambiente de aceitação incondicional e sendo extremamente autêntico na comunicação de seus comportamentos, pensamentos e sentimentos.

A empatia assume importância fundamental na teoria rogeriana quando esse psicoterapeuta afirma a necessidade de que o terapeuta desenvolva compreensão empática pelo cliente. Neste sentido, a empatia é vista não apenas como uma resposta reflexa ao comportamento do outro, mas também como uma habilidade aprendida/ desenvolvida que envolve o estabelecimento de vínculos cognitivo-afetivos entre duas ou mais pessoas, durante os quais alguém se permite, deliberadamente, sensibilizar e envolver-se com a vida privada de outros (ROGERS, 1985/2001b).

Para Rogers (1979/2001a), poder-se-ia falar de uma compreensão empática quando se vai além de um entendimento “exterior” sobre os pensamentos e sentimentos da outra pessoa,

chegando a compreendê-la “de dentro”. Isto implica em o terapeuta ser sensibilizado pelo relato do cliente, apreender e compreender seus estados internos, sem fazer nenhum julgamento de valor sobre a subjetividade do outro. Rogers defende que esta atitude é tão poderosa que “num ponto máximo de compreensão, a terapeuta está tão dentro do mundo privado da outra pessoa, que pode esclarecer não somente os significados dos quais a cliente está consciente, mas também aqueles que estão exatamente abaixo da consciência”. (ROGERS, 1985/2001b: p. 12).

A insistência de Rogers em estudar empiricamente a empatia o levou a pesquisar profundamente o processo clínico, através do qual as respostas afetivas vicárias eram produzidas, e a trabalhar na elaboração de técnicas de mensuração que poderiam ser utilizadas para avaliar o nível de empatia das pessoas. Assim, foi justamente enquanto Rogers desenvolvia sua Abordagem Centrada na Pessoa que as mais importantes investigações sobre a empatia foram realizadas no âmbito da Psicologia da Personalidade⁸ (WISPÉ, 1987).

Além da teoria rogeriana, outra abordagem psicoterápica também deu lugar de destaque ao processo de empatia como instrumento de intervenção psicológica: a abordagem de Kohut. Esta designava a empatia como sendo uma capacidade inata que possibilitava aos seres humanos conhecer e interpretar os estados psicológicos de outras pessoas. Kohut (apud WISPÉ, 1986) afirmava que não se podia considerar que a empatia tivesse sempre um sentido “positivo”, pois, além de colaborar no estabelecimento de laços afetivos positivos, ela podia levar o indivíduo a cometer atos destrutivos, caso sentimentos hostis ou agressivos fossem mobilizados no *self*. Neste sentido, Kohut fez uma distinção entre empatia, simpatia e

⁸ Segundo Wispé (1987), apesar do pioneirismo de Rogers, a primeira escala para mensurar a empatia foi concebida por um sociólogo chamado Cottrell, em 1980. Além dos trabalhos de Rogers e Cottrell, naquela época outras escalas buscavam investigar uma espécie de *role-taking* imaginativo e a precisão dos julgamentos que os sujeitos faziam sobre características de outras pessoas. Posteriormente, as escalas de empatia mudaram seu foco de avaliação e passaram a mensurar as reações e estados afetivos de um indivíduo frente às emoções de outras pessoas, sendo que, de uma maneira geral, as pesquisas sobre empatia daquele período buscavam responder duas questões básicas: como a empatia funciona e quais tipos de escalas são capazes de mensurar precisamente este construto.

compaixão, assinalando que a empatia não era infalível e nem terapêutica por si só, sendo, na verdade, um modo de observação livre de valores (apud WISPÉ, 1987: p. 31).

Alguns aspectos das perspectivas rogeriana e kohutiana foram compartilhados por outros autores que defendem modelos psicoterápicos menos diretivos e a necessidade de um certo nível de envolvimento emocional entre clientes e terapeutas. Como exemplo nos dias atuais, cita-se Carol Davis.

Para Davis (1990), a empatia caracteriza-se como um tipo de resposta afetiva que no *setting* terapêutico ocorre ao longo de três etapas: na primeira, o psicoterapeuta escuta atentamente o cliente, tentando compreendê-lo cognitivamente e tomando sua perspectiva; na segunda, ocorre um aprofundamento emocional por parte do terapeuta, no sentido de que ele passa a ser tocado (sensibilizado) pelo que observa no relato do outro; e, por fim, na terceira etapa, este aprofundamento produz um sentimento de unicidade com o cliente e é esta sensação que, segundo Davis, caracteriza a empatia propriamente dita.

Estudos realizados por esta autora demonstram que psicoterapeutas iniciantes tendem a bloquear a empatia para evitar o envolvimento emocional com seus clientes e que este fato tem sérias repercussões no desenrolar do processo psicoterápico (DAVIS, 1990). Apesar de concordar com Rogers sobre o fato de que a empatia pode ser controlada cognitivamente (no segundo estágio), Davis defende que esta resposta vicária não pode ser ensinada diretamente, mas apenas facilitada (através de exercícios que estimulam o *role-taking* e o autoconhecimento) e que o desenvolvimento da compreensão empática estaria mais relacionado ao amadurecimento cognitivo-afetivo de cada pessoa.

Mesmo considerando a importância que os trabalhos desenvolvidos no campo da Psicologia Clínica têm, faz-se necessário apontar alguns aspectos em que os pressupostos teóricos adotados neste trabalho diferem daqueles defendidos por Rogers, Kohut e Davis. Inicialmente, destaca-se que a empatia é compreendida a partir de uma perspectiva

psicogenética, que concebe o desenvolvimento da afetividade e da cognição como um processo em que estas dimensões progridem paralelamente e se influenciam reciprocamente.

Assim, a empatia é compreendida como um tipo de experiência subjetiva constituída tanto por aspectos cognitivos quanto afetivos. Além disto, considerando-se a característica psicogenética/ histórica e, portanto, única do curso de desenvolvimento de cada pessoa, julga-se que a empatia, bem como outras experiências vicárias que se dêem na interação entre duas ou mais pessoas, não pode ser vista como um “encontro exato” ou “acoplamento” das subjetividades dos envolvidos.

Neste sentido, concorda-se com Enz e Zoll (2006) na idéia de que, por a empatia depender de traços constitucionais, estados subjetivos atuais dos envolvidos, das experiências anteriores de cada um deles, bem como dos seus níveis de desenvolvimento, torna-se muito pouco provável que nos episódios empáticos possa ocorrer um “encontro exato” entre o observador e a pessoa-alvo da empatia. Partindo-se dessa compreensão, julga-se que alguns pressupostos teóricos e achados empíricos da psicologia social e da psicologia do desenvolvimento estejam mais alinhados com as hipóteses da presente pesquisa.

No que diz respeito à Psicologia Social, a partir da década de 60 diversos estudos (BATSON et al., 1981; COKE; BATSON; MCDAVIS, 1978; KREBS, 1975) foram desenvolvidos para investigar comportamentos de ajuda, distribuição, mediação etc, tentando explicá-los através de construtos motivacionais como o altruísmo, as disposições pessoais, a dependência e a própria empatia. Apesar de haver divergências conceituais, no que se refere a conceitos como empatia, simpatia e compaixão, a idéia de que os mesmos estariam relacionados a aspectos motivacionais da vida em sociedade foi amplamente utilizada por psicólogos sociais das mais diversas correntes teóricas. De uma maneira geral, estes autores estavam interessados em saber por que as pessoas se engajavam em comportamentos de ajuda

e em quais circunstâncias estes se tornavam mais prováveis, bem como qual seria o papel da empatia nesse processo.

Quanto à Psicologia do Desenvolvimento, além dos trabalhos clássicos de Baldwin, Wispé (1987) citou os pesquisadores Susan Isaacs e Lois Murphy, que investigaram fenômenos presentes nos comportamentos das crianças, os quais denotavam a existência de capacidades empáticas ligadas ao *role-taking*. Norma Feshback e Kiki Roe, por outro lado, desenvolveram um teste de empatia para crianças que ainda é amplamente utilizado nos dias de hoje, o *Feshbach Affective Situation Test for Empathy* (FESHBACK; ROE, 1968). Essas autoras demonstraram, dentre outras coisas, que as respostas empáticas de crianças de 6 e 7 anos são influenciadas pela similaridade entre o seu sexo e o sexo da pessoa observada e que nesta idade parece não haver diferenças de sexo, relacionadas à reatividade afetiva em situações que envolvam medo, alegria, tristeza e raiva.

No que diz respeito ao campo de estudos sobre a empatia na atualidade, Duan e Hill (1996) afirmaram que existem poucos trabalhos nesta área e que nas últimas décadas parece ter havido um desinteresse crescente dos pesquisadores em investigar este processo. Essa “desaceleração” dos estudos sobre a empatia estaria baseada, principalmente, na aparente falta de consenso sobre questões conceituais, metodológicas e empíricas apresentada ao longo dos anos.

No que se refere à primeira questão, de uma maneira geral a revisão bibliográfica de Duan e Hill (1996) indicou a existência de três principais correntes de pensamento: a primeira considerava que a empatia se referia a um traço de personalidade ou habilidade geral para conhecer os estados mentais de outras pessoas ou para sentir as emoções dos outros. Neste caso, “supõe-se que alguns indivíduos são mais empáticos do que outros, seja por sua natureza, seja pelo seu desenvolvimento”. (DUAN; HILL, 1996: p.262).

Na segunda perspectiva, a empatia era vista como um construto que refletia respostas afetivo-cognitivas ligadas a situações específicas. Uma suposição básica desta perspectiva foi a de que o nível de empatia variava de momento para momento e que o estudo de fatores situacionais era mais importante do que a investigação de aspectos constitucionais.

A terceira perspectiva foi adotada por pesquisadores que se interessavam pela forma como a empatia é vivenciada por terapeutas e clientes durante as sessões de psicoterapia e que a consideram como um processo experiencial com várias fases, que envolve uma série de elementos próprios ao *setting* terapêutico, como, por exemplo, os humores do terapeuta e do cliente e o próprio desenrolar da psicoterapia, assim como foi visto antes nas perspectivas de Rogers, Kohut e Davis.

Além das discussões conceituais fomentadas por estas três perspectivas, na Psicologia existe outro intenso debate sobre se a empatia reflete apenas aspectos de ordem cognitiva, em termos de processamento da informação, e/ ou aspectos afetivos, em termos do conteúdo subjetivo mobilizado. Os autores que defendem a perspectiva cognitivista (DAVIS et al, 2004; DYMOND, 1949, 1950; WISPÉ, 1986) acreditam que o construto da empatia reflete uma capacidade ou habilidade cognitiva de compreender os pensamentos, sentimentos ou intenções de outras pessoas. Em todos os casos, “os processos responsáveis por essa compreensão são de ordem cognitiva, sendo que se afetos são produzidos na experiência da empatia, eles ocorrem como um epifenômeno da cognição.” (STRAYER, 1987: p.153).

Dymond definia a empatia como uma capacidade de “transposição imaginativa de si no pensamento, sentimento e ações do outro” (DYMOND, 1949: p.127), e a investigava comparando a avaliação que a pessoa A fazia dela mesma, com a avaliação que outra (B) fazia dela (A), bem como a avaliação que A fazia de B, comparada à auto-avaliação de B, determinando um índice que, para esta autora, designaria o nível de empatia dos indivíduos.

Assim, para Dymond (1949), o indivíduo mais empático seria aquele que consegue prever ou inferir com maior grau de precisão o que as outras pessoas sentem e pensam, mesmo que não seja mobilizado afetivamente por este conhecimento. Compreende-se que esta é uma visão restrita da empatia, pois além de compartimentalizar as experiências vicárias interpessoais em aspectos cognitivos e afetivos, atribui extrema importância aos primeiros, como se os últimos fossem produtos unicamente do processamento da informação. Obviamente que se compreende que a direção da empatia (positiva ou negativa) não pode ser determinada *a priori*, pois “um psicopata inteligente pode ter boas habilidades de *role-taking*, mas pode usá-las somente para manipular os outros ou para seu ganho pessoal” (STRAYER, 1987: p.225), contudo julga-se que este tipo de experiência pode influenciar significativamente o comportamento social.

Segundo Bryant (1987a), em geral, os pesquisadores de nossa sociedade têm seguido um viés cultural de valorizar mais a instrumentalidade do conhecimento, o que tem feito com que, na maioria das vezes, os construtos da empatia e do *role-taking* sejam superpostos, tanto em termos de formulação conceitual, quanto na elaboração de estratégias de mensuração. Neste caso, a instrumentalidade do conhecimento estaria ligada ao fato de que o *role-taking* é visto como uma capacidade de inferir, com certo grau de precisão, o que as outras pessoas pensam ou sentem. Conseqüentemente, estas informações poderiam vir a ser utilizadas eficazmente no estabelecimento de relações interpessoais, como por exemplo, durante a negociação de acordos e contratos sociais.

Já os autores que trabalham com uma perspectiva mais afetiva, consideram que a empatia se refere a uma resposta emocional vicária à percepção das reações emocionais de outras pessoas (FESHBACK; ROE, 1968; MEHRABIAN; EPSTEIN, 1972). Para eles a diferença crucial entre as abordagens cognitivista e afetiva é que o reconhecimento dos sentimentos e pensamentos dos outros, bem como o compartilhar de seus estados afetivos, são

considerados como definidores do que é a empatia. Nesta perspectiva, a empatia é vista como uma característica/ traço de personalidade desenvolvido ao longo dos anos que tende a ser refinada à medida que a cognição evolui. Assim, tais autores consideram que a habilidade de *role-taking* não equivale à empatia, mas constitui-se como um dos elementos que podem influenciar as repostas emocionais empáticas.

Na teoria de Strayer (1987), por exemplo, o *role-taking* pode ou não estar relacionado à produção da empatia, pois tomar a perspectiva do outro não implica, necessariamente, ser mobilizado afetivamente pela sua situação, sendo que as experiências sócio-emocionais vivenciadas por uma pessoa ao longo da vida seriam um fator muito mais importante do que aquela habilidade cognitiva propriamente dita.

Mais recentemente, Enz e Zoll (2006) propuseram uma perspectiva alternativa para compreensão e estudo da empatia, a qual conceitualiza aspectos ideomotores da empatia. Baseados no Princípio Ideomotor de William James e em trabalhos anteriores no campo da neuropsicologia, estes autores estabeleceram a hipótese de que, ao observar os movimentos de outra pessoa, os neurônios-espelho localizados no córtex sensorial poderiam disparar e pré-ativar o córtex motor do observador, deixando-o predisposto a agir ou até mesmo fazendo com que ele executasse, subliminarmente, movimentos semelhantes àqueles da pessoa observada.

Este tipo de reação teria repercussões importantes para a produção da empatia, pois esta pré-ativação do sistema motor teria o potencial de deixar o observador apto a sentir emoções “similares às emoções que produziram os movimentos na pessoa alvo, ou à emoção que é expressa [pela pessoa]” (ENZ; ZOLL, 2006: p. 4). Além disto, a compreensão dos pensamentos e sentimentos das outras pessoas, bem como a tomada de perspectiva, também teria o mesmo poder de provocar um *output* afetivo no observador. Apesar das conjecturas levantadas a respeito da existência de componentes ideomotores da empatia, não se tem

notícia de nenhum trabalho que corrobore as hipóteses de William James e de Enz e Zoll (2006).

Por outro lado, a concepção de que a empatia é um constructo multidimensional com componentes cognitivos e afetivos tem sido cada vez mais reforçada tanto empírica como teoricamente. Autores como Eisenberg (2000), Davis (1983) e Hoffman (1987) têm defendido fortemente este pressuposto, afirmando que modelos multidimensionais são mais completos e adequados na explicação das experiências empáticas do que os que defendem uma visão unidimensional.

Apesar do conceito de empatia ter sido amplamente discutido e investigado no campo da Psicologia, constituindo-se uma importante área de pesquisa desta ciência, ressalta-se que as investigações e teorizações sobre esta resposta vicária não são exclusivas da ciência psicológica, mas também estão presentes em outros campos do saber como nas ciências da saúde e da educação, nas quais se tem discutido o valor deste construto nas relações de cuidado e para o desenvolvimento psicológico em geral (STEPHAN; FINLAY, 1999; SPIECKER, 1994; KUNICK; OLSON, 2001).

Entretanto, como o intuito desta revisão teórica é embasar os estudos que serão apresentados e discutidos neste trabalho, na próxima sessão será enfocada uma teoria que aborda a empatia a partir de uma perspectiva psicogenética, discutindo a importância de fatores cognitivos e afetivos para seu desenvolvimento e apontando para as relações entre este tipo de reação vicária e a vida em sociedade. Nesse sentido, a próxima sessão irá apresentar a teoria desenvolvimentista de Martin L. Hoffman, dando destaque às relações entre empatia e moralidade e enfatizando os pressupostos deste autor acerca da influência dos sentimentos empáticos sobre os julgamentos e comportamentos distributivos.

3.1. A teoria de Hoffman

Hoffman (1987: p. 48) define a empatia como sendo “(...) uma resposta afetiva mais apropriada à situação de outra pessoa do que à sua própria situação.” Com esta conceituação, ele afirma que a empatia não é um processo de encontro exato de emoções entre duas pessoas, mas uma resposta vicária à imagem mental que alguém tem do sofrimento de outro indivíduo, o que implica em um certo grau de afastamento entre os dois.

Para Hoffman (1987, 1989a, 1989b), o simples fato de alguém encontrar ou observar outra pessoa em sofrimento, dor, privação ou perigo pode produzir no observador cinco tipos de respostas empáticas: a) reações circulares primárias (ex: o choro reflexo do bebê, ao ouvir o choro de outro bebê); b) mímica (imitação automática mais *feedback* aferente); c) associação direta e condicionamento das respostas; d) associação entre a imagem do *self* e a do outro indivíduo, mediada pela linguagem; e) colocar-se no lugar do outro (focalizar-se e focalizar o outro). Os três primeiros tipos são respostas involuntárias e universais, enquanto que as outras duas ocorrem a partir de processamentos cognitivos mais complexos. Apesar destas diferenças nas reações empáticas, Hoffman (1991) afirma que o surgimento delas não representa uma seqüência de desenvolvimento no sentido estrito, uma vez que o aparecimento de um novo tipo de resposta não implica, necessariamente, o desaparecimento das anteriores.

De uma maneira geral, a maior parte das respostas afetivas empáticas citadas por este autor requer baixos níveis de processamento cognitivo e, além disso, para observadores mais cognitivamente evoluídos, não se faz necessário que uma vítima em potencial esteja sempre presente para que a empatia seja produzida. Estes indivíduos são capazes de criar representações mentais de outras pessoas sem nunca terem entrado em contato com elas e estas representações têm o potencial de evocar reações afetivas, tanto quanto as situações reais.

Outro fator importante a ser destacado é o da influência que o tipo de pista informacional (faciais, vocais, posturais ou situacionais) tem sobre a ativação das diferentes respostas empáticas, pois, mesmo que a vítima (o outro) não esteja presente no momento da observação, diversas pistas podem ser evocadas e tornarem-se mais salientes durante o processo de produção das respostas empáticas. Além disto, a empatia pode ser auto-reforçadora no sentido de que a associação entre as respostas empáticas e as pistas sobre a angústia de outra pessoa pode aumentar a probabilidade de que, no futuro, o sofrimento alheio produza respostas empáticas nos indivíduos em que ocorre esse tipo de associação.

Segundo Hoffman (1987, 1991), a empatia está diretamente relacionada ao desenvolvimento de um senso cognitivo sobre a existência de outras pessoas, o qual, por sua vez, encontra-se ligado ao processo de diferenciação do *self*, que passa por quatro estágios: 1) nas primeiras semanas de vida, o bebê ainda não é capaz de estabelecer uma diferenciação entre o *self* e as outras pessoas; 2) o segundo estágio é marcado pelo surgimento da consciência de que os outros são fisicamente distintos do *self*; 3) no terceiro, se desenvolve a consciência de que os outros possuem sentimentos e estados internos independentes daqueles que ocorrem no *self*; 4) por fim, no último estágio, os adolescentes já são capazes de transcender a situação imediata, de compreender que as outras pessoas possuem histórias e experiências peculiares e que os seus sentimentos continuam a existir além do momento presente.

Como resultado da associação entre os tipos de afetos empáticos gerados e os níveis de desenvolvimento sócio-cognitivo (marcados, sobretudo, pelos avanços na capacidade de *role-taking*), observa-se um processo de desenvolvimento na experiência subjetiva da empatia, o qual pode ser observado ao longo de quatro estágios: empatia global, empatia egocêntrica, simpatia empática e empatia com as condições de vida do outro.

Em idades muito precoces, nas quais ainda não existe distinção cognitiva entre o *self* e o outro, as crianças podem experimentar sentimentos empáticos ao testemunhar a angústia do outro, como se aquele sofrimento estivesse ocorrendo com elas mesmas. A este tipo de sentimento, Hoffman (1989a, 1989b) dá o nome de angústia empática. Por exemplo, ao ver um colega se machucar e chorar, a criança pode chorar como se ela mesma tivesse se machucado. Isto é possível, pois, segundo Hoffman, pesquisas indicam que a permanência das pessoas parece preceder a permanência dos objetos.

A partir do desenvolvimento da consciência sobre a permanência dos objetos e da diferenciação entre o *self* e o outro, parte dos sentimentos empáticos são transferidos para cada uma destas imagens diferenciadas, separadamente. A criança já reconhece que as experiências do outro são distintas das suas próprias experiências, mas a subjetividade do outro ainda permanece desconhecida e a criança acredita que ele possui estados internos iguais aos seus. Por exemplo, uma criança pode pedir à sua própria mãe para confortar outra criança que está chorando, mesmo quando a mãe da outra também está presente.

Com o desenvolvimento do sentido cognitivo do outro e com a transferência de parte dos afetos empaticamente sentidos no *self* para a imagem do outro, a angústia empática pode ser parcialmente transformada em um novo tipo de sentimento, chamado de angústia simpática. Nesta fase, o sujeito experiencia um sentimento de piedade ou compaixão pela vítima e sente necessidade não só de aliviar sua própria angústia ou sofrimento, mas também um desejo claro de aliviar a angústia do outro (HOFFMAN, 1987, 1991).

É justamente esta característica que diferencia a angústia empática da angústia simpática, pois, enquanto que a primeira está claramente centrada no *self*, a segunda é direcionada ao outro, estando eminentemente ligada aos comportamentos pró-sociais. Hoffman afirma que, apesar do afeto empático parecer mais “egoísta”, ele tem um papel

importante para os comportamentos pró-sociais, pois, para aliviar a própria angústia alguém, pode ter que, necessariamente, aliviar a angústia do outro.

Esta hipótese é contestada por Batson, Fultz e Schoenrade (1987a) que apresentam estudos os quais demonstram haver uma forte relação entre a angústia simpática e os comportamentos de ajuda (BATSON et al., 1981; COKE; BATSON; MCDAVIS, 1978). Por outro lado, estes estudos sugerem haver uma maior relação entre angústia empática e tentativas de fuga, ou esquiva da situação, do que com o engajamento em comportamentos de ajuda.

Segundo Hoffman (1989b), a transformação da angústia empática em uma resposta mais autônoma e num desejo claro de ajudar o outro (angústia simpática) ocorre em decorrência de três fatores: o processo de diferenciação *self*-outro e a projeção da angústia pessoal na imagem mental do outro, a experiência subjetiva de “compartilhar” a angústia durante este processo e a consciência acerca das similaridades entre o *self* e o outro.

Durante este processo de transformação, aspectos cognitivos e afetivos se influenciam mutuamente, já que as informações produzidas vicariamente podem servir como fonte de dados para a construção de uma imagem mental sobre o estado psicológico do outro; por outro lado, a compreensão cognitiva sobre o estado do outro pode “disparar, intensificar ou dar um significado mais amplo à resposta empática do observador.” (HOFFMAN, 1991: p. 136). Quais aspectos serão ativados inicialmente irá depender da situação e de características pessoais dos envolvidos.

Ao discutir esta seqüência de desenvolvimento dos sentimentos empáticos, Hoffman (1989b) afirma que a angústia empática desenvolve-se cedo na vida e antes da angústia simpática, pois a capacidade neural mínima necessária e a possibilidade de aprender por condicionamento já estão presentes nas primeiras semanas de vida. Assim, bebês já seriam capazes de sentir angústia empática bem antes de ter desenvolvido um sentido de

diferenciação do *self* e do outro. É justamente este fato que leva Hoffman (1991) a criticar os estudos de Piaget (1964/2005) e de seus seguidores sobre o papel da permanência do objeto, no sentido de que estes teriam enfatizado algumas habilidades eminentemente cognitivas que, segundo Hoffman, poderiam contribuir para a empatia, mas que não seriam, necessariamente, essenciais para ela. Para Hoffman, a consequência disto é que a idade na qual a empatia desenvolve-se pode ter sido subestimada pelos pesquisadores piagetianos. Porém, ressalta-se que Piaget não estudou a empatia propriamente dita.

Na perspectiva de Hoffman, a evolução na habilidade de *role-taking* leva a criança a um nível superior de desenvolvimento da empatia, possibilitando-a compreender que os sentimentos dos outros diferem dos seus e que são causados por motivos que dizem respeito apenas àquelas pessoas. Além disto, com a aquisição da linguagem, a criança torna-se capaz de empatizar com uma variedade de sentimentos cada vez mais complexos, passando a poder empatizar com outras pessoas através de informações verbais que recebe do meio, mesmo que elas estejam ausentes. Este autor sugere ainda que o *role-taking* mais desenvolvido também habilita a criança a empatizar utilizando apenas pistas situacionais e a ser mais responsiva a estas pistas do que nos dois estágios anteriores (HOFFMAN, 1991).

Na adolescência, com o desenvolvimento da concepção de que outras pessoas possuem histórias e identidades particulares, os jovens tornam-se capazes de empatizar não só com a angústia imediata dos outros, mas também com suas condições de vida mais gerais, sobretudo, quando eles sabem que o sofrimento ou infortúnio daquelas pessoas é crônico. Ademais, com o avanço no processo de socialização, experiências vicárias como a empatia passam a ser associadas às representações mentais que eles possuem sobre um determinado grupo social (os excluídos, os pobres, os marginalizados, os discriminados etc), o que os faz empatizar com estes grupos. Segundo Hoffman (1989a, 1989b), o surgimento desta nova capacidade cognitivo-afetiva tem importantes consequências para o engajamento no ativismo

pró-social e para o desenvolvimento de sentimentos altruístas, pois fornece motivação para que as pessoas ajudem outras que sejam diferentes delas mesmas.

À medida que alguém avança nestes quatro estágios, torna-se cada vez mais capaz de utilizar uma série de informações (ex: pistas verbais e não-verbais, pistas situacionais e conhecimentos sobre as condições de vida do outro) para inferir o que o outro sente ou pensa. Esta capacidade ampliada irá influenciar fortemente o tipo de resposta empática a ser produzido nas situações de encontro moral.

Deste modo, de uma maneira geral, as várias pistas, os modos de excitação e o nível de processamento cognitivo envolvido contribuem para a produção do mesmo tipo de afeto. Além disto, quanto mais avançado o nível de empatia, mais o sujeito responde à imagem mental que tem do outro, atendo-se menos a pistas situacionais e expressivas imediatas, para enfocar as representações mentais relacionadas àquela pessoa ou ao seu grupo social (HOFFMAN, 1987, 1991). Assim, é quase certo que nos encontros sociais o tipo de reação afetiva de uma criança (que utiliza, sobretudo, pistas situacionais e gestuais/ expressivas) irá diferir da reação empática de um adulto, pois "... os níveis empáticos mais avançados envolvem algum distanciamento – responder parcialmente à imagem mental do outro, mais do que ao valor dos estímulos imediatos somente." (HOFFMAN, 1987: p. 53).

Mesmo considerando que os dois tipos básicos de reações empáticas são a angústia simpática e a angústia empática, Hoffman (1987, 1989a, 1991) afirma que, a depender do tipo de atribuição causal que alguém faz quando encontra outra pessoa em situação de sofrimento ou aflição, outros tipos de sentimentos vicários podem ser produzidos. Entre estes se destacam o ódio empático, os sentimentos de culpa e a injustiça empática.

Quando uma pessoa sabe que os infortúnios de uma vítima foram causados por um terceiro, pode sentir simpatia e empatia simultaneamente, o que a leva a também se sentir atacada pelo culpado e a reagir com raiva ou ódio em direção a este. Além disto, uma pessoa

pode empatizar e simpatizar com alguém, atribuindo a responsabilidade de sua situação a um grupo ou sociedade, o que a fará sentir ódio empático por esse grupo.

Porém, se numa determinada situação o indivíduo não é mais apenas um observador inocente, mas tem uma parcela de responsabilidade pela situação da vítima, a simpatia e a empatia podem se combinar com um sentimento de atribuição de responsabilidade dirigido para o *self*, o que irá gerar um sentimento de culpa. Esta auto-responsabilização pode produzir ódio empático dirigido para o *self*, o que alimenta mais ainda o sentimento de culpa.

Para Hoffman (1987), mesmo em situações nas quais o observador não tem nenhuma responsabilidade direta pela situação da vítima, a culpa pode ser produzida, caso ele não faça nada para mudar a situação do outro, ou se perceba como estando em uma situação de vantagem com relação àquela pessoa. Outro aspecto a ser destacado neste afeto empático é o de que o observador também pode sentir que o grupo do qual faz parte é responsável pelo sofrimento de outras pessoas e, assim, sentir-se culpado por fazer parte daquele grupo, o que também pode gerar motivação para o engajamento em movimentos ligados ao ativismo pró-social.

Outra possibilidade de surgimento da motivação pró-social ocorre quando a angústia empática combina-se com a consciência ou impressão de que o *self* é responsável pela condição do outro. Neste caso, a culpa pessoal ou verdadeira pode ser experienciada como um resultado da omissão ou comissão⁹. Contudo, Hoffman (1989a) alerta que a culpa por omissão parece ser mais avançada em termos de desenvolvimento, já que depende da capacidade para “visualizar algo que poderia ter sido feito, mas não o foi”. (p.140)

Já em situações nas quais alguém observa contrastes muito elevados entre a situação da vítima e a de outras pessoas com ótimas condições de vida, um sentimento de injustiça empática pode ser produzido. Entretanto, mais importante do que este tipo de comparação é

⁹ Hoffman (1989a, 1989) cita alguns estudos que evidenciam a relação entre estes dois tipos de culpa e o engajamento em ações altruístas por parte de adultos. Além disto, estas pesquisas demonstram que crianças aos 10 anos de idade já são capazes de sentir culpa por omissão.

aquela na qual a pessoa observa elevados contrastes entre o comportamento da vítima, ou características pessoais dela, e sua situação atual. Por exemplo, quando uma pessoa é vista pelos outros como sendo boa (ou pelo menos não má), não preguiçosa e moral, mas se encontra em fortes condições de necessidade, este contraste pode produzir o sentimento de injustiça empática, que é um tipo de reação afetiva que tem elementos de empatia, simpatia, culpa e ódio empáticos. Segundo Hoffman (1987, 1991), o sentimento de injustiça empática é importante porque através dele pode-se estabelecer um forte elo de ligação entre os sentimentos empaticamente produzidos e o julgamento moral.

Além destes três sentimentos empáticos (ódio, culpa e injustiça), outros tipos podem ser constituídos a partir da combinação de dois ou mais destes e a depender do tipo de atribuição causal feita pela pessoa no momento em que ela observa outras, bem como do seu nível de desenvolvimento empático atual.

Hoffman (1987, 1991), diferentemente de outros pesquisadores, enfatiza a relação entre moralidade e empatia, buscando explicar porque as pessoas utilizam alguns princípios morais em detrimento de outros a partir dos componentes motivacionais das experiências empáticas. Para ele, a empatia é congruente com os princípios do cuidado e da justiça e pode fornecer motivação para o comportamento e julgamento morais, para as tomadas de decisão e para o comportamento altruísta. Na perspectiva deste autor, as teorias psicológicas morais que enfatizam, sobretudo, aspectos cognitivos, como as de Kohlberg e Piaget, falham justamente porque carecem de investigações sobre a influência de fatores afetivos e motivacionais sobre o julgamento moral.

Ao propor e explicar uma possível relação entre julgamento moral e empatia, Hoffman (1987) afirma que os afetos empáticos podem ser exercitados em encontros morais cotidianos, quando sua excitação for mediada pela linguagem e pelo *role-taking*. Assim, em situações de dilema moral, a empatia seria muito importante por ajudar na internalização de novos

princípios ou na evocação de algum já internalizado. A partir desta relação é que se constituiria, por exemplo, uma forte ligação entre a empatia (sobretudo, a angústia simpática) e o princípio do cuidado, pois ambos estariam voltados para promoção do bem-estar alheio, possuindo componentes motivacionais pró-sociais muito fortes.

Hoffman (1987, 1991) julga que o ato moral é motivado por uma tendência para buscar o bem-estar das outras pessoas ou a manutenção da justiça, a qual decorre da ativação de afetos empáticos os quais podem envolver ou não processos cognitivos mais complexos. A principal crítica que Hoffman faz à teoria kohlberguiana refere-se ao pressuposto de que a justiça seria a essência da moralidade e um princípio universal, pois, para ele, as pessoas usam outros tipos de princípios para resolver dilemas morais cotidianamente.

Além disto, o próprio princípio da justiça possui suas variantes, sendo que a escolha de qual variante será aplicada depende da socialização de um grupo ou subcultura particular, das necessidades, predileções individuais e das pistas situacionais presentes no momento. Na teoria de Hoffman, a escolha do princípio a ser aplicado decorre, entre outras coisas, de estratégias de racionalização (consciente ou inconscientemente) utilizadas para defender os interesses do *self*, sendo que “apesar dos níveis de moralidade dependerem do desenvolvimento cognitivo, a moralidade dos atos, em si, não [depende].” (HOFFMAN, 1991: p. 299).

Para Hoffman (1987), embora a relação entre justiça distributiva e empatia não seja tão óbvia quanto a relação entre empatia e cuidado, ela existiria, pois ao optar por um princípio de distribuição ou outro, o indivíduo poderia estar preocupado sobre como a distribuição repercutiria na vida das pessoas envolvidas. Neste sentido, haveria uma clara relação entre a escolha de princípios distributivos e os sentimentos empáticos: os princípios de igualdade e necessidade – que têm um componente afetivo mais forte – poderiam ser ativados quando alguém empatizasse com pessoas em situação de desvantagem. Já o princípio da

equidade poderia ser ativado quando o sujeito empatizasse com pessoas que trabalhassem duro e se esforçassem muito.

Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se supor que os diferentes tipos de sentimento empáticos estariam relacionados com a ativação e escolha de princípios distributivos específicos: a angústia empática poderia estar mais relacionada ao igualitarismo, se este fosse visto como uma maneira por meio da qual o indivíduo poderia resolver o dilema sem se comprometer com escolhas morais e com as conseqüências de suas ações; por outro lado, a angústia simpática poderia estar mais relacionada com o princípio da necessidade, em decorrência da motivação para ajudar pessoas em situação de necessidade ou desvantagem relativa presentes no afeto e no princípio moral.

Considerando a influência da empatia sobre a escolha de princípios morais, Hoffman (1987, 1991) julga que os afetos empáticos podem ativar os princípios que alguém já dispõe, ou então colaborar na construção de outros, à medida que fornecesse uma base afetiva e motivacional para sua utilização. Apesar de considerar a possibilidade de que a empatia e os princípios morais sejam ativados independentemente, a co-ocorrência dos dois fatores aumentaria a possibilidade de que ambos, conjuntamente, afetassem o julgamento moral em situações futuras.

No que diz respeito a este aspecto, Hoffman (1987, 1991) rebate a crítica de Rawls (1993) de que à empatia faltaria a sensibilidade situacional necessária para se alcançar um consenso racional, afirmando que pessoas que empatizam e que estão em níveis mais elevados de desenvolvimento cognitivo são sensíveis às sutilezas situacionais, sendo capazes de ponderar sobre as conseqüências de suas ações em termos de severidade e qualidade das decisões.

Partindo do pressuposto de que não existem princípios morais universais, Hoffman (1987) afirma que as relações entre julgamento moral e empatia são complexas porque

envolvem raciocínios ligados a situações de encontro moral particulares. Neste caso, a evolução na cognição é vista como sendo uma condição necessária, mas não suficiente para a produção do comportamento moral, o que aponta para uma diferença essencial entre os modelos teóricos de Hoffman e Kohlberg: enquanto que para o primeiro o desenvolvimento da afetividade (mais especificamente da empatia) pode determinar o curso de desenvolvimento moral, para o outro o desenvolvimento paralelo da cognição e da afetividade é que explica a evolução nos julgamentos morais.

Para Hoffman (1987), a cognição é vista como secundária porque ela possibilita apenas que o sujeito reconheça a existência dos sentimentos das outras pessoas, enquanto que a afetividade é capaz de mobilizar o comportamento moral mesmo na primeira infância. Neste sentido, ele considera que os aspectos constitutivos da cognição atuam apenas como mediadores da afetividade e não como motivadores propriamente ditos, influenciando na maneira como o sujeito irá comportar-se moralmente.

Apesar deste aparente antagonismo, Gibbs (1991) afirma que essas duas teorias são potencialmente integráveis e complementares, pois é razoável supor que tanto processos cognitivos quanto processos de ordem afetiva estejam envolvidos na formação de uma moral internamente orientada. “Similarmente, [é razoável supor que] tanto a justiça (prescrições baseadas na igualdade e na reciprocidade) quanto a empatia (...) contribuam para a motivação do comportamento moral.” (p.207). Gibbs comenta ainda que tanto Kohlberg quanto Hoffman estariam abertos a tal integração, uma vez que o primeiro reconheceu que em sua teoria não se deu a devida atenção ao papel desempenhado pelos sentimentos de empatia e compaixão, enquanto que o segundo afirmou que uma teoria da moralidade completamente compreensível deve, necessariamente, abordar o processo cognitivo da descentração.

Outro ponto no qual Gibbs (1991) considera haver aproximação teórica entre Kohlberg e Hoffman é no que se refere à influência das técnicas de socialização (ênfaticamente

por Hoffman) e do desenvolvimento cognitivo (ressaltado por Kohlberg) sobre a moralidade, pois tanto um quanto outro reconheceram que as moralidades orientadas internamente e externamente exercem importante papel nos comportamentos morais. Neste ponto, concorda-se com Gibbs quando ele afirma que uma visão mais completa acerca dos papéis motivacionais desempenhados pela afetividade e pela cognição sobre a moralidade deve seguir a orientação teórica de Piaget de que estas duas instâncias são inseparáveis e se influenciam mutuamente. No caso da teoria de Hoffman, observa-se a importância dada a uma análise conjunta das relações entre afeto e cognição a partir do conceito de *hot-cognition*.

Para ele, o fato das pessoas experienciarem sentimentos empáticos durante conflitos morais fomenta a produção de representações mentais com propriedades motivacionais importantíssimas para a determinação do comportamento social, pois a ocorrência simultânea de excitação empática e a necessidade de escolher um princípio durante os encontros morais podem fazer com que uma ligação entre ambos seja estabelecida (HOFFMAN, 1987, 1991). Esta associação entre representação mental e afeto empático faz com que o princípio moral seja carregado de afeto, constituindo um tipo de representação que pode ser armazenada na memória e voltar a ser evocada quando situações semelhantes àquela ocorrerem no futuro. A este tipo de representação mental Hoffman dá o nome de *hot-cognition*.

Outra possibilidade de constituição de uma *hot-cognition* é a de que, em uma situação de conflito moral – quando alguém imagina possíveis cursos de ação e as diferentes pessoas que são beneficiadas ou prejudicadas pelas conseqüências de seus atos – afetos empáticos (como a culpa ou a injustiça empática) sejam produzidos a partir das representações que o sujeito tem sobre aquelas pessoas (vítimas ou culpados em potencial). Estes afetos associar-se-iam aos princípios evocados anteriormente e passariam a constituir diretrizes para as tomadas de decisões no futuro, fazendo com que os princípios do cuidado e da necessidade

recebessem, por exemplo, maior valor em situações nas quais estivesse envolvido um dilema moral.

Neste caso, as respostas afetivas, cognitivas e comportamentais daquela pessoa, quando diante de um dilema moral, passariam a ser influenciadas não só por pistas situacionais imediatas, mas também pela carga afetivo-motivacional das *hot-cognitions*. Sobre esse processo de constituição das *hot-cognitions*, Hoffman faz o seguinte comentário:

(...) O afeto empático e os princípios morais podem ser evocados independentemente, ou o afeto empático pode ser excitado primeiro e, em seguida, os princípios morais serem priorizados. De qualquer maneira, a co-ocorrência de um princípio e o afeto empático deve produzir uma ligação entre eles (ou fortalecer qualquer ligação já existente). O resultado pode ser que o princípio, mesmo se aprendido inicialmente em um contexto didático “frio” (ex: discurso intelectual abstrato no qual vítimas não são destacadas), adquira uma carga afetiva. Uma interessante seqüência revertida pode, então, tornar-se possível: em futuros contextos “frios”, por exemplo, ao responder questões de pesquisa sobre julgamento moral, o princípio abstrato pode ser ativado antes e isto pode disparar o afeto empático. (HOFFMAN, 1987, p. 72)

Além deste potencial para “guiar” os julgamentos e os comportamentos morais, Hoffman (1987, 1991) sugere que a relação entre afetividade e cognição estabelecida nas *hot-cognitions* pode ter o efeito de equilibrar o nível geral de excitação empática. Isto faria com que respostas afetivas extremas, como ansiedade ou pavor, fossem produzidas em níveis mais razoáveis, estabilizando o efeito que as reações afetivas vicárias teriam sobre o indivíduo.

Apesar de considerar a importância da empatia nas relações interpessoais, Hoffman (1987) afirma que existem evidências empíricas demonstrando que estas contribuições podem ser limitadas, caso a motivação moral seja enviesada. Sobre isto, ele cita algumas pesquisas que demonstram que observadores tendem a ser mais empáticos com pessoas mais parecidas com eles mesmos (viés da familiaridade-similaridade) e que as pessoas empatizam mais em

situações imediatamente presentes, nas quais exista algum nível de proximidade entre a situação e o observador (viés do aqui-agora).

Sobre se os vieses da familiaridade-similaridade e do aqui-agora representam um defeito crucial no desenvolvimento da empatia, Hoffman (1987) considera que a resposta dependeria de duas coisas: primeiro, se existisse alguma moralidade totalmente livre de vieses; e, segundo, se seria possível reduzir os efeitos destes vieses, através de alguma técnica de socialização.

A respeito do primeiro item, Hoffman (1991) afirma que o modelo teórico de Kohlberg sobre a moralidade poderia se apresentar como uma possível resposta, por conta de seu pressuposto da universalidade da justiça. Todavia, esta possibilidade é logo descartada por Hoffman, visto que para este autor não existem princípios morais universais. Além disto, ele afirma que diversas pesquisas demonstram como os princípios morais são diferentemente aplicados a pessoas de um mesmo grupo de pertença e a pessoas de um grupo estranho (*outgroup*). Desse modo, para Hoffman, a moralidade “cognitiva” proposta por Kohlberg não seria mais livre de vieses do que a moralidade “empática”, defendida em sua teoria.

Quanto à segunda questão (possibilidade de diminuição dos vieses da empatia), Hoffman (1987) afirma que a educação moral poderia vir a desempenhar um papel muito importante, caso as crianças fossem estimuladas desde cedo a imaginar como suas ações poderiam afetar outras pessoas no presente e no futuro. Outro tipo de estratégia de educação moral seria estimular as crianças a imaginar como as pessoas afetadas por suas ações se sentiriam ou o que pensariam, colocando-se no seu lugar.

Além disto, Hoffman sugere que as crianças poderiam ser estimuladas desde cedo a se relacionar com pessoas de outros grupos étnicos e a treinar suas habilidades de *role-taking* nestas situações. No caso do viés da familiaridade-similaridade a educação moral poderia intervir, buscando fazer com que as pessoas tomassem ciência dos seus próprios vieses e dos

vieses dos outros, o que facilitaria o estabelecimento de acordos sociais entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais.

As implicações destes vieses podem ser discutidas quando se pensa em situações de dilema moral nas quais estejam envolvidas pessoas familiares e quando as decisões podem afetar pessoas que não estejam presentes no momento em que estas decisões são tomadas. Pode-se supor que, ao tomar decisões distributivas, um indivíduo que é influenciado pelo viés da familiaridade pode julgar que está fazendo a coisa certa quando favorece um parente ou amigo, mesmo que sua decisão não seja a mais justa e prejudique outras pessoas. Hume (1739/2000) já defendia este tipo de lógica, afirmando que, em uma seqüência “normal” de desenvolvimento do raciocínio moral, os parentes e amigos são beneficiados primeiramente, para só posteriormente as pessoas estranhas serem contempladas. Nesse sentido, para esse filósofo, a moralidade seria mais produto das paixões do que da razão.

Pode-se questionar, então, se uma motivação para ajudar pessoas próximas a si mesmo teria força suficiente para dirigir os julgamentos morais, fazendo com que princípios egoístas e autocentrados se evidenciassem durante a tomada de decisão, ou seja, produzindo escolhas distributivas injustas. Pergunta-se também se esse viés da familiaridade-similaridade estaria relacionado à distorção que algumas pessoas fazem da máxima “*Ama o teu próximo*”, transformando-a em “*Ama teu próximo mais próximo*”, tal como indicou o estudo de Costa (1996)?

Responder a estas perguntas talvez ajude a compreender porque alguns políticos e gestores públicos praticam e defendem tão abertamente o nepotismo, considerando esta prática tão “naturalmente justa” e administrando os recursos públicos a seu bel-prazer. A título de exemplo, há algum tempo atrás, ao ser questionado sobre a nomeação do filho para um cargo importante no governo de Pernambuco, o ex-deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) fez a seguinte declaração:

(...) Essa história de nepotismo é coisa para fracassados e derrotados que não souberam criar seus filhos. Eu criei bem os meus filhos, que têm universidade... Cargo de confiança é para quem merece confiança. Para mim, que tenho uma família bem constituída, meus filhos merecem confiança. Por isso mesmo eu os escolhi... (CAVALCANTI *apud* MOREIRA, 2005)

Critica-se este tipo de lógica visto que, provavelmente, uma pessoa que se deixa levar por este tipo de interesse não tenha evoluído moralmente (nível pré-convencional de Kohlberg) a ponto de julgar que os interesses e direitos dos outros – inclusive os de quem não é ou não está próximo a ela – são tão importantes quanto os seus próprios.

Apesar de se concordar que a empatia tem um forte componente motivacional que influencia os raciocínios ligados à justiça distributiva, na medida em que incita o responsável pela distribuição a ponderar sobre as conseqüências da distribuição para os envolvidos, é importante salientar que esta motivação pode não ser o único e nem o mais importante fator que leva alguém a optar por um princípio distributivo em detrimento de outro, pois existem situações nas quais a questão moral é superada por demandas de outra ordem.

Para um administrador de empresas, por exemplo, a prioridade pode ser a maximização dos lucros da empresa, o que o obriga a estabelecer um sistema de premiação no qual os empregados têm participação nos lucros e recebem de acordo com sua produtividade. Em um contexto no qual se privilegia a maximização dos lucros, considerações sobre se tal sistema é moralmente correto ou não, ou se ele está compadecido por algum empregado que está em situação extrema de necessidade são irrelevantes, ou menos importantes que o “crescimento da organização”.

O que não se pode perder de vista é que, apesar da influência mútua entre a afetividade (neste caso, a empatia e outras experiências vicárias) e a cognição (os raciocínios sócio-morais), qualquer investigação que se proponha a pesquisar as relações entre estas duas

dimensões e o comportamento moral deve ser construída levando-se em consideração uma série de variáveis, dentre as quais se destaca o papel do ambiente sócio-cultural das pessoas.

Neste sentido, optou-se, na pesquisa realizada pelo autor deste trabalho, por utilizar um método no qual a empatia e os julgamentos distributivos foram analisados como variáveis necessárias, mas não suficientes para explicar os julgamentos e comportamentos distributivos. Desta forma, no que diz respeito à justiça distributiva, construiu-se um instrumento para avaliar quantitativamente e qualitativamente se os raciocínios dos respondentes se alinhavam com os princípios distributivos da equidade, igualdade ou necessidade. Além disso, uma parte desse instrumento possibilitou investigar, mesmo que indiretamente, se aspectos sócio-culturais estariam relacionados aos julgamentos distributivos. Já a mensuração da empatia foi feita através de um instrumento bastante conhecido no meio científico e validado em diversos países.

A seguir serão apresentadas algumas questões metodológicas envolvidas na investigação da empatia, destacando-se as principais técnicas de mensuração que têm sido utilizadas para acessar os afetos empáticos e outras respostas afetivas, as vantagens e desvantagens destas técnicas e as implicações conceituais decorrentes de sua utilização. Buscar-se-á demonstrar como a análise destas questões foi de suma importância para a escolha e elaboração dos instrumentos que serão utilizados no presente trabalho.

3.2. Questões metodológicas

Segundo Strayer (1987), uma abordagem multidimensional do construto de empatia deve focalizar sua atenção nos estímulos que se fazem mais salientes no momento em que a empatia é produzida. Estes estímulos tornam-se salientes para o observador porque são intensos, possuem significação, são diferentes de experiências familiares ao observador e são emocionalmente excitadores.

Além da força atribuída à saliência que os estímulos podem ter, Strayer afirma que é preciso considerar a interação entre esta saliência e a familiaridade com a pessoa ou com a situação para a qual se atenta, bem como para o estado afetivo atual do observador. Nesta direção, segundo Strayer, avaliar o fenômeno da empatia como uma experiência vicária com múltiplos componentes implica numa interpretação não só dos fatores constitucionais inerentes a cada indivíduo, mas também das características próprias ao contexto no qual as experiências empáticas são vivenciadas.

No que se refere a esta questão, observa-se que, ao longo do tempo, a empatia tem sido mensurada através de uma série de instrumentos, dentre os quais se destacam os que envolvem a utilização de histórias ilustradas (por fotos, figuras ou gravações em vídeo), questionários, escalas de auto-avaliação, índices somáticos (análise das expressões faciais e dos gestos) e índices fisiológicos (verificação da condutibilidade e temperatura da pele, e monitoramento das frequências cardíaca e respiratória).

Ao discutir a utilização dessas estratégias metodológicas, Strayer (1987) considera que métodos que avaliam a empatia através de índices fisiológicos são desvantajosos por estarem relacionados à incitação emocional geral, sem que haja certeza sobre o tipo de emoção que está sendo vivenciada. Segundo Strayer, medidas baseadas na análise da expressividade facial superam esta dificuldade, uma vez que juízes altamente treinados seriam capazes de diferenciar tipos de emoções a partir das expressões faciais de uma pessoa (p. 234). Além disso, as expressões faciais não só retratariam o tipo de emoção que está sendo vivenciado, como também influenciariam a maneira como a pessoa que as expressa se sente, pois as emoções são intensificadas quando são facialmente expressas e vice-versa. Conforme Strayer, algumas pesquisas demonstram que expressões faciais são potentes estimuladores que produzem no observador emoções similares às que estão sendo expressas por quem é observado.

De uma maneira geral, observa-se que os estudos os quais utilizam índices somáticos e fisiológicos têm-se mostrado úteis em diminuir os efeitos negativos que a deseabilidade social pode exercer sobre as respostas dos sujeitos de pesquisa (EISENBERG et al., 1987; KREBS, 1975; MARCUS, 1987). Contudo, este tipo de técnica traz desvantagens, sobretudo nos estudos que envolvem crianças, por conta da necessidade de serem utilizados aparelhos muito caros e incômodos para quem participa da pesquisa. Além disto, o manuseio de tais aparelhos e as análises dos dados produzidos requer um alto grau de especialização por parte do pesquisador. Outro tipo de desvantagem deste tipo de método é a de que a interpretação dos dados requer um maior grau de inferência por parte do pesquisador, quanto aos diferentes tipos de reações afetivas produzidas e à própria experiência subjetiva dos participantes da pesquisa.

Já os métodos que envolvem a utilização de histórias ilustradas, escalas ou questionários têm a vantagem de produzir dados que são condizentes com a experiência subjetiva dos respondentes, além de consumir menos tempo e dinheiro e de exigirem menos treinamento por parte dos pesquisadores (STRAYER, 1987; BRYANT, 1987a). Por outro lado, os métodos que utilizam estas técnicas possuem algumas desvantagens como, por exemplo, não abordarem outras dimensões envolvidas na produção da empatia (comportamento não-verbal, pressões situacionais ligadas à deseabilidade social etc). Além disto, este tipo de técnica pode ser bastante influenciada por alguns fatores, como vergonha de falar sobre suas emoções a um estranho, a possibilidade de que os respondentes não sejam linguisticamente hábeis para relatar o que estão sentindo, ou sejam incapazes de entender as instruções que lhes são fornecidas, dificuldades na utilização de números para mensurar experiências subjetivas, dentre outras. (BATSON, 1987).

Considerando as vantagens e desvantagens apresentadas pelas diferentes maneiras de se acessar a empatia, Strayer e Eisenberg (1987) julgaram que técnicas mais aperfeiçoadas e

acuradas de investigação implicam na utilização de abordagens multidimensionais e que este avanço implicará na necessidade de maior clareza conceitual e na produção de dados mais precisos. Contudo, estas autoras alertam para o fato de que utilizar diversas medidas fracas em um mesmo estudo não tem nenhum tipo de vantagem, se comparado à utilização de um único tipo de medida bem controlada.

No que se refere aos métodos utilizados para acessar a relação entre empatia/ simpatia e comportamentos pró-sociais, Eisenberg e Miller (1987) afirmam que as pesquisas que utilizam histórias ilustradas como instrumento de mensuração têm produzido resultados inconsistentes, e até mesmo contraditórios acerca desta relação. Segundo estes autores, tal fato ocorre por conta de problemas metodológicos e conceituais ligados principalmente aos seguintes fatores: mensuração de estados afetivos sem que haja uma clara definição acerca de qual resposta está sendo acessada; unidimensionalidade na investigação da empatia, pois a maioria das pesquisas tem relacionado este construto apenas a estados afetivos disfóricos; desejabilidade social; confusão entre habilidades lingüísticas e nível ou tipo de empatia, quando a mesma é investigada em crianças; duração dos eventos utilizados para evocar empatia em crianças (se os eventos forem muito curtos podem não incitar os estados afetivos desejados, enquanto que, por outro lado, se os eventos forem repetidos diversas vezes podem fazer com que as crianças se habituem à tarefa, o que, logicamente, influencia os resultados).

Outra dificuldade metodológica envolvida na mensuração da empatia decorre do fato de que existem diferenças entre o que alguns autores chamam de empatia traço (disposição geral) e o que outros chamam de empatia estado (situacional). No primeiro caso, trabalha-se com um construto que reflete um traço de personalidade mais geral e que, portanto, tende a permanecer para além da situação imediata. Por outro lado, o conceito de empatia estado refere-se mais a um tipo de resposta afetiva produzida atualmente e que tende a variar de acordo com o tempo e os contextos investigados. A esse respeito, Eisenberg e Miller (1987)

comentam que existem evidências empíricas demonstrando que a relação entre empatia traço e altruísmo é mais forte do que a relação entre empatia estado e altruísmo.

Para os pesquisadores que consideram a empatia como sendo uma variável constitucional ou traço disposicional, as duas medidas mais conhecidas são o *Questionnaire Measure of Emotional Empathy* de Mehrabian e Epstein (1972) e o *Interpersonal Reactivity Index* (IRI) de Davis (1983). A primeira consiste de uma escala que combina diversos itens de responsividade afetiva, nos domínios da empatia ou da simpatia. O instrumento de Davis, por sua vez, aborda a empatia de maneira multidimensional, através de um questionário com duas subescalas afetivas (acessam a angústia pessoal e a preocupação empática em resposta às emoções do outro) e duas subescalas cognitivas (acessam o *role-taking* e a capacidade imaginativa).

Além do IRI e do questionário de Mehrabian e Epstein, Del Giudice (2004) cita a *Affective Perspective-taking Task* (DENHAM, 1986), o *Interpersonal Perception Test – IPT* (BORKE, 1971), o *Feshbach Affective Situation Test for Empathy – FASTE* (FESHBACH; ROE, 1968), o *Empathy Continuum Scoring System – ECSS* (STRAYER, 1987), o *Index of Empathy for Children and Adolescent* (BRYANT, 1987b), o teste *How I Feel In Different Situations* (FESHBACH et al., 1991) e a *Empathy Scale* (HOGAN, 1969), como sendo importantes instrumentos que têm sido utilizados para mensurar a empatia e a capacidade de *role-taking*. Os cinco primeiros são aplicados em crianças cujas idades podem variar de 3 a 8 anos de idade, o quinto à crianças e adolescentes e o sexto é utilizado em adolescentes e adultos.

Como indica o trabalho de Del Giudice (2004), a criação de diversos tipos de instrumentos não implica, necessariamente, um maior nível de precisão conceitual e metodológica, visto que a utilização e validação de muitos destes instrumentos têm sido questionadas por diversos estudos. Entre as principais críticas levantadas contra estes

instrumentos, destacam-se a falta de consistência interna de algumas escalas utilizadas (*Empathy Scale*), mensuração da capacidade de antecipar reações afetivas estereotipadas, mais do que capacidade de descentração (*IPT*), falta de especificidade acerca do tipo de reação afetiva/ empática que está sendo mensurada (FASTE).

Mesmo considerando as limitações do IRI de Davis como, por exemplo, o pouco controle sobre a influência da desejabilidade social, este instrumento é reconhecido e amplamente utilizado por pesquisadores de vários países (PÉREZ-ALBÉNIZ et al., 2003; ESCRIVÁ; NAVARRO; GARCIA, 2004), inclusive em culturas orientais (SIU; SHECK, 2005), tendo sido validado (RIBEIRO; KOLLER; CAMINO, 2002) e utilizado de modo eficaz (SOARES, 1996) em amostras brasileiras. Além de ser um instrumento relativamente simples e de fácil aplicação, o IRI avalia a empatia a partir de uma perspectiva multidimensional, na qual elementos cognitivos e afetivos interagem para compor experiências vicárias empáticas. Através deste instrumento, pode-se mensurar separadamente, ou em conjunto, o nível de *role-taking* e a capacidade de responder empaticamente ou simpaticamente ao sofrimento alheio, o que dá maior clareza na mensuração de diferentes tipos de reações afetivas.

O IRI é um instrumento do tipo lápis e papel com 28 itens, por meio do qual o indivíduo avalia características cognitivas e afetivas pessoais, utilizando escalas *likert* com cinco graus (1 = “*Não me descreve bem*”; 5 = “*Descreve-me muito bem*”). As experiências afetivas são acessadas através das escalas de *personal distress* (angústia pessoal) e de *empathic concern* (consideração empática): a primeira relaciona-se às sensações subjetivas de incômodo ou ansiedade produzidas no *self* quando o indivíduo se depara com situações tensas ou de emergência, sendo que estas sensações são consideradas por Davis como autodirigidas ou egoístas; a segunda subescala avalia a motivação para ajudar outras pessoas por quem se sente afetos empáticos, sendo, portanto, eminentemente pró-social.

Segundo Davis (1983), as experiências afetivas mensuradas na dimensão de angústia pessoal corresponderiam ao que Hoffman (1991) denominou de angústia empática, pois avaliam afetos autocentrados que o sujeito experiencia quando se depara com a injustiça, sofrimento ou necessidade de outras pessoas. Por outro lado, os itens da dimensão de consideração empática estariam ligados à motivação para ajudar pessoas naquele tipo de condição, sendo, portanto, bons indicadores do nível de angústia simpática dos indivíduos, segundo a teoria de Hoffman (1987).

Já a dimensão cognitiva na escala de Davis (1983) sobre a empatia é avaliada através das subescalas de *role-taking* (tomada de perspectiva) e *fantasy* (fantasia): a primeira designa a habilidade de se colocar no lugar de outras pessoas, tomando suas perspectivas e imaginando o que elas pensam ou sentem; a subescala de fantasia, por sua vez, avalia a tendência de transpor a si mesmo imaginativamente, colocando-se no lugar de personagens de filmes e livros (DAVIS, 1983: p. 114). Quando do processo de validação e adaptação para o contexto brasileiro, Ribeiro, Koller e Camino (2002) retiraram os itens referentes à dimensão de *fantasy* e passaram a utilizar o termo Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI) para designar o IRI.

Considerando algumas das questões citadas nesta sessão, optou-se por utilizar a versão traduzida e validada do IRI para o português (EMRI) como instrumento de mensuração da empatia na presente pesquisa. Além disso, observa-se uma relação entre os aspectos afetivo-cognitivos avaliados no EMRI e o modelo de Hoffman (1987, 1991), quando o próprio Davis (1983) emparelha os construtos de angústia pessoal e consideração empática aos sentimentos de angústia empática e angústia simpática, respectivamente, afirmando que as reações avaliadas em cada um dessas subescalas condizem com as definições propostas naquela teoria (DAVIS, 1983: p.114). Nessa direção, o EMRI demonstra ser uma escolha metodológica adequada para avaliar alguns dos pressupostos teórico-conceituais deste trabalho

No que se refere ainda à investigação empírica da empatia, na sessão seguinte serão apresentados alguns estudos que avaliaram as relações entre este constructo e variáveis sócio-demográficas e culturais, objetivando-se fornecer mais subsídios para as discussões teórico-empíricas que serão feitas ao longo do presente trabalho.

3.3. Estudos empíricos sobre a empatia

Batson, Fultz e Schoenrade (1987a) afirmaram que na Psicologia, de uma maneira geral, as relações entre empatia e motivação têm sido vistas a partir de duas perspectivas principais: a primeira, chamada de visão tradicional, defende que não existem diferenças qualitativas entre empatia e *personal distress* (angústia pessoal) e que estas duas experiências combinam-se para produzir um estado psicofisiológico de excitação geral percebido como aversivo. Esta excitação levaria, então, o indivíduo a buscar a redução do estímulo responsável por este estado, independente do que estivesse implicado nas suas ações.

Como representante desta primeira perspectiva, Batson, Fultz e Schoenrade (1987b) citaram a teoria de Piliavin e Piliavin, na qual se considera que as diferenças entre os estados afetivos se dão apenas no âmbito quantitativo e que as várias reações emocionais produzidas ao testemunhar a angústia de outra pessoa geram um nível geral de excitação aversiva.

Já a visão arcaica assume que existem diferenças qualitativas nas emoções e que estas diferenças estão ligadas ao tipo de motivação que será produzida: quando a emoção é de empatia, motivação altruística será gerada; quando a emoção é de angústia pessoal, a motivação tende a ser egoísta¹⁰. Neste sentido, Batson, Fultz e Schoenrade (1987) propuseram uma teoria na qual a empatia e a angústia pessoal são reações afetivas qualitativamente diferentes e com conseqüências motivacionais distintas: a empatia produziria motivação altruísta/ pró-social e a angústia pessoal mobilizaria motivações egoístas. Além disso, esses

¹⁰ Nesse caso, observa-se uma semelhança entre o que Batson, Fultz e Schoenrade (1987a) estão denominando de empatia e o conceito de angústia simpática de Hoffman (1987).

autores julgam que a angústia pessoal pode servir como base para empatia, mas que nem sempre isso ocorre.

Para comprovar esta teoria, Batson, Fultz e Schoenrade (1987a) conduziram seis estudos nos quais buscavam investigar se existiam e quais seriam as diferenças qualitativas no tipo de reação emocional produzida em alguém, ao testemunhar o sofrimento ou angústia de outra pessoa. Nestes estudos, os respondentes deveriam avaliar o tipo de reação afetiva e a intensidade desta reação, por meio de uma lista com 14 adjetivos (*alarmed, grieved, upset, worried, disturbed, perturbed, distressed, troubled, sympathetic, moved, compassionate, tender, warm e softhearted*¹¹).

Através de análises fatoriais, os pesquisadores observaram que os sete primeiros adjetivos compunham um fator que foi denominado de angústia (*distress*), enquanto que os sete últimos se organizavam em outro fator que foi chamado de empatia (*empathy*). Tais resultados demonstraram que havia diferenças qualitativas e quantitativas na avaliação que os respondentes faziam sobre o tipo de experiência afetiva vivenciada na situação experimental, o que reforça a idéia de que a empatia e a angústia pessoal são experiências subjetivas distintas.

No que se refere às diferenças entre angústia pessoal, empatia e o tipo de motivação produzida por cada uma destas reações, Batson, Fultz e Schoenrade (1987b) afirmaram que a distinção qualitativa entre empatia e angústia pessoal pode ser comprovada através de manipulações experimentais que conseguem induzir um tipo de reação afetiva ou outra, pois, de uma maneira geral, os resultados de estudos que buscaram estimular a angústia pessoal mostraram uma forte associação entre esta reação afetiva e a clareza percebida e a severidade da angústia que o outro experienciava. Por outro lado, diferenças qualitativas entre empatia e angústia pessoal estiveram relacionadas à tomada de perspectiva e a diferenças

¹¹ Considerando-se as diferenças entre as línguas portuguesa e inglesa, optou-se por não fazer a tradução destes adjetivos. Apesar da aparente superposição entre estes adjetivos na tradução para o português, ressalta-se que na língua inglesa cada uma destas palavras designa diferentes estados afetivos.

individuais nas habilidades para experienciar ou reconhecer estas emoções em outras pessoas (p. 171).

Outros estudos citados pelos autores demonstraram que, para os indivíduos com elevados níveis de empatia, a frequência de comportamentos de ajuda se mantém alta, mesmo que nenhuma outra pessoa (até mesmo a pessoa necessitada que irá receber a ajuda) esteja sabendo daquela ação. Estes dados sugerem que a questão da desejabilidade social tem pouca influência sobre o comportamento de ajuda, quando o indivíduo está altamente motivado pela empatia. Além disto, nos estudos nos quais se utilizou um delineamento experimental cujos condicionantes eram a empatia (alta ou baixa) e a facilidade para escapar da situação (alta ou baixa) (BATSON et al., 1981), observou-se que, quando a empatia era alta, a frequência com que se ajudava era também alta, independente da facilidade para escapar da situação. Em contrapartida, observou-se que, quando a empatia era baixa, a frequência do comportamento de ajuda era alta apenas quando a possibilidade de fugir da situação era baixa.

Como citado anteriormente, alguns dos principais problemas que incidem na investigação da empatia decorreram de imprecisões conceituais e da não adequação das estratégias metodológicas ao contexto investigado. Apesar destas dificuldades, alguns autores têm buscado verificar se pessoas de diferentes países demonstram diferenças quantitativas e/ou qualitativas no que diz respeito às experiências empáticas. Dentre estes, destacam-se os trabalhos de Enz e Zoll (2006) e o de Siu e Sheck (2005).

Segundo Enz e Zoll (2006), a revisão de literatura demonstrou que apenas cinco estudos investigaram diferenças transculturais da empatia, dentre os quais se destaca o de Trommsdorff (1995), que comparou amostras de sujeitos da Alemanha e do Japão. Enz e Zoll afirmaram que as dificuldades para realizar estudos transculturais são decorrentes, sobretudo, de alguns fatores como: o pouco conhecimento que se tem acerca do desenvolvimento da empatia; carência de investigações a respeito da influência de aspectos culturais sobre os

processos psicológicos ligados à afetividade; além da existência de diversos problemas conceituais no campo, como citado anteriormente. No caso particular do estudo de Trommsdorff (1995), eles apontam, por exemplo, que o instrumento utilizado foi desenvolvido na Alemanha e não passou por nenhuma adaptação ao contexto cultural da China.

Considerando algumas destas questões, Enz e Zoll (2006) realizaram uma pesquisa transcultural da qual participaram 252 crianças de Portugal (n = 55), Alemanha (n = 96) e Reino Unido (n = 101), de ambos os sexos e com idades variando de 8 a 14 anos. A outra parte da amostra foi composta por 200 crianças chinesas de ambos os sexos e com idades variando de 7 a 13 anos. Para investigar os níveis de empatia dos participantes, foi desenvolvido um instrumento baseado na Escala de Bryant (1987b) e um outro, desenvolvido por um pesquisador alemão, o qual foi adaptado às especificidades culturais de cada país. Além disto, foram incluídos alguns itens para verificar a existência da dimensão ideomotora da empatia.

Contudo, análises preliminares demonstraram que em nenhum dos países investigados os itens correspondentes à dimensão ideomotora estavam correlacionados, não podendo, portanto, ser agrupados em um mesmo fator, o que fez com que a empatia ideomotora perdesse sua validade enquanto constructo. Conseqüentemente, todos os itens correspondentes a esta dimensão foram excluídos das análises subseqüentes. Em relação a outras análises fatoriais, os autores observaram a existência de duas dimensões distintas da empatia em todas as amostras: uma correspondente a aspectos cognitivos e outra a aspectos afetivos. Apesar disto, destaca-se que, na amostra chinesa, a distinção entre os dois fatores foi mais fraca do que a observada nos outros países.

De uma maneira geral, os resultados do estudo de Enz e Zoll (2006) demonstraram que as crianças chinesas se descreveram como sendo mais empáticas (na dimensão afetiva) do

que as crianças dos outros países, com o inverso sendo verdadeiro para as crianças germânicas. Quanto aos aspectos cognitivos da empatia, Enz e Zoll (2006) observaram que as crianças do Reino Unido pontuaram mais alto que as crianças dos outros países nestes itens. Diferenças de gênero também foram identificadas neste estudo, pois as meninas se descreveram como sendo mais empáticas nos quatro países.

Quanto ao efeito do nível de escolaridade, Enz e Zoll (2006) observaram que os escores das duas dimensões da empatia diminuíram à medida que as crianças avançavam nas séries escolares. Não se observaram efeitos significativos da idade sobre a empatia entre as crianças de Portugal, Alemanha e Reino Unido. Já na amostra chinesa, constataram que o índice de empatia diminuiu à medida que a idade das crianças avançou.

Os resultados observados na amostra chinesa podem ter sido decorrentes de valores grupais fortemente arraigados na cultura daquele país. Estes valores podem ter feito com que a empatia afetiva fosse percebida como sendo determinante para a preservação do bem-estar grupal. Para finalizar, ao explicar o efeito da idade na amostra chinesa, os autores afirmam que:

(...) a situação de preencher um questionário ativa nas crianças chinesas valores de não expressar publicamente suas emoções; com a idade, estes valores podem tornar-se mais e mais salientes e exercer mais e mais influência sobre o comportamento (verbal). (ENZ; ZOLL, 2006: p. 14).

Quanto ao estudo de Siu e Sheck (2005), estes dois autores aplicaram uma versão traduzida e adaptada do IRI a uma amostra de estudantes secundaristas e universitários de uma região industrializada da China, com o intuito de testar as propriedades psicométricas deste instrumento naquele país. É interessante destacar que, apesar das análises confirmatórias corroborarem o modelo de Davis (1983), análises exploratórias apontaram que um modelo com três e não quatro fatores seria mais adequado para explicar os dados. No primeiro fator

predominaram os itens referentes à subescala de *personal distress*; no segundo as questões relativas à dimensão de *fantasy* (fantasia) e no terceiro fator houve um agrupamento dos itens das subescalas de *empathic concern* (consideração empática) e *perspective taking* (tomada de perspectiva).

Estes resultados sugerem que para os jovens chineses pode não ter havido distinção entre os componentes cognitivos e afetivos da empatia, tal como eles são mensurados no IRI, o que justifica o agrupamento destes itens em um único fator. Além disso, Siu e Sheck (2005) discutem que estes resultados aumentam mais o debate sobre se existem fronteiras bem delimitadas entre os processos de tomada de perspectiva e as experiências afetivas vivenciadas na empatia e sobre a direção causal entre estes fenômenos.

Tal como visto no estudo de Zhang e Yang (1998) algumas tradições culturais chinesas estabelecem um equilíbrio entre racionalidade e afetividade, de maneira que valores relacionados à solidariedade e ao cuidado são enfatizados sobremaneira. Nesta direção, acredita-se que, ao cuidar e preocupar-se com o outro, os adolescentes chineses lançam mão da capacidade de assumir o lugar dos outros, ao mesmo tempo em que se deixam ser mobilizados afetivamente pelo que conhecem durante esta experiência vicária.

Em uma interessante revisão acerca dos estudos que focalizaram as diferenças de gênero e idade na empatia, Lennon e Eisenberg (1987) sugerem que a interpretação dos resultados destes estudos não produz conclusões consensuais, já que alguns apontaram para a existência de diferenças, enquanto outros não. No caso das diferenças de gênero encontradas, os autores identificaram claramente a influência dos métodos utilizados para acessar a empatia: em situações nas quais os participantes tinham controle consciente sobre suas respostas e as demandas situacionais eram elevadas, as diferenças tenderam a serem mais acentuadas. Todavia, quando as demandas características eram mais sutis, as diferenças tenderam a ser menos acentuadas. Além disto, quando as demandas eram mais sutis e os

participantes não tinham controle consciente de suas respostas, nenhuma diferença de gênero foi observada.

Tais resultados sugerem que essas diferenças podem ser influenciadas mais pelas estratégias de investigação utilizadas pelos pesquisadores do que por diferenças de gênero propriamente ditas. Outro tipo de interpretação destes resultados pode ser a de que as diferenças de gênero ocorrem por conta dos tipos de emoções vicárias acessadas nestes estudos, pois, de uma maneira geral, quando os pesquisadores utilizavam medidas para avaliar contágio emocional, não houve diferenças evidentes, mas quando as medidas estavam mais voltadas para acessar a simpatia, as mulheres tendiam a parecer mais emocionalmente reativas do que os homens.

No que se refere às mudanças em função da idade, a revisão de Lennon e Eisenberg (1987) mostra uma variação relacionada ao tipo de índice utilizado na avaliação da empatia. Por exemplo, auto-relatos sobre as emoções sentidas, quando se inferem os afetos de outras pessoas, parecem aumentar com avanços na idade, até a metade do processo de escolarização. Por outro lado, índices que se baseiam em expressões faciais e nos gestos parecem estar inversamente relacionados, ou até mesmo não relacionados ao aumento da idade durante os anos escolares.

Lennon e Eisenberg (1987) afirmam que, de uma maneira geral, os diferentes resultados de pesquisa são difíceis de serem interpretados e sinalizam para a possibilidade de que diferentes reações emocionais tenham cursos de desenvolvimento diferenciados. Diante disto, esses autores apontam para a importância de se elaborarem pesquisas que primem pela precisão conceitual e metodológica para que os significados do modelo de diferenças de gênero e idade na empatia possam ser mais bem esclarecidos.

3.4. Considerações sobre o capítulo

A empatia, assim como outras experiências vicárias, têm sido objeto de interesse de diversos campos do saber ao longo dos anos. Na Psicologia, os estudos focalizaram os aspectos interrelacionais envolvidos nas experiências empáticas, ressaltando sua importância para a psicoterapia, o desenvolvimento de habilidades cognitivo-afetivas e a vida em sociedade.

Apesar das divergências conceituais e metodológicas envolvidas nesta temática, existe consenso entre os teóricos de que a empatia pode exercer forte influência durante os processos de tomada de decisão, especialmente quando estas se referem a questões ligadas ao cuidado, respeito e moralidade. Assim, um amplo corpo de estudos empíricos indica que a análise cognitiva feita durante o processamento da informação pode ser enviesada por aspectos afetivos, os quais fornecem a motivação necessária para que o indivíduo se comporte em consonância, ou não, com princípios morais vigentes em seu grupo.

Por outro lado, a avaliação causal da situação, bem como outras habilidades cognitivas (*role-taking*, por exemplo), tem potencial para mediar e influenciar as respostas afetivas que serão experienciadas no *self*. Esta influência recíproca entre cognição e afetividade corrobora o pressuposto de Piaget a respeito da indissociabilidade entre estas duas dimensões, fornecendo subsídios para que se reafirme que os julgamentos morais devam ser analisados a partir desta visão.

Além disso, existe um amplo corpo de pesquisas que aponta para uma compreensão mais completa da empatia, quando se a concebe e a mensura a partir de uma perspectiva multidimensional. Outros dados sugerem haver diferentes tipos de afetos quando o indivíduo experiencia aquilo que os pesquisadores têm chamado de episódios empáticos. Mais especificamente, os dados de pesquisa indicam a existência de sentimentos de perturbação e desconforto que são experienciados no *self* quando se observa alguém sofrendo, em perigo ou

desvantagem (BATSON et al., 1995; HOFFMAN, 1991). Todavia, durante os episódios empáticos, os indivíduos podem também vivenciar sentimentos de piedade, compaixão e um desejo claro de ajudar o outro. De acordo com as hipóteses de Piaget, Kohlberg e Hoffman, e com o que foi visto nesse capítulo, ambos os tipos de sentimentos podem influenciar fortemente o processo de tomada de decisão, o julgamento e comportamento morais.

No que se refere especificamente à Psicologia da justiça, a teoria de Adams (1965) de que a iniquidade produz angústia que mobiliza o comportamento em direção à restauração da equidade, levou à produção de uma série de pesquisas que investigavam como os indivíduos respondiam emocionalmente a situações avaliadas como injustas. Outras pesquisas seguiram esta mesma linha de raciocínio, mas buscando corroborar outras teorias da justiça, como a de Lerner (LERNER; MILLER, 1978). Contudo, poucos autores consideraram a possibilidade de que componentes afetivos possam entrar em jogo durante os julgamentos distributivos, influenciando a maneira como as pessoas avaliam o que é mais ou menos justo de ser feito naquela situação, o que se constitui numa lacuna empírico-teórica neste campo de estudos (CAMINO; CAMINO, 1996; COSTA, 1996).

Neste sentido, o próximo capítulo será destinado à apresentação de estudos empíricos que investigaram direta ou indiretamente estas questões, corroborando ou refutando as hipóteses supracitadas. Inicialmente serão discutidos alguns trabalhos nos quais foi investigada a relação entre aspectos gerais da vida afetiva e da moralidade, dentre os quais serão destacados aqueles relacionados às experiências empáticas. Em seguida, buscando aprofundar-se a temática discutida ao longo deste trabalho, serão revisadas pesquisas nas quais foram avaliadas as reações emocionais de indivíduos frente a situações de justiça e injustiça. Além disso, apresentar-se-ão outras investigações nas quais se observou a influência da empatia sobre decisões distributivas e o julgamento moral. Por fim, estes dados serão discutidos frente a algumas hipóteses e objetivos do presente trabalho.

4. Moralidade e afetividade

Os pressupostos piagetianos e kohlberguianos a respeito do desenvolvimento da moralidade, bem como o fato desses dois autores não terem investigado o papel da afetividade nesse processo, forneceram justificativas para que outros estudiosos elaborassem teorias nas quais aspectos da vida afetiva ocupam lugar de destaque na explicação do comportamento e dos julgamentos sócio-morais. Pesquisadores como Eisenberg (2000) afirmam que as emoções, tanto quanto as experiências de socialização e o próprio desenvolvimento cognitivo-afetivo, são importantes motivadores do comportamento moral.

Outros autores (BOUCHARD, 2002; GARAIGORDOBIL, 2004; KRISTJÁNSSON, 2004; RUIZ; VALLEJOS, 1999; SPIECKER, 1994; STEPHAN; FINLAY, 1999; VERDUCCI, 2000; VITZ, 1990) direcionam essa discussão para o campo da educação moral, afirmando que não se deve desconsiderar a importância de habilidades cognitivas para o desenvolvimento moral, pois estas são fundamentais para que o indivíduo seja capaz de refletir sobre normas e códigos de conduta, conheça os sistemas de valores, seu papel e os das outras pessoas para o funcionamento da sociedade etc. Na verdade, eles propõem que intervenções voltadas à estimulação da compaixão, do respeito à dignidade e ao valor da vida humana, ao comprometimento com o outro e com a sociedade deveriam ser agregadas aos modelos de educação moral vigentes atualmente (BLASI, 1989; EISENBERG; ZHOU; KOLLER, 2001; HOFFMAN, 1989a, 1989b; RUIZ; VALLEJOS, 1999; STEPHAN; FINLAY, 1999).

Ao discutir as relações entre afetividade e moralidade, Spiecker (1994) propõe uma categoria específica de experiências subjetivas chamada de emoções morais. Estas emoções provocariam uma impressão subjetiva diferente de outros tipos de emoções, por estarem estritamente ligadas à vergonha, culpa ou arrependimento produzidos após violação de algum

princípio moral, ou à manifestação do interesse em transgredí-lo futuramente. Segundo Spiecker, esta impressão estaria fortemente associada à quebra dos contratos sociais, uma vez que parece desaparecer “quando a relação com o outro é restabelecida”. (p. 285). Neste modelo teórico, a presença maior de componentes cognitivo-avaliativos nas emoções morais faz com que as mesmas possam ser classificadas em dois tipos: *rule-emotions* e emoções altruístas.

As *rule-emotions* teriam um papel importante na avaliação e comprometimento com a aplicação de princípios morais, especialmente o da justiça. Por outro lado, as emoções altruístas seriam dirigidas à preservação/ restauração do bem-estar das outras pessoas, podendo se manifestar sob a forma de compaixão, preocupação, generosidade ou simpatia. As emoções altruístas seriam consideradas teleológicas, pois envolveriam um componente motivacional muito forte para atuar no sentido de diminuir ou acabar o sofrimento dos outros.

Apesar das suposições de Spiecker (1994) não terem sido testadas empiricamente, elas são bastante interessantes e seguem uma linha de raciocínio semelhante a de Hoffman (1989a; 1991), ao afirmarem a importância que experiências afetivas podem ter na internalização, escolha e aplicação de princípios morais.

A seguir serão apresentados alguns estudos nos quais os pesquisadores investigaram a associação entre o que Spiecker chamou de *rule-emotions* e os julgamentos de justiça e entre as emoções altruístas e o comportamento moral.

Como citado no capítulo anterior, entre as décadas de 60 e 70, diversos psicólogos sociais estavam interessados em descobrir que tipos de motivações poderiam explicar comportamentos pró-sociais. Krebs (1975), por exemplo, demonstrou que a responsividade emocional empática – medida através de índices somáticos (pressão sanguínea, condutibilidade da pele e frequência cardíaca) – era maior entre indivíduos semelhantes, no que diz respeito a aspectos da personalidade, do que entre dessemelhantes. Além disso, o

experimento de Krebs sugere que indivíduos que sentem mais empatia são mais dispostos a ajudar a pessoa-alvo da empatia, mesmo que isto implique em custos (sofrimento físico) para eles mesmos.

Todavia, os resultados do estudo de Krebs (1975) podem ser questionados haja visto que esse pesquisador utilizou-se de medidas fisiológicas do nível geral de excitação dos participantes, as quais podem ser tomadas como indícios muito rudimentares das experiências afetivas relacionadas à empatia. Nessa direção, não se sabe se o que mobilizou o comportamento de ajuda foram, efetivamente, sentimentos empáticos ou o próprio estado geral de excitação dos indivíduos.

Seguindo um modelo metodológico semelhante ao de Krebs (1975), Batson et al. (1981) investigaram se a motivação produzida pela empatia era de natureza altruísta ou egoísta, ou seja, se os indivíduos mais empáticos ajudavam porque realmente queriam diminuir o sofrimento/ necessidade do outro ou se o faziam para aliviar a sensação de angústia/ desconforto que eles sentiam quando eram mobilizados por experiências afetivas vicárias. Apesar de reconhecer as limitações deste método, os autores consideraram que investigar o comportamento dos indivíduos em face das circunstâncias em que a ajuda é fornecida seria a melhor maneira de avaliar suas motivações.

Nesta direção, Batson et al. (1981) realizaram dois experimentos nos quais manipulavam o nível de empatia dos sujeitos (alta ou baixa) e a dificuldade (fácil ou não-possível) de fugir da situação de sofrimento, ficando livres de testemunhar o sofrimento da pessoa-alvo. Partindo de estudos anteriores, eles formularam a hipótese de que os indivíduos com baixa empatia só ajudariam muito em situações nas quais não fosse possível escapar da situação desagradável, e que, em contrapartida, quando fosse fácil fugir da situação, a ajuda seria reduzida, pois escapar seria a maneira mais fácil de não sentir desconforto diante daquela situação. Por outro lado, sujeitos muito empáticos ajudariam tanto em uma situação

quanto em outra, pois seu interesse verdadeiro seria aliviar o sofrimento da outra pessoa, mais do que a angústia pessoal sentida no *self*.

Como esperado, a condição de baixa empatia e facilidade para escapar da situação foi aquela na qual os indivíduos ofereceram menos ajuda à pessoa-alvo. Além disso, Batson et al. (1981) demonstraram que, quando os indivíduos sentiam angústia pessoal, a quantidade de ajuda estava condicionada à facilidade/ dificuldade de fugir da situação. Todavia, os respondentes que foram induzidos a sentir consideração empática pela pessoa-alvo ajudaram-na tanto quando era fácil, como quando era difícil fugir da situação. Estes resultados são bastante pertinentes, pois reforçam a idéia de que, ao avaliar a empatia, se deve primar pela precisão conceitual e metodológica antes de se fazer qualquer tipo de inferência a respeito das relações entre ela e o comportamento moral ou altruísta.

Ao tentar explicar teoricamente como a empatia e habilidades cognitivas estão envolvidas no comportamento de ajuda, Coke, Batson e McDavis (1978) propõem um modelo no qual aspectos cognitivos e afetivos influenciam-se mutuamente e, conjuntamente, atuam sobre a motivação altruísta. Segundo este modelo, ao se deparar com outra pessoa em situação de desvantagem, necessidade ou sofrimento um observador tende a sentir, vicariamente, emoções empáticas. Se ele toma a perspectiva da pessoa-alvo e considera que o que está sentindo é decorrência da situação da pessoa observada, as emoções empáticas tendem a ser intensificadas, o que aumenta a motivação para que ele aja no sentido de diminuir o sofrimento da pessoa-alvo, ajudando-a. Para testar este modelo, Coke, Batson e McDavis elaboraram dois experimentos.

No primeiro, através da utilização de um procedimento que induzia uma falsa percepção sobre o nível de excitação fisiológica (através da administração de um placebo) e da manipulação da tomada de perspectiva, esses pesquisadores elaboraram um *design* fatorial tipo 2 (excitado ou não excitado) x 2 (imaginar como o outro se sentia ou apenas observar o

que lhe ocorria). Os participantes da pesquisa ouviam uma fita na qual uma estudante (Kate) que havia perdido os pais recentemente falava sobre suas péssimas condições financeiras, a possibilidade de abandonar os estudos e de ter que dar seu irmão mais novo para adoção, por não ter condições de sustentá-lo. Além disso, pedia ajuda dos ouvintes para que eles destinassem algumas horas para ajudá-la, cuidando dos seus irmãos ou em tarefas de seu emprego. A quantidade de tempo que os participantes escolhiam disponibilizar para Kate foi utilizada como principal variável dependente, para analisar o comportamento de ajuda.

Coke, Batson e McDavis (1978) observaram que na condição de relaxamento e na qual se pedia para imaginar como Kate se sentia, os participantes deram maiores quantidades de tempo do que nas outras três situações. Segundo os autores, estes resultados corroboram o modelo dos dois estágios, pois era previsto que na condição de imaginar, os respondentes deveriam tomar a perspectiva de Kate, o que faria com que seu nível de excitação fosse maior do que na condição de apenas observar. Contudo, os que tivessem sido levados a acreditar que o placebo produziria um maior nível de excitação atribuiriam esta sensação aos efeitos do medicamento, mas os que acreditavam que a droga os faria relaxar, atribuiriam a sua excitação às emoções vicariamente sentidas após observar os infortúnios de Kate, o que os motivaria a ajudá-la. De acordo com os resultados, aparentemente, a tomada de perspectiva por si só não foi capaz de afetar o comportamento de ajuda, tendo-o feito apenas quando os indivíduos atribuíram a excitação sentida no *self* aos afetos empáticos experienciados quando ouviam o relato de Kate.

No segundo experimento, além de corroborar o modelo de dois estágios, Coke Batson e McDavis (1978) queriam avaliar se os sentimentos experimentados pelos respondentes eram de angústia pessoal (*personal distress*) ou de consideração empática (*empathic concern*) e qual sua relação com a ajuda oferecida. Desta vez, todos os participantes foram instruídos a imaginar como a pessoa-alvo se sentiria, mas alguns receberam um falso *feedback* sobre seu

estado geral de excitação fisiológica, enquanto ouviam o relato da pessoa-alvo: umas acreditavam que estavam altamente excitadas, enquanto outras que estavam em um nível normal de excitação.

Antes de informar o quanto de ajuda iriam oferecer, os sujeitos foram solicitados a avaliar o quanto haviam sentido de uma série de emoções, as quais relacionavam-se à angústia pessoal ou à consideração empática. Como esperado, os sujeitos na condição de alta excitação ajudaram mais do que aqueles na condição de excitação normal. Análises de regressão mostraram que a consideração empática era um bom preditor do comportamento de ajuda, o que não poderia ser aplicado ao sentimento de angústia pessoal.

Tomados juntos, os resultados destes dois experimentos forneceram indícios de que a empatia tem potencial para aumentar o comportamento de ajuda, mas apenas na medida em que seus efeitos são mediados pela tomada de perspectiva, o que reforça o valor teórico-empírico de perspectivas que consideram a empatia um construto multidimensional. Além disso, os resultados do segundo experimento demonstram que a consideração empática, mais do que a angústia pessoal, aumenta a probabilidade de ocorrência de comportamentos pró-sociais, o que sugere que aquele tipo de emoção empática fornece motivação altruísta nas relações interindividuais.

Além destes achados empíricos, destacam-se os trabalhos de Eisenberg e seus colaboradores (EISENBERG; MILLER, 1987; EISENBERG, 2000; EISENBERG et al., 2001; EISENBERG ET AL., 2002) que buscaram investigar sistematicamente como alguns aspectos da vida afetiva, e dentre eles a empatia, influenciavam os comportamentos sócio-morais. Em uma interessante revisão de estudos Eisenberg (2000) demonstrou, dentre outras coisas, que as emoções e os afetos empáticos são fundamentais para o desenvolvimento moral pró-social e o altruísmo, constituindo-se como importantes preditores para o não engajamento em comportamentos anti-sociais ou delinquentes.

Em uma pesquisa com estudantes brasileiros, Eisenberg, Zhou e Koller (2001) corroboraram o modelo de dois estágios proposto por Coke, Batson e MacDavis (1978), indicando que a tomada de perspectiva parece ter um efeito indireto sobre os comportamentos morais, na medida em que fortalece a motivação gerada pela empatia. Outros resultados demonstraram que indivíduos que pontuavam alto nas medidas de comportamento pró-social também tinham níveis elevados de tomada de perspectiva e de empatia, sendo o inverso verdadeiro para aqueles que declaravam baixos índices de comportamento pró-social. Além disso, a pesquisa evidenciou efeitos significativos do nível sócio-econômico, do gênero e da idade sobre o agir moralmente.

Em linhas gerais, esses resultados são pertinentes para o presente estudo porque demonstram que o comportamento moral pode depender dos sentimentos orientados para os outros, da capacidade cognitiva de reconhecer as necessidades e estados internos dos outros, ou de ambos os fatores, o que reforça a tese sobre a indissociabilidade entre aspectos cognitivos e afetivos do comportamento moral.

Através de estudos longitudinais, Eisenberg et al. (2002) levantaram uma série de evidências para comprovar a existência de um tipo de personalidade adulta pró-social, cujas origens podem ser identificadas já na infância. As medidas que avaliaram o comportamento pró-social foram obtidas através de auto-relatos, relatos de amigos e professores e observação do comportamento das crianças em sala de aula. Nos resultados, os autores observaram que vários aspectos do responder pró-socialmente e atitudes de simpatia não estiveram somente correlacionados, mas que as medidas de pró-sociabilidade, agregadas às medidas das respostas auto-relatadas, estavam correlacionadas com os relatos dos amigos e com marcadores pró-sociais obtidos em idades anteriores. Ademais, os autores descobriram que os modelos de correlações ao longo do tempo e das diferentes medidas foram estáveis e de magnitude moderada, o que sugere a existência de diferenças individuais nas disposições pró-

sociais, e que estas diferenças emergem claramente no início da adolescência, sendo, de alguma maneira, estáveis ao longo da vida adulta.

No Brasil algumas pesquisas também buscaram investigar como o julgamento moral pode estar relacionado a componentes afetivos. Por exemplo, ao entrevistar uma amostra de adolescentes, Costa (1996) identificou que dentre 20 categorias de dilemas apresentados espontaneamente, 12 possuíam conteúdo no qual os temas morais mesclavam-se a questões afetivas. Observou também a presença da afetividade tanto no nível de julgamento moral convencional (argumentos que envolviam a obrigação de cuidar das pessoas mais afetivamente próximas), quanto no pré-convencional (soluções que buscavam trazer mais prazer ou satisfação pessoal) como estratégias para solucionar os dilemas. Contudo, Costa ressalta que em decorrência desta forte presença de componentes afetivos, os julgamentos morais dos adolescentes parecem ter sido enviesados, pois a máxima do “ama o teu próximo parece ter sido modificada para ama o teu próximo mais próximo” (Costa, 1996: p. 72).

Ao trabalhar com um grupo de discussão composto por professores adultos, Costa (1996) também identificou forte presença de componentes afetivos tanto nas resoluções individuais quanto coletivas a quatro dilemas do DIT. Estas respostas foram categorizadas em dois tipos: moral “olho por olho” e moral do cuidado e respeito pelo outro. Interessante notar nesses dados que durante as discussões a evocação de aspectos afetivos relativizava as noções de transgressão e de certo ou errado, fazendo com que os argumentos fossem guiados por uma espécie de “moral afetiva”. Contudo, diferentemente dos adolescentes, no grupo de adultos houve prevalência de resoluções menos enviesadas, pois os adultos evocavam o cuidado e respeito com todo e qualquer ser humano (universalidade do julgamento moral). Mesmo assim, tal como se observou no primeiro grupo, os componentes afetivos pareciam ter sido elementos constituintes fundamentais dos julgamentos morais nos grupos de discussão.

Partindo do pressuposto de Hoffman (1991) de que maiores níveis de empatia podem predispor um indivíduo a aderir mais facilmente aos princípios do cuidado, necessidade e esforço, e interessados em investigar qual a relação entre esta resposta vicária e a habilidade de *role-taking*, Camino e Camino (1996) entrevistaram 222 crianças com idades variando entre cinco e 10 anos. Utilizando pequenas histórias estes pesquisadores manipularam as seguintes variáveis: intencionalidade do personagem principal (sem intenção, intenção altruísta, intenção hostil), as ações deste personagem (agressivas ou de roubo) e a gravidade das conseqüências da ação (mais grave ou menos grave).

Nos resultados, Camino e Camino (1996) observaram que havia aumento na capacidade de atribuir corretamente as emoções dos outros em função da idade. Observaram também que esta capacidade estava razoavelmente relacionada ao julgamento moral para dois grupos etários (5 a 7 anos e 8 a 10 anos). Outros resultados demonstraram uma progressão na empatia inferencial e no escore global de empatia em função da idade, no sentido que quanto mais velhas mais as crianças se identificavam com o personagem altruísta. Por fim, os dados sugeriram haver uma relação entre empatia inferencial e julgamento moral, pois as crianças que empatizaram com o personagem altruísta deram mais respostas certas (ao avaliar quem era o personagem mais vil) do que as que não empatizaram com ele.

Apesar destes resultados demonstrarem que, assim como havia afirmado Piaget (1932/1994), a moral é um campo no qual as relações entre afetividade e cognição tornam-se mais evidentes, ressalta-se que a presença de emoções nos julgamentos morais não garante, por si só, que o indivíduo irá comportar-se moralmente, visto que a motivação por trás de ações aparentemente altruístas ou pró-sociais pode ser ainda egoísta. Eisenberg (2000) e Batson et al. (1981) demonstraram que sentimentos como a culpa ou vergonha podem ser fortes motivadores do comportamento moral, mas que em muitas situações estas ações são executadas mais para aliviar a angústia sentida no *self* do que para ajudar o outro, sendo,

portanto, mais egoístas do que altruístas. Outros estudos demonstram que um dos componentes da empatia, a angústia pessoal (*personal distress*), está não-relacionada ou negativamente co-relacionada com o comportamento pró-social (EISENBERG, 2000).

Tomando-se os resultados dos estudos citados acima, pode-se afirmar que aspectos da vida afetiva e, em especial, aqueles ligados aos afetos empáticos exercem forte influência sobre os julgamentos e comportamentos morais, motivando o indivíduo a adotar princípios voltados para as necessidades dos outros, para o cumprimento das convenções, ou mesmo para satisfação dos desejos pessoais. Assim, noções como certo e errado, bom ou mal, aceitável e não aceitável parecem ser fortemente influenciadas pelos aspectos afetivos que acompanham as tomadas de decisão moral. Todavia, poucos estudos foram devotados à investigação sobre se e como as noções de justiça e, mais especificamente, as de justiça distributiva sofrem tal influência, o que aponta para uma lacuna empírico-teórica no campo da Psicologia da Justiça.

4.1. Justiça/ injustiça e emoções

Segundo Mikula, Scherer e Athenstaedt (1998) um dos pontos que tem recebido mais atenção por parte da literatura sócio-psicológica, refere-se aos antecedentes e às conseqüências da experiência de injustiça. No caso específico das conseqüências emocionais, os autores relatam que, apesar de algumas teorias terem proposto haver uma relação entre justiça e emoções, poucos estudos empíricos têm se dedicado a investigar como e em que medida se dão estas relações. Além disto, eles sinalizam que a maioria destes estudos objetivou comprovar que a angústia (*distress*) é um produto da injustiça e que as pessoas sentem-se mais contentes (e menos angustiadas) quando avaliam que a situação foi equitativa ou correspondente às suas expectativas. Outros estudos demonstraram que as reações

emocionais mais predominantes em situações de injustiça são de caráter negativo: ódio, raiva, indignação, desapontamento, sentir-se agredido etc.

Como observado, anteriormente, no presente trabalho, ao avaliar a justiça de uma situação, os indivíduos podem atentar para os *outcomes* (se são favoráveis ou não), para os procedimentos utilizados na distribuição, ou para ambos, fazendo tanto julgamentos acerca da justiça distributiva quanto da justiça processual. De acordo com Krehbiel e Cropanzano (2000) as pesquisas até então têm considerado que a favorabilidade ou não dos *outcomes* é o fator principal por trás das reações emocionais dos envolvidos em uma situação distributiva e que a justiça processual tem um efeito moderador sobre estas reações. Nesta direção, quando os *outcomes* não são favoráveis há a tendência para que surjam sentimentos negativos dirigidos àqueles que receberam tais *outcomes*. Contudo, se os procedimentos usados forem justos, estes sentimentos podem ser atenuados ou até mesmo suprimidos.

Tomando como base os pressupostos da Teoria da Equidade, alguns autores têm buscado investigar se a instauração/ manutenção da equidade, em situações nas quais esteja envolvido algum tipo de julgamento de justiça é, verdadeiramente, um fator relacionado ao surgimento de diferentes estados emocionais. Partindo do pressuposto de Homans (1958) de que as relações interpessoais devem ser compreendidas como uma espécie de troca social Sprecher (1986, 1992) investigou empiricamente como as pessoas se sentiam diante da percepção de iniquidade¹² em suas relações íntimas.

Em um primeiro estudo, Sprecher (1986) constatou que quanto maior o grau de iniquidade percebida na relação mais afetos negativos e menos afetos positivos eram experienciados pelas pessoas; que os efeitos da iniquidade sobre as emoções eram mais fortes na situação de *underbenefiting* (condição em que a pessoa leva desvantagem com a

¹² No presente trabalho o termo iniquidade é utilizado para designar uma condição na qual se observa um não-balanceamento (de acordo com os pressupostos da Teoria da Equidade) entre as taxas de *inputs* e *outcomes*, em situações que envolvam justiça distributiva ou processual.

iniquidade) do que na de *overbenefiting* (condição em que o sujeito é o lado beneficiado pela iniquidade).

No que diz respeito à relação entre iniquidade e emoções específicas, Sprecher (1986) observou que as emoções positivas mais relacionadas à iniquidade eram satisfação, respeito e prazer para os homens, e satisfação, respeito e contentamento para as mulheres. Por outro lado, as emoções negativas mais relacionadas à iniquidade foram raiva, dor e ressentimento para homens, e tristeza, frustração e raiva para as mulheres. Por fim, Sprecher observou que a iniquidade era um bom preditor do surgimento de emoções negativas na relação, mesmo quando comparada a outras variáveis como auto-estima, dependência e gênero, o que sugere que questões ligadas à equidade também estão presentes nas reações emocionais prevalentes em relações íntimas.

Em outro estudo, Sprecher (1992) buscou investigar mais detalhadamente como homens e mulheres esperavam reagir diante de uma situação de iniquidade em suas relações íntimas. Nesta pesquisa, ela entrevistou 569 indivíduos de ambos os sexos, estudantes universitários, utilizando uma vinheta escrita em que solicitava aos respondentes que imaginassem estar numa relação não balanceada, na qual eles se doavam para a relação mais do que o parceiro (condição de *underbenefiting*).

Nos resultados, Sprecher (1992) observou que os sujeitos esperavam tornar-se mais angustiados em situações de *underbenefiting* do que nas de *overbenefiting*, com os primeiros imaginando que haveria aumento de raiva e depressão, ao passo em que alegria e contentamento sofreriam decréscimo. Dos sujeitos na situação de *overbenefiting*, por sua vez, esperava-se um aumento no sentimento de culpa. Além disso, nas duas condições de iniquidade os participantes relataram uma maior probabilidade de se engajar em comportamentos de restauração da equidade do que de não fazer nada, apesar de haver uma tendência um pouco mais forte deste tipo entre os indivíduos na condição de *underbenefiting*.

Quanto às diferenças de gênero, Sprecher (1992) constatou que as mulheres esperavam ficar mais angustiadas do que os homens em uma situação de *underbenefiting* e a sentir mais culpa em uma de *overbenefiting*. Além disso, as mulheres disseram que seria mais provável se engajar em comportamentos para restaurar a equidade do que os homens. Por fim, elas atingiram índices mais altos do que eles nas avaliações sobre a probabilidade de pedir ao companheiro que aumentasse suas contribuições (*underbenefiting*) e de se esforçar para aumentar os investimentos pessoais (*overbenefiting*).

Em linhas gerais, as principais contribuições dos estudos de Sprecher (1986, 1992) são as de demonstrar que alguns pressupostos da Teoria da Equidade também podem ser aplicados na compreensão sobre como as pessoas avaliam e percebem questões ligadas à justiça nas suas relações interpessoais. Mais especificamente, vale a pena ressaltar as diferenças de gênero observadas, a relação entre iniquidade e emoções positivas e negativas e a tendência a se engajar em comportamentos de restauração da equidade, quando se considera a presença de algum tipo de injustiça. Assim, os estudos supracitados corroboram a idéia de Adams (1965) e de Lerner (LERNER; MILLER, 1978) de que quando não há conformidade entre um princípio de justiça e a percepção que o indivíduo tem da situação, há a tendência de que este experiencie algum tipo de angústia pessoal (*personal distress*). Este sentimento, por sua vez tem o potencial para fazer com que as pessoas busquem restabelecer uma condição de justiça que esteja de acordo com seus princípios ou valores.

Compartilhando de interesses semelhantes ao de Sprecher (1992) e Hedgtvedt (1990) entrevistou 215 universitários de ambos os sexos, em uma pesquisa cujo método consistia na utilização de pequenas histórias hipotéticas nas quais havia uma relação de negócio entre dois personagens: um digitador (que sempre era representado pelos respondentes) e um estudante que procurava serviços de digitação. Havia variações na hierarquia de *status* social (através do

emparelhamento do sexo do respondente com o sexo do personagem do estudante¹³), na posição de poder do participante (ora havia poucos digitadores disponíveis – poder elevado, ora havia muitos – poder reduzido) e na quantidade de *outcomes* recebidos (*overbenefiting*, *underbenefiting* e equitativa). Outros instrumentos foram utilizados para avaliar a percepção sobre o nível de justiça do pagamento recebido e o nível de *personal distress* sentido pelos respondentes diante da situação.

Hedgtvedt (1990) constatou que os sujeitos na condição de *underbenefiting* consideravam que haviam sido tratados injustamente pelo outro personagem, enquanto que os que estavam nas condições de equidade e *overbenefiting* julgavam terem sido tratados justamente. Observou ainda que sujeitos sub-recompensados (*underbenefiting*) foram os que sentiram mais *distress* e ressentimento, seguidos de longe pelos equitativamente tratados e os sobre-recompensados (*overbenefiting*). Além disso, quanto mais proporcional a taxa de *inputs* e *outcomes* mais os indivíduos se sentiam gratos e menos ressentidos e desamparados. Um padrão de resultados semelhantes a este foi observado no que diz respeito a indivíduos que ocuparam uma posição superior de poder.

Hedgtvedt (1990) destaca que, dos três fatores sociais estudados (equidade no tratamento, posição de poder e *status* social), o primeiro exerceu os efeitos mais fortes sobre as reações emocionais dos participantes. Além disso, ela comenta que o fato dos indivíduos sobre-recompensados terem se sentido muito gratos e pouco culpados, pode ser indicativo de que suas recompensas foram consideradas efetivamente justas. Citando Adams, ela afirma que compreender a natureza da angústia (*distress*) fornece uma base para que se compreenda o comportamento que os indivíduos terão ao lidar com a injustiça.

Estes três estudos fornecem subsídios para que se pense a respeito do poder preditivo que a Teoria da Equidade tem sobre as avaliações de justiça que ocorrem na vida em

¹³ De acordo com os pressupostos da autora, quando os dois personagens fossem do mesmo sexo, haveria igualdade de *status*; quando o responde fosse do sexo masculino ele possuiria *status* elevado; e quando fosse do sexo feminino *status* inferior.

sociedade, visto que, nestas pesquisas, observa-se uma forte preocupação por parte dos indivíduos com a manutenção da proporcionalidade/ equilíbrio entre investimentos e benefícios/ produtos que eles esperam receber nas interações sociais. Contudo, não se pode deixar de considerar a influência de fatores sócio-culturais sobre esta noção de justiça e sinalizar que a mesma não é universal, pois o que é visto como justo em uma sociedade capitalista pode não ser tão justo em um modelo comunista ou em um grupo no qual predominam valores coletivistas.

Talvez o que seja mais importante neste momento seja destacar que nestes estudos constata-se uma forte relação entre a afetividade e julgamentos de justiça. Observou-se, por exemplo, que quando não havia conformidade entre a distribuição final e o que os participantes consideravam como sendo mais justo, havia a tendência de que os mesmos experienciassem uma série de sentimentos negativos (ex: angústia, ressentimento e raiva) e que se sentissem contentes e satisfeitos quando eram recompensados equitativamente, ou seja, quando percebiam que haviam sido tratados justamente e em conformidade com o que consideravam ser mais justo.

Apesar de não se poder descartar a influência que ao auto-interesse pode ter exercido sobre estes julgamentos, deve-se mencionar que outros estudos demonstraram que nas situações em que os indivíduos se beneficiam de uma distribuição não equitativa (*overbenefiting*) a alegria e outras emoções positivas podem ser acompanhadas por culpa e, às vezes, vergonha. Esta informação sugere que essas pessoas, assim como as que são sub-recompensadas, tenham ponderado sobre a existência de algum tipo de injustiça presente na distribuição, apesar do autobenefício.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante a esta, outros estudos têm usado uma metodologia mais refinada e investigado de maneira mais ampla como as dimensões da justiça

distributiva e da justiça processual estão relacionadas ao surgimento de diversos tipos de emoções.

Partindo de um modelo cognitivista de estudo das emoções Krehbiel e Cropanzano (2000) propõem que as emoções surgem a partir de uma avaliação da situação em dois níveis (primário e secundário). A avaliação primária definiria a direção (positiva ou negativa) das emoções resultantes enquanto que a avaliação secundária estaria fundada na análise de fatores causais e circunstanciais, destinando-se à análise ou interpretação/ significação do evento. Em associação com a avaliação primária, a avaliação secundária seria responsável pela produção de emoções mais complexas como culpa, ansiedade, prazer e orgulho.

Krehbiel e Cropanzano (2000) afirmam que os julgamentos de justiça também podem ser compreendidos a partir deste modelo, sendo que as informações referentes a favorabilidade do *outcome* (se é ameaçador ou benéfico e se é relevante ou não para o indivíduo) seriam usadas no nível primário para analisar os benefícios ou prejuízos potenciais que podem ocorrer como consequência da distribuição. Já a avaliação sobre os processos seria usada no nível secundário para ponderar sobre as circunstâncias, critérios, procedimentos e causas envolvidos no processo de distribuição.

Além disso, estudos anteriores (WEISS; SUCKOW; CROPANZANO, 1999) sugerem que a favorabilidade dos *outcomes* tem potencial para gerar apenas estados emocionais gerais como alegria ou desapontamento, ao passo que emoções como raiva, culpa, frustração ou ansiedade só seriam produzidas a partir da junção entre avaliações primária e secundária (KREHBIEL; CROPANZANO, 2000). Nesta direção, a justiça processual entraria como um dos elementos englobados na avaliação secundária e que, combinada com a avaliação sobre a favorabilidade dos *outcomes*, produziria emoções mais complexas como culpa ou frustração. Por exemplo, raiva e frustração seriam produzidas mediante *outcomes* não favoráveis e

procedimentos injustos; a culpa poderia surgir quando os *outcomes* são favoráveis, mas o procedimento é injusto e favorecem o próprio indivíduo.

Apesar desta relação entre as dimensões da justiça e as dimensões da avaliação das emoções, Weiss, Suckow e Cropanzano (1999) chamam a atenção para o fato de que estudos anteriores demonstraram que as avaliações sobre os *outcomes* e sobre os processos não seguem uma ordem temporal necessária e que uma pode influenciar fortemente a outra, independentemente da ordem em que aparecem. A pesquisa de Van den Bos, Vermunt e Wilke (1997) também produziu um resultado que corrobora esta tese, pois demonstrou que o julgamento de justiça sofre mais influência das informações que são analisadas em primeiro lugar do que das informações analisadas subsequente, independentemente destas se referirem aos *outcomes* ou aos processos usados na distribuição.

Em um estudo bastante interessante Mikula, Scherer e Athenstaedt (1998) solicitaram a adolescentes que relembassem e descrevessem eventos nos quais eles tivessem experienciado fortemente sete tipos de emoções: prazer, raiva, medo, tristeza, desgosto, vergonha e culpa. Além disso, os participantes responderam a um questionário que buscava avaliar cada uma destas emoções nos seguintes aspectos: descrição da situação, sentimentos subjetivos de duração e intensidade das emoções, sintomas fisiológicos e comportamento expressivo. Por fim, foi administrado um instrumento cujo objetivo era verificar como uma série de aspectos (causalidade, *goal hindrance*, compatibilidade com padrões morais, novidade/ expectativa etc) relacionava-se à avaliação que os respondentes faziam sobre as situações descritas. Nos resultados, os autores observaram que as descrições de eventos que produziram emoções negativas como raiva e culpa estiveram positivamente associadas ao grau de injustiça percebido na situação, enquanto que em situações nas quais os participantes relataram prazer, pouca injustiça foi percebida. Eventos injustos tenderam a serem vistos como imorais, empecilhos para a consecução dos objetivos pessoais e como tendo sido

causados por eventos externos. Outros dados demonstraram que eventos avaliados como injustos foram percebidos como mais subjetivamente intensos e de maior duração.

Mikula, Scherer e Athenstaedt (1998) citam que no seu estudo o ódio foi de longe a reação emocional mais provável a uma situação injusta, seguida de desgosto. Contudo, outros resultados demonstram que medo, tristeza, culpa e vergonha também foram tipos de reações provenientes de eventos injustos. Nesta direção, os autores apontam para a importância de que sejam realizados estudos adicionais sobre a relação entre injustiça e emoções e fazem o seguinte comentário:

(...) A conclusão sugerida por estas descobertas é que a injustiça percebida... é uma importante dimensão nas avaliações que antecedem à emoção. Assim, mais do que partir da suposição de que uma situação prototípica de injustiça produz certas reações emocionais, poder-se-ia teorizar a injustiça... percebida como uma das diversas dimensões da avaliação. Nesta teorização, a injustiça teria uma influência mediadora. (p. 779).

Partindo do pressuposto de que a justiça distributiva seria um elemento constituinte da avaliação primária e que a justiça processual entraria em jogo apenas na avaliação secundária das emoções, Weiss, Suckow e Cropanzano (1999) elaboraram um experimento para testar a relação entre estas dimensões da justiça e algumas emoções. Considerando estudos anteriores que demonstraram que a alegria parecia ser produto apenas da avaliação primária, não sendo influenciada por outros fatores secundários, e que a culpa, raiva e orgulho, por outro lado, pareciam ser produzidos apenas em situações nas quais a avaliação secundária entrava em jogo, estes autores formularam a hipótese de que a alegria sofreria influência dos *outcomes* mas não do processo, e que as outras três emoções seriam influenciadas pelos *outcomes* e pelos processos usados nas situações de distribuição.

Foram sujeitos do estudo de Weiss, Suckow e Cropanzano (1999) 122 universitários de ambos os sexos que participaram de uma espécie de competição de resolução de problemas

entre duplas. Os estudantes foram distribuídos aleatoriamente em seis situações experimentais, de acordo com as seguintes condições: processo de distribuição (enviesado a favor, enviesado contra, ou justo para ambos) e tipos de *outcomes* (positivo ou negativo). O controle das condições de distribuição foi feito da seguinte maneira: na primeira situação o participante recebia a informação de que seu parceiro sabia parte das respostas, na segunda ele ouvia alguém da outra dupla falar que tinha tais informações e na terceira não foi fornecido nenhum tipo de informação desta natureza.

Após completar a tarefa, as duplas eram informadas se haviam vencido (*outcome* positivo) ou sido derrotadas (*outcome* negativo). Além disto, após a tarefa foi administrado um instrumento através do qual os respondentes podiam avaliar o quanto haviam sentido em relação a 26 tipos de emoções, usando escalas *likert*. Contudo, o foco principal de análise foi sobre as emoções de alegria, raiva, culpa e orgulho.

Nos resultados, Weiss, Suckow e Cropanzano (1999) observaram que a alegria foi maior nas três condições de *outcome* positivo e que esta emoção não foi influenciada pelos procedimentos da distribuição. No que diz respeito à raiva, observaram que ela foi maior quando o *outcome* era negativo e o procedimento enviesado a favor da outra dupla. Quanto à culpa, os participantes relataram maior nível desta emoção quando o *outcome* era positivo, mas o procedimento enviesado a seu favor. Por fim, as análises demonstraram que o orgulho foi maior nas condições de *outcome* positivo, independentemente do procedimento ter sido enviesado a favor ou contra os participantes, o que sugere que esta emoção foi influenciada apenas pela avaliação primária dos *outcomes*.

Com indicam os resultados desta pesquisa, os componentes cognitivos de avaliação podem ter influenciado significativamente o surgimento dos estados emocionais estudados. Mais especificamente, no que diz respeito àqueles relacionados à percepção de justiça, observou-se que a avaliação sobre a direção dos *outcomes* (justiça distributiva) e sobre os

procedimentos utilizados na distribuição (justiça processual) estiveram relacionados ao surgimento da raiva, alegria, culpa ou orgulho entre os participantes.

Contudo, deve-se lembrar que estudos correlacionais como este possuem suas limitações, não podendo ser, portanto, tomados como “prova definitiva” das hipóteses de pesquisa. Vale lembrar, por exemplo, que a partir destes resultados não se pode afirmar que foram as avaliações de justiça/ injustiça que causaram as emoções supracitadas. Na verdade, concorda-se com Weiss, Suckow e Cropanzano (1999) que as avaliações sobre justiça podem configurar-se como um dos componentes mediadores das emoções, os quais podem entrar em jogo quando a questão da justiça torna-se relevante para o contexto. Assim, faz-se necessário a realização de outros estudos nos quais as relações entre justiça e emoções possam ser mais bem investigadas.

Em uma pesquisa posterior, Krehbiel e Cropanzano (2000) tentaram replicar os resultados de Weiss, Suckow e Cropanzano (1999) e expandir àquela investigação para a verificação da existência de relações entre as avaliações da direção dos *outcomes* e da justiça processual sobre outras emoções como prazer, desapontamento, frustração e ansiedade. Utilizando um método semelhante ao de Weiss, Suckow e Cropanzano (1999), Krehbiel e Cropanzano acessaram as respostas emocionais de 210 estudantes universitários em uma situação experimental na qual havia variações na direção do *outcome* (favorável x não favorável) e na justiça processual (enviesada a favor ou enviesada contra a dupla do participante).

Nos resultados, Krehbiel e Cropanzano (2000) observaram um efeito principal da justiça processual, pois os maiores níveis de injustiça foram relatados nas situações em que havia um viés contra o participante. Observaram também que quando os participantes venciam a competição relatavam níveis mais elevados de alegria e prazer, e quando perdiam informavam sentir um maior nível de desapontamento. Além disso, *outcomes* não favoráveis

associados a um procedimento com viés contra produziu os níveis mais elevados de raiva e frustração.

Outras análises demonstraram que a combinação entre procedimentos enviesados a favor do participante e *outcomes* positivos produziu os maiores níveis de culpa e ansiedade. No que diz respeito ao orgulho, os autores observaram que a média na situação em que o *outcome* era positivo, apesar do enviesamento não favorável, diferenciava-se das médias das outras três condições experimentais. Todavia, uma análise de variância revelou que as condições com *outcome* favorável não diferiam entre si, o que sugere que esta variável explicava o efeito principal sobre o nível de orgulho relatado, e não a interação entre esta e a justiça processual. Por fim, os resultados demonstraram que a justiça processual não exerceu nenhum efeito sobre a alegria, o prazer ou o desapontamento.

Como observado, o estudo de Krehbiel e Cropanzano (2000) replicou os resultados da pesquisa de Weiss, Suckow e Cropanzano (1999), demonstrando que existiam relações entre a avaliação sobre justiça processual, justiça distributiva e emoções. Apesar disto, considera-se a necessidade de que esta relação seja mais investigada, de maneira que se possa pensar ainda na possibilidade que componentes da vida afetiva também exercem influência significativa sobre as avaliações de justiça. Concorda-se com Weiss, Suckow e Cropanzano (1999) quando eles afirmam que “certas condições de justiça podem ser mais emocionais que outras [e que] reações emocionais podem coexistir com outras respostas mediadoras relevantes. Além disso, certos comportamentos são propensos a serem dirigidos pelo afeto, enquanto outros não”. (p.791). Nesse sentido, sugere-se a necessidade de investigar empiricamente se, como e quando os comportamentos e julgamentos distributivos tendem a ser potencialmente dirigidos por aspectos da vida afetiva.

Mais especificamente, faz-se necessário retomar e investigar a hipótese de Hoffman (1991) de que as emoções empáticas têm potencial para predispor o indivíduo a utilizar os

princípios do cuidado, igualdade e até mesmo necessidade, considerando que a afetividade teria um efeito mediador sobre os julgamentos e comportamentos distributivos. Nota-se que, a revisão de literatura indica que pouquíssimos estudos foram desenvolvidos para investigar esta questão.

O estudo de Batson et al. (1995), por exemplo, demonstra que a mobilização de componentes empáticos diante de uma situação na qual esteja envolvido um dilema moral com tema relacionado à justiça pode enviesar decisões e julgamentos distributivos. Partindo do pressuposto que o altruísmo induzido pela empatia e a justiça são motivos pró-sociais distintos e com finalidades diferentes, Batson e seus colaboradores elaboraram dois experimentos nos quais objetivavam investigar a possibilidade da empatia levar alguém a se comportar de maneira não condizente com seus princípios morais ligados à justiça.

No primeiro experimento Batson et al. (1995) utilizaram um cenário no qual a tarefa dos respondentes deveria ser indicar como dois trabalhadores (A e C) deveriam ser designados para duas situações: uma com conseqüências positivas e outra com conseqüências negativas. A empatia foi manipulada através de instruções para que os participantes imaginassem como o trabalhador C se sentiria, quais seriam as repercussões da decisão distributiva sobre sua vida etc (condição de alta empatia), ou que tomassem suas decisões da maneira mais objetiva possível (condição de baixa empatia). Além disso, havia uma condição na qual os respondentes recebiam uma pequena carta deste trabalhador, falando de sua situação atual, necessidades, aspirações etc (condição de comunicação) e outra na qual eles não recebiam esta carta (condição de não comunicação). Por fim, foram feitas algumas questões a respeito do nível de moralidade das decisões distributivas adotadas, sobre como os participantes haviam tomado suas decisões e sobre qual a maneira mais correta (moralmente falando) de agir diante de uma situação como esta.

Batson et al. (1995) observaram que nas condições de não-comunicação e baixa empatia, o trabalhador C foi designado 50% das vezes para situação com conseqüências positivas. Por outro lado, na condição de alta empatia o trabalhador C foi designado para situação com conseqüências positivas 75% das vezes. As respostas à questão sobre como os respondentes haviam tomado suas decisões foram categorizadas em dois tipos: uso de um método randômico, ou escolha deliberada de designar C para situação com conseqüências positivas. Na condição de não-comunicação os 20 participantes disseram que escolheram randomicamente; na de baixa empatia 17 usaram este método; na de alta empatia 10 selecionaram randomicamente e 10 escolheram dar a C as conseqüências positivas.

Quanto à pergunta sobre qual seria o método mais justo para tomar a decisão, as respostas foram classificadas em quatro tipos: designar randomicamente, dar a C as conseqüências positivas, não haveria maneira mais justa, e sem resposta. Em cada condição experimental 90% dos participantes disseram que o mais justo seria usar um procedimento randômico, o que sugere que mesmo após as manipulações experimentais a percepção de justiça dos participantes permaneceu preservada. Além disso, os participantes que deram as conseqüências positivas a C perceberam que haviam atuado de maneira menos moral, do que aqueles que usaram um método randômico.

Mais interessante ainda são os resultados do segundo experimento, no qual estava envolvido outro contexto: o de caridade. Neste utilizou-se um cenário no qual os participantes foram levados a acreditar que poderiam fazer com que uma criança (Sheri) portadora de uma séria doença tivesse uma melhora na sua qualidade de vida, através de sua realocação na fila de espera de uma associação que prestava assistência a crianças necessitadas. Todavia, ao tomar a decisão de realocar a criança, os respondentes foram esclarecidos que isto implicaria em prejudicar outras crianças também seriamente doentes e que estavam em uma posição mais privilegiada que Sheri nesta fila, por terem um estado de saúde mais frágil.

Cada respondente tinha que ouvir uma fita que continha uma suposta entrevista com Sheri, durante a qual ela falava sobre sua situação, expectativas e esperanças de conseguir ajuda na associação etc. A empatia foi manipulada de maneira semelhante àquela utilizada no primeiro experimento (BATSON et al., 1995). Além disso, utilizaram-se medidas para verificar a reação empática dos participantes à manipulação experimental, a importância dos motivos de justiça e do altruísmo e o grau de moralidade das decisões percebido por cada respondente. A principal variável dependente foi a decisão de remanejar ou não Sheri na fila.

De uma maneira geral, Batson et al. (1995) constataram que os indivíduos na condição de alta empatia foram mais propensos a remanejar Sheri do que os indivíduos na condição de baixa empatia, o que, segundo Batson e seus colaboradores, contradizia a teoria de Hoffman (1987, 1992), pois este autor havia previsto que um nível mais elevado de empatia poderia predispor as pessoas a utilizar o princípio da necessidade, mas os resultados demonstraram que a empatia fez com que os participantes favorecessem Sheri, que era menos necessitada que as outras crianças da fila.

Batson et al. (1995) construíram um índice que servia para ilustrar a dominância do princípio do altruísmo ou do princípio da justiça e observaram que participantes com dominância do altruísmo foram mais propensos a remanejar Sheri que aqueles com dominância da justiça. Outros dados demonstraram que quanto mais similares eram as preocupações em ser justo e sentir empatia, mais difícil e perturbadora era a tomada de decisão, o que indicou a presença real de um conflito entre justiça e altruísmo.

4.2. Considerações sobre as relações entre empatia e moralidade

De uma maneira geral, os resultados da pesquisa de Batson et al. (1995) demonstraram que diante de uma situação na qual componentes empáticos são mobilizados, a preocupação com a justiça pode ser posta de lado, fazendo com que as pessoas ajam de maneira parcial

sendo, segundo seus próprios princípios, imorais. Nesta direção, Batson et al. sinalizam que o altruísmo induzido pela empatia pode ser tão danoso quanto o auto-interesse ou o egoísmo, visto que nestes casos se priorizam os interesses e necessidades de um (uns) em detrimento dos interesses e necessidades de outros.

Claro que se deve atentar para o fato de que a situação experimental utilizada por Batson et al. (1995) tem um forte apelo emocional e que o contexto de caridade, por si só já tem forte potencial para mobilizar estados afetivos. Contudo, o autor do presente trabalho questiona se, assim como em outros tipos de julgamento moral, as avaliações sobre justiça também não poderiam englobar tanto aspectos cognitivos quanto afetivos? Mais especificamente, poder-se-ia formular a hipótese de que os tipos de *inputs* informacionais disponíveis na situação, bem como características constitucionais/ disposicionais, interagem para determinar o peso que questões afetivas podem ter para as decisões ligadas às justiça distributiva e processual.

Além disso, questiona se em situações distributivas nas quais não estejam envolvidas, necessariamente, questões de vida e morte (como na pesquisa de BATSON et al., 1995), mas que abarquem outros tipos de *outcomes* (dinheiro, oportunidades etc.), os afetos empáticos também teriam importância fundamental no julgamento moral. Considerando-se os pressupostos de autores como Piaget (1932/1994) e Hoffman (1989a, 1991) e os dados de pesquisa citados ao longo deste trabalho, a resposta a esta questão seria sim. Contudo, como visto anteriormente, no campo de pesquisas da chamada Psicologia da Justiça ainda não foram realizados estudos nesta direção, o que justifica a importância dada aos afetos empáticos no presente trabalho.

Com base nos questionamentos levantados ao longo da revisão de literatura, nos avanços produzidos no campo de estudos sobre o desenvolvimento sócio-moral e afetivo, no crescente interesse pelo desenvolvimento de estratégias de intervenção capazes de promover

resultados mais efetivos no âmbito da Educação Moral [e na necessidade de que algumas das perguntas levantadas nesta pesquisa sejam respondidas], elaboraram-se os objetivos que serão descritos a seguir.

5. Objetivos

O presente trabalho constitui-se em um estudo sobre as relações entre afetividade e o juízo moral. O objetivo principal do mesmo foi investigar, a partir de uma perspectiva multidimensional e psicogenética, se a empatia influencia significativamente os julgamentos distributivos de adolescentes. Mais especificamente, a proposta foi analisar se aspectos afetivos e cognitivos da empatia eram determinantes para as escolhas e julgamentos distributivos de respondentes em um contexto no qual eles eram observadores externos à situação. Além deste objetivo principal, foram propostos objetivos específicos relacionados à influência de variáveis sócio-demográficas como sexo, idade e tipo de escola sobre os julgamentos de justiça distributiva e sobre a empatia. Nesse sentido, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar se o sexo influenciava significativamente os julgamentos e as decisões distributivas em nível de microjustiça;
2. Analisar se os julgamentos distributivos de homens e mulheres em nível de macrojustiça divergiam;
3. Avaliar se existiam diferenças em função da idade nas tomadas de decisão e nos julgamentos distributivos em nível de microjustiça, durante a adolescência;
4. Verificar se os julgamentos relacionados à distribuição de renda na sociedade são influenciados pela idade dos respondentes;
5. Investigar se estudantes de escola pública e particular distribuía diferentes *outcomes* entre personagens de uma situação-problema e justificavam suas decisões invocando diferentes princípios distributivos;

6. Examinar se o tipo de escola influenciava significativamente os julgamentos de justiça distributiva relacionados à distribuição de renda na sociedade;
7. Averiguar se havia diferenças nos níveis de empatia, consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal, em função do sexo, idade e tipo de escola dos respondentes.

Para alcançar estes objetivos, foram desenvolvidas duas pesquisas quase-experimentais, nas quais se utilizaram situações-problema e um roteiro de entrevista para avaliar os julgamentos distributivos dos adolescentes. Além disso, optou-se por utilizar um instrumento de tipo lápis e papel, para avaliar aspectos afetivos e cognitivos da empatia a partir de uma perspectiva multidimensional. Estas pesquisas serão apresentadas e discutidas nos capítulos seguintes.

6. Produtividade, Necessidade e Empatia: primeiro estudo

O presente estudo investigou as relações entre afetos empáticos e julgamentos distributivos através de um delineamento quase-experimental sem grupo-controle (CAMPOS, 2004). As informações sobre a condição de necessidade e o nível de produtividade dos personagens de uma situação-problema foram utilizadas como condicionantes das decisões distributivas dos respondentes sobre a quantidade de dinheiro que deveria ser dada aos personagens (variável dependente). Este delineamento objetivou analisar se variáveis sócio-demográficas e os níveis de empatia, consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal poderiam ser considerados como variáveis preditoras dos julgamentos e comportamentos distributivos.

6.1. Amostra

A amostra foi composta por 120 estudantes das três séries do ensino médio, de escolas públicas e particulares das cidades de Petrolina – PE e Juazeiro – BA, com idades variando de 13 a 20 anos ($M = 16,09$; $d.p. = 1,43$) e de ambos os sexos, escolhidos através de amostragem proposital. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes, de acordo com o tipo de escola, cidade de residência e sexo.

Tabela 1: distribuição dos respondentes de acordo com o sexo, tipo de escola e cidade.

		Juazeiro	Petrolina	Total
Escola pública	Masculino	6	2	8
	Feminino	23	28	51
Escola particular	Masculino	15	19	34
	Feminino	15	12	27
Total		59	61	120

6.2. Instrumentos

Os julgamentos distributivos foram acessados através de uma situação-problema na qual os respondentes ouviam uma história (Apêndice A) e em seguida eram solicitados a opinar sobre a distribuição de um total de R\$ 900,00 (novecentos reais) entre seis personagens (TR1, TR2, TR3, TR4, TR5 e TR6) que haviam trabalhado juntos em uma mesma tarefa. De acordo com as condições apresentadas na história, os três primeiros estavam organizados no Grupo A e os outros três no Grupo B. Abaixo, um trecho da história utilizada na situação-problema.

(...) Prezado aluno (a) existe uma empresa do gênero alimentício se instalando no submédio do São Francisco e que está contratando pessoas de algumas cidades da região. Faz parte das políticas de inserção regional desta empresa conhecer a cultura local, os costumes e os valores de cada região, abrindo espaços para que os moradores locais opinem sobre questões ligadas ao trabalho. Sendo assim, esta pesquisa configura-se como sendo um destes espaços, no qual a empresa gostaria de saber a opinião de estudantes do ensino médio, acerca de programas de remuneração e premiação para os trabalhadores.

Neste trabalho, gostaríamos de ouvir sua opinião sobre qual a maneira mais justa de distribuir os lucros obtidos por alguns trabalhadores recém-contratados, informando quanto cada um deve receber. (...)

Os participantes foram informados que estes personagens diferiam em seus índices de produtividade na tarefa, local de residência (cidade e bairro) e no que iriam fazer com o dinheiro. Nesse sentido, TR1, TR2, TR5 e TR6 haviam atingido a meta de produtividade determinada pela empresa (100 pontos), todavia os outros dois (TR3 e TR4) haviam ultrapassado a meta, fazendo 150 pontos. Quanto ao local de residência, TR1 e TR6 eram moradores de bairros pobres de Petrolina e Juazeiro, respectivamente, TR3 e TR4 moravam em bairros nobres de Petrolina e Juazeiro, respectivamente e, por fim, TR2 e TR5 moravam no centro da cidade de Picos – PI. No que se refere às aspirações do que fariam com o dinheiro, TR1 e TR6 declararam que iriam comprar comida para a família com o que

ganhassem, TR3 e TR4 iriam comprar coisas aparentemente supérfluas (um *discman* e um celular, respectivamente) e TR2 e TR5 informaram que iriam apenas juntar o dinheiro, pois não sabiam o que fazer ainda.

De acordo com essas informações, a situação-problema apresentava três principais condicionantes: necessidade (controlada pelo bairro em que os personagens moravam e pelo que eles iriam fazer com o dinheiro), produtividade (controlada pelo índice alcançado na tarefa) e cidade de residência dos personagens (Petrolina, Juazeiro e Picos). Nesse sentido, havia dois trabalhadores mais necessitados, dois muito produtivos, mas não necessitados, e dois com nível esperado de produtividade, mas sem nenhuma necessidade imediata aparente. Além disso, dois deles eram da mesma cidade do respondente, enquanto que os outros quatro moravam em cidades diferentes da sua.

Para facilitar a compreensão da situação, empregou-se um diagrama (Apêndice B) no qual apareciam as características de cada trabalhador discriminadas em grandes quadros. Em cada quadro havia espaços nos quais os respondentes escreviam quanto cada personagem deveria receber.

Além da situação-problema, utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturado (Apêndice A) por meio do qual se procurou compreender mais detalhadamente como os respondentes haviam tomado suas decisões. Durante a entrevista, os participantes foram questionados sobre como e porque haviam distribuído o dinheiro daquela maneira, se aquela era a maneira mais justa de fazê-lo, se algum personagem havia sido prejudicado com aquela decisão e qual havia sido o fator mais relevante considerado por eles, na hora em que a distribuição estava sendo feita. Outras duas questões buscavam investigar qual a opinião dos adolescentes sobre a distribuição de renda na sociedade e qual o modelo de distribuição de renda mais justo, segundo suas opiniões.

Para avaliar a empatia, utilizou-se uma versão do *Interpersonal Reactivity Index – IRI* de Davis (1983) traduzida e adaptada para uso no Brasil por Ribeiro, Koller e Camino (2002), a qual recebeu o nome de Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal – EMRI (Anexo 1). A EMRI é um instrumento tipo lápis e papel que avalia a empatia a partir de duas dimensões afetivas (consideração empática – CE e angústia pessoal – AP) e uma cognitiva (tomada de perspectiva – TP). A dimensão de consideração empática está relacionada aos sentimentos dirigidos para o outro e à motivação para ajudar pessoas em necessidade, perigo ou desvantagem, assemelhando-se ao que Hoffman (1991) chamou de angústia simpática. A de angústia pessoal avalia as sensações de desconforto, incômodo e desprazer dirigidas para o *self* quando o indivíduo testemunha ou imagina o sofrimento de outrem, sendo equivalente ao que Hoffman chamou de angústia empática. Por fim, a dimensão de tomada de perspectiva mede a capacidade do indivíduo se colocar no lugar de outras pessoas, reconhecendo e inferindo o que elas pensam e sentem.

Cada dimensão foi mensurada através de sete sentenças, as quais o respondente avaliou através de escalas *likert* com cinco graus (1 = não me descreve bem; 5 = descreve-me muito bem). Alguns itens deviam ter sua pontuação invertida, pois foram elaborados em uma direção oposta ao que está sendo medido naquela dimensão. Os escores brutos foram utilizados para avaliar o nível de tomada de perspectiva, angústia pessoal e consideração empática do respondente, e o nível geral de empatia foi obtido através do somatório dos escores nessas três dimensões. Abaixo estão alguns exemplos de sentenças da EMRI:

“Eu tento considerar os argumentos de todas as pessoas em uma discussão antes de tomar uma decisão.” (TP).

“Eu freqüentemente tenho sentimentos de ternura e preocupação por pessoas menos afortunadas do que eu”. (CE).

“Em situações de emergência, eu me sinto ansioso e desconfortável” (AP).

Por fim, utilizou-se um pequeno questionário para coletar dados sócio-demográficos como idade, sexo, série e renda média mensal familiar.

6.3. Procedimentos

Inicialmente os diretores de algumas instituições de ensino das duas cidades foram contatados e solicitados a autorizar a realização da pesquisa. Após essa primeira etapa, o pesquisador se dirigiu até as salas de aula dos respondentes, apresentou os objetivos e método da pesquisa e solicitou a participação voluntária dos mesmos. Aos que decidiram participar espontaneamente, foram entregues termos de consentimento livre e esclarecido (Apêndice F) os quais deveriam ser assinados por seus pais ou responsáveis. Só após o cumprimento das exigências éticas previstas na resolução 196/96 (CNS) é que se deu início à coleta de dados.

No primeiro momento os participantes ouviam a história e indicavam como o dinheiro deveria ser dividido entre os seis trabalhadores, escrevendo no diagrama quanto cada um receberia. Após o término das indicações, seguiu-se a entrevista. No terceiro momento, os respondentes preencheram o EMRI e, por fim, forneceram os dados sócio-demográficos solicitados pelo pesquisador. Todos os participantes foram entrevistados individualmente, em salas reservadas, designadas previamente pela diretoria da escola.

Para fins de análise dos dados, os respondentes foram categorizados em três faixas etárias: I (13 a 15 anos), II (16 a 17 anos) e III (18 a 20 anos).

As análises quantitativas foram feitas através do *software* estatístico SPSS (versão 11) e as entrevistas foram analisadas por três juízes independentes, cujas avaliações atingiram o nível de 90% de concordância no total de suas avaliações.

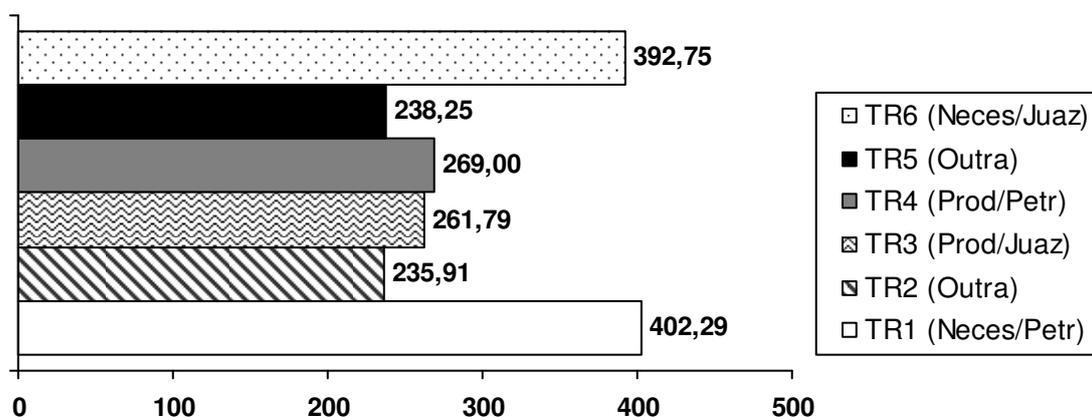
6.4. Resultados

6.4.1. Quantidade de dinheiro alocada para os personagens

Inicialmente o Teste de Kolmogorov-Smirnov foi aplicado para verificar se os dados referentes à divisão de dinheiro entre os personagens seguiam uma distribuição normal. Ao se constatar que tal fato não ocorria, seguiu-se a utilização de testes não-paramétricos para analisar os dados quantitativos.

As análises demonstraram que TR1 e TR6 receberam mais dinheiro que os demais ($M = 398,95$; d.p. = 198,60 e $M = 389,50$; d.p. = 130,32, respectivamente) e que TR2 e TR5 foram os que menos receberam dinheiro ($M = 237,58$; d.p. = 77,60 e $M = 239,00$; d.p. = 74,12, respectivamente). Além de computar a quantidade de dinheiro dada a cada personagem, verificou-se quanto dinheiro foi dado aos mais necessitados (TR1 e TR6), aos mais produtivos (TR3 e TR4) e aos outros (TR2 e TR5). Os mais necessitados receberam a maior quantidade média de dinheiro ($M = 788,45$; d.p. = 255,57), seguidos dos mais produtivos ($M = 534,95$; d.p. = 196,95) e, por fim, dos outros ($M = 476,58$; d.p. = 137,83). A figura 1 mostra como o dinheiro foi distribuído entre os personagens.

Figura 1: quantidades de dinheiro distribuídas para cada trabalhador



O teste de Wilcoxon demonstrou que as médias de TR1 e TR6 diferiram das médias dos outros trabalhadores ($p < 0,01$), mas não diferiram entre si. Semelhantemente, as médias

de TR2 e TR5 diferiram das médias dos outros trabalhadores ($p < 0,05$), mas não diferiram entre si. Nessa mesma direção, houve diferenças significativas entre as médias de TR3 e TR4 e as médias dos demais personagens ($p < 0,05$), mas não entre elas. Constatou-se ainda a existência de diferenças entre as médias dos mais produtivos, dos neutros e dos mais necessitados ($p < 0,01$). Considerando-se estes resultados, optou-se por usar como variáveis dependentes as quantidades de dinheiro dadas aos mais necessitados, aos mais produtivos e aos personagens de outra cidade (neutro), ao invés de utilizar o valor dado a cada trabalhador, independentemente.

A Tabela 2 apresenta a quantidade média de dinheiro dado aos mais necessitados e aos mais produtivos em função do sexo e do tipo de escola dos participantes.

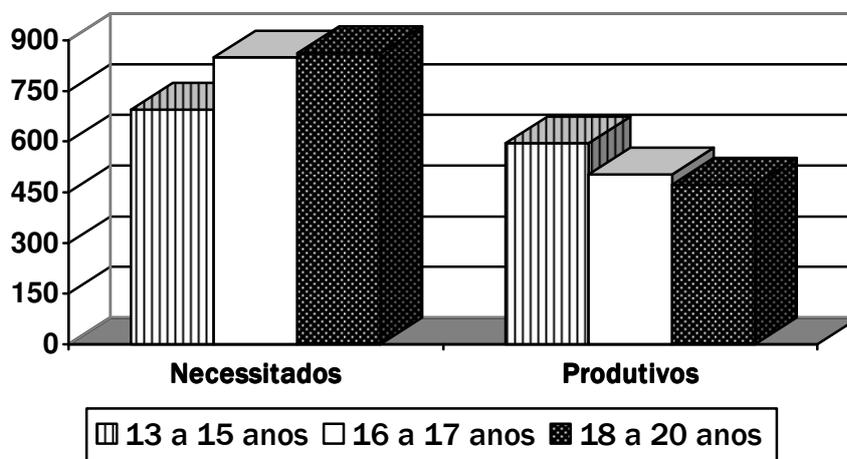
Tabela 2: quantidade média de dinheiro dado aos mais necessitados e aos mais produtivos, de acordo com o sexo e tipo de escola dos respondentes.

	Feminino		Masculino		E. Pública		E. Particular	
	Média	d.p.	Média	d.p.	Média	d.p.	Média	d.p.
Necessitados	827,72	255,09	732,07	274,97	847,71	274,09	744,09	247,23
Produtivos	504,55	184,32	581,34	223,02	498,98	195,66	561,55	202,52

O teste de Kruskal Wallis foi utilizado para verificar se as variáveis sexo, tipo de escola, idade e cidade do respondente influenciaram a maneira como os participantes indicaram a distribuição de dinheiro na situação-problema. O teste demonstrou que as mulheres indicaram mais dinheiro para os trabalhadores mais necessitados que os homens ($H = 7,25$; g.l. = 1; $p < 0,01$) e que os homens indicaram mais dinheiro do que as mulheres para os mais produtivos ($H = 5,45$; g.l. = 1; $p = 0,02$). Além disso, demonstrou que estudantes de escola pública indicaram mais dinheiro para os mais necessitados que os estudantes de escola particular ($H = 5,99$; g.l. = 1; $p = 0,01$).

No que concerne à influência da idade, a Figura 2, apresentada a seguir, ilustra como foi feita distribuição de dinheiro entre os mais produtivos e os mais necessitados, em função dessa variável.

Figura 2: distribuição do dinheiro entre os personagens mais necessitados e os mais produtivos, de acordo com a idade dos respondentes.



As análises demonstraram efeitos significativos da idade sobre o dinheiro atribuído aos mais necessitados ($H = 9,45$; g.l. = 2; $p < 0,01$) e aos mais produtivos ($H = 7,03$; g.l. = 2; $p = 0,03$). Mais especificamente, constatou-se a existência de diferenças significativas entre as faixas etárias I (13 a 15 anos) e II (16 a 17 anos) (para os mais necessitados $U = 820,5$; $p = 0,01$ e $U = 863,5$; $p = 0,02$, para os mais produtivos), entre I e III (18 e 20 anos) (para os mais necessitados $U = 298,5$; $p < 0,01$ e $U = 335,0$; $p = 0,02$, para os mais produtivos), mas não entre II e III. A Figura 2 ilustra essas diferenças, mostrando, de uma maneira geral, que os respondentes mais velhos deram mais dinheiro aos mais necessitados que os mais novos, e que o inverso foi verdadeiro para os mais produtivos.

Não houve diferenças significativas nas quantidades de dinheiro alocadas por participantes petrolinenses e juazeirenses entre os personagens da situação-problema.

6.4.2. Níveis de empatia

Inicialmente foram calculados *Alphas de Cronbach* para verificar a consistência interna da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI) e das escalas de Consideração Empática (CE), Tomada de Perspectiva (TP) e Angústia Pessoal (AP). O EMRI apresentou um *alpha* de 0,65, a subescala de CE de 0,54, TP de 0,45 e a subescala de AP de 0,55. Os *alphas* da EMRI, CE e de TP foram considerados baixos e o de angústia pessoal satisfatório, quando comparados ao estudo de validação do instrumento no Brasil (Ribeiro, Koller e Camino, 2002). Seguindo a recomendação de Eisenberg, Zhou e Koller (2001) e observando os resultados obtidos por Ribeiro, Koller e Camino, optou-se por retirar os itens 2 (“às vezes eu tenho dificuldade de ver as coisas do ponto de vista dos outros”), 3 (“às vezes, eu não lamento muito por outras pessoas que estão tendo problemas”), 9 (“quando eu vejo alguém se ferir eu tendo a permanecer calmo”), 10 (“as desgraças e os problemas dos outros em geral não me perturbam muito”), 11 (“se eu tenho certeza de que estou correto sobre alguma coisa, eu não desperdiço muito tempo ouvindo os argumentos das outras pessoas”) e 13 (“quando eu vejo alguém sendo injustiçado, eu às vezes não sinto muita pena dele”), todos com pontuação invertida, o que fez com que o *alpha* da EMRI subisse para 0,69.

No que diz respeito às outras subescalas do EMRI, observou-se que a retirada dos itens 3, 10 e 13 faziam com que o *alpha* de CE subisse para 0,61, a retirada de qualquer item da escala de TP reduzia o *alpha* e que a retirada dos itens 9 e 14 (“geralmente eu sou muito efetivo para lidar com emergências”) da escala de AP elevavam o *alpha* para 0,64. Considerando-se estes ajustes na consistência interna das escalas, bem como as baixas correlações (menos de 0,1) ou correlações negativas desses itens, optou-se por computar os níveis de consideração empática, angústia pessoal e nível geral de empatia sem os itens supramencionados.

Após aplicação dos testes de Kolmogorov-Smirnov e de Levine, constatou-se que os escores referentes a EMRI e as suas subescalas seguiam uma distribuição normal ($p > 0,1$) e possuíam homogeneidade de variância ($p > 0,4$), o que permitiu a utilização de análises de variância univariadas para verificar se haviam efeitos significativos do sexo, tipo de escola e idade sobre os índices de empatia.

Essas análises indicaram ter havido efeitos principais do sexo [$F(1,118) = 16,72; p < 0,01$], do tipo de escola [$F(1,118) = 13,04; p < 0,01$] e da idade [$F(2,117) = 12,53; p < 0,01$] dos respondentes sobre o nível geral de empatia: as mulheres obtiveram pontuação mais elevada que os homens e os estudantes de escola pública declararam ser mais empáticos que os de escola particular. O *post-hoc test* de Tukey demonstrou que os respondentes com idades entre 18 e 20 anos pontuaram mais alto no EMRI que aqueles com idades entre 13 e 16 ($p < 0,01$).

Respondentes do sexo feminino pontuaram mais alto nas escalas de angústia pessoal [$F(1,118) = 14,69; p < 0,01$] e consideração empática [$F(1,118) = 15,04; p < 0,01$] que os do sexo masculino. Estudantes de escola pública se avaliaram como tendo mais angústia pessoal [$F(1,118) = 3,66; p = 0,05$] e consideração empática [$F(1,118) = 18,23; p < 0,01$] do que estudantes de escola particular. Por fim, observou-se um efeito significativo da idade sobre os níveis de consideração empática [$F(2,117) = 9,05; p < 0,01$] e tomada de perspectiva [$F(2,117) = 6,76; p < 0,01$]. O teste de Tukey demonstrou que respondentes com idades variando de 18 a 20 anos obtiveram índices mais elevados nessas subescalas que os participantes nas outras duas faixas etárias ($p < 0,01$).

Por meio do teste de Pearson, observaram-se correlações positivas entre a idade e o nível geral de empatia ($r = .36; n = 120; p < 0,01$), tomada de perspectiva ($r = .29; n = 120; p < 0,01$) e consideração empática ($r = .30; n = 120; p < 0,01$) dos respondentes. Também foram evidenciadas correlações positivas entre as subescalas de TP, CE e EMRI, assim como no

estudo de Ribeiro, Koller e Camino (2002). Os índices de correlação entre as escalas do EMRI e a idade dos respondentes são apresentados abaixo na Tabela 3.

Tabela 3: coeficientes de correlação de Pearson entre as escalas de Empatia (EMRI), Tomada de Perspectiva (TP), Consideração Empática (CE), Angústia Pessoal (AP) e a idade dos participantes.

	EMRI	CE	TP	AP	Idade
Nível geral de empatia (EMRI)	$r = 1$ $p = .00$	$r = .78$ $p < .001$	$r = .52$ $p < .001$	$r = .69$ $p < .001$	$r = .35$ $p < .001$
Consideração empática (CE)		$r = 1$ $p = .00$	$r = .31$ $p < .01$	$r = .35$ $p < .001$	$r = .29$ $p < .01$
Tomada de perspectiva (TP)			$r = 1$ $p = .00$	$r = .01$ $P = .86$	$r = .28$ $p < .01$
Angústia pessoal (AP)				$r = 1$ $P = .00$	$r = .16$ $p = .07$
Idade					$r = 1$ $p = .00$

Os menores e maiores escores obtidos na EMRI e nas escalas de TP, CE e AP foram, respectivamente: 35 e 71 ($M = 54,10$; d.p. = 7,97), 13 e 35 ($M = 25,55$; d.p. = 4,23); 7 e 20 ($M = 15,45$; d.p. = 3,12); 6 e 25 ($M = 16,03$; d.p. = 4,18). Considerando-se esses valores, as pontuações dos participantes em cada escala foram categorizadas em três níveis:

- **EMRI:** nível baixo (escores de 35 a 51), nível médio (escores de 52 a 61) e nível alto (escores de 62 a 71);
- **TP:** nível baixo (escores de 13 a 23), nível médio (escores de 24 a 29) e nível alto (escores de 30 a 35);
- **CE:** nível baixo (escores de 7 a 12), nível médio (escores de 13 a 16) e nível alto (escores de 17 a 20);

- **AP:** nível baixo (escores de 6 a 13), nível médio (escores de 14 a 20) e nível alto (escores de 21 a 25);

6.4.3. Relações entre empatia e a justiça distributiva

Para verificar como a empatia e a justiça distributiva estavam relacionadas, inicialmente processaram-se análises de correlação, por meio de teste de Spearman, entre os escores das dimensões de empatia e as quantidades de dinheiro alocadas para os personagens.

Constatou-se a existência de correlação negativa entre o nível geral de empatia (EMRI) e a quantidade de dinheiro dada aos personagens mais produtivos ($s = -.24$; $p < 0,01$) e de correlação positiva entre o nível geral de empatia e o dinheiro dado aos personagens mais necessitados ($s = .19$; $p = 0,03$).

No que se refere as subescalas do EMRI, evidenciaram-se correlações negativas entre CE e o dinheiro dado aos mais produtivos ($s = -.17$; $p = 0,05$) e também correlações negativas entre o nível de angústia pessoal (AP) e o dinheiro dado aos mais produtivos ($s = -.23$; $p = 0,01$).

Tomando-se as quantidades de dinheiro distribuídas entre os personagens como variáveis dependentes e os níveis nas escalas do EMRI como variáveis independentes, utilizou-se o teste de Kruskal Wallis para verificar se a empatia havia influenciado as decisões distributivas dos respondentes. Nessa direção, observou-se que o nível geral de empatia (EMRI) exerceu influência significativa sobre a quantidade de dinheiro dada aos personagens mais produtivos ($H = 7,39$; g.l. = 2; $p = 0,02$). Outras análises indicaram que não houve diferenças significativas entre as médias dos respondentes com nível médio e alto de empatia, mas que, por outro lado, houve diferença entre as médias dos respondentes com nível baixo e alto ($U = 830,50$; $p = 0,01$), e entre os de nível baixo e médio ($U = 395,5$; $p = 0,03$).

O nível de consideração empática (CE), por sua vez, exerceu influência significativa sobre a quantidade de dinheiro dado aos mais necessitados ($H = 6,51$; g.l. = 2; $p = 0,03$). O

teste de Mann-Whitney indicou que participantes com nível alto de consideração empática deram mais dinheiro aos mais necessitados que os de nível baixo ($U = 416,50$; $p = 0,02$); que os de nível médio deram mais que os de nível baixo ($U = 317,50$; $p = 0,01$); e que não houve diferenças entre as médias dos de nível médio e alto.

A Tabela 4 apresenta as quantidades médias de dinheiro dadas aos necessitados e produtivos, de acordo com os níveis de EMRI, AP e CE.

Tabela 4: quantidade de dinheiro dado aos mais necessitados e aos mais produtivos, em função dos níveis de EMRI, CE e AP dos respondentes.

	Nível		Necessitados	Produtivos
Nível geral de empatia (EMRI)	Baixo	M	728,64	589,79
		d.p.	214,97	190,42
	Médio	M	825,31	504,06
		d.p.	284,97	190,85
	Alto	M	867,29	466,25
		d.p.	293,21	216,83
Consideração empática (CE)	Baixo	M	693,69	606,95
		d.p.	247,65	213,20
	Médio	M	806,02	525,34
		d.p.	232,13	191,26
	Alto	M	829,90	502,26
		d.p.	290,04	198,45
Angústia Pessoal (AP)	Baixo	M	744,19	591,45
		d.p.	231,86	191,72
	Médio	M	811,90	515,63
		d.p.	287,85	203,64
	Alto	M	816,11	486,11
		d.p.	220,37	192,05

No que se refere aos efeitos da angústia pessoal (AP), observou-se uma influência significativa deste construto sobre a quantidade de dinheiro dada aos personagens mais

produtivos ($H = 4,04$; g.l. = 1; $p = 0,04$). Mais especificamente, observou-se que os respondentes com nível baixo de AP deram mais dinheiro que os participantes de nível alto ($U = 182,50$; $p = 0,04$) aos personagens nesta condição. Além disso, não se constatou diferença estatisticamente significativa entre as médias dos respondentes com nível médio e alto, e nem entre os de nível baixo e médio de AP.

6.4.4. Análise dos julgamentos distributivos

As respostas às questões 1 (“*Por que você distribuiu o dinheiro dessa maneira – Grupo A?*”), 2 (“*Por que você distribuiu o dinheiro dessa maneira – Grupo B?*”), 3 (“*Você acha que esta é a maneira mais justa de distribuir o dinheiro entre eles? Por que?*”) e 4 (“*Qual foi o fator mais importante que fez com você distribuísse o dinheiro dessa maneira?*”) foram usadas para analisar como os respondentes haviam feito e julgavam suas próprias distribuições, em termos do (s) princípio (s) de justiça distributiva utilizado (s) em uma situação de microjustiça. Já as respostas à questão 5 (“*Como você acha que deve ser a distribuição de renda em nossa sociedade? Por que?*”) e à questão 6 (“*Considerando as opções descritas a seguir, qual delas você considera a mais justa? a) Quanto mais se produz, mais se deve receber; b) Todos devem receber quantidades estritamente iguais de renda, independentemente das características individuais; c) Quanto maior a necessidade, mais a pessoa deve receber; d) Outra maneira ou depende; Por que?*”) foram usadas para analisar a concepção de justiça dos respondentes a nível de macrojustiça. Neste sentido, as respostas apresentadas foram categorizadas em quatro tipos de princípios:

Distribuição baseada na necessidade: a resposta destacava que o fator mais importante para o qual se deveria atentar era a maior necessidade dos personagens pobres e que o mais justo era lhes dar uma quantidade maior de dinheiro. Ex: “*Porque eu acho assim, primeiramente, que o trabalhador número 1 eu acho que ele merecia mais dinheiro por causa*

da família dele, porque ele necessita mais, então eu coloquei mais dinheiro pra ele. O trabalhador número 2 eu coloquei assim menos um pouquinho que o primeiro, porque ele também mora num bairro mais humilde e também precisava do dinheiro; e o trabalhador 3 eu coloquei uma quantia bem menor, porque pela condição dele, pra ele comprar um discman, aí eu coloquei uma quantidade menor porque eu acho que ele já tinha dinheiro pra ele comprar as coisas dele, eu acho que tudo que ele queria ter eu acho que ele já tinha dinheiro”.

Distribuição baseada na equidade: o respondente alegava que o mais justo seria recompensar os trabalhadores que mais se esforçaram e produziram mais que os outros, beneficiando, assim, os que conseguiram ultrapassar a meta prevista pela empresa. Ex: *“Ah, por que assim, eu gosto de coisa justa, viu? Se o terceiro trabalhador trabalhou mais, então, logicamente, automaticamente, ele devia ganhar mais, mesmo assim se ele ia gastar com coisas bestas, entendeu? Aí eu botei pra ele ganhar R\$ 400,00. O outro, ele não sabe ainda com o que vai gastar, eu botei R\$ 250,00 pra ele também, por que ele trabalhou menos. E o outro, assim, eu vejo muito esse lado da família assim, só que aí eu não poderia dar mais pra ele porque ele não trabalhou mais entendeu? Então, quem quer ganhar mais, deve trabalhar mais. Vou dar um exemplo: uma diarista, se ela precisa muito eu acho que ela vai atrás assim... de mais do que os outros. É por isso”.*

Distribuição baseada na igualdade: para os respondentes o mais justo seria dar a mesma quantidade a todos os trabalhadores, pois eles fizeram a mesma tarefa ou porque o maior nível de necessidade de uns, comparado a maior produtividade de outros, eram fatores que se contrabalançavam entre si. Ex: *“Eu achei melhor assim: cada um ganha a mesma coisa. Lógico que cada um tem suas condições, tem sua produtividade, mas eu preciso fazer uma coisa mais igualitária, entendeu? Essa é a forma mais justa, em sua opinião? É porque o bom é deixar igual, nivelar, né?”*

Distribuição baseada na equidade e na necessidade: na opinião do respondente a decisão mais justa era aquela que conciliava, simultaneamente, tanto o esforço ou a produtividade, quanto a necessidade das pessoas. Nesse caso, havia uma preocupação em recompensar pessoas mais esforçadas e ajudar quem mais precisava, ressaltando que priorizar apenas uma das coisas implicaria em cometer injustiças com uma das partes envolvidas. Ex: *“... o segundo morador ele mora no bairro de Pedrinhas e não sabe o que vai fazer com o dinheiro, então eu achei que... o cara não atingiu um índice de pontos tão alto. Então eu acho que não tá tão necessitado, assim... uma coisa que seja mais...ele nem sabe o que vai fazer direito, não tem um objetivo ainda. Eu acho que R\$ 150,00 pra ele tá ótimo, que ele ainda vai pensar. Já o 3º ele mora no Country, tem condições, mas ele tem um ponto de produtividade de 150, ou seja, ele tem um índice bom, então ele merece. Pelo que ele fez, ele merece ganhar R\$ 350,00 pra comprar o discman. Já o morador do João de Deus, ele quer comprar comida pra família, é uma pessoa que eu vejo que tem mais um objetivo e que tá precisando do dinheiro pra comprar alimento e é uma pessoa necessitada; mesmo fazendo 100 pontos, acho que se ele ganha mais ele produzirá mais, então eu acho que se ela ganha bem que dá pra comprar o alimento certo, eu acho que ele vai produzir mais porque vai se sentir mais feliz”.*

Apesar de estas categorias terem sido as mais invocadas pelos participantes, ressaltase que na maioria dos casos os respondentes mesclavam dois ou mais princípios em uma mesma resposta, criando uma hierarquia entre eles e estabelecendo qual destes deveria ser o primeiro critério a ser utilizado para distribuir o dinheiro, qual deveria ser o segundo e assim por diante. Nesse sentido, as análises sobre a frequência de utilização destas categorias refletem apenas qual o princípio considerado como mais importante pelos respondentes, devendo, portanto, ser aplicado antes de qualquer outro critério distributivo, o que não quer dizer que eles não tenham atentado para as outras informações fornecidas na situação-problema.

Outro tipo de análise objetivou verificar se havia coerência entre os princípios apresentados como sendo mais justos para resolver a situação-problema (microjustiça) e aqueles indicados para distribuir a renda na sociedade (macrojustiça). Assim, quando o participante alegava que era importante atender para as necessidades dos mais pobres, ao justificar como havia distribuído o dinheiro entre os trabalhadores, mas ao ser questionado sobre a distribuição de renda na sociedade dizia que merecia ganhar mais quem trabalhava mais, considerou-se que havia incoerência nos seus raciocínios distributivos.

A Tabela 5 apresenta as frequências de utilização dos princípios, de acordo com o sexo e o tipo de escola dos respondentes nas situações de micro e macrojustiça.

Tabela 5: frequência de utilização dos princípios distributivos em nível de micro e macrojustiça, de acordo com o sexo e o tipo de escola dos respondentes.

	SEXO			TIPO DE ESCOLA		
	Masculino	Feminino	Total	Pública	Particular	Total
MICROJUSTIÇA	(n = 42)	(n = 78)	(n = 120)	(n = 59)	(n = 61)	(n = 120)
<i>Necessidade</i>	41,5%	65,8%	57,5%	67,8%	47,5%	57,5%
<i>Eqüidade</i>	39,0%	16,5%	24,2%	16,9%	31,1%	24,2%
<i>Eqüid. e necessid.</i>	12,2%	12,7%	12,5%	10,2%	14,8%	12,5%
<i>Igualdade</i>	7,3%	5,1%	5,8%	5,1%	6,6%	5,8%
MACROJUSTIÇA	(n = 42)	(n = 78)	(n = 120)	(n = 59)	(n = 61)	(n = 120)
<i>Necessidade</i>	14,6%	26,6%	22,5%	30,5%	14,8%	22,5%
<i>Eqüidade</i>	48,8%	39,2%	42,5%	37,3%	47,5%	42,5%
<i>Eqüid. e necessid.</i>	26,8%	17,7%	20,8%	15,3%	26,2%	20,8%
<i>Igualdade</i>	9,8%	16,5%	14,2%	16,9%	11,5%	14,2%

De uma maneira geral, na microjustiça, o princípio mais frequentemente utilizado para justificar a divisão de dinheiro entre os trabalhadores foi o da necessidade (57,5%), seguido por eqüidade (24,2%), eqüidade e necessidade (12,5%), e igualdade (5,8%). Por outro lado, o

princípio da equidade foi mais frequentemente apontado (42,5%) como sendo o mais justo para distribuir a renda na sociedade, seguido por necessidade (22,5%), equidade e necessidade (20,8%), e igualdade (14,2%). O teste do Qui-quadrado indicou a existência de diferenças significativas nas frequências de utilização dos princípios distributivos em nível de microjustiça e de macrojustiça ($\chi^2 = 34,28$; g.l. = 9; $p < 0,001$), o que sugere que os participantes foram pouco coerentes ou não-coerentes em seus julgamentos distributivos.

Ao se investigar qual a relação entre as variáveis sócio-demográficas na utilização destes princípios, observou-se que: 65,8% das mulheres apontaram o princípio da necessidade como sendo o mais justo de ser aplicado na resolução da situação-problema, seguido por outros 16,5% que indicaram a equidade; 12,7% indicaram o princípio da equidade/necessidade e cerca de 5% a igualdade. No que se refere aos participantes do sexo masculino, constatou-se que 41,5% deles indicou o princípio da necessidade como sendo mais justo para distribuir o dinheiro entre os trabalhadores, enquanto que cerca de 39% afirmaram que o mais justo seria distribuir de maneira equitativa; outros 12,2% afirmaram que o mais justo seria distribuir o dinheiro seguindo o princípio da equidade/necessidade e, por fim, 7,3% dos homens enunciou que a igualdade seria o mais justo. O teste do Qui-quadrado sugere a existência de diferenças significativas na maneira como homens e mulheres usaram os princípios da necessidade e da equidade ($\chi^2 = 8,71$; g.l. = 3; $p = 0,03$).

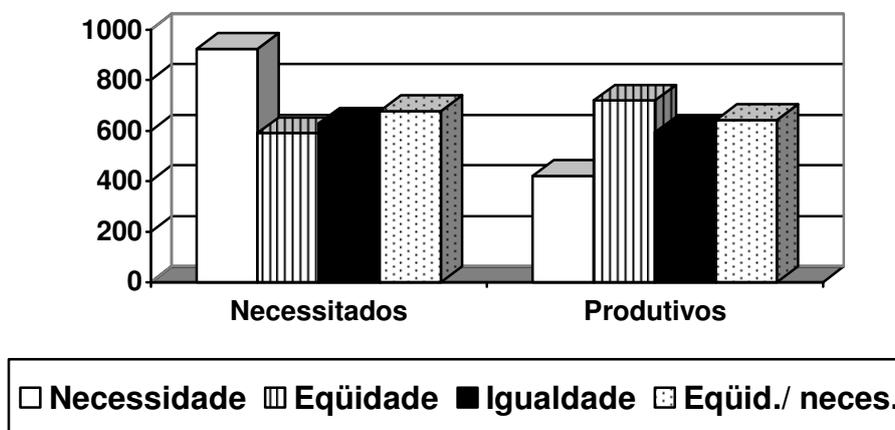
Quanto à opinião sobre a distribuição de renda na sociedade, observou-se que: 39,2% das mulheres e 48,8% dos homens disseram que o mais justo seria adotar o princípio da equidade; o princípio da necessidade foi apontado por 26,6% das mulheres e por 14,6% dos homens; que equidade/necessidade foi mais utilizada por homens do que pelas mulheres; e que elas, por sua vez, usaram mais frequentemente o princípio da igualdade do que eles. Contudo, neste caso, o teste do Qui-quadrado não evidencia diferenças significativas entre homens e mulheres na utilização dos diferentes princípios distributivos.

As análises indicaram também que não houve diferença significativa na frequência de utilização dos princípios distributivos, em função do tipo de escola e da idade dos respondentes.

Além disso, o teste do Qui-quadrado não apresentou valor significativo quando se comparou a utilização dos princípios distributivos entre os respondentes com nível baixo, médio e alto de empatia (EMRI), tomada de perspectiva (TP), consideração empática (CE) e angústia pessoal (AP).

Por fim, no que se refere à relação entre a quantidade de dinheiro distribuída entre os personagens e a utilização dos princípios distributivos constatou-se que havia diferenças significativas no dinheiro dado, aos mais necessitados ($H = 67,44$; g.l. = 3; $p < 0,01$) e aos mais produtivos ($H = 60,83$; g.l. = 3; $p < 0,01$). Mais especificamente, observou-se que os respondentes que usaram o princípio da necessidade deram mais dinheiro aos personagens mais necessitados e que aqueles que usaram o princípio da equidade deram mais dinheiro aos personagens mais produtivos. A figura 3 ilustra como o dinheiro foi distribuído entre os trabalhadores, de acordo com os tipos de princípios utilizados.

Figura 3: quantidade de dinheiro dada aos mais necessitados e aos mais produtivos, de acordo com os princípios distributivos utilizados pelos participantes



6.5. Discussão

Conforme esperado, os dois principais condicionantes (necessidade e produtividade) foram utilizados pelos respondentes como fatores a serem ponderados no momento em que estavam realizando seus julgamentos distributivos. O fato dos personagens mais necessitados terem recebido maior quantidade de dinheiro que os demais poderia ser interpretado como decorrência de demandas situacionais e efeito da desejanabilidade social e, conseqüentemente, algo até esperado em um país no qual se costuma falar em “calor humano”, solidariedade e fraternidade entre as pessoas. Por outro lado, as análises demonstraram que a maioria dos participantes parece ter reconhecido que usar o princípio da necessidade para regular a distribuição de renda na sociedade não é tão justo assim. Na ótica de alguns destes, simplesmente dar uma maior quantidade de benefícios e favorecer as pessoas mais necessitadas não garante que a justiça social seja alcançada, pois isto poderia acabar reforçando o ócio e a preguiça de alguns, o que seria injusto com aqueles que trabalham e se esforçam mais.

Diante desse dilema, os respondentes optaram, mais freqüentemente, pelo princípio da equidade, o qual se aproxima mais da sua realidade, mas não deixaram de considerar a importância de que exista alguma forma de ajudar as pessoas que mais precisam. Em geral, eles tentaram conciliar dois ou mais princípios distributivos, indicando qual deveria ser utilizado em primeiro lugar, qual o segundo, e assim por diante, sendo que esta hierarquização dos princípios acabou refletindo-se nas análises que compararam as freqüências de apresentação das justificativas dos participantes.

Ressalta-se que, mesmo entre os defensores da equidade, observou-se uma preocupação em garantir a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, para que, a partir dessas oportunidades, cada um pudesse explorar suas potencialidades e ser

recompensado por isto; uma lógica muito parecida com a advogada pelos defensores da corrente de pensamento do Libertarismo de Esquerda, ou *Starting Point Theory*.

Destaca-se que, segundo o modelo teórico piagetiano, raciocínios distributivos pautados na equidade deveriam ser prevalentes na adolescência, tal como foi observado aqui. Todavia, assim como foi discutido na fundamentação teórica, a equidade indicada por Piaget difere (1932/1994) daquela apontada por Adams (1965) e Walster (WALSTER et al. 1973), pois de acordo com a Teoria da Equidade, em situações de distribuição os indivíduos tomariam suas decisões através de múltiplas comparações entre os *inputs* dos envolvidos e os *outcomes* a serem divididos, aplicando o princípio da equidade universalmente. Todavia, os dados desta pesquisa refutam esse modelo teórico e corroboraram os pressupostos de Piaget, Mooney (1986) e Deutsch (1989), uma vez que se observou que os respondentes usaram e tentaram articular diversos princípios distributivos enquanto dividiam o dinheiro entre os personagens da situação-problema.

As análises sugerem que, mais do que apenas buscar instituir ou restaurar a equidade *per si*, os respondentes estavam se comportando de acordo com o que consideravam ser mais justo. Como evidenciado nos resultados, mesmo no contexto organizacional apresentado pela situação-problema, no qual se esperaria haver uma adesão maior a valores capitalistas e, conseqüentemente, a princípios que priorizariam a maximização da produção, houve uma grande variação nas concepções de justiça defendidas pelos adolescentes, e uma forte preocupação em assegurar o bem-estar dos personagens afetados pelas decisões distributivas.

No que se refere à aparente contradição entre a maior preferência pelo princípio da necessidade em nível micro e da equidade em nível macro, considera-se a possibilidade da existência de um viés afetivo nos julgamentos dos entrevistados. A resolução da situação-problema era algo mais próximo dos participantes, oferecia mais pistas situacionais imediatas, que envolvia personagens de uma realidade próxima a deles e que, provavelmente, mobilizou

maior carga afetiva, acarretando, assim, o viés da proximidade, como havia sido sinalizado por Hoffman (1987).

Ressalta-se que, apesar da maioria dos respondentes ter afirmado que a distribuição de renda na sociedade é injusta, muitos disseram que nunca haviam refletido sobre essa questão e outros que não seriam capazes de pensar em um modelo distributivo capaz de acabar com as injustiças, o que indica que esse tipo de questão pode ter sido percebido como algo mais distante do seu cotidiano e que implicava menos comprometimento de sua parte. Sugere-se ainda que os adolescentes podem ter achado que teriam menos influência sobre esse tipo de problema na esfera macro, por isso implicar em mudanças estruturais que não estariam diretamente ao seu alcance, como, por exemplo, a política monetária do país.

Em contrapartida, supõe-se que na esfera micro os participantes da pesquisa julgaram que tinham poder efetivo para determinar como o dinheiro deveria ser distribuído entre os personagens e, assim, escolheram um modelo que eles consideravam ser o mais justo. Neste sentido, julga-se que a diferença na percepção acerca da influência pessoal sobre os problemas propostos pode os ter levado a se comportar diferentemente nas duas situações, o que estaria de acordo com os achados de Barret-Howard e Tyler (1986) e Skarzysnka (2001) acerca das diferenças na utilização dos princípios distributivos quando se julga em nível de micro e de macrojustiça.

Como afirma Piaget (1964/2005), por serem dotados de uma nova capacidade de refletir “livremente” (de maneira hipotético-dedutiva) sobre o mundo, os adolescentes tornam-se críticos ferrenhos da realidade social, mas só após atingirem o equilíbrio das operações formais é que passam de reformadores a realizadores, sendo capazes não só de “*contradizer, mas se adiantar e interpretar a experiência*” (p.60-61). O psicólogo suíço chama a atenção ainda para o fato de que, nesse período do desenvolvimento, o jovem está sujeito a uma crise de valores afetivos, durante a qual questões de solidariedade, altruísmo, projetos

megalomaníacos e o egocentrismo consciente emergem nos dilemas sócio-morais, e é possível que esse tipo de conflito tenha se refletido na maneira como os respondentes utilizaram os princípios distributivos para resolver a situação-problema e para escolher um modelo de distribuição de renda na sociedade.

Mesmo não tendo sido utilizada nenhuma medida específica para o julgamento moral, a análise das justificativas apresentadas pelos respondentes sugere a corroboração da tipologia kohlberguiana, pois, segundo este autor (COLBY; KOHLBERG, 1987), raciocínios distributivos guiados por considerações relacionadas ao mérito, merecimento e respeito às normas sociais são próprios dos Estágios 3 e 4 (nível convencional); e conforme constatado em estudos anteriores (EISENBERG; ZHOU; KOLLER, 2001), estes estágios são os mais frequentes entre adolescentes brasileiros. Nesta direção, a preocupação com as convenções e com a conformidade à “moral do bom garoto” pode ter levado os participantes a responder em função do que eles esperavam ser mais adequado socialmente e, como comentado anteriormente, tal preocupação pode ter se refletido em suas respostas.

As análises acerca da influência das variáveis sócio-demográficas forneceram indícios adicionais para compreender como a noção da justiça distributiva se estruturava nos adolescentes e que fatores influenciavam este domínio do julgamento moral. Mais especificamente, as análises quantitativas demonstraram que as mulheres tenderam a favorecer mais os personagens necessitados e que os homens, por sua vez, beneficiaram os personagens mais produtivos. Estes resultados corroboram estudos anteriores (HUTZ; CONTI; VARGAS, 1994; JACKSON; MESSE; HUNTER, 1985; LAMM; SCHWINGER, 1980; LEVENTHAL; LANE, 1970) os quais demonstraram haver diferenças no julgamento distributivo de homens e mulheres, fornecendo indícios de que alguns pressupostos da teoria de Gilligan (1982) podem estar corretos.

Além disso, observou-se que as mulheres julgaram que o princípio da necessidade era o mais justo de ser aplicado tanto em nível micro quanto macro, o que indica que a noção de justiça distributiva delas está atrelada à preocupação com o cuidado para com os mais necessitados ou em situação de desvantagem. Os homens, por sua vez, aderiram mais ao princípio da equidade por acharem que o mais justo deveria ser recompensar o esforço e a produtividade dos envolvidos, seguindo uma lógica semelhante à da Teoria da Equidade e do sistema econômico capitalista. Apesar de na contemporaneidade terem ocorrido algumas mudanças nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, julga-se que na sociedade brasileira ainda predomina um modelo no qual os homens figuram como principais provedores econômicos da instituição familiar e no qual as mulheres devem se preocupar mais com a caridade, altruísmo e o bem-estar dos outros.

Nesta direção, conforme Gilligan (1982), considera-se que, durante a socialização, a aprendizagem e internalização dos valores sociais podem reforçar tais papéis, o que pode repercutir significativamente na estruturação dos julgamentos morais. Todavia, isto não quer dizer, necessariamente, que a socialização tenha produzido dois cursos distintos de desenvolvimento sócio-moral, como afirmou a pesquisadora americana, mas que homens e mulheres compartilham uma mesma estrutura cognitivo-afetiva na qual as diferenças nas noções de justiça são decorrentes da maneira como eles e elas hierarquizam os valores sociais.

Os resultados demonstraram ainda efeitos do tipo de escola sobre o comportamento distributivo dos respondentes, no sentido que os estudantes de escola pública favoreceram mais aos personagens necessitados e que os de escola particular beneficiaram, sobretudo, os trabalhadores que haviam produzido mais. Estes dados podem indicar, como sugere Hoffman (1991) e Batson et al. (1995), a existência de vieses nos julgamentos distributivos, no sentido de que os participantes teriam tendido a preferir e a adotar modelos distributivos que favorecessem pessoas semelhantes a eles ou pertencentes ao seu mesmo grupo social. Assim,

estudantes de escola pública que, em geral, pertencem a níveis sócio-econômicos mais baixos, podem ter defendido um modelo de distribuição baseado na necessidade, pois este favoreceria pessoas mais carentes, assim como eles. Por outro lado, os de escola particular que, em geral, possuem uma situação econômica mais favorável, teriam aplicado mais o princípio da equidade por este refletir uma ideologia predominante e que, tradicionalmente, tem beneficiado os grupos mais favorecidos economicamente.

Apesar destes resultados serem semelhantes àqueles observados no estudo de Pratto et al. (2004), levanta-se a hipótese de que os mesmos possam ter ocorrido em função da distribuição amostral, pois a maioria dos participantes de escola pública era do sexo feminino e, como observado anteriormente, houve diferenças bastante significativas na maneira como homens e mulheres resolveram a situação-problema. Uma vez que os dados referentes à divisão do dinheiro entre os personagens não seguem uma distribuição normal – o que impossibilita a aplicação de uma análise de regressão – a confirmação da hipótese supramencionada só poderia ser obtida com a realização de uma nova pesquisa, na qual a estratificação em função do sexo e do tipo de escola fosse mais equilibrada.

As análises sobre as diferenças em função da cidade de residência dos respondentes fornecem indícios adicionais de que o viés da similaridade-proximidade não ocorreu, pois aparentemente, os adolescentes trataram os trabalhadores das duas cidades igualitariamente, sem favorecer apenas os que eram de sua mesma cidade, assim como poderia ser esperado caso este tipo de viés estivesse efetivamente presente.

Quanto às relações entre a idade e o comportamento distributivo dos respondentes, os resultados desta pesquisa apresentam dados ainda não observados em estudos anteriores (DAMON, 1977; 1980; SALES, 2000; DELL'AGLIO; HUTZ, 2001; SIGELMAN; WAITZMAN, 1991; SAMPAIO, 2004; WONG; NUNES, 2003). De antemão, é pertinente lembrar que esses pesquisadores não trabalharam com sujeitos acima dos 14 anos de idade, o

que impossibilita comparações de resultados. Apesar dessa lacuna empírica, havia uma expectativa de que os julgamentos evoluíssem de uma noção igualitária absolutista até o julgamento baseado na equidade. Todavia, observou-se que apesar dos respondentes entre 13 e 15 anos terem, efetivamente, favorecido os personagens produtivos, os adolescentes com mais de 16 anos tenderam a ajudar os personagens que mais precisavam.

Estes resultados podem ser interpretados como decorrentes do aumento na capacidade de tomada de perspectiva e de consideração empática em função da idade, conforme o que foi observado entre os adolescentes participantes deste estudo. Julga-se que o avanço nesta habilidade cognitivo-afetiva possibilitou-lhes ponderar os pontos de vista de todos os envolvidos na situação e a considerar suas demandas e características pessoais, ao mesmo tempo em que o aumento na consideração empática deixou-os mais sensíveis e dispostos a ajudar os que mais necessitavam.

Nesta direção, considera-se a possibilidade de que à medida que a cognição e a afetividade evoluem, paralelamente, os componentes motivacionais da empatia fomentem a transformação dos raciocínios pautados na busca pela “igualdade proporcional” (ADAMS, 1965) em raciocínios que almejam a solidariedade e as ações pró-sociais, o que faz com que ocorram mudanças significativas na concepção de justiça distributiva ao longo da adolescência.

Julga-se que, dentre os respondentes mais jovens, o nível de produtividade figurou como uma pista situacional mais importante do que a necessidade de alguns trabalhadores, o que os fez seguir uma lógica mais retributiva e os levou a recompensar os trabalhadores que haviam se esforçado mais e ultrapassado a meta estabelecida pela empresa. Como o nível de consideração empática foi mais baixo nesta faixa etária, supõe-se que eles tenham tido uma motivação mais fraca para ajudar os personagens mais necessitados e que diante disso

tenderam a seguir os valores predominantes no contexto empresarial, escolhendo princípios que estivessem de acordo com as normas daquele tipo de ambiente.

Outro padrão interessante de dados é o que se refere aos efeitos da angústia pessoal sobre o comportamento de distribuição. De acordo com as hipóteses de Hoffman (1987, 1989, 1991) e Davis (1983), pela angústia pessoal ser uma resposta empática dirigida ao *self*, poder-se-ia esperar o surgimento do comportamento de ajuda apenas em situações nas quais aliviar o sofrimento do outro implicasse em reduzir ou acabar com o incômodo e desconforto experienciado pelo próprio indivíduo. Como observado nos resultados, respondentes que tiveram um alto nível de angústia pessoal deram menos dinheiro aos personagens mais produtivos.

Estes resultados podem ter ocorrido porque o aumento na angústia pessoal fez com que eles tenham evitado agir de acordo com o que consideravam ser um comportamento não-solidário e, portanto, “mal-visto” aos olhos do pesquisador. Nesta direção, não favorecer a quem menos precisava pode ter sido interpretado pelos respondentes como algo mais desejável e mais bem aceito socialmente, o que, conseqüentemente, teve o efeito de diminuir a sensação de incômodo ou desconforto provocada pelo dilema proposto na situação-problema. Nessa direção, julga-se que a elevação no nível de angústia pessoal forneceu a motivação necessária para que os adolescentes distribuíssem o dinheiro de um modo condizente com o tipo de raciocínio moral predominante nessa faixa etária: o da moral do “bom garoto”. Esta hipótese acerca da associação entre julgamento moral e afetos empáticos está de acordo com o que foi constatado por Davis (1983) de que há uma relação entre o nível elevado de angústia pessoal e a preocupação com o *self* como um objeto de avaliação das outras pessoas.

Esta interpretação ajuda a explicar também porque os respondentes com alto nível de angústia pessoal não ajudaram os personagens mais necessitados, apesar de evitarem favorecer quem menos precisava, pois, segundo a hipótese anterior, os respondentes buscaram

mais aliviar o incômodo experienciado no *self* – comportando-se tal como citado anteriormente – do que ajudar os personagens que estavam em situação de maior necessidade.

É importante lembrar que a compreensão sobre a natureza da angústia pessoal e da motivação associada a esse construto ainda não está totalmente esclarecida. Os resultados desta pesquisa seguiram numa mesma direção daqueles encontrados por Ribeiro, Koller e Camino (2002) com jovens brasileiros, mas foram divergentes do que foi proposto teoricamente por Davis (1983) e do que foi constatado em pesquisas em outros países (ESCRIVÁ; NAVARRO; GARCIA, 2004; PÉREZ-ALBÉNIZ et al., 2003; SIU; SHECK, 2005). Em seus estudos, Davis encontrou correlações negativas entre a angústia pessoal e a tomada de perspectiva, e previu que esse construto deveria se correlacionar negativamente ou não se correlacionar com as outras subescalas do *Interpersonal Reactivity Index (IRI)*. No presente estudo e na pesquisa de Ribeiro, Koller e Camino, por sua vez, se observaram correlações positivas entre as escalas de angústia pessoal, consideração empática e o nível geral de empatia, o que pode indicar a existência de algum tipo de especificidade na relação entre as dimensões do IRI no contexto brasileiro.

Apesar de concordar-se com a interpretação de que a angústia pessoal e a consideração empática são reações afetivas distintas, julga-se que não exista, necessariamente, uma relação de antagonismo no seu funcionamento, no sentido de que pessoas com nível elevado em uma destas dimensões tenderiam a ter níveis mais baixos na outra, como poderia ser inferido a partir dos estudos supracitados. Avalia-se, ao contrário, que pessoas com tendências altruístas e pró-sociais são mobilizadas afetivamente pela situação de maior necessidade, desvantagem ou injustiça dos outros e isto produz nelas uma sensação subjetiva de incômodo ou desconforto, tal como aquela atribuída à angústia pessoal. Em outras palavras, elas têm uma tendência maior a ajudar, mas também a sofrer com a situação das pessoas que são alvo de

sua empatia, assim como pode ser inferido a partir das correlações encontradas entre a angústia pessoal, a consideração empática e o nível geral de empatia.

Vale lembrar que ter muita angústia pessoal não implica, por si só, que o indivíduo seja motivado a ajudar o outro (BATSON et al., 1981) e que, portanto, a origem da pró-socialidade e do altruísmo deve ser buscada na investigação sobre uma série de fatores que estão além do alcance desta pesquisa. Contudo, aponta-se para a possibilidade de que a capacidade/ tendência de “sofrer com o outro” seja um dos pré-requisitos ou esteja associada à origem do comportamento pró-social. Entretanto, uma vez que as análises feitas sobre a relação entre consideração empática e angústia pessoal foram de ordem correlacional, não se pode inferir nada sobre a causalidade, mas julga-se que as interpretações anteriores sejam adequadas para explicar os resultados observados aqui.

As hipóteses a respeito da relação entre empatia e justiça distributiva podem ajudar também a explicar as diferenças na maneira como homens e mulheres resolveram e justificaram a situação-problema. Assim como em pesquisas anteriores (DAVIS, 1983; EISENBERG; ZHOU; KOHLLER, 2001; ENZ; ZOLL, 2006; ESCRIVÁ; NAVARRO; GARCIA, 2004; RIBEIRO; KOLLER; CAMINO, 2002), as mulheres se avaliaram como sendo mais empáticas que os homens nas duas dimensões afetivas do EMRI e, conforme discutido anteriormente, a consideração empática e a angústia pessoal podem ter fornecido a motivação necessária para elas aderirem ao princípio da necessidade e a se comportarem de acordo com esse princípio mais do que os homens.

Ressalta-se, porém, que essas diferenças podem ter sido também decorrentes da estratégia metodológica adotada aqui, visto que, como sinalizam Lennon e Eisenberg (1987), quando são utilizados instrumentos auto-avaliativos para acessar a empatia, há uma tendência de que diferenças de gênero sejam acentuadas, fazendo-se, portanto, necessária a realização de outros estudos para que se compreenda melhor se e porque elas ocorrem.

Em linhas gerais, os resultados referentes à relação entre empatia e justiça distributiva corroboram as hipóteses de Hoffman (1987, 1991) e confirmam os resultados da pesquisa de Eisenberg, Zhou e Kohller (2001), visto que se constatou a existência de diferenças na maneira como respondentes com diferentes níveis de empatia distribuíram dinheiro entre os personagens da situação-problema e defenderam os princípios da necessidade e da equidade. De acordo com a teoria daquele autor, a motivação fornecida por este tipo de reação vicária levaria os respondentes a ajudar os personagens que estivessem em situação de maior necessidade e conforme o que foi observado nos resultados, um nível moderado de empatia foi suficiente para que os indivíduos fossem mobilizados afetivamente, tornando-se mais sensíveis à situação de necessidade alheia.

Como não houve diferença significativa na maneira como os jovens de nível médio e alto de empatia e de consideração empática distribuíram dinheiro entre os personagens, sugere-se que o aumento acentuado neste tipo de reação cognitivo-afetiva não implica em um comportamento parcial, injusto ou imoral, tal como poderia se inferir a partir do estudo de Batson et al. (1995). Se esta hipótese fosse verdadeira, os afetos empáticos teriam feito com que os jovens que empatizaram muito com os personagens vissem apenas o lado de quem mais precisava e deixassem de considerar as demandas e características dos outros personagens. Mas o que os resultados demonstraram foi que entre os jovens com alta empatia havia uma tendência para evitar favorecer quem menos precisava.

Considera-se que a habilidade de *role-taking* mais desenvolvida durante a adolescência é crucial para o comportamento de ajuda, visto que ela pode agir como mediadora das reações afetivas empáticas, por possibilitar que o indivíduo tome a perspectiva e tenha informações adicionais sobre as características, demandas e necessidades próprias a cada um dos envolvidos em situações de dilema sócio-moral. Estas informações podem servir ou não como variáveis a serem ponderadas durante a escolha do (s) princípio (s) mais

adequado (s) para a situação de distribuição, dependendo do peso que os componentes afetivos da empatia atribuem a cada uma delas.

De uma maneira geral, os resultados do presente estudo confirmam algumas hipóteses feitas ao longo deste trabalho e fornecem indícios que indicam haver uma forte relação entre os afetos empáticos e os julgamentos de justiça distributiva. Contudo, a partir das conclusões formuladas a partir de seus resultados, pode-se fazer alguns questionamentos adicionais, tais como: em uma situação na qual existem diferenças na amplitude da necessidade e na magnitude da produtividade, essas diferenças também são ponderadas pelos respondentes na hora de tomar decisões e fazer julgamentos distributivos? Neste tipo de situação a empatia também influencia significativamente a justiça distributiva? Em caso afirmativo, em que medida? As diferenças encontradas entre homens e mulheres e entre estudantes de escola pública são efetivamente significativas ou produto da estratégia metodológica adotada no presente estudo?

Com a finalidade de responder a estes e outros questionamentos feitos ao longo deste trabalho, além de aprofundar o conhecimento acerca das relações entre justiça distributiva e empatia, optou-se por realizar uma segunda pesquisa na qual se utilizou um método semelhante ao do primeiro estudo, mas que controlou os dois principais condicionantes (necessidade e produtividade) através de um delineamento tipo 3 x 3. Este segundo estudo será apresentado e discutido no próximo capítulo.

7. Produtividade, necessidade, e empatia: segundo estudo

Partindo dos resultados da primeira pesquisa, elaborou-se um segundo estudo com delineamento também quase-experimental sem grupo-controle (CAMPOS, 2004) no qual os níveis de necessidade e produtividade dos personagens foram controlados através de um delineamento tipo 3 x 3. Além disso, uma vez que os resultados do primeiro estudo indicaram não haver diferenças entre a maneira como adolescentes das cidades de Juazeiro e Petrolina tomaram suas decisões, optou-se por trabalhar com uma amostra proposital extraída de apenas uma das cidades.

A quantidade de dinheiro dada a cada personagem, bem como as justificativas apresentadas após a resolução da situação-problema, foram utilizadas como principais variáveis dependentes. As análises objetivaram, dentre outras coisas, verificar se os níveis de empatia, consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal, além do sexo, idade e tipo de escola eram variáveis preditoras dos julgamentos distributivos dos adolescentes.

7.1. Amostra

A amostra foi composta por 107 estudantes das três séries do ensino médio, de escolas públicas (n = 57) e particulares (n = 50) da cidade de Petrolina – PE, com idades variando de 14 a 20 anos (M = 16,88; d.p. = 1,78) de ambos os sexos (masculino = 52; feminino = 55).

7.2. Instrumentos

Os julgamentos distributivos foram acessados através de uma situação-problema semelhante àquela utilizada no primeiro estudo (Apêndice C). Todavia, na presente pesquisa os respondentes foram solicitados a distribuir um total de R\$ 3.150,00 (três mil cento e

cinquenta reais) entre nove personagens (TR1, TR2, TR3, TR4, TR5, TR6, TR7, TR8 e TR9) que haviam trabalhado juntos em uma mesma tarefa. Utilizou-se um delineamento 3 x 3, com necessidade e produtividade sendo os principais condicionantes: o nível de produtividade foi controlado através da informação sobre quanto os trabalhadores haviam produzido (50, 100 ou 150), enquanto que o nível de necessidade foi controlado pela quantidade de filhos (nenhum, três ou seis) de cada personagem. Assim como no primeiro estudo, informou-se que a meta da empresa era que eles produzissem 100 pontos. De acordo com a situação-problema, os personagens foram caracterizados como segue abaixo:

- **Trabalhador 1 (TR1)** = 6 filhos e 100 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 2 (TR2)** = 3 filhos e 50 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 3 (TR3)** = nenhum filho e 50 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 4 (TR4)** = 6 filhos e 200 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 5 (TR5)** = 6 filhos e 50 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 6 (TR6)** = nenhum filho e 100 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 7 (TR7)** = 3 filhos e 200 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 8 (TR8)** = 3 filhos e 100 pontos na produtividade;
- **Trabalhador 9 (TR9)** = nenhum filho e 200 pontos na produtividade;

Para facilitar a resolução da situação-problema, foram utilizados bonecos estilizados de cartolina que representavam os personagens e nos quais apareciam o nível de produtividade e a quantidade de filhos de cada trabalhador (Apêndice D). Além disso, os respondentes receberam miniaturas de cédulas de R\$ 10, 50 e 100 para indicar quanto cada personagem deveria receber (Apêndice E). Foi informado também que o pesquisador

dispunha de miniaturas de cédulas com outros valores e que os participantes poderiam trocar seu dinheiro, caso decidissem usar valores menores que R\$ 10 na distribuição.

Além da situação-problema, foi empregado um roteiro de entrevista semelhante ao utilizado no primeiro estudo (Apêndice C) para analisar como os participantes haviam tomado suas decisões e como avaliavam a questão da justiça distributiva em nível macro (distribuição de renda na sociedade). Com a finalidade de investigar qual a percepção que os adolescentes tinham sobre seus julgamentos distributivos e processuais, foram acrescentadas duas questões as quais solicitavam que o respondente usasse uma escala de cinco pontos para avaliar o quão justo haviam sido as quantidades de dinheiro recebidas pelos trabalhadores e quão justos haviam sido os critérios que eles usaram para fazer a distribuição na situação-problema, tendo que justificar suas respostas.

Os níveis de empatia, consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal foram mensurados por meio da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal –EMRI (RIBEIRO; KOLLER; CAMINO, 2002) e os dados sócio-demográficos através do mesmo questionário utilizado no primeiro estudo.

7.3. Procedimentos

Após receber autorização por escrito dos diretores das escolas e dos pais dos participantes, iniciou-se a coleta de dados. Assim como no primeiro estudo, todas as exigências éticas previstas na resolução 196/96 (CNS) foram cumpridas.

Durante a situação-problema, contava-se a história ao mesmo tempo em que se apresentava separadamente cada boneco, enfatizando seus níveis de produtividade e a quantidade de filhos. Após todos os bonecos estarem dispostos sobre a mesa, o pesquisador entregava as miniatura de cédulas, informava que o total equivalia a 9 salários mínimos¹⁴ e

¹⁴ À época em que os dados foram coletados o salário mínimo no Brasil era de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

pedia que os participantes distribuíssem o dinheiro entre os personagens da maneira que considerassem mais justa.

Os instrumentos foram aplicados na mesma seqüência utilizada anteriormente, ou seja, primeiro a situação-problema, seguida pela entrevista; em segundo lugar a EMRI e, por fim, o questionário de dados sócio-demográficos.

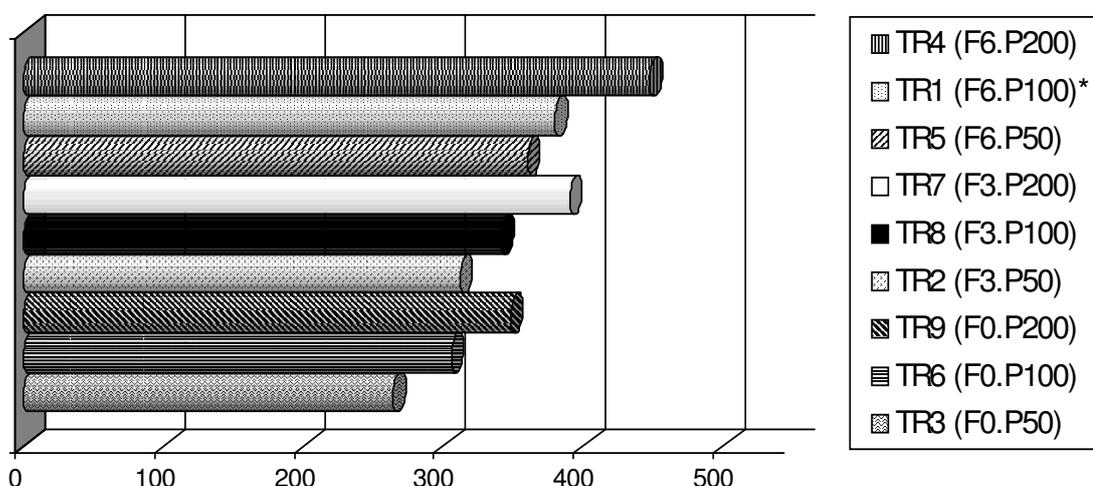
Para as análises estatísticas dos dados os respondentes foram categorizados em três faixas etárias: I (14 a 15 anos), II (16 a 17 anos) e III (18 a 20 anos). As análises quantitativas foram feitas através do *software* estatístico SPSS (versão 11) e as entrevistas analisadas por dois juízes independentes os quais atingiram 90% de concordância no total de suas avaliações..

7.4. Resultados

7.4.1. Quantidade de dinheiro alocada para os personagens

As análises demonstraram que TR4 recebeu a maior quantidade de dinheiro ($M = 447,42$; d.p. = 80,40) e que TR3 recebeu menos dinheiro ($M = 263,97$; d.p. = 76,36) que os demais. O teste de Wilcoxon indicou que a média desses dois divergia significativamente das médias de todos os outros personagens ($p < 0,01$). Outras comparações evidenciaram que não houve diferença significativa quando se comparavam os seguintes pares: TR1 e TR7, TR2 e TR6, TR5 e TR7, TR5 e TR8, TR5 e TR9, TR8 e TR9. Todas as outras comparações par a par são significativas com um $p < .005$. A Figura 4 ilustra como o dinheiro foi distribuído entre os personagens da situação-problema.

Figura 4: quantidade de dinheiro distribuída entre os trabalhadores



* O **F** designa a quantidade de filhos e o **P** a produtividade dos personagens.

O teste de Kruskal Wallis indicou que o sexo dos respondentes exerceu influência significativa sobre as quantidades de dinheiro dadas a TR1 ($H = 11,11$; g.l. = 1; $p < 0,01$), TR2 ($H = 5,98$; g.l. = 1; $p = 0,01$), TR4 ($H = 4,77$; g.l. = 1; $p = 0,02$), TR5 ($H = 11,58$; g.l. = 1; $p < 0,01$), TR7 ($H = 14,40$; g.l. = 1; $p < 0,01$) e TR9 ($H = 5,41$; g.l. = 1; $p = 0,02$). Como demonstra a Tabela 6, as mulheres deram mais dinheiro a TR1, TR2 e TR5, enquanto que os homens deram mais a TR4, TR7 e TR9.

Tabela 6: quantidade de dinheiro dado a TR1, TR2, TR4, TR5, TR7 e TR9, de acordo com o sexo dos respondentes.

		TR1 (F6.P100)	TR2 (F3.P50)	TR4 (F6.P200)	TR5 (F6.P50)	TR7 (F3.P200)	TR9 (F0.P200)
Feminino	M	400,45	326,18	430,45	389,90	366,27	327,72
	d.p.	66,86	63,69	75,41	92,83	66,59	93,12
Masculino	M	358,46	297,11	465,38	329,03	415,96	370,00
	d.p.	54,78	62,16	82,30	85,77	73,78	99,42

A faixa etária exerceu influência significativa apenas na quantidade de dinheiro dada a TR4 ($H = 7,73$; g.l. = 2; $p = 0,02$), havendo diferença significativa entre a primeira e a

segunda faixa etária ($H = 6,89$; g.l. = 1; $p < 0,01$), com os respondentes de 14 a 15 anos ($M = 413,21$; d.p. = 71,23) dando menos dinheiro a este personagem que os de 16 a 17 ($M = 467,98$; d.p. = 84,45) e os de 18 a 20 anos de idade ($M = 450,00$; d.p. = 75,46).

O tipo de escola não exerceu influencia significativa sobre as quantidades de dinheiro distribuídas entre os personagens da situação-problema.

7.4.2. Níveis de empatia

Os índices de Empatia (EMRI), Consideração Empática (CE), Tomada de Perspectiva (TP) e Angústia Pessoal (AP) foram calculados excluindo os itens negativos da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal. A consistência interna das escalas foi considerada satisfatória e os valores do *alpha*, respectivamente: .72, .58, .55 e .60.

Assim como no primeiro estudo, observou-se a existência de correlações positivas entre as subescalas de consideração empática (CE) e tomada de perspectiva (TP), entre angústia pessoal (AP) e consideração empática (CE), e entre estas subescalas e o nível geral de empatia (EMRI). Todavia, diferentemente da primeira pesquisa e conforme o que foi constatado por Ribeiro, Koller e Camino (2002), identificou-se a existência de uma correlação positiva entre angústia pessoal e tomada de perspectiva. A Tabela 7 apresenta as correlações entre as escalas do EMRI.

Análises de variância demonstraram que o sexo exerceu influência significativa sobre os índices de empatia [$F(1,101) = 16,56$; $p < .001$], consideração empática [$F(1,102) = 8,26$; $p < 0,01$], tomada de perspectiva [$F(1,104) = 5,13$; $p = 0,02$] e angústia pessoal [$F(1,104) = 7,49$; $p < 0,01$], no sentido de que as mulheres pontuaram mais alto que os homens em todas as escalas. Por outro lado, a faixa etária e o tipo de escola dos respondentes não afetaram significativamente os escores de empatia.

Tabela 7: coeficientes de correlação entre as escalas de Empatia (EMRI), Tomada de Perspectiva (TP), Consideração Empática (CE) e Angústia Pessoal (AP).

	EMRI	CE	TP	AP
Nível geral de empatia (EMRI)	$r = 1$ $p = .00$	$r = .75$ $p < .001$	$r = .69$ $p < .001$	$r = .79$ $p < .001$
Consideração empática (CE)		$r = 1$ $p = .00$	$r = .40$ $p < .001$	$r = .39$ $p < .001$
Tomada de perspectiva (TP)			$r = 1$ $p = .00$	$r = .25$ $p < .01$
Angústia pessoal (AP)				$r = 1$ $p = .00$

Considerando-se os valores mínimo e máximo indicados nas escalas de EMRI (28-73, respectivamente), CE (6-20, respectivamente), TP (7-25, respectivamente) e AP (6-30, respectivamente), foram constituídos três níveis (baixo, médio e alto) para categorizar os índices de empatia, consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal.

7.4.3. Relações entre empatia e justiça distributiva

Ao se processar análises de correlação entre as escalas da EMRI e o dinheiro distribuído entre os trabalhadores, através do teste de Spearman, constataram-se a existência de correlações positivas entre o nível geral de empatia (EMRI) e o dinheiro dado a TR1 ($s = .30$; $p < 0,01$) e TR5 ($s = .19$; $p = 0,04$), entre o nível de Consideração Empática (CE) e o dinheiro dado TR1 ($s = .33$; $p < 0,01$), TR2 ($s = .24$; $p = 0,01$) e TR5 ($s = .32$; $p < 0,01$), e entre o nível de Angústia Pessoal (AP) e o dinheiro dado a TR1 ($s = .24$; $p = 0,01$), TR2 ($s = .22$; $p = 0,02$) e TR5 ($s = .20$; $p = 0,04$). Por outro lado, observaram-se correlações negativas entre EMRI e o dinheiro dado a TR4 ($s = -.24$; $p = 0,01$) e TR7 ($s = -.32$; $p < 0,01$), entre CE e o dinheiro dado a TR4 ($s = -.20$; $p = 0,04$), TR7 ($s = -.28$; $p < 0,01$) e TR9 ($s = -.32$; $p < 0,01$),

e entre AP e o dinheiro dado a TR7 ($s = -.38$; $p < 0,01$) e TR9 ($s = -.21$; $p = 0,03$). A Tabela 8 apresenta estas correlações.

Tabela 8: coeficientes de correlação entre os índices de empatia (EMRI), consideração empática (CE) e angústia pessoal (AP), e o dinheiro dado a TR5, TR1, TR4, TR2, TR9 e TR7.

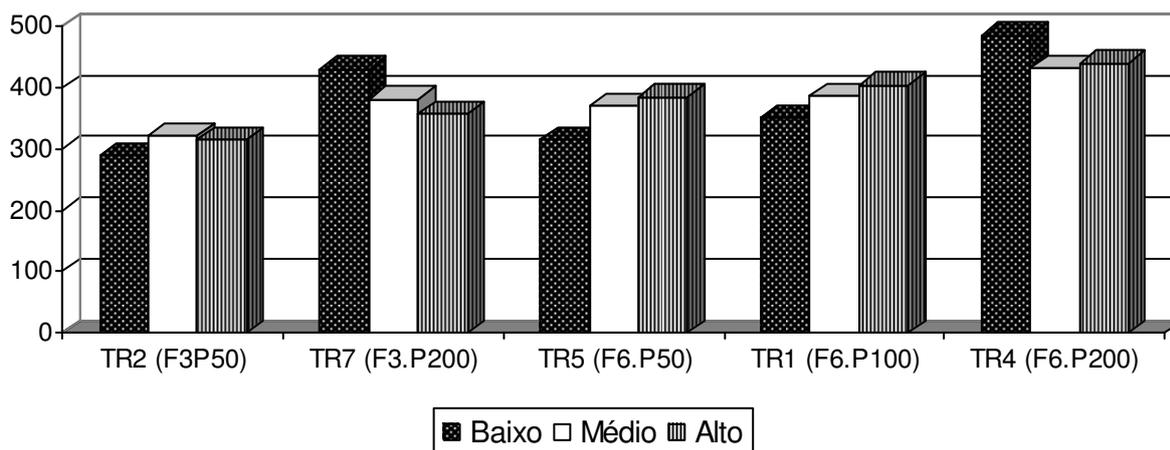
	TR5 (F6.P50)	TR1 (F6.P100)	TR4 (F6.P200)	TR2 (F3.P50)	TR9 (F0.P200)	TR7 (F3.P200)
Empatia (EMRI) (n = 103)	s = .19 p = .04	s = .30 p = .002	s = -.24 p = .01	s = .19 p = .053	s = -.17 p = .09	s = -.32 p = .001
Cons. Emp. (CE) (n = 104)	s = .32 p = .001	s = .33 p = .001	s = -.20 p = .04	s = .24 p = .01	s = -.32 p = .001	s = -.28 p = .004
Ang. Pes. (AP) (n = 106)	s = .20 p = .04	s = .24 p = .01	s = -.14 p = .15	s = .22 p = .02	s = -.21 p = .03	s = -.38 p < .001

Ao se comparar a quantidade de dinheiro dada aos personagens por indivíduos com diferentes níveis de EMRI, CE, TP e AP, através do teste de Kruskal-Wallis, constatou-se que: o nível geral de empatia e o nível de consideração empática exerceram influência sobre o dinheiro dado a TR1 (F6.P100), TR2 (F3.P50), TR4 (F6.P200), TR5 (F6.P50) e TR7 (F3.P200), CE apenas influenciou o dinheiro dado a TR9 (F0.P200); e a tomada de perspectiva e a angústia pessoal influenciaram a distribuição de dinheiro para TR7.

Mais especificamente, observou-se que respondentes com nível baixo de empatia deram menos dinheiro a TR1 ($H = 5,12$; g.l. = 1; $p = 0,02$) e a TR5 ($H = 4,71$; g.l. = 1; $p = 0,03$) que os de nível médio e os de nível alto ($H = 7,82$; g.l. = 1; $p < 0,01$ e $H = 3,58$; g.l. = 2; $p = 0,05$, para TR1 e TR5, respectivamente); os de nível médio deram mais dinheiro a TR2 que os de nível baixo ($H = 5,19$; g.l. = 1; $p = 0,02$); e que os participantes com baixo nível de empatia deram mais dinheiro a TR4 ($H = 9,30$; g.l. = 1; $p < 0,01$) e a TR7 ($H = 9,35$; g.l. = 1; $p < 0,01$) que os de nível médio e alto ($H = 3,97$; g.l. = 1; $p = 0,04$ e $H = 12,23$; g.l. = 1; $p <$

0,01, para TR4 e TR7, respectivamente). A Figura 5 ilustra como o dinheiro foi dividido entre TR1, TR2, TR4, TR5 e TR7, de acordo com o nível de empatia dos respondentes.

Figura 5: distribuição do dinheiro entre TR1, TR2, TR4, TR5 e TR7, de acordo com o nível de empatia (EMRI) dos respondentes



No que se refere à consideração empática, observou-se que respondentes com nível baixo de CE deram menos dinheiro a TR5 que os de nível médio ($H = 3,87$; g.l. = 1; $p = 0,04$) e alto ($H = 5,76$; g.l. = 1; $p = 0,01$), que os de nível alto deram mais dinheiro a TR1 que os de nível médio ($H = 3,86$; g.l. = 1; $p = 0,04$) e mais dinheiro a TR2 que os de nível baixo ($H = 5,26$; g.l. = 1; $p = 0,02$), e que os respondentes com nível baixo de CE deram mais dinheiro a TR4, TR7 e TR9 que os de nível alto ($H = 5,50$; g.l. = 1; $p = 0,01$, $H = 4,00$; g.l. = 1; $p = 0,04$ e $H = 4,23$; g.l. = 1; $p = 0,04$, respectivamente).

A tomada de perspectiva exerceu influência significativa na quantidade de dinheiro dada a TR7, no sentido que os participantes com baixo índice deram mais dinheiro a esse personagem que os de nível médio ($H = 3,96$; g.l. = 1; $p = 0,04$) e alto ($H = 4,13$; g.l. = 1; $p = 0,04$). Por fim, observou-se que participantes com baixo nível de angústia pessoal deram mais dinheiro a TR7 que os de nível médio ($H = 4,91$; g.l. = 1; $p = 0,02$). A Tabela 9 apresenta a distribuição de dinheiro entre os personagens, de acordo com os níveis de EMRI, CE, TP e AP.

Tabela 9: distribuição do dinheiro entre TR1, TR2, TR4, TR5, TR7 e TR9, de acordo com os níveis de EMRI, CE, TP e AP dos respondentes.

Nível		TR9 (F0.P200)	TR2 (F3.P50)	TR7 (F3.P200)	TR5 (F6.P50)	TR1 (F6.P100)	TR4 (F6.P200)	
EMRI	Baixo	M	383,10	287,93	431,03	315,51	351,72	486,20
		d.p.	115,23	57,71	74,89	83,56	55,87	69,30
	Médio	M	337,12	321,11	381,94	371,38	386,39	432,87
		d.p.	91,17	71,73	64,10	92,54	67,18	82,13
	Alto	M	337,50	315,00	357,50	385,00	405,00	440,00
		d.p.	88,66	48,93	81,55	101,43	62,61	77,11
CE	Baixo	M	400,71	278,57	421,42	296,42	364,29	492,85
		d.p.	117,70	57,89	80,17	88,71	56,93	82,87
	Médio	M	354,63	312,55	393,18	361,00	373,91	448,63
		d.p.	96,30	72,09	76,72	95,69	69,62	81,74
	Alto	M	322,85	321,43	374,28	378,57	395,71	430,00
		d.p.	87,73	51,85	66,83	86,84	59,86	72,96
TP	Baixo	M	392,85	296,43	442,85	315,00	355,00	469,28
		d.p.	146,57	69,23	95,79	104,12	65,36	70,54
	Médio	M	331,02	315,23	383,52	372,61	381,02	452,38
		d.p.	84,53	71,96	63,97	88,33	59,37	84,67
	Alto	M	353,12	312,92	382,29	360,41	387,08	438,54
		d.p.	90,15	56,19	71,82	94,50	68,78	78,71
AP	Baixo	M	374,44	288,89	418,51	342,59	366,67	464,81
		d.p.	123,64	66,98	76,14	108,93	72,05	64,77
	Médio	M	343,15	319,08	381,15	362,23	382,23	441,61
		d.p.	86,96	64,12	66,12	89,55	62,78	88,07
	Alto	M	321,42	321,43	382,14	386,42	397,86	447,85
		d.p.	91,38	54,47	97,28	87,49	58,06	67,84

Considerando o fato de que a distribuição amostral e a variância dos dados não permitiram a utilização de análises multivariadas paramétricas, optou-se por aprofundar as análises acerca das relações entre empatia e comportamento distributivo, organizando seis grupos de comparação, compostos cada um por três personagens. Nestes se buscou controlar

ora os níveis de produtividade ora a quantidade de filhos para verificar se as variações nestas características implicavam em variações nas quantidades de dinheiro distribuídas entre os personagens, em função dos níveis de empatia (EMRI), consideração empática (CE), tomada de perspectiva (TP) e angústia pessoal (AP). Os grupos de comparação foram os seguintes:

- **G1** = TR3 (F0.P50), TR6 (F0.P100) e TR9 (F0.P200);
- **G2** = TR2 (F3.P50), TR8 (F3.P100) e TR7(F3.P200);
- **G3** = TR5 (F6.P50), TR1 (F6.P100) e TR4(F6.P200);
- **G4** = TR3 (F0.P50), TR2 (F3.P50) e TR5(F6.P50);
- **G5** = TR6 (F0.P100), TR8 (F3.P100) e TR1(F6.P100);
- **G6** = TR9 (F0.P200), TR7 (F3.P200) e TR4(F6.P200);

Como se observa acima, dentro dos grupos G1, G2 e G3 a quantidade de filhos permanece constante ao passo que há variações no nível de produtividade, enquanto que em G3, G4 e G5 o inverso é verdadeiro. Nesse sentido, a comparação intragrupos nos três primeiros grupos possibilitou verificar se os respondentes variavam a quantidade de dinheiro em função do nível de produtividade dos personagens e a comparação nos três últimos, se houve variação em função do nível de necessidade dos personagens. As diferenças em cada grupo foram testadas através do teste de Friedman (ANOVA não-paramétrica) e do teste de Wilcoxon (utilizado como um *post-hoc* teste).

As análises demonstraram que houve variação significativa ($p < 0,01$) em G1, G2 e G3 para respondentes com nível baixo e médio de empatia, mas que os de nível alto só variaram significativamente a quantidade de dinheiro distribuída em G1 ($\chi^2 = 9,38$; g.l. = 2; $p < 0,01$) e G3 ($\chi^2 = 9,13$; g.l. = 2; $p = 0,01$). Por outro lado, em G4, G5 e G6 houve variações significativas para os respondentes dos três níveis de empatia ($p < 0,001$). Porém, o teste de

Wilcoxon demonstrou que não houve diferença significativa no dinheiro dado a TR7 (F3.P200) e TR9 (F0.P200) por respondentes com nível alto de empatia.

O teste de Friedman indicou que os respondentes dos três níveis de consideração empática (CE) distribuíram de maneira diferente o dinheiro entre os personagens de G1, G2 e G3 ($p < 0,01$), ou seja, que, de uma maneira geral, houve diferenças significativas na quantidade de dinheiro dado aos personagens nestes grupos.

Por outro lado, esse mesmo teste demonstrou que apenas os de nível médio e alto de CE deram quantidades significativamente diferentes de dinheiro aos personagens de G4 ($\chi^2 = 43,60$; g.l. = 2; $p < 0,01$ e $\chi^2 = 34,04$; g.l. = 2; $p < 0,01$, respectivamente), G5 ($\chi^2 = 38,96$; g.l. = 2; $p < 0,01$ e $\chi^2 = 28,84$; g.l. = 2; $p < 0,01$, respectivamente) e G6 ($\chi^2 = 52,12$; g.l. = 2; $p < 0,01$ e $\chi^2 = 26,63$; g.l. = 2; $p < 0,01$, respectivamente), o que indica que as distribuições dos participantes com baixo nível de CE não foram afetadas por variações nas quantidades de filhos, mas apenas por diferenças na produtividade dos personagens.

A tomada de perspectiva parece não ter influenciado significativamente a distribuição em função dos níveis de necessidade e produtividade, uma vez que as análises indicam que tanto os respondentes de nível baixo como os de nível médio e alto variaram significativamente ($p < 0,05$) o dinheiro dado aos personagens de todos os grupos.

Quanto à angústia pessoal (AP) observou-se que os de baixo e médio nível distribuíram diferentemente o dinheiro entre os personagens de G1 ($\chi^2 = 17,57$; g.l. = 2; $p < 0,01$ e $\chi^2 = 40,09$; g.l. = 2; $p < 0,01$, respectivamente), G2 ($\chi^2 = 24,66$; g.l. = 2; $p < 0,01$ e $\chi^2 = 26,83$; g.l. = 2; $p < 0,01$, respectivamente) e G3 ($\chi^2 = 21,44$; g.l. = 2; $p < 0,01$ e $\chi^2 = 37,24$; g.l. = 2; $p < 0,01$, respectivamente), e que os participantes com alto nível de AP distribuíram diferentemente apenas em G3 ($\chi^2 = 7,72$; g.l. = 2; $p = 0,02$). Mais especificamente, constatou-se que eles diferiram na quantidade de dinheiro dado a TR1 (F6.P100) e TR4 (F6.P200) [$Z = -2,38$; $p = 0,01$] e no dinheiro dado a TR4 e TR5 (F6.P50), mas não no dinheiro dado a TR5 e

TR1. Respondentes nos três níveis de AP distribuíram quantidades diferentes entre os personagens de G4, G5 e G6 ($p < 0,01$).

7.4.4. Avaliações sobre justiça distributiva e justiça processual

As percepções sobre o grau de justiça distributiva e de justiça processual adotadas durante a resolução da situação-problema foram analisadas através dos escores atribuídos (variação entre 1 e 5) pelos respondentes a si mesmos, no que se refere ao dinheiro dados aos trabalhadores e aos critérios utilizados durante a distribuição. De uma maneira geral, os participantes consideraram que haviam sido justos ou muito justos nos dois tipos de justiça, mas que os critérios adotados (processual) haviam sido mais justos do que o dinheiro propriamente dito (distributiva). A média dos escores da justiça distributiva foi de 3,93 (d.p. = 0.85), a média da justiça processual de 4,30 (d.p. = 0.80) e a diferença entre elas é significativa ($Z = -3,40$; $p < 0,01$).

Ao verificar se houve influência da empatia sobre a avaliação a respeito da justiça distributiva e da justiça processual, constataram-se diferenças significativas na maneira como respondentes com diferentes níveis de empatia (EMRI) e de consideração empática se auto-avaliaram nestes aspectos. Mais especificamente, constatou-se que participantes com baixo nível de empatia fizeram uma avaliação mais negativa dos critérios utilizados por eles para fazer a distribuição do que os de nível médio e alto ($H = 7,78$; g.l. = 2; $p = 0,02$). As médias nestes três grupos foram, respectivamente: 3,89 (d.p. = 0,93), 4,50 (d.p. = 0,69) e 4,30 (d.p. = 0,73). As análises demonstraram ainda que adolescentes com baixo nível de consideração empática também fizeram uma avaliação menos positiva que os de nível médio e alto, no que se refere às quantidades de dinheiro dadas a cada trabalhador ($H = 8,11$; g.l. = 2; $p = 0,01$) e nos critérios utilizados para fazer a distribuição ($H = 9,32$; g.l. = 2; $p < 0,01$). As médias na avaliação sobre justiça distributiva foram, respectivamente: 3,42 (d.p. = 0,64), 4,09 (d.p. =

0,88) e 3,95 (d.p. = 0,86); na justiça processual as médias dos respondentes com nível baixo, médio e alto de CE foram, respectivamente: 3,64 (d.p. = 0,92), 4,43 (d.p. = 0,73) e 4,34 (d.p. = 0,76).

Outras análises demonstraram que não houve influência significativa dos escores de tomada de perspectiva e angústia pessoal sobre os escores usados pelos respondentes para avaliar a justiça distributiva e a justiça processual.

7.4.5. Análise dos julgamentos distributivos

As respostas às questões 1 (“*Por que você distribuiu o dinheiro dessa maneira?*”), 2 (“*Você acha que esta é a maneira mais justa de distribuir o dinheiro entre eles? Por que?*”) e 3 (“*Qual foi o fator mais importante que fez com você distribuísse o dinheiro dessa maneira?*”) foram usadas para analisar como os respondentes haviam feito e julgavam suas próprias distribuições, em termos do (s) princípio (s) de justiça distributiva utilizado (s) em uma situação de microjustiça. Já as respostas à questão 5 (“*Como você acha que deve ser a distribuição de renda em nossa sociedade? Por que?*”) e à questão 6 (“*Considerando as opções descritas a seguir, qual delas você considera a mais justa?*” a) “*Quanto mais se produz, mais se deve receber*”; b) “*Todos devem receber quantidades estritamente iguais de renda, independentemente das características individuais*”; c) “*Quanto maior a necessidade, mais a pessoa deve receber*”; d) “*Outra maneira ou depende*”; “*Por que?*”) foram usadas para analisar a concepção de justiça dos respondentes a nível de macrojustiça.

As justificativas dos respondentes foram categorizadas de acordo com os tipos de princípios distributivos evocados para resolver a situação-problema e considerados mais justos para distribuir a renda na sociedade. Neste sentido, constituíram-se as seguintes categorias:

Distribuição baseada na necessidade: o raciocínio subjacente era o de que a distribuição mais justa seria aquela que favorecesse as pessoas com maior nível de necessidade. Ex: *“Ah... eu fui mais pela questão de ajudar quem tava precisando, né? Eu dei mais pros trabalhadores que estavam dizendo aqui que tinham mais filhos e menos pros que tinham três e um pouco menos pra quem não tinha filho porque eu sei que não é fácil dar conta de uma casa cheia de criança pra cuidar. Tem que ganhar bem mesmo porque se não ele pode correr o risco de ver seu filho com fome e eu não acho isso justo com um pai de família”*.

Distribuição baseada na equidade: os respondentes alegavam que o critério mais justo deveria ser levar em consideração o quanto as pessoas produzem ou se esforçam e recompensá-las por isso. Ex: *“Ah... porque eu achei que quem fez mais pontos merece ganhar mais porque a pessoa se esforça, faz de tudo pra conseguir os pontos, aí eu que acho que ele tem que ganhar mais. É uma questão de justiça... eu até entendo que a pessoa que tá necessitando tem que arrumar dinheiro, mas isso aí não é... papel da empresa. O governo é que tem que arrumar um jeito de arrumar esse dinheiro”*.

Distribuição baseada na igualdade: os participantes que adotaram este princípio defendiam que uma distribuição em partes iguais asseguraria a justiça, evitaria conflitos e garantiria que todos ficariam felizes. Ex: *“Eu fui fazendo assim porque eu acho que eles merecem tudo igual e pra tentar não prejudicar ninguém porque se eu tivesse dado mais pros que necessitam mais, como eu tava com vontade de fazer, ia ter gente que ia ficar chateado porque fez mais pontos e é como se eu não tivesse valorizado o trabalho deles. E, como é justo cada um ganhar o mesmo tanto, eu resolvi fazer assim, com todos iguais... Por que eu não vou prejudicar nenhum deles”*.

Distribuição baseada na equidade e na necessidade: na opinião dos respondentes que utilizaram essa justificativa o mais justo seria conciliar tanto a necessidade quanto o

esforço ou a produção dos envolvidos, ajudando quem tinha filhos e que produziram mais. Ex: *“Eu tentei ser mais justo com o modo de produção de cada um e a quantidade de filhos, então aqui eu fiz tipo um projeto que... a pessoa que tivesse filho ganharia, tipo, aquele valor a mais, como esse aqui que produziu 200 ele vai ganhar mais porque vai ganhar um valor por cada filho, mais o que produziu. Aí eu usei esse critério para todos”*.

Distribuição baseada na compaixão: houve alguns casos nos quais os critérios da necessidade e produtividade foram usados para favorecer os personagens quem tinham filhos e menor nível de produtividade, sob a alegação de que como eles haviam produzido abaixo da meta poderiam ser despedidos e iriam passar necessidades. Ex: *“... eu fui fazendo aqui, mas eu nem sei bem o motivo. Eu olhei tudo um pouquinho, mas eu terminei dando mais pros que tinham feito menos pontos, que já é estranho. Mas eu acho que, além de tudo, esses trabalhadores podem perder o emprego por causa que eles tiveram uma produtividade baixa. Coitados! Eu resolvi ajudar dando um pouquinho mais, mas eu nem sei direito porque. Fiz assim... sei lá”*.

De uma maneira geral, a justificativa mais frequentemente utilizada pelos respondentes na situação-problema foi a da distribuição baseada na necessidade (34,6%), seguida pela equidade (28,0%), Equidade e necessidade (17,8%), Igualdade (15,9%) e Compaixão (3,7%). Quanto à questão sobre como deveria ser a distribuição de renda na sociedade, constatou-se uma frequência maior de justificativas do tipo equidade (33,6%), seguida por Igualdade (29,0%), Necessidade (20,6%), e Equidade e Necessidade (16,8%). O teste do Qui-quadrado indicou a existência de diferenças significativas entre as frequências com que os princípios foram utilizados em nível de micro e de macrojustiça ($\chi^2 = 77,66$; g.l. = 12; $p < 0,001$).

Vale salientar que assim como no primeiro estudo, ao responder as questões da entrevista os participantes alegavam que haviam utilizado dois ou mais critérios para tomar suas decisões, mas que um deles era mais importante que os demais, devendo ser aplicado

prioritariamente. Assim, estas frequências referem-se apenas à indicação de qual critério havia sido utilizado em primeiro lugar pelos respondentes nos dois contextos (resolução da situação-problema e distribuição de renda na sociedade), sendo que, no geral, dois ou mais princípios distributivos foram coordenados entre si durante os julgamentos dos adolescentes.

O teste do Qui-quadrado indicou que não houve diferenças significativas nas frequências de utilização dos princípios distributivos, em função das variáveis sexo, tipo de escola e idade¹⁵.

Por outro lado, esse mesmo teste indicou haver diferenças na utilização dos princípios em função dos níveis de tomada de perspectiva ($\chi^2 = 16,56$; g.l. = 6; $p = 0,01$) e de angústia pessoal ($\chi^2 = 13,74$; g.l. = 6; $p = 0,03$). Mais especificamente, observou-se que a maioria dos respondentes (64,3%) com nível baixo de tomada de perspectiva indicou que a equidade seria o princípio mais justo para distribuir a renda na sociedade. Esta maior preferência pela equidade também foi observada entre os participantes com nível alto de Angústia Pessoal (AP). A Tabela 10 apresenta as frequências de utilização dos princípios distributivos em função dos níveis de Empatia, Consideração Empática e Angústia Pessoal dos respondentes.

Tabela 10: utilização dos princípios distributivos em nível de macrojustiça, em função dos níveis de Tomada de Perspectiva (TP) e Angústia Pessoal (AP) dos respondentes.

PRINCÍPIOS	Tomada Perspect. (TP)			Angústia Pessoal (AP)		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
<i>Necessidade</i>	2	14	6	7	14	1
<i>Eqüidade</i>	9	9	18	10	16	9
<i>Eqüid. e necessi.</i>	1	11	7	1	14	3
<i>Igualdade</i>	3	10	17	9	21	2
Total	15	44	48	27	65	15

¹⁵ O leitor pode consultar a Tabela 11 (Apêndice G), na qual se apresenta as frequências com que os princípios distributivos foram utilizados em nível de micro e macrojustiça, em função do sexo, tipo de escola dos respondentes.

7.4.6. Análise Homals

As análises anteriores demonstraram que o sexo, a empatia, a consideração empática e a angústia pessoal influenciaram significativamente as escolhas e os comportamentos distributivos dos respondentes. Todavia, considerando que a abordagem analítica utilizada tem suas limitações por indicar a influência isolada de cada uma destas variáveis na explicação do fenômeno em questão, optou-se por utilizar uma análise multivariada para aprofundar a investigação sobre as relações entre julgamentos de justiça distributiva, dimensões da empatia e variáveis sócio-demográficas. Conforme cita Pereira (2004: p. 106) análises multivariadas permitem ao pesquisador “revelar informações não imediatamente aparentes em análises mais simples”. Neste sentido, tomou-se a decisão de rodar uma Homals no programa SPSS 13.0 com alguns dos dados coletados nesta pesquisa.

A Homals (análise de homogeneidade) possibilita uma abordagem analítica multivariada e multifacetada sobre o fenômeno investigado, sendo apropriada quando se trabalha com variáveis qualitativas (CARVALHO, 2004). Seus objetivos principais são (1) detectar variáveis que podem ser utilizadas para caracterizar grupos de indivíduos com perfil semelhante, (2) analisar o posicionamento relativo desses grupos, identificando relações de associação ou oposição entre eles, e (3) verificar como as categorias dessas variáveis, chamadas de discriminantes, relacionam-se entre si.

Considerando os objetivos do presente trabalho, foram adotadas as seguintes variáveis como *inputs* para a análise Homals: sexo (masculino, feminino), idade (14 a 15 anos, 16 a 17 anos, 18 a 20 anos), tipo de escola (pública, particular), nível de consideração empática (baixo, médio, alto), nível de tomada de perspectiva (baixo, médio, alto), nível de angústia pessoal (baixo, médio, alto), princípio usado para justificar a distribuição na situação-problema (necessidade, produtividade, igualdade, necessidade/ produtividade) e princípio

apontado como sendo mais justo para distribuir a renda na sociedade (necessidade, equidade, igualdade, necessidade/ equidade).

O primeiro passo consistiu em identificar a quantidade de dimensões (ou eixos) a ser retida para a análise, a partir da comparação dos valores próprios (*eigenvalues*) apresentados por cada uma delas. Assim, a fim de identificar quais dimensões (ou eixos) tinham maior poder de discriminação, inicialmente foi solicitada a análise de um modelo com dez dimensões. Conforme demonstra a Tabela 12 a variância explicada pelas três primeiras dimensões destacou-se das demais, sendo que a partir da terceira o decréscimo dos *eigenvalues* era muito pequeno, fato este que permitiu validar a escolha por um modelo tridimensional. De acordo com o *Fit* fornecido pela Homals, essas três dimensões explicam, conjuntamente, cerca de 72% da variância encontrada.

Tabela 12: *eigenvalues* das dez dimensões solicitadas inicialmente

Dimensão	Eigenvalue
1	,266
2	,241
3	,211
4	,177
5	,171
6	,160
7	,134
8	,110
9	,094
10	,085

O passo seguinte foi o da identificação dos indicadores que melhor caracterizavam essas dimensões, através da comparação entre as medidas discriminatórias de cada variável e os valores próprios das três dimensões. Segundo Carvalho (2004), uma vez que as medidas de discriminação quantificam a variância explicada pelas variáveis em cada dimensão, faz-se necessário que elas tenham valor igual ou superior ao *eigenvalue* das dimensões, para que elas sejam consideradas como diferenciadoras dos grupos em análise.

Os resultados iniciais demonstraram que a dimensão 1 incluiu o maior número de variáveis, a saber: sexo, nível de consideração empática (CE), nível de tomada de perspectiva (TP), nível de angústia pessoal (AP), princípio usado para resolver a situação-problema (microjustiça) e princípio mais justo para distribuir a renda na sociedade (macrojustiça); que a dimensão 2 reteve quatro variáveis: nível de consideração empática (CE), nível de angústia pessoal (AP), microjustiça e macrojustiça; e que a dimensão 3, por sua vez, incluiu as seguintes variáveis: tipo de escola, macrojustiça, idade e microjustiça. A Tabela 13 apresenta as medidas discriminatórias das variáveis em cada uma das dimensões.

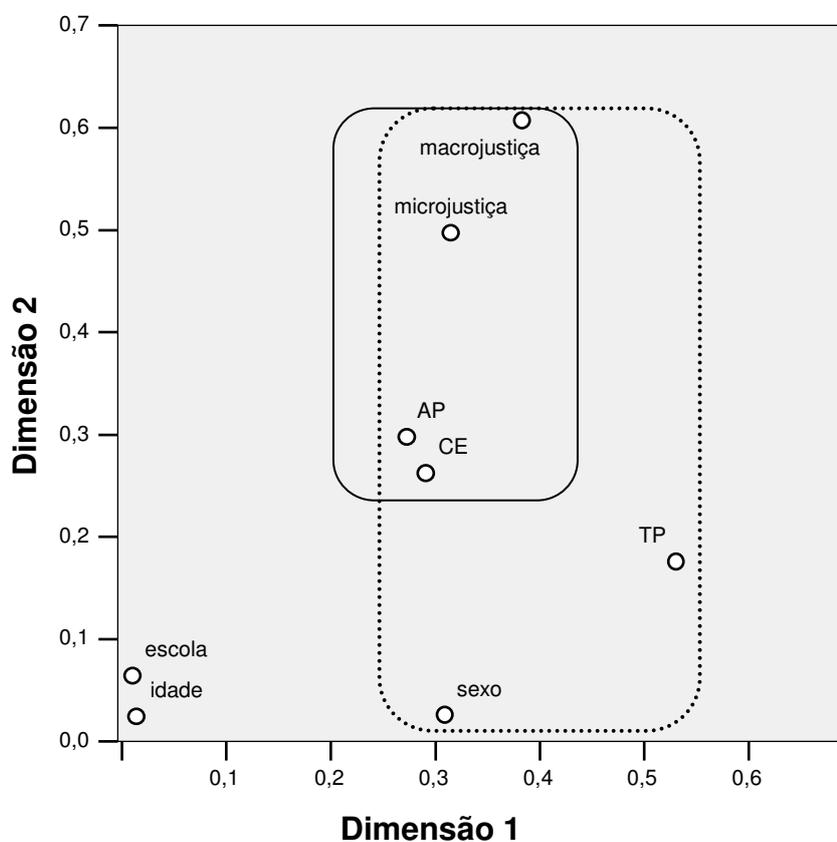
Tabela 13: medidas discriminatórias das variáveis nas três dimensões

Variáveis	D1	D2	D3
Sexo	,309	,005	,001
Idade	,014	,024	,299
Escola	,010	,064	,346
CE	,291	,262	,037
TP	,530	,176	,037
AP	,272	,298	,167
Microjustiça	,315	,497	,420
Macrojustiça	,383	,607	,365

A análise dos componentes dessas dimensões indicou que os princípios utilizados para justificar a resolução da situação-problema (microjustiça) e apontados como sendo mais justos para distribuir renda na sociedade (macrojustiça) são variáveis que discriminam bem os respondentes nos três eixos. Além disso, constata-se que na primeira e na segunda dimensão há uma relação entre as variáveis de justiça distributiva e as de empatia, com a diferença que apenas na Dimensão 1 (D1) o sexo é uma variável com poder discriminatório. No que se refere à Dimensão 3 (D3), constatou-se uma caracterização dos respondentes em função do tipo de escola freqüentada, idade e dos princípios distributivos usados em nível de micro e de macrojustiça.

Tendo-se identificado como os eixos se estruturavam em função das variáveis analisadas, procedeu-se à projeção das medidas discriminatórias em planos bidimensionais (cruzamento de duas dimensões), o que “contribui para a interpretação das dimensões..., ao mesmo tempo em que clarifica sobre a importância que cada uma delas têm na estruturação do espaço em análise” (CARVALHO, 2004: p.72). A análise da representação gráfica leva em conta que quanto mais próximas as variáveis se encontram da origem dos eixos menos força elas têm para diferenciar os objetos em análise, e vice-versa. Neste sentido, a leitura dos eixos deve ser feita de cima para baixo e da esquerda para direita, buscando identificar variáveis que se encontram próximas uma das outras. Além disso, variáveis que se encontram nas diagonais têm poder de discriminação nas duas dimensões projetadas no plano em análise.

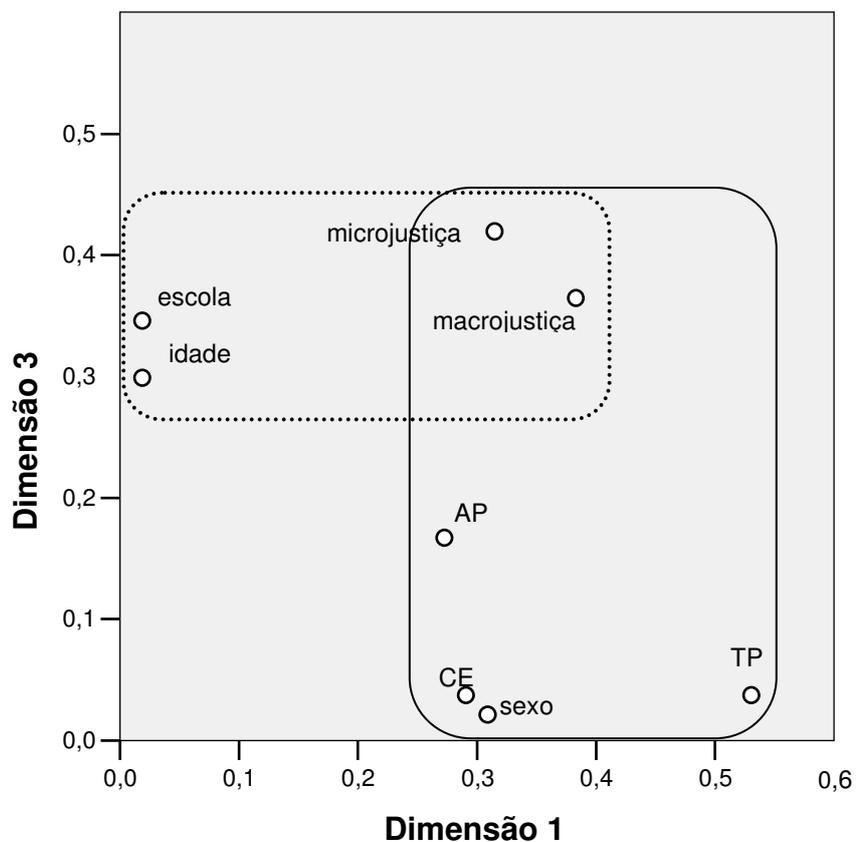
Figura 6: variáveis no Plano 1*2



Conforme sugere a Figura 6, as variáveis macrojustiça, microjustiça, sexo, angústia pessoal (AP), consideração empática (CE) e tomada de perspectiva (TP) são variáveis que discriminam bem os respondentes na dimensão 1 (ver a linha pontilhada). A dimensão 2 (linha contínua), por sua vez, também pode ser caracterizada por essas mesmas variáveis, com exceção do nível de tomada de perspectiva e do sexo dos respondentes. Já as variáveis escola e idade não diferenciam os participantes em nenhuma das duas dimensões, pois, como se pode ver, estão muito próximas da origem dos eixos.

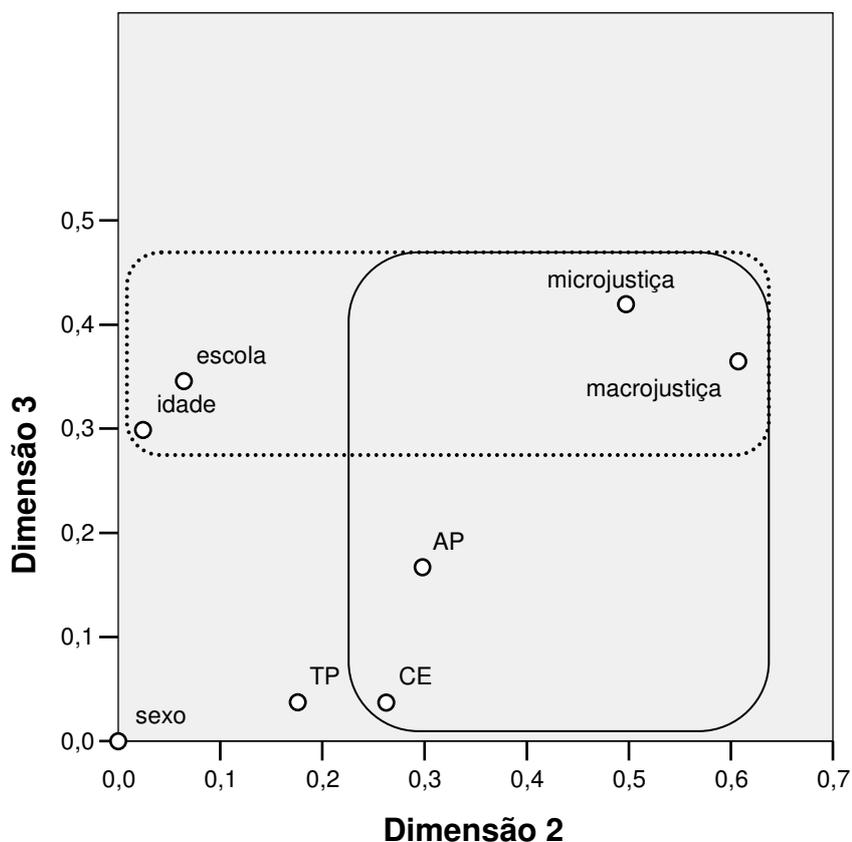
A análise do plano 1*3 corrobora o que foi evidenciado pelos dados quantitativos (medidas discriminatórias), pois, como se observa na Figura 7, o tipo de escola, a idade e os julgamentos de microjustiça e de macrojustiça são variáveis que diferenciam bem os sujeitos na Dimensão 3 (linha pontilhada), o que não acontece com o sexo e com as variáveis relacionadas à empatia. A Dimensão 1, por sua vez, mantém a mesma configuração observada no plano anterior, ou seja, retêm as variáveis microjustiça, macrojustiça, angústia pessoal (AP), consideração empática (CE), tomada de perspectiva (TP) e sexo (observar a linha contínua).

Figura 7: variáveis no Plano 1*3



Já o cruzamento das dimensões 2 e 3 (Figura 8), ratifica o que já havia sido observado nos planos anteriores, uma vez que se observa claramente a configuração topológica dessas duas dimensões em função das variáveis que as compõem. Destaca-se ainda que, assim como já havia sido evidenciado na Figura 6, os princípios de micro e de macrojustiça apresentam-se como sendo as variáveis com maior poder de diferenciação na Dimensão 2.

Figura 8: variáveis no Plano 2*3



Em suma, a análise das medidas discriminatórias e das representações gráficas dos planos indicou que os respondentes deste estudo podem ser caracterizados em grupos distintos, em função dos níveis de consideração empática (CE), angústia pessoal (AP), tomada de perspectiva (TP), princípios distributivos utilizados em nível de micro e de macrojustiça, do sexo, idade e do tipo de escola freqüentada. Mais especificamente, a Dimensão 1 caracteriza grupos de indivíduos do mesmo sexo, níveis de CE, AP e TP, e que utilizam princípios distributivos semelhantes; a Dimensão 2 diferencia os respondentes a partir dos componentes afetivos da empatia e dos julgamentos distributivos; e a Dimensão 3, por sua vez, aponta para existência de grupos homogêneos, em função da idade, tipo de escola e julgamentos distributivos utilizados.

Tendo-se definido a configuração topológica dessas três dimensões, procedeu-se a interpretação das dimensões via categorias, objetivando-se identificar aquelas que mais

diferenciavam os participantes, e analisar como elas estavam relacionadas entre si. Conforme indica Carvalho (2004), “não será pelo fato de uma variável ter associada uma medida de discriminação elevada, que todas as suas categorias são necessária e igualmente diferenciadoras” (p. 88). Neste sentido, buscou-se, inicialmente, identificar que categorias tinham medidas discriminatórias e freqüências absolutas elevadas nas dimensões selecionadas para análise. Tomando como base esses critérios, optou-se por excluir a categoria compaixão (referente à variável microjustiça) das análises posteriores porque a mesma tinha freqüência absoluta muito baixa (n = 4).

A partir das quantificações apresentadas pela Homals, identificaram-se as categorias que mais discriminavam os participantes nas três dimensões escolhidas e como elas estavam relacionadas entre si, através da análise dos seus sinais: quando o sinal da quantificação é igual infere-se que as categorias estão associadas e quando o sinal é diferente que elas se relacionam de maneira opositiva (ANDRADE, 2006). As Tabelas 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 apresentam as quantificações e os respectivos sinais das categorias analisadas em cada dimensão.

Tabela 14: quantificações das categorias da variável sexo

Categorias	Freqüência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
Masculino	55	-,584	,041	,071
Feminino	52	,549	-,043	-,060

Tabela 15: quantificações das categorias da variável tipo de escola

Categorias	Freqüência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
Pública	57	,098	,239	-,584
Particular	50	-,115	-,272	,650

Tabela 16: quantificações das categorias da variável idade

Categorias	Frequência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
14 a 15 anos	28	,161	,060	,023
16 a 17 anos	42	-,105	-,154	,605
18 a 20 anos	37	-,007	,220	-,690

Tabela 17: quantificações das categorias da variável microjustiça

Categorias	Frequência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
Necessidade	37	,322	-,577	-,598
Produtividade	30	-,669	,829	-,129
Produt/ Neces.	19	,752	,647	,356
Igualdade	17	-,142	-,852	1,20

Tabela 18: quantificações das categorias da variável macrojustiça

Categorias	Frequência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
Necessidade	22	,400	-,819	-1,14
Equidade	36	-,647	,901	-,027
Eqüid. e neces.	18	1,04	-,757	,595
Igualdade	31	-,142	,504	,388

Tabela 19: quantificações das categorias da variável nível de consideração empática

Categorias	Frequência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
Baixo	14	-1,10	-,278	-,297
Médio	55	-,145	-,382	-,062
Alto	35	,679	,712	,070

Tabela 20: quantificações das categorias da variável nível de tomada de perspectiva

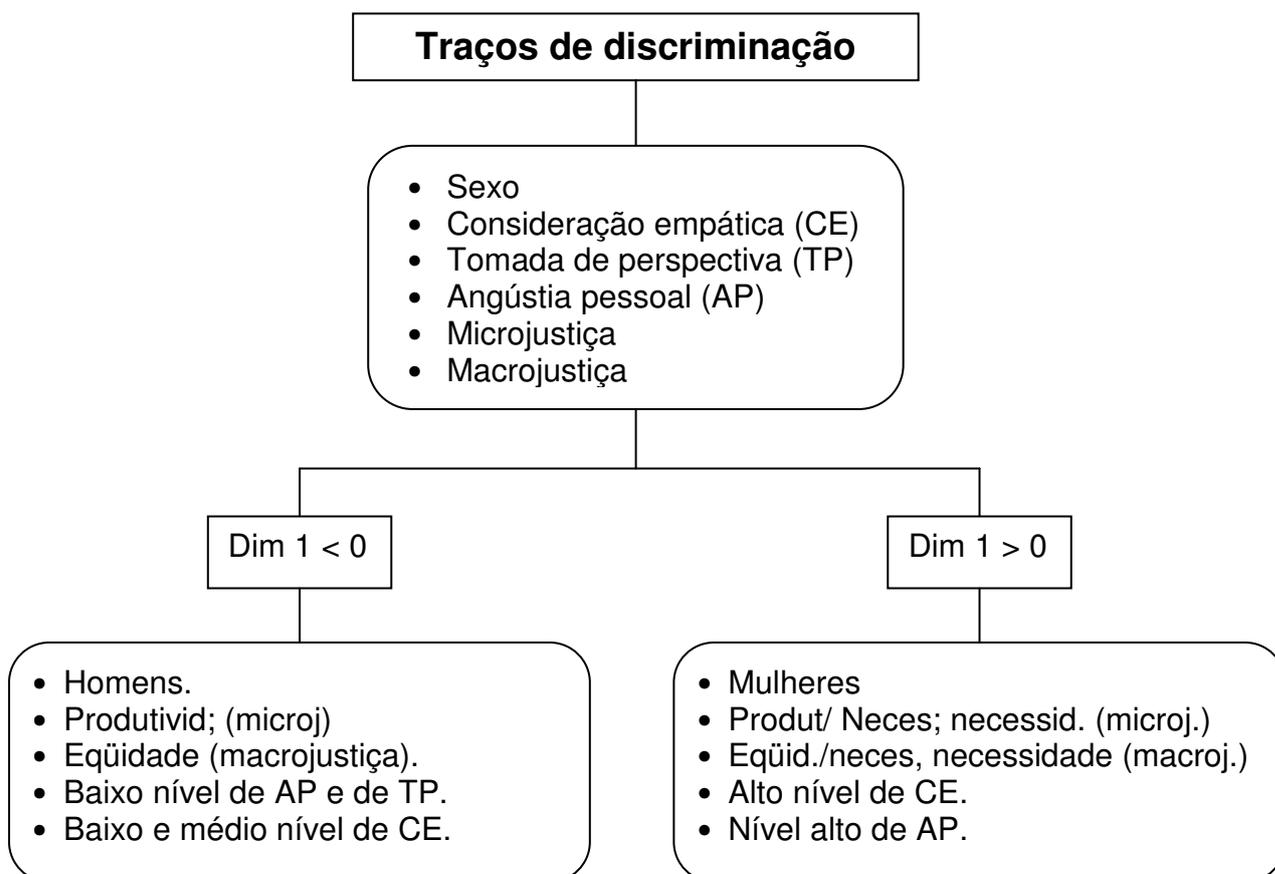
Categorias	Frequência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
Baixo	14	-1,85	,287	-,041
Médio	44	-,240	-,508	-,232
Alto	48	,315	,377	,220

Tabela 21: quantificações das categorias da variável nível de angústia pessoal

Categorias	Frequência	Quantificação das categorias		
		D1	D2	D3
Baixo	27	-,868	-,310	-,623
Médio	65	,410	-,184	,181
Alto	14	-,094	1,36	,371

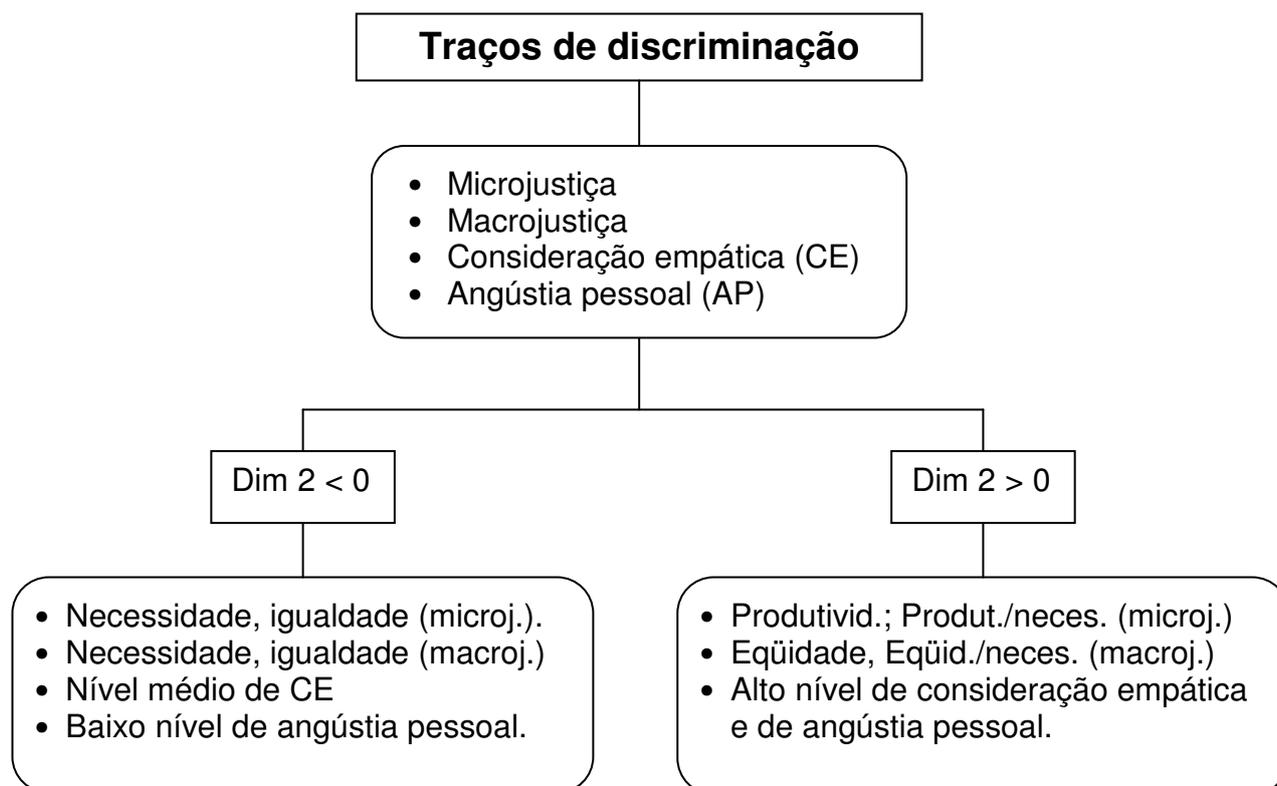
A análise das quantificações das categorias na Dimensão 1 (Figura 9) sugere a existência de diferenças em função do gênero dos respondentes, sendo que estas estão associadas aos tipos de princípios distributivos utilizados e às dimensões afetivas da empatia. Mais especificamente, constata-se que os homens tendem a preferir princípios ligados à produtividade e ao esforço (equidade), e que as mulheres, por sua vez, consideram mais justo um princípio que coordena tanto o esforço/ produtividade das pessoas, quanto suas necessidades ou demandas pessoais. Além disso, elas tendem a ter níveis elevados de consideração empática e tomada de perspectiva, e nível médio de angústia pessoal.

Figura 9: relação entre as categorias das variáveis que caracterizam a Dimensão 1



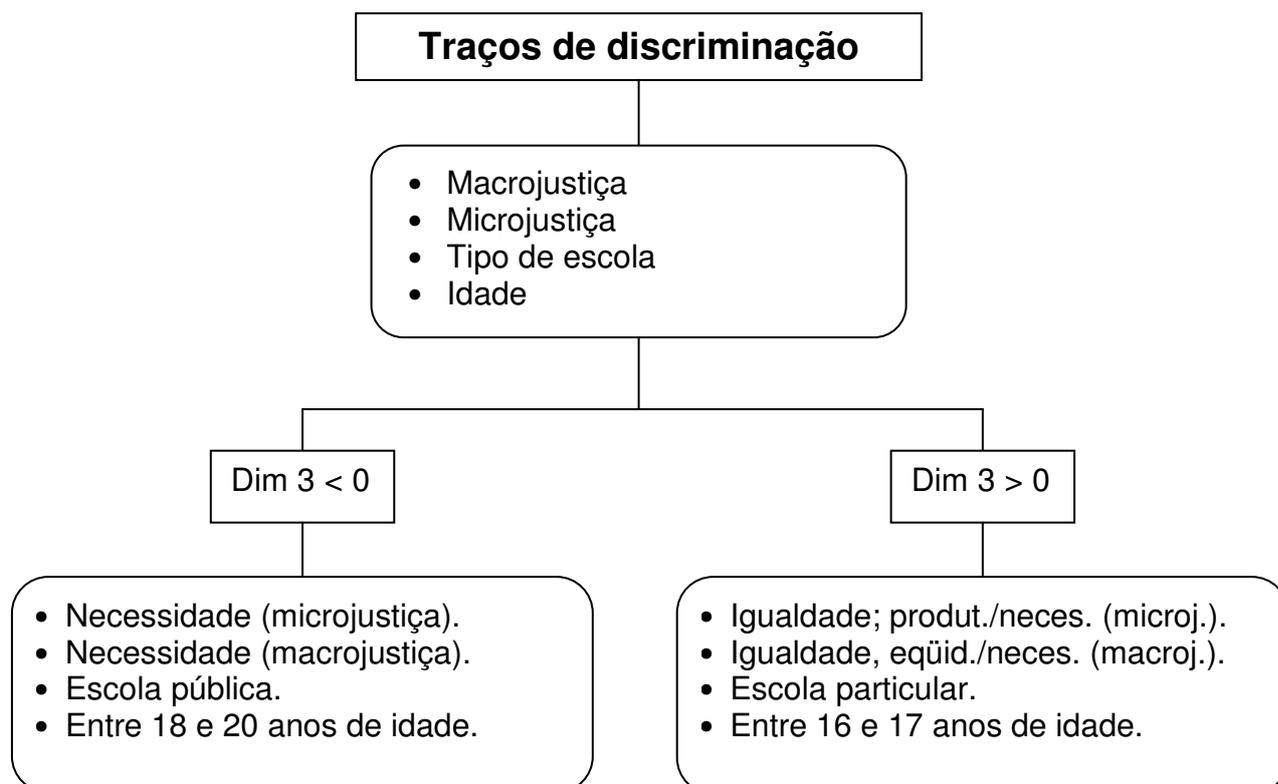
No que se refere à Dimensão 2, constatou-se a existência de dois perfis distintos, os quais estão associados aos tipos de princípios distributivos evocados e aos níveis de consideração empática e angústia pessoal. Ressalta-se que, apesar das categorias da variável tomada de perspectiva (TP) terem apresentado uma quantificação elevada na dimensão 2, as análises anteriores demonstraram que, no geral, esta variável tinha pouco poder discriminatório na referida dimensão. Assim, julgou-se que os níveis de TP não poderiam ser utilizados para diferenciar os indivíduos nessa dimensão (D2). Conforme ilustra a Figura 10, observa-se um grupo de respondentes que usou, predominantemente, os princípios da necessidade e da igualdade em nível de micro e de macrojustiça, com nível médio de consideração empática e nível baixo de angústia pessoal. Consta-se ainda outro grupo no qual os sujeitos possuíam nível elevado de consideração empática e de angústia pessoal, e que utilizaram os princípios da produtividade e da eqüidade/necessidade.

Figura 10: relação entre as categorias das variáveis que caracterizam a Dimensão 2



Por fim, a análise relacional das categorias das variáveis que compõem a Dimensão 3 indicou a existência de dois perfis distintos nos quais estão associados o tipo de escola, a idade dos respondentes e os princípios distributivos usados durante a resolução da situação-problema. Mais especificamente, observou-se que um dos grupos era formado por estudantes de escola pública, com idades variando entre 18 e 20 anos e que apontavam o princípio da necessidade como sendo o mais justo para dividir o dinheiro entre os personagens da situação-problema e para distribuir a renda na sociedade. Já o segundo grupo era constituído por estudantes de escola particular, com idades variando entre 16 e 17 anos e que adotaram, principalmente, o princípio da igualdade e o da eqüidade/ necessidade em nível de micro e macrojustiça. A Figura 11, apresentada a seguir, ilustra a configuração da Dimensão 3, em função das variáveis que a compõem e de suas respectivas categorias.

Figura 11: configuração da Dimensão 3, em função das variáveis e de suas categorias



De posse dos dados quantitativos a respeito das dimensões selecionadas para análise, procedeu-se a projeção das categorias no plano bidimensional, com intuito de analisar, através da representação gráfica da Homals, como as categorias estavam relacionadas entre si. Esta estratégia permite visualizar a dispersão das categorias em cada plano, o que auxilia na compreensão inter-relacional dos indicadores que caracterizam os objetos em estudo. Conforme cita Andrade (2006: p.224), cada ponto da figura está associado a uma categoria e representa centróides em torno dos quais se agrupam os indivíduos que compartilham aquela característica.

Uma vez que se supõe que os grupos têm constituição multifacetada, os mesmos podem ser identificados a partir da distância entre as categorias nos planos, sendo que quanto mais próximos os indicadores analisados, mais ele servem para caracterizar um grupo naquela dimensão, e vice-versa. Além das distâncias entre as categorias, a análise dos planos deve levar em conta a localização dos centróides nos quadrantes do plano: quando os grupos estão

em quadrantes opostos (Q1 e Q3; Q2 e Q4) compreende-se que os mesmos se relacionam de maneira antagônica e quando eles estão em quadrantes adjacentes, que há uma relação de associação entre eles.

Essa análise inicia-se com a interpretação do plano definido pelas dimensões com maior poder de discriminação, ou seja do plano, que gera, necessariamente, os grupos com traços de diferenciação mais acentuados (CARVALHO, 2004: p.101), privilegiando-se, portanto, o plano 1*2 . Neste sentido, relembra-se que a Dimensão 1 pareceu diferenciar os indivíduos em função das associações entre o sexo, justiça distributiva e empatia. Por outro lado, a Dimensão 2 caracterizou os grupos em função dos diferentes tipos de princípios distributivos utilizados em nível de micro e de macrojustiça e de sua associação com as dimensões da empatia. É importante frisar que a interpretação dos planos subseqüentes (1*3 e 2*3) também produz subsídios importantes para compreensão dos fenômenos em estudo, embora remeta para uma análise com traços mais específicos (idem).

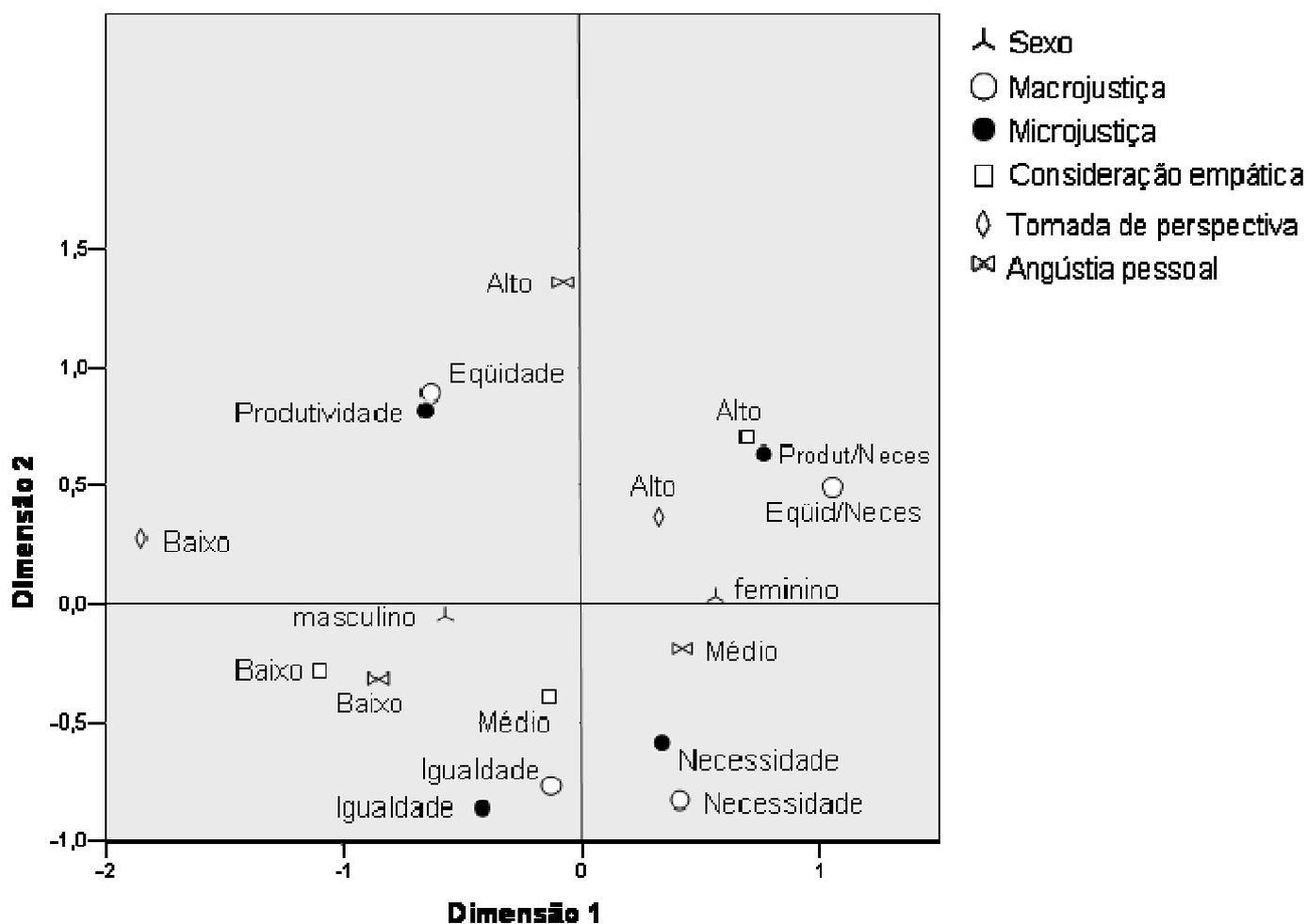
Considerando que o exame dos planos deve privilegiar as variáveis com maior poder de discriminação nas dimensões que compõem o plano em questão, além das categorias com quantificações mais elevadas, optou-se, inicialmente, por retirar as variáveis tipo de escola e idade da análise do plano 1*2 para facilitar a visualização dos grupos formados a partir do cruzamento dessas duas dimensões.

Conforme ilustra a Figura 12, à primeira vista identificou-se um grupo (Q1) caracterizado por indivíduos com nível elevado de consideração empática e de tomada de perspectiva, e que consideravam os princípios da equidade/ necessidade e da produtividade/ necessidade como sendo os mais justos para serem utilizados em nível de macro e de microjustiça. No quadrante 3 observa-se que os níveis baixos de angústia pessoal e de consideração empática foram variáveis que caracterizaram bem os homens. A análise do Plano 1*2 evidenciou ainda a existência de um grupo de respondentes que adotaram o

princípio da igualdade para resolver a situação-problema e para distribuir a renda na sociedade e que tiveram nível médio de consideração empática.

Por fim, a dispersão dos pontos no segundo e quarto quadrantes sugere que os respondentes que usaram a questão da produtividade para justificar a distribuição do dinheiro entre os trabalhadores (microjustiça) também indicaram o princípio da equidade como sendo o mais justo para distribuir a renda na sociedade (macrojustiça), e que este grupo se opõem àquele formado pelos participantes que escolheram o princípio da necessidade como sendo o mais justo tanto em nível de micro quanto de macrojustiça.

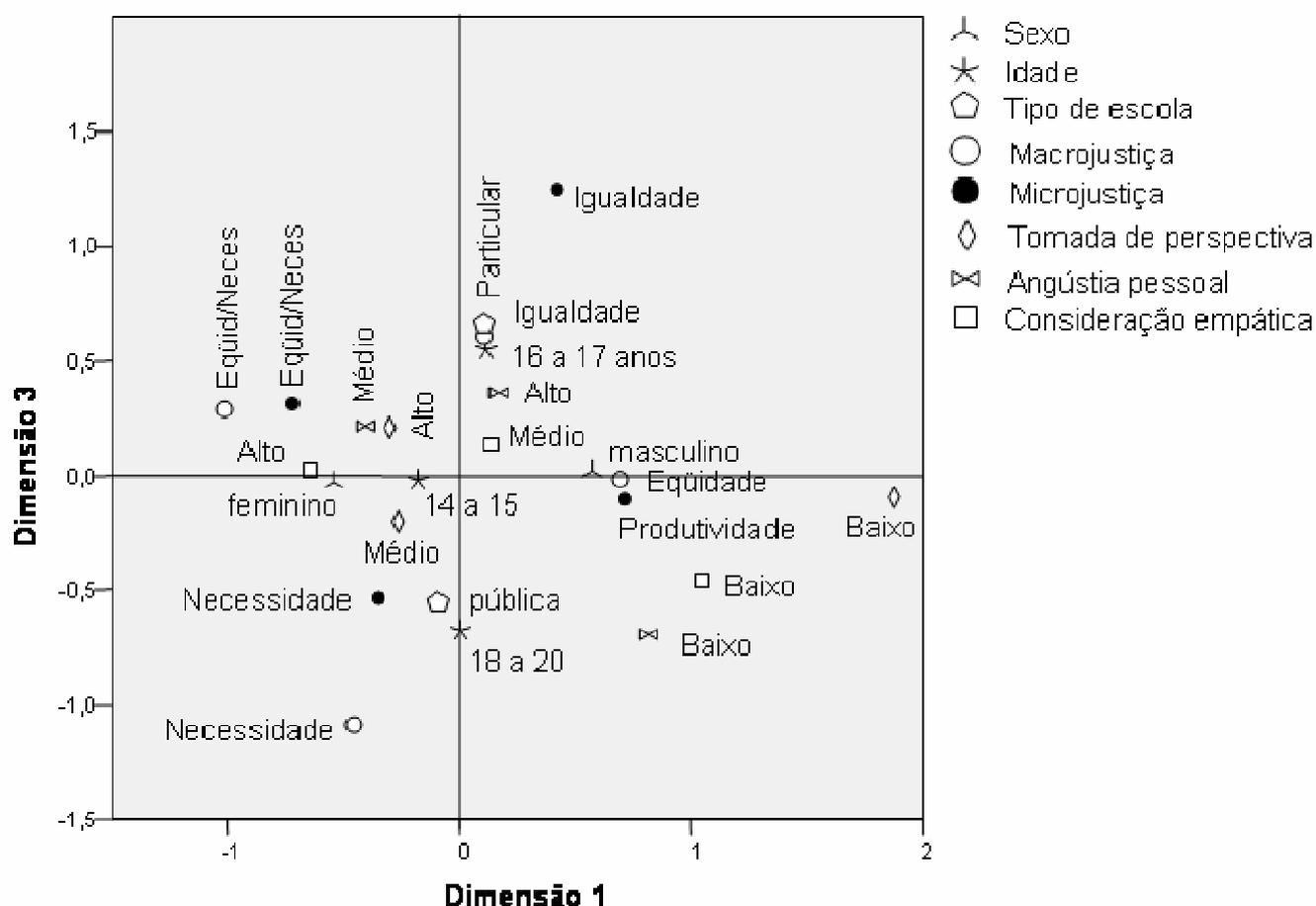
Figura 12: disposição das categorias no Plano 1*2



Tendo-se identificado a existência de perfis distintos no Plano 1*2, procedeu-se a análise do plano formado pelas Dimensões 1 e 3, a fim de examinar se a inclusão desta última dimensão contribuía para a compreensão das relações entre justiça distributiva, empatia e variáveis sócio-demográficas. Lembra-se que a Dimensão 3 caracterizou os respondentes em função da idade, tipo de escola e princípios distributivos utilizados para justificar a resolução da situação-problema (microjustiça) e aqueles apontados como sendo mais justos para distribuir a renda na sociedade (macrojustiça).

Como pode ser observado na Figura 13, o Plano 1*3 evidencia a caracterização do grupo das mulheres em função dos altos níveis de consideração empática e tomada de perspectiva, do nível médio de angústia pessoal e da utilização dos princípios da equidade/ necessidade (macrojustiça) e produtividade/ necessidade (microjustiça). Por outro lado, a inserção da Dimensão 3, possibilitou visualizar um perfil não identificado no Plano 1*2 que é aquele formado por homens com baixo nível de consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal, e que apontaram a equidade (macro) e a produtividade (microjustiça) como sendo os princípios distributivos mais justos (ver associação entre as variáveis nos quadrantes 1 e 4).

Figura 13: disposição das categorias no Plano 1*3

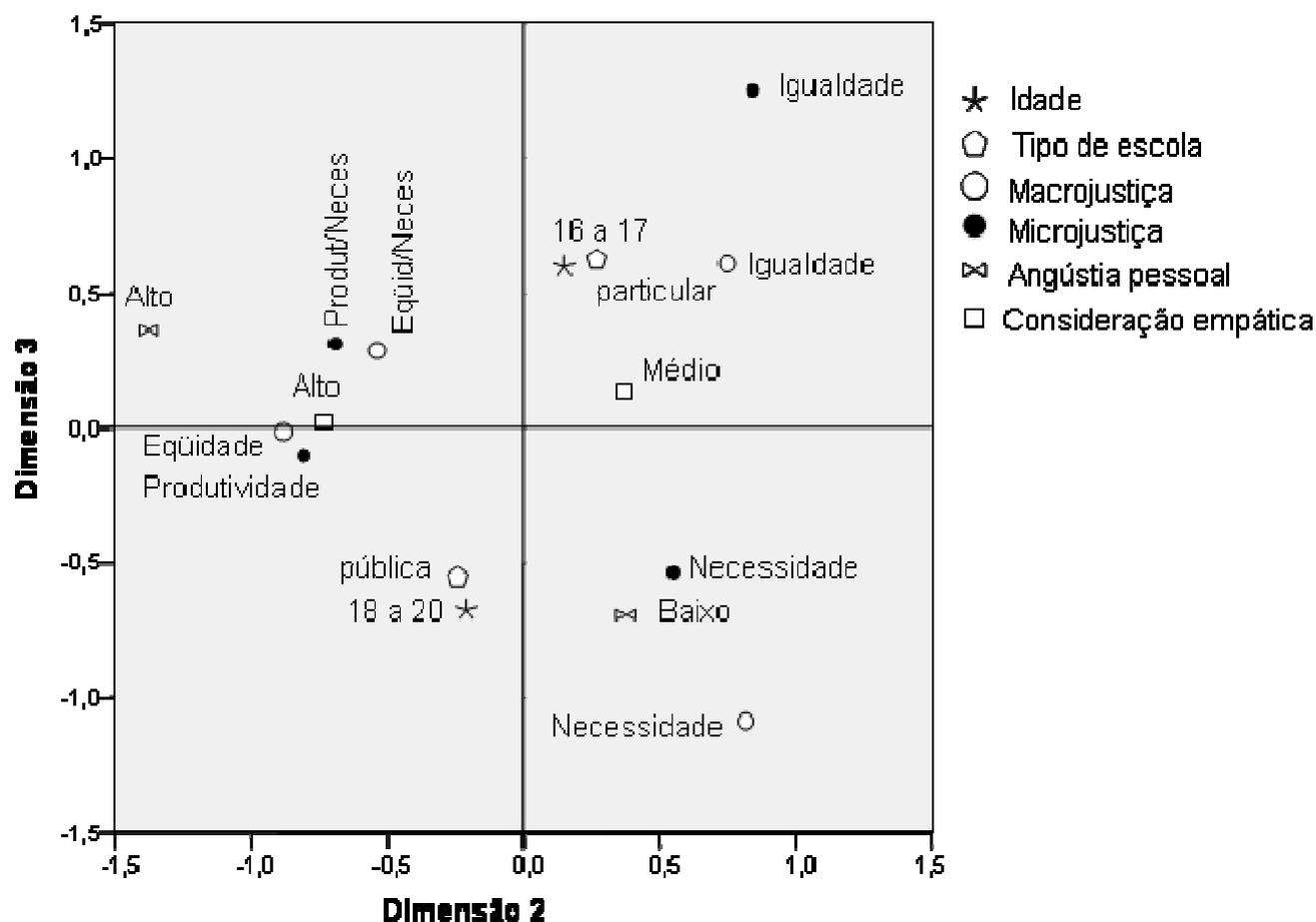


Além disso, a análise do Plano 1*3 sugere a existência de perfis relacionados à idade, o tipo de escola e aos princípios distributivos utilizados. Mais especificamente, no primeiro quadrante observa-se um grupo formado por estudantes de escola particular, com idade variando entre 16 e 17 anos e que informaram que o igualitarismo era a maneira mais justa de distribuir a renda na sociedade (macrojustiça) e para resolver a situação-problema (microjustiça). Este grupo se relaciona de maneira antagônica com àquele formado por estudantes de escola pública, idades variando entre 18 e 20 anos e que usaram o princípio da necessidade tanto em nível de micro quanto de macrojustiça.

No que se refere ao Plano 2*3, assim como nas situações anteriores, a análise levou em conta apenas as variáveis com medidas discriminatórias elevadas para as dimensões 2 e 3,

assim como as categorias cujas quantificações indicavam boa capacidade de diferenciação dos grupos. Neste sentido, na Figura 14 as categorias que não se adequavam a este critério foram removidas para facilitar a visualização dos grupos dispostos no referido plano.

Figura 14: disposição das categorias no Plano 2*3



A leitura do Plano 2*3 (Figura 14) ratificou as análises feitas anteriormente, pois se identificou dois perfis distintos e opostos entre si: um composto por estudantes de escola particular, com idades variando entre 16 e 17 anos e que usaram mais freqüentemente o princípio da igualdade para justificar suas respostas (Q1), e o outro formado por estudantes de escola pública, com idades variando entre 18 e 20, e que adotaram mais freqüentemente o princípio da necessidade (Q3 e Q4).

Além disso, o Plano 2*3 evidencia a existência de um grupo composto por respondentes com nível alto de consideração empática e de angústia pessoal, e que apontaram princípios ligados à equidade/ necessidade e à produtividade como sendo os mais justos para resolver a situação-problema e para distribuir a renda na sociedade. A análise da proximidade de alguns centróides dispostos nos quadrantes 2 e 3 sugere também a existência de um grupo de sujeitos com nível elevado de consideração empática e que afirmaram que os princípios da equidade e da produtividade eram os mais justos para resolver a situação-problema e para distribuir a renda na sociedade.

De uma maneira geral, a análise Homals permitiu identificar grupos homogêneos de indivíduos, os quais compartilham determinadas características relacionadas a aspectos sócio-demográficos (sexo, idade e tipo de escola), componentes afetivos/ cognitivos da empatia (tomada de perspectiva, consideração empática e angústia pessoal) e à justiça distributiva. Mais especificamente, constatou-se haver uma relação consistente entre o sexo, a empatia e os julgamentos distributivos (Plano 1*2), entre o tipo de escola e os princípios distributivos usados em nível de micro e de macrojustiça (Planos 1*3 e 2*3), e entre a empatia e os julgamentos de justiça distributiva (Planos 1*2, 1*3 e 2*3).

7.5. Discussão

Assim como no primeiro estudo, os resultados evidenciaram que os dois principais condicionantes (necessidade e produtividade) foram usados pelos respondentes como variáveis a serem ponderadas conjuntamente no momento em que eles estavam tomando suas decisões distributivas. Conforme constatado, ao passo em que o personagem TR4 (F6.P200), que tinha os maiores níveis de necessidade e produtividade simultaneamente recebeu a maior quantidade de dinheiro, TR3 (F0.P50) recebeu menos dinheiro, pois tinha o menor número de filhos e o mais baixo índice de produtividade simultaneamente. Além disso, observaram-se diferenças nas quantidades de dinheiro distribuídas entre os personagens em função do nível

de necessidade, em função do nível de produtividade. Esses dados indicam que, de uma maneira geral, os respondentes foram sensíveis e consideraram as variações apresentadas nos níveis de necessidade e produtividade, enquanto tomavam suas decisões.

Além disso, as análises demonstraram que, apesar de haver uma predileção por um dos princípios distributivos, os adolescentes tentaram conciliar dois ou mais destes, o que refuta, uma vez mais, as teorias unidimensionais (ADAMS, 1965; WALSTER et al. 1973) e corrobora os modelos multidimensionais da justiça distributiva (DEUTSCH, 1989; MOONEY, 1986; PIAGET, 1932/1994). Evidenciou-se haver diferenças entre o que os adolescentes julgavam ser mais justo em nível de microjustiça e o que consideravam ser justo em nível de macrojustiça, pois enquanto que para resolver a situação-problema houve uma tendência muito forte em utilizar e defender o princípio da necessidade, ao serem questionados sobre a distribuição de renda na sociedade a maioria dos participantes afirmou que uma distribuição mais justa seria baseada na equidade, o que confirma os achados do primeiro estudo e reforçam os pressupostos de Barret-Howard e Tyler (1986) e Skarzyska (2001).

É importante destacar, ainda, que a justiça equitativa defendida pelos participantes deste estudo aproxima-se mais de uma concepção piagetiana de equidade, do que daquela advogada por Adams (1965) e Walster (WALSTER et al. 1973). De uma maneira geral, os adolescentes enfatizaram a necessidade de se considerar o esforço pessoal, assim como outras variáveis, como a própria necessidade e a quantidade de bens disponíveis, além de fazer ponderações acerca das conseqüências materiais e psicológicas que as decisões distributivas podiam ter sobre as pessoas. Assim, os dados encontrados no presente estudo dão indícios de que os raciocínios sobre justiça distributiva tornam-se mais complexos no início da vida adulta e que este tipo de julgamento é bem mais sofisticado nesta idade do que o que foi observado a partir de pesquisas com crianças (DAMON, 1977; 1980; SALES, 2000;

DELL'AGLIO; HUTZ; CONTI; VARGAS, 2001; ENRIGHT et al., 1984; LEVENTHAL; LANE, 1970; PIAGET, 1932/1994; SIGELMAN; WAITZMAN, 1991; WONG; NUNES, 2003; SAMPAIO, 2004).

Outro dado interessante é o que se refere à utilização de um tipo de justificativa na qual os respondentes, ao invés de usar o princípio da produtividade para premiar ou punir os personagens, usavam um tipo de raciocínio visando a proteção do bem-estar daqueles que haviam produzido abaixo da meta da empresa. Este tipo de raciocínio foi categorizado como compaixão, pois os adolescentes que o utilizaram afirmaram que apesar de não ter muita certeza sobre o porquê da distribuição que fizeram, disseram ter decidido ajudar os personagens com produtividade baixa (50 pontos), temendo que eles fossem demitidos e tivessem que passar necessidades. Esse tipo de justificativa evidencia, mais uma vez, que os participantes utilizaram os dois principais condicionantes como variáveis a serem ponderadas na hora de tomar suas decisões distributivas, ao invés de se concentrarem apenas no nível de contribuição (*inputs*) dos envolvidos ou na quantidade de filhos.

No que se refere aos efeitos das variáveis sócio-demográficas, observou-se que o sexo exerceu influência significativa sobre a distribuição de dinheiro entre os personagens, no sentido de que as mulheres deram mais dinheiro a TR4 (F6.P50), TR1 (F6.P100) e TR2 (F3.P50) que os homens. Os dois primeiros tinham o maior nível de necessidade e produtividade normal, ou abaixo da exigida pela empresa, enquanto que o terceiro tinha uma quantidade média de filhos e um nível de produtividade abaixo do normal. Esses resultados são indicativos de que os julgamentos distributivos das mulheres são, efetivamente, norteados por uma preocupação com o cuidado e bem estar dos envolvidos, havendo, portanto, uma priorização dos aspectos ligados à necessidade de quem recebe os *outcomes* distribuídos, pois, ao mesmo tempo em que elas privilegiaram personagens que tinham mais filhos, favoreceram outros que tinham menor nível de produtividade.

Com base nesses resultados, julga-se que as adolescentes, ao invés de terem procurado estabelecer uma distribuição eqüitativa (nos moldes da teoria de Adams e Walster), usaram o nível de produtividade para proteger os personagens que haviam ficado abaixo da meta estabelecida pela empresa, dando-lhes uma ajuda adicional, por medo de que os trabalhadores viessem a sofrer algum tipo de sanção por parte de seus empregadores.

Os homens, por sua vez, deram mais dinheiro do que as mulheres aos personagens que conseguiram ultrapassar a meta estabelecida pela empresa [TR4(F6.P200), TR7(F3.P200) e TR9(F0.P200)] que as mulheres, o que indica que eles, mais do que elas, preocuparam-se em recompensar aqueles que haviam sido mais eficientes e produzido mais. Vale lembrar que, apesar destas diferenças intergrupos, outras análises demonstraram que tanto os homens quanto as mulheres foram sensíveis às diferenças nos níveis de produtividade e de necessidade, e que quando a primeira característica era mantida constante eles passavam a utilizar o número de filhos como critério distributivo.

As análises sobre as justificativas dadas para a resolução da situação-problema, bem como a indicação do princípio que seria mais justo de ser aplicado na sociedade, reforçaram o que foi observado nas análises quantitativas, pois se observou que as adolescentes utilizaram mais freqüentemente o princípio da necessidade que os adolescentes nos dois níveis de justiça. No que se refere especificamente à distribuição de renda na sociedade, os resultados demonstraram que a eqüidade foi o princípio indicado como sendo o mais justo pela maioria dos homens e que dentre as mulheres a maioria apontou a igualdade como sendo o mais justo, apesar de não haver diferenças significativas nas freqüências de utilização dos princípios distributivos.

Estes resultados corroboram as evidências do primeiro estudo e de pesquisas anteriores (HUTZ; CONTI; VARGAS, 1994; JACKSON; MESSE; HUNTER, 1985; LAMM;

SCHWINGER, 1980; LEVENTHAL; LANE, 1970), reforçando a tese sobre a existência de diferenças de gênero no julgamento e comportamentos sócio-morais (GILLIGAN 1982).

No que se refere ao tipo de escola e à idade dos respondentes, observou-se que essas variáveis parecem não ter exercido influência significativa sobre as quantidades de dinheiro distribuídas entre os personagens da situação-problema. Apesar de ter sido constatado que os estudantes de escola pública e que os adolescentes com idade entre 18 e 20 anos foram os que utilizaram mais freqüentemente o princípio da necessidade, o teste do Qui-quadrado indicou que não houve diferenças significativas quando se compararam os dois tipos de escola e quando se comparam as três faixas etárias. No caso da primeira variável, julga-se que este resultado indica que as diferenças evidenciadas no primeiro estudo podem ter sido realmente uma decorrência da distribuição amostral, pois a maioria dos estudantes de escola pública eram mulheres.

Quanto às diferenças em decorrência da idade, observou-se que houve diferença entre os respondentes das três faixas etárias apenas no que se refere ao dinheiro dado a TR4 (F6.P200), no sentido que os mais novos (14 a 15 anos) deram menos a esse trabalhador que os adolescentes mais velhos. Esse resultado pode ser um indicativo de que os mais jovens não deram tanta importância ao fato de que este personagem era o que tinha maiores níveis de produtividade e necessidade ao mesmo tempo quanto os mais velhos. Todavia, faz-se necessário estabelecer uma ressalva, pois, como visto, de uma maneira geral, a idade não parece ter exercido influência significativa sobre a maneira como o dinheiro foi distribuído entre os personagens.

Apesar destes resultados refutarem os achados do primeiro estudo, considera-se que algumas conclusões apresentadas anteriormente podem ter sido confirmadas. No primeiro estudo, constatou-se que houve um efeito significativo da idade sobre os níveis de consideração empática e tomada de perspectiva, no sentido de se verificar que os participantes

mais velhos alcançaram índices mais elevados nessas dimensões do que os mais novos. Além disso, observou-se que os respondentes mais velhos favoreceram os personagens com maior necessidade e que os mais novos deram mais dinheiro àqueles que haviam produzido mais.

Como sugerido anteriormente, as diferenças na distribuição do dinheiro em função da idade podem ter ocorrido por efeito no aumento da capacidade de empatizar e de tomar a perspectiva dos envolvidos na situação de distribuição. Segundo as hipóteses levantadas no estudo anterior, a evolução nestas duas habilidades faria com que julgamentos eqüitativos que priorizavam apenas as contribuições (*inputs*) dos envolvidos fossem transformados em julgamentos nos quais esses aspectos eram levados em conta, mas apenas como parte das informações a serem ponderadas. Neste caso, as condições e características pessoais dos envolvidos passariam a figurar como fatores importantes para a tomada de decisões distributivas, o que faria com que os julgamentos distributivos baseados na “igualdade proporcional” fossem transformados em julgamentos eqüitativos, segundo o modelo piagetiano (1932/1994).

No presente estudo, ao contrário do que aconteceu na primeira pesquisa, não houve diferenças significativas entre as faixas etárias no nível geral de empatia e em nenhuma das subescalas do EMRI e, conforme a hipótese supracitada, isto pode ajudar a explicar porque não foram observadas diferenças na distribuição de dinheiro entre os personagens em função da idade.

Apesar de não se poder explicar, efetivamente, porque a idade não influenciou os afetos empáticos, mas tomando-se como base os modelos psicogenéticos de Hoffman (1987; 1989a; 1991) e Piaget (1932/1994), e considerando que as amostras foram extraídas de diferentes populações, supõe-se que a homogeneidade entre elas poderia ser realmente não encontrada. Vale lembrar que para estes autores o desenvolvimento da cognição e da afetividade está associado a diversos fatores e que a maturação é responsável apenas por abrir

um campo de possibilidades, as quais só serão atualizadas se certas condições de experiência física e social ocorrerem ao longo da vida (PIAGET, 1964: p.102). Nesse sentido, não se poderia esperar que os afetos empáticos evoluíssem “automaticamente” na medida em que a idade avançou, pois existe uma série de variáveis que podem estar associadas a esse processo de desenvolvimento, mas que, por não fazerem parte do escopo de investigação deste trabalho, não foram investigadas.

Ainda com relação à justiça distributiva, é importante citar que as situações-problema utilizadas nos dois estudos podem ter sido um dos fatores responsáveis pelas diferenças nos resultados encontrados nos dois estudos, pois no primeiro havia mais pistas situacionais sobre o nível de necessidade dos personagens (como, por exemplo, a informação sobre o bairro em que eles residiam e o que iriam fazer com o dinheiro), do que no segundo estudo, no qual se mencionava apenas a quantidade de filhos de cada trabalhador. É possível que nesta pesquisa os participantes não tenham usado o número de filhos como uma evidência tão forte do nível de necessidade quanto os respondentes da primeira pesquisa, pois uma pessoa com um bom nível sócio-econômico pode até ter três ou seis filhos, mas dificilmente alguém nestas condições irá morar em favelas da cidade ou usar o dinheiro que ganhar apenas para comprar comida.

Assim, mesmo considerando que havia diferenças no nível de necessidade dos personagens do segundo estudo, estas podem ter sido menos evidentes ou menos fortes do que na situação-problema do primeiro estudo e, segundo Hoffman (1987, 1991), em estágios de desenvolvimento mais avançados as informações fornecidas verbalmente funcionam como pistas situacionais que influenciam fortemente o grau de ativação das emoções empáticas e, conseqüentemente, os julgamentos distributivos.

De uma maneira geral, os dados sobre a avaliação a respeito do grau de justiça distributiva e de justiça processual demonstraram que os participantes distinguiram estas duas

noções de justiça, assim como havia sido evidenciado por estudos anteriores (BARRETT-HOWARD; TYLER, 1986; COLQUITT, 2001; VAN DEN BOS; VERMUNT; WILKE, 1997) e de acordo com o que foi sugerido no primeiro capítulo. Além disso, observou-se que eles julgaram que os critérios e procedimentos utilizados por eles foram mais justos que a distribuição dos valores propriamente ditos. Julga-se que este fato pode ter ocorrido por conta do próprio desenho experimental utilizado na pesquisa, no sentido de que para alguns participantes pode ter sido difícil encontrar uma solução matemática que representasse bem o modelo distributivo que eles consideravam ser mais justo.

A esse respeito, vale lembrar que alguns disseram que os valores dados aos personagens não haviam sido tão justos assim, porque gostariam que houvesse mais dinheiro disponível para ajudar os que tinham mais filhos, ou para futuramente dar um bônus para quem havia produzido mais. De qualquer maneira, considera-se que esses dados são pertinentes porque eles sugerem que em determinados contextos a justiça processual pode ser tão importante quanto a justiça distributiva, influenciando tanto quanto ou mais os julgamentos sócio-morais (ASSMAR; FERREIRA, 2005). Assim, faz-se necessário a realização de outras pesquisas para que se compreenda melhor como essas dimensões estão relacionadas aos julgamentos de justiça.

Como no primeiro estudo, não foram identificados efeitos significativos da tomada de perspectiva sobre os julgamentos e atitudes distributivas dos respondentes e, de acordo com os pressupostos teóricos desta pesquisa, tais diferenças realmente não deveriam ocorrer, a menos que houvesse uma diferença maior entre as idades (etapas de desenvolvimento) dos participantes. Nessa direção, supõe-se que os efeitos desta habilidade cognitiva não tenham ocorrido por que os participantes dessa pesquisa estavam todos num mesmo estágio de desenvolvimento e compartilhavam, portanto, o mesmo tipo de estrutura cognitiva. Como sugerem os resultados, as diferenças em seus julgamentos distributivos parecem ter ocorrido

mais por efeito dos aspectos energéticos das emoções empáticas do que por fatores estruturais propriamente ditos (PIAGET, 1954/2001; 1962).

Por outro lado, as análises acerca da influência da empatia sobre a justiça distributiva corroboraram a teoria de Hoffman (1987, 1989, 1991) e confirmaram o que já havia sido observado no primeiro estudo. Constatou-se que houve correlações positivas entre os afetos empáticos (dimensões afetivas do EMRI) e o dinheiro dado a TR1 (F6.P100), TR5 (F6.P50) e TR2 (F3.P50), e correlações negativas entre as dimensões da empatia e o dinheiro dado a TR9 (F0.P200), TR7 (F3.P200) e TR4 (F6.P200), o que significa que quanto maior o nível de empatia (EMRI), consideração empática (CE) e angústia pessoal (AP), maior foi a tendência dos participantes em priorizar a necessidade dos personagens, em detrimento de sua produtividade.

Todavia, pode-se questionar como explicar a correlação positiva entre os afetos empáticos e o dinheiro dado a TR2 (F3.P50), bem como a correlação negativa destes com o dinheiro dado a TR4 (F6.P200)? Julga-se que os respondentes com maiores níveis de EMRI, CE e AP preocuparam-se em ajudar os trabalhadores que haviam produzido abaixo do estabelecido pela empresa e que possuíam filhos, no caso TR5 (F6.P50) e TR2 (F3.P50), por medo de que os filhos passassem necessidade ou que esses personagens fossem punidos pela empresa. Por outro lado, estes mesmos respondentes tenham julgado que por TR4 (F6.P200) ser muito eficiente não precisaria de ajuda adicional, mesmo tendo seis filhos.

Outros dados demonstraram que houve diferenças significativas nas quantidades de dinheiro distribuídas entre os personagens, em função dos níveis de empatia, consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal. Mais especificamente constatou-se que respondentes com alto nível de EMRI deram mais dinheiro a TR1 (F6.P100), TR5 (F6.P50) e TR2 (F3.P50) que os de nível baixo e que os de nível baixo deram mais dinheiro aos trabalhadores com o mais alto índice de produtividade [TR4 (F6.P200) e TR7 (F3.P200)].

Esses resultados confirmam a hipótese levantada anteriormente sobre a empatia estar associada a uma maior preocupação com a necessidade e o cuidado para com as pessoas, em detrimento das suas contribuições.

De acordo com a teoria de Hoffman (1991) e Davis (1983), dever-se-ia esperar uma associação mais forte ainda entre consideração empática e o cuidado/ necessidade, e isto é justamente o que foi evidenciado nos resultados. Observou-se que participantes com baixo nível de CE deram mais dinheiro aos trabalhadores que haviam atingido o nível máximo de produtividade (200 pontos), enquanto que os de nível médio e alto optaram por ajudar quem tinha mais filhos [TR1 (F6.P100) e TR5 (F6.P50)] e quem tinha três filhos, mas não havia conseguido trabalhar tanto quanto a empresa exigia [TR2 (F3.P50) e TR5 (F6.P50)]. Esses resultados corroboram a hipótese de que a consideração empática tem, efetivamente, poder para mobilizar o comportamento de ajuda em direção às pessoas que são alvo da empatia (BATSON et al., 1981; DAVIS, 1983; HOFFMAN, 1989a, 1991).

Outros dados provenientes de comparações entre personagens com mesmo nível de necessidade e entre personagens com mesmo nível de produtividade demonstraram efeitos significativos da empatia sobre a justiça distributiva. Mais especificamente, constatou-se que quando o nível de necessidade era mantido constante, mas havia variação na produtividade, os respondentes dos três níveis de consideração empática (CE) distribuíam diferentemente o dinheiro entre os personagens com mesmo número de filhos. Por outro lado, quando havia um mesmo nível de produtividade, mas variava-se a quantidade de filhos dos personagens, apenas os que tinham nível médio e alto de CE mudavam significativamente a maneira como distribuíam o dinheiro.

Esses resultados indicam que, independentemente do nível de CE, os participantes foram sensíveis às diferenças na produtividade e buscaram distribuir o dinheiro de acordo com quanto cada um havia produzido, mas que apenas aqueles com nível médio e alto

levaram em consideração também o nível de necessidade dos trabalhadores. Em outras palavras, a motivação produzida por maiores níveis de consideração empática fez com que os adolescentes usassem ambos os tipos de informação disponíveis na situação-problema (necessidade e produtividade) como variáveis importantes de serem ponderadas durante os julgamentos distributivos.

Além de exercer influência sobre os julgamentos e o comportamento distributivo dos respondentes, outras análises sugerem que a consideração empática também esteve associada à percepção sobre o grau de justiça distributiva e processual usados durante a resolução da situação-problema. Estas análises demonstraram que os respondentes com nível médio e alto de CE avaliaram mais positivamente as justiças distributiva e processual que os de nível baixo. É possível que, além de fornecer motivação para o indivíduo defender e escolher determinados princípios distributivos, a consideração empática tenha influenciado os julgamentos morais fazendo com que os indivíduos ficassem mais convictos de que estavam fazendo a coisa certa ou mais justa, ajudando outras pessoas.

Diferentemente do primeiro estudo, a angústia pessoal parece não ter influenciado tanto as decisões distributivas dos respondentes. Apesar de terem existido correlações negativas entre este construto e o dinheiro dado aos muito produtivos e correlações positivas com o dinheiro dado aos personagens mais necessitados, apenas no que se refere ao que foi dado a TR7 (F3.P200) é que se observaram diferenças em função do nível de AP, no sentido de que os de nível baixo deram mais dinheiro que os de nível médio e alto. Pode-se inferir que níveis mais altos de AP estejam associados a um comportamento semelhante àquele observado no primeiro estudo, ou seja, o de evitar beneficiar quem tem muita produtividade. Contudo, mesmo tendo se observado que as quantidades médias de dinheiro dadas por sujeitos com baixa angústia pessoal aos personagens com produtividade 200 (TR4, TR7 e

TR9) foram superiores às médias dos respondentes com nível médio e alto de AP, os testes demonstraram que as diferenças entre essas médias não são significativas.

Os resultados produzidos a partir das comparações das tríades de trabalhadores (Grupos G1, G2, G3, ect) indicam que tanto a produtividade quanto a necessidade influenciaram significativamente as decisões de indivíduos com baixo e médio nível de angústia pessoal, mas que os de nível alto, por sua vez, variaram as quantidades de dinheiro distribuídas em função da produtividade apenas quando o nível de necessidade era o máximo possível, ou seja, quando os personagens tinham seis filhos [TR5(F6.P50), TR1(F6.P100) e TR4(F6.P200)]. Estes resultados sugerem que indivíduos com alto nível de angústia pessoal só adotaram um segundo critério distributivo quando as pistas situacionais tornaram-se muito evidentes e só após terem esgotado as possibilidades de aplicação do primeiro critério, o qual era, nesse caso, a necessidade. Vale lembrar ainda que na primeira pesquisa as informações sobre o maior ou menor nível de necessidade dos personagens eram muito mais explícitos, havendo indícios claros de que alguns trabalhadores eram muito pobres e outros não necessitados, coisa que não se repetiu neste segundo estudo.

Cita-se ainda que, segundo Batson et al. (1981) e Davis (1983), a angústia pessoal é um tipo de sentimento empático voltado para o *self*, sendo mais egoísta que a consideração empática e só se relacionando ao comportamento de ajuda na medida em que traz o alívio da sensação de desconforto para o próprio indivíduo. Todavia, o que se deseja focar nessa discussão é a influência dos afetos empáticos sobre a justiça e não a natureza (egoísta ou altruísta) da motivação produzida pelos diferentes afetos empáticos, até porque a investigação empírica deste tipo de reação afetiva é de difícil operacionalização e qualquer interpretação sobre a motivação envolvida nos comportamentos morais deve ser bastante cautelosa (BATSON et al., 1987a).

Tomando-se, então, as diferenças na quantidade de dinheiro distribuída entre os personagens como índice dos raciocínios distributivos, pode-se supor que níveis mais elevados de angústia pessoal fizeram com que os adolescentes evitassem favorecer alguém mais eficiente no trabalho que não precisava de tanto, mas que essa mobilização não foi tão forte quanto àquela produzida pela consideração empática a ponto de ser traduzida em um tratamento diferenciado para com os personagens. É possível também que alguns adolescentes até tenham pretendido ajudar os trabalhadores que mais precisavam, mas que as sensações de desconforto/ incômodo provocadas por altos níveis de angústia pessoal tenham atrapalhado seus julgamentos e decisões, fazendo com que eles fossem pouco eficazes na hora de ajudar quem mais precisava.

Esta hipótese baseia-se nos dados apresentados por Hoffman (1989a, 1989b, 1991) sobre a existência desse efeito negativo das reações emocionais provocadas pela angústia pessoal sobre os julgamentos sócio-morais e na própria análise dos itens utilizados para mensurar esta dimensão do EMRI. Observa-se que os mesmos estão relacionados a algum tipo de comprometimento na capacidade de tomada de decisão quando o indivíduo se encontra em situações estressantes (Ex: “*Em situações de emergência, eu me sinto ansioso e desconfortável*”; “*Às vezes, eu me sinto desconfortável quando estou no meio de uma situação muito emotiva*”; “*Estar em uma situação emocional tensa assusta-me.*”; “*Eu tendo a perder o controle durante emergências.*”).

Mais uma vez, se põe em discussão os diferentes papéis que a consideração empática e a angústia pessoal podem ter sobre os raciocínios sócio-morais, uma vez que, enquanto a consideração empática parece ter, efetivamente, deixado os respondentes mais sensíveis a necessidade dos trabalhadores, sem que para isso fosse preciso desconsiderar o seu esforço pessoal, o papel da angústia pessoal em relação à justiça distributiva ainda não está completamente esclarecido. Neste sentido, como sinalizado no primeiro estudo, faz-se

necessário a realização de outras pesquisas para que se possa investigar melhor a natureza da angústia pessoal e de seu papel na empatia, e para que se tenha maior clareza a respeito de suas relações com o comportamento sócio-moral, especialmente no que se refere a amostras brasileiras (RIBEIRO; KOLLER; CAMINO, 2002).

Importante citar ainda que a aplicação da análise multivariada (Homals) permitiu corroborar alguns resultados observados nas análises univariadas, além de fornecer informações importantes a respeito do efeito conjunto das principais variáveis investigadas no presente estudo. Como constatado, a Homals apontou para a existência de perfis que caracterizavam os sujeitos a partir das relações entre diferentes variáveis como sexo, julgamentos distributivos e empatia, entre julgamentos distributivos e as dimensões afetivas da empatia, e entre o tipo de escola, a idade e os tipos de princípios utilizados para resolver a situação-problema e escolhidos como mais justos para distribuir a renda na sociedade.

Analisando-se mais detidamente estes perfis, constatou-se que as mulheres caracterizaram-se como tendo alto nível de consideração empática e de tomada de perspectiva, nível médio de angústia pessoal e por utilizarem mais freqüentemente os princípios da equidade/ necessidade, necessidade. O sexo masculino, por sua vez, esteve associado a baixos níveis de consideração empática e angústia pessoal. Conforme citado na revisão de literatura, estudos anteriores (DAVIS, 1983; EISENBERG; ZHOU; KOHLER, 2001; ENZ; ZOLL, 2006; ESCRIVÁ; NAVARRO; GARCIA, 2004; RIBEIRO; KOLLER; CAMINO, 2002) indicaram que as mulheres tendem a alcançar escores mais elevados em medidas auto-avaliativas da empatia do que os homens, e que, em situações que envolvam dilemas distributivos, elas tendem a buscar proteger o bem-estar e a felicidade dos envolvidos, enquanto que eles a valorizar o quanto as pessoas se esforçam e seu nível de colaboração com os *outcomes* (HUTZ; CONTI; VARGAS, 1994; JACKSON; MESSE; HUNTER, 1985; LAMM; SCHWINGER, 1980; LEVENTHAL; LANE, 1970).

Julga-se que a maior preferência pelo princípio da equidade/ necessidade reflete justamente esta preocupação “conciliatória” feminina, pois o mesmo permite-lhes se comprometerem com as duas principais características presentes na situação-experimental utilizada, valorizar o esforço de quem produziu mais e atender as necessidades daqueles que mais precisam. Por outro lado, a análise do Plano 1*3 evidenciou a existência de um grupo de homens com baixos níveis de consideração empática, de angústia pessoal e de tomada de perspectiva, e que escolheram a produtividade dos trabalhadores e a equidade como critérios mais justos para resolver a situação-problema e para distribuir a renda na sociedade.

Além disso, essa análise indicou que os sujeitos com escores baixos nas medidas de empatia não foram mobilizados afetivamente pela condição de maior necessidade dos trabalhadores na situação-experimental e nem pela condição de pobreza de algumas pessoas da nossa sociedade. Julga-se que suas respostas refletem uma adesão a valores individualistas, que priorizam o nível de contribuição das pessoas em detrimento de suas necessidades pessoais, o que aproxima sua noção de justiça distributiva daquela pregada pelos autores da Teoria da Equidade.

Estes resultados complementam o que foi evidenciado nas análises univariadas, nas quais se constatou que respondentes com escores inferiores nas medidas de empatia tendiam a dar mais dinheiro aos personagens que haviam produzido mais, evidenciando que este tipo de reação vicária pode influenciar tanto os julgamentos quanto o comportamento distributivo propriamente dito. Todavia, deve-se fazer a ressalva que a associação entre os baixos níveis de CE, TP e AP, e os princípios ligados à produtividade foi evidenciada apenas no grupo dos homens e que estudos posteriores devem investigar se as mulheres também são passíveis de sofrer este tipo de influência.

Um resultado interessante produzido pela Homals foi o da existência de um grupo de indivíduos caracterizados por terem níveis elevados de consideração empática e tomada de

perspectiva, e por preferirem princípios nos quais se leva em conta tanto a produtividade quanto a necessidade das pessoas (Plano 1*2). Como discutido anteriormente, uma capacidade de tomada de perspectiva elevada permite ao sujeito analisar a situação a partir de diferentes pontos de vista, considerando as características pessoais de todos os envolvidos na situação de distribuição e a ser mais responsivo a pistas situacionais verbais disponíveis. Um nível elevado de consideração empática, a seu tempo, tornaria o indivíduo mais sensível e predisposto a atuar no sentido de favorecer pessoas que são alvo desse sentimento empático.

Neste sentido, para esses sujeitos a capacidade elevada de tomada de perspectiva pode ter atuado como mediadora da motivação gerada pela consideração empática, evitando que eles escolhessem princípios que favorecessem apenas uma das partes, ao mesmo tempo em que prejudicariam a outra. Assim, a noção de justiça desses respondentes pode ter estado associada a uma preocupação em conseguir coordenar os interesses, demandas e características de todos os envolvidos nas situações de distribuição propostas no presente estudo.

O Plano 2*3 revelou a existência de um grupo constituído por respondentes com alto nível de consideração empática e que apontaram a produtividade e a equidade como princípios distributivos mais justos. Considera-se que esses dados evidenciam, uma vez mais, a capacidade que a empatia tem para dirigir os julgamentos sócio-morais, corroborando alguns estudos citados na revisão de literatura.

Sobre essa questão, ressalta-se que apesar dos itens relacionados à dimensão de consideração empática estarem, de uma maneira geral, associados à motivação para ajudar pessoas que estejam em situação de maior necessidade, sofrimento ou injustiça, o *design* de pesquisa utilizado no presente trabalho não permitiu avaliar quais personagens (trabalhadores) poderiam estar sendo alvo desse tipo de motivação. Assim, é provável que esse grupo em particular de respondentes tenha se identificado fortemente com pessoas trabalhadoras e que

se esforçam muito, o que as fez usar, preferencialmente, justamente os princípios que valorizam mais essas características. Nesse caso, a consideração empática teria atuado fazendo com que as decisões morais desse grupo de respondentes estivessem de acordo com uma noção de justiça na qual o justo é alcançado quando se estabelece uma proporcionalidade entre os *inputs* e os *outcomes* dos envolvidos (ADAMS, 1965).

A partir da análise Homals observou-se também que as concepções de justiça distributiva estiveram associadas à variáveis sócio-demográficas e que estas podem ter sido influenciadas por um viés da familiaridade (HOFFMAN, 1987). A interpretação dos Planos 1*3 e 2*3 indicou a existência de dois perfis nos quais havia uma associação entre o tipo de escola, a idade e os princípios distributivos: um grupo formado por estudantes de escola pública, com idades variando entre 18 e 20 anos, e que utilizaram mais frequentemente o princípio da necessidade; o outro constituído por estudantes de escola particular, com idades entre 16 e 17 anos e que indicaram a igualdade como princípio distributivo mais justo de ser aplicado à distribuição de renda na sociedade.

Compreende-se que a relação entre idade e tipo de escola seria algo já esperado, uma vez que, em geral, os estudantes de escola pública chegam ao ensino médio em idade mais avançada que os de escola particular. Por outro lado, a associação entre essas duas características e a preferência por determinados tipos de princípios distributivos, sugere a existência do viés supracitado (familiaridade), o que corrobora, em parte o que foi evidenciado no primeiro estudo.

Também, esses resultados parecem corroborar os encontrados nos estudos de Ng e Allen (2005), Cook e Hegtvedt (1983), Hegtvedt (1990) e de Batson et al. (2003), segundo os quais as pessoas parecem preferir e aplicar princípios que tragam algum tipo de benefício ou que favoreçam a elas mesmas e ao seu grupo de pertença, tanto quando tomam decisões distributivas em nível micro, quanto quando tomam em contextos mais amplos, como a

distribuição de renda na sociedade. Nesse caso, os estudantes de escola pública teriam aderido mais fortemente à necessidade porque este princípio, em geral, favorece pessoas com nível sócio-econômico mais baixo ou que têm pouca oportunidade para desenvolver suas potencialidades. Por outro lado, os de escola particular podem ter indicado a igualdade como sendo mais justa de ser aplicada à distribuição de renda na sociedade por não se sentirem injustiçados ou em desvantagem relativa, e porque este princípio permite que as pessoas usem suas potencialidades pessoais para crescer e se desenvolver. Vale lembrar que quando os respondentes indicavam que a igualdade seria o princípio mais justo de ser aplicado em nível de macrojustiça, ressaltavam que estavam falando em igualdade de oportunidades e não de igualitarismo absoluto na distribuição da renda.

Ressalta-se que apesar destes resultados serem bastante interessantes, conforme a lógica da Homals, o pesquisador deve privilegiar o plano formado pelas dimensões com maior poder de discriminação; a análise dos planos subsequentes deve fornecer dados relacionados a traços mais específicos do espaço investigado (CARVALHO, 2004), o que remete para a necessidade de realização de estudos posteriores para que as relações entre variáveis sócio-demográficas e os raciocínios distributivos sejam mais bem esclarecidas.

Por fim, considera-se que, apesar das limitações em função do delineamento adotado e das análises empregadas, os dados produzidos no presente trabalho são importantes para a compreensão a respeito da relação entre aspectos sócio-culturais e desenvolvimentistas na construção da noção de justiça distributiva e na constituição da vida sócio-moral como um todo. Além disso, reforçam a justificativa de que os aspectos ligados à vida afetiva, e em especial, aos sentimentos empáticos devem ser levados em consideração nas pesquisas que se propõem a investigar o desenvolvimento sócio-moral.

8. Discussão geral e considerações finais

Os dois estudos apresentados anteriormente tinham como objetivo principal investigar as relações entre os julgamentos distributivos de adolescentes e sua capacidade de empatizar com outras pessoas. Para a consecução deste objetivo utilizou-se um delineamento quase-experimental no qual estes dois aspectos foram avaliados, respectivamente, através de dados sobre o modo como os respondentes resolveram uma situação de distribuição e justificaram suas respostas, e de um instrumento auto-avaliativo que abordava aspectos afetivos e cognitivos da empatia. Apesar das limitações, em função dos recursos e do tempo de execução do presente trabalho, em linhas gerais, considera-se que o objetivo foi atingido e que os resultados são importantes para a área de estudos sobre a justiça distributiva e sobre a empatia, e, também, de uma maneira geral, para o campo que investiga as relações entre moralidade e afetividade.

Inicialmente destaca-se que os dois estudos corroboraram os modelos teóricos multidimensionais de justiça distributiva (DEUTSCH, 1989; MOONEY, 1986; PIAGET, 1932/1994), pois se evidenciou que os participantes utilizaram diferentes tipos de princípios de justiça para justificar suas respostas e tomar suas decisões, além de terem sido capazes de articular dois ou mais destes.

Constatou-se, dentre outras coisas, que os julgamentos distributivos dos adolescentes eram mais complexos que os de crianças, pois enquanto estas tendiam a usar mais freqüentemente raciocínios unidimensionais, enfocando um princípio ou critério (DAMON, 1977; 1980; SALES, 2000; DELL'AGLIO; HUTZ, 2001; ENRIGHT et al., 1984; LEVENTHAL; LANE, 1970; PIAGET, 1932/1994; SIGELMAN; WAITZMAN, 1991; WONG; NUNES, 2003; SAMPAIO, 2004), os adolescentes tiveram uma visão mais complexa e consideraram diferentes fatores enquanto tomavam suas decisões distributivas.

Sobre esse ponto, considera-se que a adoção de uma estratégia de investigação quantitativa e qualitativa ajudou a compreender melhor como os respondentes raciocinaram sobre a justiça distributiva, ajudando a esclarecer e aprofundar algumas questões levantadas em pesquisas anteriores nas quais as noções de justiça foram avaliadas através de métodos estritamente quantitativos.

De uma maneira geral, os julgamentos dos adolescentes se aproximaram muito mais de uma noção piagetiana de justiça distributiva (PIAGET, 1932/1994) do que daquela invocada por outros pesquisadores que trabalharam com uma perspectiva mais psicossociológica, como Homans, Adams e Walster. Diferentemente do que foi defendido por estes autores (ADAMS, 1965; HOMANS, 1958; WALSTER et al., 1973), os participantes dos dois estudos foram sensíveis às diversas informações fornecidas na situação-problema e não se ativeram apenas ao nível de *input* (produtividade) dos personagens enquanto distribuía os *outcomes* (dinheiro) disponíveis. Mais do que isso, parece que as características pessoais dos envolvidos, bem como o próprio contexto de distribuição, foram considerados como variáveis que precisavam ser avaliadas antes que eles chegassem a uma concepção do que seria mais justo naquela situação.

Faz-se necessário ressaltar a importância de que o pesquisador esteja atento para as diferenças entre o que Piaget (1932/1994) e Adams (1965) chamam de equidade e que especifique qual referencial teórico está tomando como base, no sentido de evitar problemas conceituais e metodológicos na análise e interpretação de resultados com este tipo de pesquisa. A revisão de literatura feita no presente trabalho identificou a existência de pelo menos três diferentes tipos de noções de equidade, propostas por autores como Adams (1965), Deutsch (1989) e Piaget (1932/1994), mas que não foram devidamente discutidas e consideradas em pesquisas anteriores que investigaram o julgamento e o comportamento distributivo.

Outros resultados do presente trabalho demonstraram haver diferenças entre o que os participantes consideravam ser justo em nível de microjustiça e de macrojustiça, confirmando o que foi salientado por Assmar e Ferreira (2005), e evidenciado empiricamente por Barret-Howard e Tyler (1986) e Skarzysnka (2001). Mais especificamente, constatou-se que na resolução da situação-problema houve uma maior predileção por um modelo no qual as necessidades dos personagens eram priorizadas, mas que, por outro lado, ao serem questionados sobre a distribuição de renda na sociedade, a maioria dos adolescentes indicou que um modelo meritocrático seria o mais justo.

Como discutido anteriormente, em geral eles afirmaram que esse modelo deveria ser complementado por outras estratégias nas quais algum sistema de suporte poderia ser utilizado para ajudar pessoas com necessidades específicas. Destaca-se ainda que mesmo entre os que defenderam que a igualdade era o modelo mais justo em nível de micro e de macrojustiça, houve uma preocupação em oferecer oportunidades iguais para todas as pessoas, e não apenas quantidades estritamente iguais de bens ou renda. Estes resultados evidenciam, mais uma vez, que as noções de justiça distributiva dos adolescentes são mais complexas do que parecem à primeira vista e indicam a necessidade de realização de outros estudos nos quais se possa explorar mais a fundo o que eles pensam a respeito da justiça e de outras questões sociais.

Dentre as variáveis sócio-demográficas investigadas o sexo parece ter sido a mais importante preditora de diferenças no julgamento distributivo: as mulheres tenderam a valorizar mais o aspecto da necessidade, enquanto que os homens priorizaram a produtividade dos personagens. Apesar de na literatura não haver consenso a respeito da existência de diferenças de gênero nos julgamentos sócio-morais (GILLIGAN, 1982; JACKSON; MESSE; HUNTER, 1985; LAMM; SCHWINGER, 1980; LEVENTHAL; LANE, 1970), estes resultados reforçam a tese de que as mulheres possuem uma orientação moral mais voltada

para o cuidado e respeito (GILLIGAN, 1982), enquanto que os homens uma orientação que enfoca a justiça e, nesse caso, uma justiça mais eqüitativa, segundo o modelo de Adams (1965). Ao se comparar os resultados do presente trabalho com outros que investigaram a justiça distributiva em crianças (ENRIGHT et al., 1984; HUTZ; CONTI; VARGAS, 1994; SALES, 2000; WONG; NUNES, 2003; SAMPAIO, 2004), levanta-se a possibilidade de que essas diferenças de gênero tendam a se manifestar apenas no início da adolescência, tal como observado aqui.

No que se refere aos efeitos da idade e do nível sócio-econômico (avaliado através do tipo de escola dos participantes), os resultados mostraram-se inconclusivos, pois apenas no primeiro estudo evidenciaram-se diferenças entre as faixas etárias e entre estudantes de escola pública e particular, na distribuição de dinheiro entre os personagens. Por outro lado, a utilização de uma análise multivariada no segundo estudo produziu evidências sobre a existência de relações entre o nível sócio-econômico e a predileção por determinados tipos de princípios distributivos, em função do favorecimento de seu próprio grupo social.

Uma vez que os resultados não possibilitaram chegar a conclusões definitivas, julga-se que é válido realizar outros estudos nos quais se possa investigar mais a fundo o efeito que esta variável pode ter sobre os julgamentos de justiça, buscando testar a tese de Pratto et al. (1999), de que as ideologias e valores predominantes em um determinado grupo social determinam como o indivíduo avalia questões sócio-morais. Além disso, sugere-se que pesquisas futuras analisem se durante a adolescência mudanças nos julgamento sócio-morais estão relacionadas a avanços na idade e/ou a aumento da empatia e da capacidade de tomar a perspectiva dos outros.

Apesar da justiça processual não ter sido investigada mais detalhadamente neste trabalho, observou-se que no segundo estudo os adolescentes avaliaram os critérios adotados como sendo mais justos do que a distribuição propriamente dita. As análises das repostas dos

adolescentes indicaram que eles fizeram distinções entre a justiça das quantidades (produtos da distribuição) e a justiça das estratégias de resolução (critérios usados), mas que muitas vezes suas intenções não puderam ser concretizadas em quantidades consideradas justas o suficiente, bem como na escolha/ elaboração de um modelo de justiça capaz de resolver a questão da distribuição de renda na sociedade.

Alguns disseram, por exemplo, que as quantidades não eram tão justas assim por que havia limitações na quantidade de recursos a serem distribuídos, ou mesmo porque eles não conseguiam calcular quanto seria justo cada personagem receber, em função de seu nível de necessidade ou produtividade. Mesmo assim, a análise dos dados sugere que possíveis dificuldades de ordem cognitiva (habilidades matemáticas) não impediram que os adolescentes tomassem decisões com bases nos princípios que eles consideravam mais justos, pois as médias nas auto-avaliações sobre a forma como realizaram a justiça distributiva e processual foram altas, ou seja, de uma maneira geral, os adolescentes julgaram que foram justos ou muito justos na resolução da situação-problema.

Tradicionalmente as pesquisas sobre justiça processual têm sido realizadas em contextos organizacionais e a partir da perspectiva dos atores, entrevistando trabalhadores que são diretamente afetados pelos sistemas distributivos da empresa (COLQUITT, 2001; SKARZYNSKA, 1989). Em geral, esses estudos observaram que os julgamentos de justiça desses atores são fortemente influenciados pelo grau de justiça processual percebido, havendo uma preocupação muito forte com os critérios utilizados para fazer as distribuições de diferentes tipos de *outcomes* disponíveis naquele tipo de contexto (dinheiro, férias, promoções etc.) (ASSMAR; FERREIRA, 2005).

Neste sentido, os dados do presente trabalho são relevantes porque demonstraram que, mesmo em uma situação na qual os participantes eram apenas observadores externos, houve uma preocupação com a justiça do processo e não apenas com os produtos finais da

distribuição, sugerindo que a justiça processual pode ser um importante componente dos julgamentos de justiça e dos processos de tomada de decisão que envolvem essa noção moral.

Uma consideração adicional a respeito das justiças distributiva e processual refere-se ao fato de que, mesmo sem terem sido questionados a respeito disso, os adolescentes expressaram sua opinião a respeito de como outros tipos de *outcomes* deveriam ser distribuídos na sociedade. Alguns falaram que deveria haver mais justiça no oferecimento de oportunidades de emprego, educação, saúde etc, e que a maneira como os princípios distributivos poderiam ser coordenados dependeria justamente do tipo de *outcome* envolvido.

Neste sentido, sugere-se que em estudos posteriores sejam considerados diferentes tipos de *outcomes*, como liberdade, punições ou oportunidades, e que sejam investigados se os julgamentos distributivos e processuais variam em função do que deverá ser distribuído, assim como é defendido pelos filósofos da corrente de pensamento Pluralista (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY – SEP, 2007).

No que se refere aos objetivos principais deste trabalho, os dados encontrados indicam que os sentimentos empáticos podem afetar os julgamentos sobre justiça distributiva e justiça processual, bem como a adesão a determinados tipos de princípios, confirmando a suposição teórica de Hoffman (1989a, 1989b, 1991).

De fato, constatou-se que a consideração empática exerceu influência significativa sobre a maneira como os adolescentes distribuíram o dinheiro entre os personagens da situação-problema, justificaram suas decisões e avaliaram as justiças distributiva e processual empregadas na situação: indivíduos com maiores níveis de consideração empática demonstraram ser mais sensíveis à condição de maior necessidade de alguns personagens, sem terem, no entanto, menosprezado ou deixado de considerar o esforço dos outros.

Esses resultados sugerem que a evolução de habilidades cognitivas e afetivas possibilita que os julgamentos distributivos pautados numa lógica da “igualdade

proporcional” (ADAMS, 1965) transformem-se em raciocínios nos quais a própria condição de necessidade/ desvantagem torna-se um tipo de *input* informacional importante para a tomada de decisão e para o que se considera ser mais ou menos justo. Neste sentido, o desenvolvimento do sentimento de consideração empática parece ser crucial para o surgimento de uma noção de equidade na qual aspectos ligados à solidariedade fundam-se à noção de justiça (PIAGET, 1932/1994: p. 242), refinando-a e fazendo com que o indivíduo defenda e priorize aspectos que garantam condições mínimas de sobrevivência e de dignidade para todos. Esta associação entre empatia e julgamento moral pode ser de fundamental importância para o desenvolvimento do altruísmo e do julgamento moral pró-social, assim como afirmam Hoffman (1991) e Eisenberg (1987).

No que se refere aos efeitos da angústia pessoal (AP) sobre a justiça distributiva, estes parecem não ter sido tão evidentes quanto aqueles provocados pela consideração empática, pois apenas no primeiro estudo constatou-se que esta dimensão da empatia foi determinante para a maneira como os participantes distribuíram o dinheiro entre os personagens. Inicialmente, ressalta-se que a utilização de diferentes desenhos de pesquisa pode estar associada a estas divergências nos resultados, pois no primeiro estudo as pistas situacionais sobre a necessidade dos personagens eram muito mais evidentes do que no segundo, e isto pode ter feito com que a angústia pessoal tenha sido mais fortemente ativada naquela situação do que nesta. Como demonstra o estudo de Hutz, Conti e Vargas (1993), pequenas variações no método e nos instrumentos de avaliação podem influenciar significativamente os julgamentos de justiça.

Apesar destas divergências entre os resultados dos dois estudos, em ambas as situações foram encontradas correlações negativas entre a angústia pessoal e a quantidade de dinheiro dada aos personagens menos necessitados. Mesmo que este sentimento empático não tenha sido capaz, por si só, de influenciar significativamente as decisões distributivas,

acredita-se que ele tenha feito com que os respondentes evitassem favorecer quem menos precisava de ajuda, quando esteve associado à motivação produzida pela consideração empática. Por outro lado, é possível que a atuação da angústia pessoal tenha sido no sentido de levar os indivíduos a aderir a uma noção de justiça que lhes garantisse o máximo de aprovação social (KOHLBERG, 1992), e nesse sentido, poder-se-ia dizer que a motivação foi mais egoísta do que altruísta, pois a ajuda foi dada apenas para evitar ser mal visto aos olhos do pesquisador ou de outras pessoas.

Todavia, é importante lembrar que a maneira como a angústia pessoal influencia e é influenciada pelos outros afetos empáticos ainda não está bem esclarecida, pois os resultados encontrados no presente trabalho, assim como aqueles evidenciados no estudo de Ribeiro, Koller e Camino (2002), demonstraram a existência de correlações positivas entre as duas dimensões afetivas do IRI (EMRI), o que contradiz o que foi constatado por Davis (1983) e em outros estudos fora do Brasil (ESCRIVÁ; NAVARRO; GARCIA, 2004; PÉREZ-ALBÉNIZ et al., 2003; SIU; SHECK, 2005).

A partir dos dados encontrados neste trabalho, levanta-se a hipótese de que a capacidade de “sofrer com o sofrimento do outro” (angústia pessoal) seja uma condição fundamental, mas não, necessariamente, suficiente para se “compadecer e ajudar o outro” (consideração empática) e que esta relação explica o porquê dos dois afetos estarem correlacionados positivamente. Neste sentido, apesar de Davis (1983) e Batson (BATSON et al., 1987a) defenderem que a angústia pessoal é um sentimento de natureza egoísta, julga-se que sua associação com a consideração empática e com a habilidade de *role-taking* influencia significativamente os julgamentos sócio-morais, levando o indivíduo a tornar-se mais sensível para as condições de necessidade e/ou desvantagem relativa de algumas pessoas.

Apesar de Davis (1983) ter defendido que a angústia simpática (conforme a designação de Hoffman, 1991) e a consideração empática são equivalentes entre si, e de

trabalhos anteriores (RIBEIRO; KOLLER; CAMINO, 2002) indicarem que a EMRI é um instrumento adequado para mensuração destes construtos, é preciso sinalizar algumas dificuldades encontradas ao longo deste trabalho.

Inicialmente, destaca-se a própria escassez de estudos empíricos que tratam das relações entre afetividade e moralidade no Brasil, além da falta de estratégias e instrumentos adequados para estudar a empatia em contextos não-clínicos. A respeito dessa questão, sugere-se que em pesquisas futuras busque-se preencher essa lacuna através do desenvolvimento de instrumentos e de outros métodos de investigação que possam abordar a empatia a partir de uma perspectiva multidimensional, tal como é feito no IRI. Aliás, julga-se necessário a realização de mais estudos nos quais a própria Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal seja retestada e aperfeiçoada para uso no Brasil, pois os resultados sugerem que a presença de itens invertidos pode ter comprometido a compreensão dos respondentes, diminuindo a consistência interna da EMRI e de suas subescalas.

Além disso, citam-se as divergências conceituais e a falta de consenso no campo de estudos sobre a empatia, pois se observa que termos como compaixão, altruísmo, empatia e simpatia acabam sendo utilizados indiscriminadamente por alguns pesquisadores, sem que haja clareza a respeito do tipo de sensação subjetiva que está sendo discutida, avaliada ou mensurada (BATSON et al., 1987). Outro ponto a ser destacado é o de que existem muitos estudos que apresentam possíveis aplicações da empatia para promover o desenvolvimento do sentimento de responsabilidade nas relações de cuidado (BATSON et al., 1995), no campo da educação (STEPHAN; FINLAY, 1999; SPIECKER, 1994), na área da saúde (KUNIK; OLSON, 2001), mas poucos nos quais se busca investigar de maneira mais ampla a relação da empatia com o desenvolvimento cognitivo-afetivo e sócio-moral.

Ao discutir as relações entre cognição e afetividade ao longo do desenvolvimento, Piaget (1954/2001) afirma que os comportamentos orientados para as pessoas são dotados de

elementos estruturais (tomada de consciência a respeito das normas e das relações sociais) e energéticos (sentimentos interindividuais), os quais interagem entre si e determinam como os valores serão estruturados na vida adulta. Assim, considera-se que o papel da afetividade para a vida em sociedade não deve ser menosprezado e que a empatia pode ter um papel fundamental para a hierarquização de valores sócio sócio-morais na vida adulta.

Neste sentido, julga-se que os resultados dos dois estudos sinalizam a possibilidade de articulação entre as teorias cognitivo-constructivistas da moralidade de Piaget e Kohlberg e o modelo de Hoffman, além de ajudar a preencher uma lacuna teórico-empírica referente ao campo dos estudos sobre a moralidade (EISENBERG; ZHOU; KOLLER, 2001; KRISTJÁNSSON, 2004; LA TAILLE, 1992; RUIZ; VALLEJOS, 1999; SPIECKER, 1994; STEPHAN; FINLAY, 1999) e, mais especificamente, do desenvolvimento da noção de justiça.

Por fim, julga-se que essa articulação pode ser muito proveitosa para a educação moral, pois no Brasil o campo de pesquisas sobre o desenvolvimento sócio-moral é bastante produtivo (CAMINO; CAMINO, 1996; COSTA, 1996), mas a conversão dos achados de pesquisa em técnicas de intervenção ainda é muito tímida (ALENCAR, 2003), se considerarmos o potencial que a educação moral pode ter para formação de novas gerações. Apesar dos modelos de educação moral baseados em técnicas racionais-discursivas terem se mostrado eficientes para promover avanços no julgamento moral de crianças e adolescentes (BLATT; KOHLBERG, 1975; BIAGGIO, 1997; BIAGGIO et al., 1999; DIAS, 1999; KOHLBERG, 1984/1992), existe uma forte crítica aos mesmos (BATSON et al., 1999) por eles não considerarem o papel que aspectos afetivos podem ter para a adesão e o comprometimento com princípios morais mais avançados.

Alguns autores afirmam que ser capaz de raciocinar e expressar seu pensamento sobre questões morais não garante que o indivíduo irá se comprometer com princípios universais de

justiça, que asseguram o bem-estar da maioria da população (ARAÚJO, 2000; BATSON et al., 1997a; BATSON et al., 1999; BATSON et al., 2003; RUIZ; VALLEJOS, 1999; SPIECKER, 1994). Para eles, a falta de motivação e o sentimento de comprometimento com estes princípios fazem com que os indivíduos sejam “hipócritas morais”, que defendem publicamente idéias ou princípios justos, mas que na hora de pô-los em prática são altamente parciais e buscam favorecer apenas a si mesmo ou às pessoas mais próximas deles mesmos, assim como o fazem muitos políticos brasileiros. De acordo com as hipóteses levantadas e com alguns resultados encontrados neste trabalho, a promoção do desenvolvimento de habilidades empáticas pode ser uma das chaves para diminuir essa distância entre o julgamento e a ação moral.

Todavia, ressalta-se que ser muito empático também não garante, por si só, que o indivíduo irá se comportar moralmente, pois a compaixão pura também pode levar a atitudes parciais ou enviesadas, fazendo com que as pessoas favoreçam apenas quem é alvo de sua empatia (HUME, 1739/2000; BATSON et al., 1995). Talvez, o ponto chave esteja no equilíbrio entre a motivação gerada pelos sentimentos empáticos e o desenvolvimento de habilidades sócio-cognitivas mais elaboradas, que permitam às pessoas pensar a sociedade como um sistema complexo, cujo funcionamento depende, dentre outras coisas, da manutenção das instituições sociais, respeito aos direitos individuais e aos princípios da democracia.

A respeito desse equilíbrio entre “razão” e “paixão” no campo da moralidade, La Taille (1992: p.46) faz o seguinte comentário:

(...) Podemos falar em ‘paixão’ no caso da moralidade? Parece-nos certo que sim. O que mais poderia explicar a total dedicação de alguns ao ideal da justiça, como Gandhi, à generosidade, como Madre Teresa, à coragem para ambos? Estes e outros personagens históricos poderiam perfeitamente ser objetos de romances balzaquianos. Sim, mas Hitler e Nero também! Evidentemente, as paixões podem

ser boas ou ruins moralmente falando. Mas o fato é que, se alguma virtude torna-se objeto da paixão, ela pode acabar por inspirar toda uma vida.

Nessa direção, julga-se que o campo de investigações sobre o desenvolvimento sócio-moral e a própria área da educação moral devem assumir o pressuposto piagetiano acerca da indissociabilidade entre cognição e afetividade, enfatizando a necessidade de que haja equilíbrio entre estas dimensões para que o desenvolvimento da autonomia moral seja pleno e para que o indivíduo “sinta a necessidade de ser tratado pelos outros assim como gostaria de ser tratado” (PIAGET, 1932/1994: p. 134).

- ADAMS, J. S. Inequity in social exchange. In: BERKOWITZ, L. (Org.), **Advances in Experimental social Psychology**. New York: Academic Press, 1965. p.267-299.
- ALENCAR, H. M. **Parcialidade e imparcialidade no juízo moral: a gênese da participação em situações de humilhação pública**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ANDRADE, M.W.C.L. **Estudo sobre o desenvolvimento dos valores humanos da infância à adolescência**. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva). Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- ARAÚJO, V. A. A. Cognição, afetividade e moralidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol.26, n.2, p.137-153, 2000.
- ASSMAR, E.M.L. A Psicologia social e o estudo da justiça em diferentes níveis de análise. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.13, n.3, p.497-506, 2000.
- ASSMAR, E.M.L; FERREIRA, M.C. Justiça organizacional: uma revisão crítica da literatura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol. 18, n. 3, p.443-453, 2005.
- BARRET-HOWARD, E; TYLER, T.R. Procedural justice as criterion in allocation decisions. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.50, n.2, p. 296-304, 1986.

¹⁶ As referências citadas nesta listagem, bem como toda a formatação do presente trabalho, estão organizados seguindo as recomendações do documento *Diretrizes para apresentação de teses e dissertações da USP: documento eletrônico e impresso* (2004), o qual baseia-se, principalmente, nas normas da ABNT.

- BATSON, C. D. Self-report rating of empathic emotion. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Org.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.356-360.
- BATSON, C.D.; DUNCAN, B.D.; ACKERMAN, P.; BUCKLEY, T.; BIRCH, K. Is empathic emotion a source of altruistic motivation? **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.40, n.2, p.290-302, 1981.
- BATSON, C.D.; FULTZ, J.; SCHOENRADE, P.A. Distress and empathy: two qualitatively distinct vicarious emotions with different motivational consequences. **Journal of Personality**, Farmington, vol.55, n.1, p.21-75, 1987a.
- BATSON, C.D.; FULTZ, J.; SCHOENRADE, P.A. Adults' emotional reactions to the distress of others. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987b. p.163-184.
- BATSON, C. D.; KLEIN, T. R.; HIGHBERGER, L.; SHAW, L. L. Immorality from Empathy-Induced Altruism: When Compassion and Justice Conflict. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.68, n.6, p.1042–1054, 1995.
- BATSON, C. D.; KOBRYNOWICZ, D.; DINNERSTEIN, J. L.; KAMPF, H. C.; WILSON, A. D. In a very different voice: unmasking moral hypocrisy. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.72, n.6, p.1335-1348, 1997a.
- BATSON, C.D.; POLYCARPOU, M.P.; HARMON-JONES, E.; IMHOFF, H.J.; MITCHENER, E.C.; BEDNAR, L. L.; KLEIN, T. R.; HIGHBERGER, L. Empathy and attitudes: can feeling for a member of a stigmatized group improve feelings toward the group? **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.72, n.1, p.105-118, 1997b.

- BATSON, C. D.; THOMPSON, E.; SEUFERLING, G.; WHITNEY, H.; STRONGMAN, J.A. Moral Hypocrisy: appearing moral to oneself without being so. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.77, n.3, p.525-537, 1999.
- BATSON, C. D; LISHNER, D. A.; CARPENTER, A.; DULIN, L.; HARJUSOLA-WEBB, S.; STOCKS, E. L.; GALE, S.; HASSAN, O.; SAMPAT, B. "... As you would have them do unto you": imagining yourself in the other's place stimulate moral action? **Personality and Social Psychology Bulletin**, Madison, vol.29, n.9, p.1190-1201, 2003.
- BIAGGIO, A. M. B. Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.10, n.1, p.47-69, 1997.
- BIAGGIO, A. M. B.; VARGAS, G. A. O.; MONTEIRO, J. K.; SOUZA, L. K.; TESCHE, S. L. Promoção de atitudes morais favoráveis através de dilemas ecológicos. **Estudos de Psicologia**, Natal, vol.4, n.2, p.221-238, 1999.
- BLASI, A. Comment: the psychological definitions of morality. In: EISENBERG, N., ROYKOWSKY, J.; STAUB, E. (Org.) **Social and Moral Values: individual and societal perspectives**. Hillsdale: N. J. Erlbaum, 1989. p.139-152.
- BLATT, M. M.; KOHLBERG, L. The effects of classroom moral discussion upon children's level of moral judgment. **Journal of Moral Education**, Colchester, vol.4, p.129-161, 1975.
- BOOM, J.; BRUGMAN, D.; HEIJDEN, P. G. M. Hierarchical Structure of Moral Stages Assessed by a Sorting Task. **Child Development**, Malden, vol.72, n.2, p.535-548, 2001.
- BORKE, H. Interpersonal perception of young children: egocentrism or empathy? **Developmental Psychology**, Providence, vol.5, p.263-296, 1971.

- BOUCHARD, N. A narrative approach to moral experience using dramatic play and writing. **Journal of Moral Education**, Colchester, vol.31, n.4, p.407-422, 2002.
- BRYANT, B. K. Critique of comparable questionnaire methods in use to access empathy in children and adults. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987a. p.361-373.
- BRYANT, B. K. Mental health, temperament, family and friends: perspectives on children's empathy and social perspective taking. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987b. p.67-92.
- CAMINO, C.; CAMINO, L. Julgamento moral, emoção e empatia. In: TRINDADE, Z. D.; CAMINO, C. (Org.). **Cognição Social e Juízo Moral**. Coletâneas da ANPEPP. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação, 1996. p.109-135.
- CARVALHO, H. **Análise multivariada de dados qualitativos**: utilização da HOMALS com o SPSS. Lisboa: Edições Silabo, 2004.
- CHIU, C. Distributive Justice among Hong Kong chinese college students. **Journal of Social Psychology**, Washington, vol.130, n.5, p. 649-656, 2001.
- COKE, J.S.; BATSON, D.C.; MCDAVIS, K. Empathic mediation of helping: a two-stage modelo. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.36, n.7, p.752-766, 1978.
- COLBY, A.; KOHLBERG, L. **The measurement of moral judgment**. Vol.1. New York: Cambridge University Press, 1987.
- COLQUITT, J. A. On the dimensionality of organizational justice: a construct validation of a measure. **Journal of Applied Psychology**, Washington, vol.86, n.3, p.386-400, 2001.

- COLQUITT, J. A; COULON, D.E; WESSON, M. J; PORTER, C.O.L.H; NG, K.Y. Justice at the millenium: a meta-analytic review of 25 years of organizational justice research. **Journal of Applied Psychology**, Washington, vol.86, n.3, p. 425-445, 2001.
- COOK, K.S.; HEGTVEDT, K. A. Distributive Justice, equity and equality. **Annual Review of Sociology**, New York, vol.9, p.217-241, 1983.
- COSTA, A. B. O papel da afetividade na resolução de conflitos morais. In: TRINDADE, Z. D.; CAMINO, C. (Org.). **Cognição Social e Juízo Moral**. Coletâneas da ANPEPP. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação, 1996. p.65-75.
- DAMON, W. **The social word of the child**. San Francisco: Jossey-Bass, 1977.
- DAMON, W. (1980). Patterns of change in children's social reasoning: A two-year longitudinal study. **Child Development**, Malden, vol.51, p.1010-1017, 1980.
- DAVIDSON, M. L.; ROBBINS, S.; SWANSON, D.B. Stage structure in objective moral judgments. **Developmental Psychology**, Providence, vol.14, p.137-146, 1978.
- DAVIS, C. M. What is empathy, and can it be taught? **Physical Therapy**, Alexandria, vol.70, p.11, p.707-713, 1990.
- DAVIS, M.H. Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.44, p.113-136, 1983.
- DAVIS, M. H; SODERLUND, T; COLE, J; GADOL, E; KUTE, M; MYERS, M; WEIHING, J. Cognitions associated with attempts to empathize: how do we imagine the perspective of another? **Personality and Social Psychology Bulletin**, Madison, vol.30, n.12, p.1625-1635, 2004.

- DEL GIUDICE, M. Misurare le emozioni – una rassegna dei test più utilizzati nella ricerca sulle emozioni: características, funcionamento, resultados empíricos, 2004 Disponível em: www.psych.unito.it/csc/pers/delgiudice/pdf/Misemo04.pdf. Acesso em: 15/06/2005.
- DELL'AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. Padrões evolutivos na utilização dos princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes no sul do Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.24, n.1, p.97-106, 2001.
- DENHAM, S.A. Social cognition, prosocial behavior, and emotion in preschoolers: contextual validation. **Child development**, Malden, vol.57, p.194-201, 1986.
- DEUTSCH, M. Equity, Equality, and Need: what determines which value will be used as the basis of distributive justice. **Journal of Social Issues**, Durham, vol. 31, n.3, p.137-149, 1975.
- DEUTSCH, M. Equality and economic efficiency: is there a trade-off? IN: EISENBERG, N.; ROYKOWSKY, J.; STAUB, E. (Orgs.) **Social and Moral Values: individual and societal perspectives**. Hillsdale: N. J. Erlbaum, 1989. p.139-152.
- DIAS, A. A. Educação Moral para a autonomia. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.12, n.2, p.459-478, 1999.
- DISTRIBUTIVE JUSTICE: THE Project, 2005. Disponível em: www.distributivejustice.com. Acesso em: 22/01/2005.
- DUAN, C.; HILL, C. E. The current state of empathy research. **Journal of Counseling Psychology**, Washington, vol.43, n.3, p.261-274, 1996.
- DYMOND, R.F. A Scale for the measurement of empathic ability. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Coral Gables, vol.13, p.127-133, 1949.

- DYMOND, R.F. Personality and Empathy. **Journal of Consulting Psychology**, Coral Gables, vol.14, p.343-350, 1950.
- EISENBERG, N. Emotion, regulation and moral development. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, vol.51, p.665-697, 2000.
- EISENBERG, N.; MILLER, P. A. Empathy, sympathy and altruism: empirical and conceptual links. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.292-316.
- EISENBERG, N; FABES, R. A; BUSTAMANTE, D; MATHY, R. M. Physiological indices of empathy. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.380-385.
- EISENBERG, N.; ZHOU, O.; KOLLER, S. Brazilian adolescents' prosocial moral judgment and behavior: relations to sympathy, perspective taking, gender-role orientation, and demographic characteristics. **Child Development**, Malden, vol.72, n.2, p.518-34, 2001.
- EISENBERG, N; GUTHRIE, I.K; CUMBERLAND, A; MURPHY, B.C; SHEPARD, S.A; ZHOU, Q; CARLO, G. Prosocial development in early adulthood: a longitudinal study. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.82, n.6, p.993-1006, 2002.
- ENRIGHT, R.D; BJERSTEDT, A; ENRIGHT, W.F; JUNIOR, V.M.L.; LAPSLEY, D.K; BUSS, R.R; HARWELL, M; ZINDLER, M. Distributive Justice Development: cross-cultural, contextual and longitudinal evaluations. **Child Development**, Malden, vol.55, p.1737-1751, 1984.

- ENZ; ZOLL (2006). Cultural differences in empathy between China, Germany and the UK, 2006. Disponível em: www.nicve.salford.ac.uk/elvis/resources/empathy.pdf. Acesso em: 23/11/2006.
- ESCRIVÁ, V. M.; NAVARRO, M.D.F.; GARCIA, P.S. (2004). La medida de la empatía: análisis del Interpersonal Reactivity Index. **Psicothema**, Oviedo, vol.16, n.2, p.255-260, 2004.
- FESCHBACH, N.D.; ROE, K. Empathy in six- and seven-year-olds. **Child development**, Malden, vol.39, p.133-145, 1968.
- FESCHBACH, N.; CAPRARA, G.V.; LO COCO, A.; PASTORELLI, C.; MANNA, G.; MENEZES, J. Empathy and its correlates: cross cultural data from Italy. ELEVENTH BIENNIAL MEETING OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR THE STUDY OF BEHAVIOURAL DEVELOPMENT, Minneapolis, 1991.
- GARAIGORDOBIL, M. Effects of a psychological intervention on factors of emotional development during adolescence. **European Journal of Psychological Assessment**, Hambleton, vol.20, n. 1, p.66-80, 2004.
- GIACOBBE-MILLER, J.K.; MILLER, D.J.; VICTOROV, V.I. A comparison of Russian and U.S. pay allocation decision, distributive justice judgments and productivity under different payment conditions. **Personnel Psychology**, Pittsburgh, vol. 1, n. 27, p.137-154, 1998.
- GIBBS, J. C. Toward an Integration of Kohlberg's and Hoffman's Theories of Morality. In: KURTINES, W. M.; GEWIRTZ, J. L. (Orgs.) **Handbook of Moral Behavior and Development**. Vol. 1. New Jersey: LEA,1991.
- GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1982.

- HEGTVEDT, K.A. (1990). The effects of relationship structure on emotional responses to inequity. **Social Psychology Quarterly**, Washington, vol.53, n.3, p. 214-228.
- HOFFMAN, M. L. The contribution of empathy to justice and moral judgment. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.47-79.
- HOFFMAN, M. L. Empathy and prosocial activism. In: EISENBERG, N., REYKOWSKI, J., STAUB, E. (Orgs.). **Social and Moral Values: individual and societal perspectives**. Hillsdale, N. J. Erlbaum, 1989a. p.65-85
- HOFFMAN, M. L. Empathy, role-taking, guilt and development of altruistic motives. In: EISENBERG, N., REYKOWSKI, J., STAUB, E. (Orgs.). **Social and Moral Values: individual and societal perspectives**. Hillsdale, N. J. Erlbaum, 1989b. p.139-152.
- HOFFMAN, M. L. (1991). Empathy, Social Cognition and Moral Action. In: KURTINES, W. M. e GEWIRTZ, J. L. (Orgs.). **Handbook of Moral Behavior and Development**. Vol.1. LEA: New Jersey, 1991. p.65-87
- HOGAN, R. Development of an empathy scale. **Journal of consulting and clinical psychology**, Coral Gables, vol.33, p.307-316, 1969.
- HOMANS, G.C. Social Behavior as exchange. **American Journal of Sociology**, Chicago, vol.62, p.597-606, 1958.
- HUME, D. (1739). **Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais**. Tradução Débora Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HUTZ, C. S.; CONTI, L.; VARGAS, S. Rules used by Brazilian students in systematic and nonsystematic reward allocation. **Journal of Social Psychology**, Washington, vol.134, n.3,

p.331-338, 1994.

- JACKSON, L. A; MESSE, L.A; HUNTER, J.E. Gender role and distributive justice behavior. **Basic and Applied Psychology**, Washington, vol.6, n.4, p.329-343, 1985.
- KANT, I. (1787). **Crítica da razão pura**. Tradução Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- KELLEY, H.H. The process of causal attribution. **American Psychologist**, Washington, vol.28, p.107-128, 1973.
- KOHLBERG, L. Development of Moral Character and Moral Ideology. In: HOFFMAN, M. L.; HOFFMAN, L. W (Orgs.). **Review of Child Development Research**. Vol. 1. Russell Sage Foundation: New York, 1964. p.212-321.
- KOHLBERG, L. Moral Stages and Moralization: the cognitive-developmental approach. In: LICKONA, T. (Org.). **Moral Development and Behavior: Theory, Research and Social Issues**. Holt, Rinehart and Winston: New York, 1976. p. 76-90.
- KOHLBERG, L. (1984). **Psicologia del desarrollo moral**. 2ª vol. Editorial Disclée de Brower S/A: Bilbao, 1992.
- KREBS, D. Empathy and altruism. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.32, p.6, p.1134-1146, 1975.
- KREHBIEL, P.; CROPANZANO, R. Procedural justice, outcome favorability and emotion. **Social Justice Research**, Washington, vol.13, n.4: p. 339-360, 2000.
- KRISTJÁNSSON, K. Empathy, sympathy, justice and the child. **Journal of Moral Education**, Colchester, vol.33, n.3, p.291-305, 2004.

- LAMM, H.; SCWINGER, T Norms concerning distributive justice: are needs taken into considerations in allocation decisions? **Social Psychology Quarterly**, Washington, vol.43, n.4, p.425-429, 1980.
- KREBS, D. Empathy and altruism. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.32, n.6, p.1134-1146, 1975.
- KUNICK, D.; OLSON, J.K. Clarification of conceptualizations of empathy. **Journal of advanced nursing**, Oxford, vol. 35, n.3, p.317-325, 2001.
- LA TAILLE, Y. Desenvolvimento do Juízo Moral e Afetividade na teoria de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 17ª ed. São Paulo: Summus, 1992. p.47-73.
- LENNON, R.; EISEMBERG, N. Gender and age differences in empathy and sympathy. In: Eisenberg, N.; Strayer, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.195-217.
- LERNER, M.J; MILLER, D.T. Just World Research and the attribution process: looking back and ahead. **Psychological Bulletin**, Washington, vol.85, n.5, p.1030-1051, 1978.
- LEVENTHAL, G. S.; LANE, D. W. Sex, age, and equity behavior. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.15, n.4, p.312-316, 1970.
- LEVENTHAL, G. S. What should be done with equity theory? New approaches to the study of fairness in social relations. In: GERGEN, K. J.; GREENBERG, M.S.; WILLIS, R.H. (Orgs.), **Social exchange: advances in theory and research**. New York: Plenum, 1980. p.27-54

- LIMA, V. A. A. De Piaget a Gilligan: retrospectiva do desenvolvimento moral em Psicologia – um caminho para o estudo das virtudes. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, vol.24, n.3, p.12-23, 2004.
- LINDER, E. A; KANFER, R; EARLEY, P. C. Voice, control, and procedural justice: instrumental and noninstrumental concerns in fairness judgments. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.59, n.5, p. 952-959, 1990.
- LOURENÇO, O. M. Is the care orientation distinct from the justic orientation? Some empirical data in ten-to-eleven year-old children. **Archives de Psychologie**, vol.59, p.17-30, 1991.
- MARCUS, R. J. Somatic indices of empathy. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987.p.374-379.
- MARKOVSKY, B.; YOUNTS, C. W. Prospects for distributive justice theory. **Social Justice Research**, Washington, vol.14, n.1, p.45-59, 2001.
- MCGILLIENDDY-DE LISI, A. V.; WATKINS, C.; VINCHUR, A. J. The effect of relationship on children's distributive justice reasoning. **Child Development**, Malden, vol.65, p.1694-1700, 1991.
- MEHRABIAN, A.; EPSTEIN, N. A measure of emotional empathy. **Journal of Personality**, Farmington, vol. 40, p.525-543, 1972.
- MIKULA, G; SCHERER, K, R; ATHENSTAEDT, U. The role of injustice in the elicitation of differential emotional reactions. **Personality and Social Psychology Bulletin**, Madison, vol.24, n.7, p.769-783, 1998.
- MOONEY, C. P. Criterias for justice. **American Journal of Economics and Sociology**, Babson, vol.45, n.2, p.223-233, 1986.

- MOREIRA, P. Severino defende nepotismo em posse de seu filho em PE **Folha On-line**, 2005. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha. Acesso em: 22/042005.
- MURPHY-BERMAN, V.; BERMAN, J. Cross-cultural differences in perceptions of distributive justice: A comparison of Hong Kong and Indonesia. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, Washington, vol.33, n.2, p.157-170, 2002.
- NISAN, M. Distributive Justice and Social Norms. **Child Development**, Malden, vol.55, p.1020-2029, 1984.
- NG, S.H; ALLEN, M.W. Perception of economic distributive justice: exploring leading theories. **Social Behavior and Personality**, San Rafael, vol.33, n.5, p.435-454, 2005.
- PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- PÉREZ-ALBENÍZ, A., PAÚL, J., ETXEBERRÍA, J., MONTES, M. P., TORRES, E. Adaptación de Interpersonal Reactivity Index (IRI) al español. **Psicothema**, Oviedo, vol.15, n.2, p.267-272, 2003.
- PETERSON, C.C. Distributive justice within and outside the family. **Journal of Psychology**, Washington, vol.90, p.123-127, 1975.
- PIAGET, J. The relation of affectivity to intelligence in the mental development of the child. **Bulletin of the menninger clinic**, vo.26, n.3, p.129-137, 1962.
- _____ (1932). **O Juízo Moral na Criança**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1994.
- _____ (1954). **Inteligencia y Afectividad**. Buenos Aires: Aique, 2001.
- _____ (1964). **Seis estudos de psicologia**. 17ª. ed. Tradução de Maria A. Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio L. Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

- PLUTCHIK, P. Evolutionary bases of empathy. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987, p.38-46.
- PRATTO, F.; TATAR, D.G; CONWAY-LANZ, S. Who gets what and why: detemrinants of social allocations. **Political Psychology**, vol.20, n.1, p.127-150, 1999.
- PSYCLIT: journal articles 1972-2001; chapters & books 1972-2001 (CD-ROM).
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- RIBEIRO, J; KOLLER, S. H; CAMINO, C. Adaptação e validação de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de Psicologia*, Campinas, vol.18, n.3, p.43-53, 2002.
- ROGERS, C. R. (1979). **Sobre o poder pessoal**. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- _____ (1985). **Tornar-se pessoa**. 5ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.
- RUIZ, P. O.; VALLEJOS, R. M. The role of compassion in Moral Education. **Journal of Moral Education**, Colchester, vol.28, n.1, 5-17, 1999.
- SABBAGH, C. A taxonomy of normative and empirically oriented theories os distributive justice. **Social Justice Research**, Washington, vol.14, n.3, p.237-263, 2001.
- SALES, E. M. B. O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, vol.13, n.1, p.49-58, 2000.
- SAMPAIO, L. R. **O desenvolvimento da justiça distributiva em crianças**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- SCHWINGER, T.; LAMM, H. Justice Norms in allocation decisions: need considerations as a function of resources adequacy for complete need satisfacion, recipients'

- contributions, and recipients' interpersonal attraction. **Social Behavior and Personality**, San Rafael, vol.9, n.2, p.235-241, 1981.
- SIGELMAN, C. K.; WAITZMAN, K. A. The development of distributive justice orientations: Contextual influences on children's resource allocations. **Child Development**, Malden, vol.62, p.1367-1378, 1991.
 - SIU, A.M.H.; SHEK, D.T. L. Validation of the Interpersonal Reactivity Index in a Chinese Context. **Research on Social Work Practice**, vol.15, n.2, p.118-126, 2005.
 - SKARZYNSKA, K. Evaluative perspective and distributive justice. In: EISENBERG, N., REYKOWSKI, J., STAUB, E. (Orgs.). **Social and Moral Values: individual and societal perspectives**. Hillsdale, N. J. Erlbaum, 1989, p.139-152.
 - SNAREY, J. Cross-cultural universality of social moral development: a critical review of Kohlbergian research. **Psychological Bulletin**, Washington, vol.97, p.202-232, 1985.
 - SOARES, J. F. R. **O Julgamento Moral, a Tomada de Perspectiva do Outro e a Consideração Empática: Um Estudo Correlacional**. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.
 - SPIECKER, B. Education and the moral emotions. Em: PUKA, B. (Org.). **Reaching out: caring, altruism and prosocial behavior**. New York: Garland, 1994.
 - SPRECHER, S. The relation between inequity and emotions in close relationships. **Social Psychology Quarterly**, Washington, vol.49, n.4, p.309-321, 1986.
 - SPRECHER, S. How men and women expect to feel and behave in response to inequity in close relationships. **Social Psychology Quarterly**, Washington, vol.55, n.1, p.57-69, 1992.
 - SEP – Stanford Encyclopedia of Philosophy (2007). **Distributive Justice**. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/justice-distributive>. (acessado em 18/10/2007).

- STRAYER, J. Picture-story indices of empathy. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.351-355.
- STRAYER, J.; EISENBERG, N. Empathy viewed in context. In: EISENBERG, N.; STRAYER, J. (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.389-398.
- STEPHAN, D.G.; FINLAY, K. The role of empathy in improve intergroup relations. **Journal of Social Issues**, Durham, vol.4, n.55, p.729-743, 1999.
- THIBAUT, W.J.; WALKER, L. **Procedural justice: a psychological analisys**. Hillsdale: NJ Lawrence Erlbaum Assoc, 1975.
- TROMMSDORFF; G. Person-Context Relations as Developmental Conditions and Prosocial Action: A Cross-Cultural Analysis. In: KINDERMANN, T.A.; VALSINER, J. (Orgs.). **Development of person-context relations**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1995. p. 113-146.
- TYLER, T.R; RASINSKI, K.A; SPODICK, N. Influence of voice on satisfaction with leaders: exploring the meaning of process control. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.48, n.1, p.72-81, 1985.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso**. Funaro, V.B et al. (coord.). São Paulo: SIBI, 2004.
- VAN DE BOS, K; VERMUNT, R; WILKE, H.A.M. Procedural and distributive justice: what is far depends more on what comes first than on what comes next. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.72, n.1, p.95-104, 1997.

- VERDUCCI, S. A moral method? Thoughts on cultivating empathy through method acting. **Journal of Moral Education**, Colchester, vol.29, n.1, p.87-99, 2000.
- VERMUNT, R.; STEENSMA, H. (1991). Introduction. In: VERMUNT, R.; STEENSMA, H. (Orgs.), **Social justice in human relations: Societal and psychological origins of justice**. New York: Plenum, p.1-9, 1991.
- VITZ, P. The use of stories in moral development: new psychological reasons for an old education method. **American Psychologist**, Washington, vol.45, n.6, p.709-720, 1990.
- WALSTER, E; BERSCHEID, E; WALSTER, G.W. New directions in equity research. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.25, n.2, p.151-176, 1973.
- WEISS, H.M; SUCKOW, K.; CROPANZANO, R. Effects of justice conditions on discrete emotions. **Journal of Applied Psychology**, Washington, vol.84, n.5: p.786-794, 1999.
- WENDORF, C. A; ALEXANDER, S; FIRESTONE, I. Social Justice and Moral Reasoning: an empirical integration of two paradigms in Psychological Research. **Social Justice Research**, Washington, vol.15, n.1, p.19-39, 2002.
- WISPÉ, L. The distinction between sympathy and empathy: to call forth a concept, a word is needed. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, vol.50, n.2, p.314-321, 1986.
- WISPÉ, L. History of the concept of empathy. In: EISENBERG, N.; STRAYER (Orgs.). **Empathy and its development**. Cambridge University Press: New York, 1987. p.17-37.
- WONG, M.M.A.; NUNES, T. Hong Kong children's concept of distributive justice. **Early Child Development and Care**, Uxbridge, vol. 173, n.1, p.119-129, 2003.

- ZHANG, Z.; YANG, C. Beyond distributive justice: the reasonableness norm in chinese reward allocation. **Asian Journal of Social Psychology**, vol.1, p.253-269, 1998.

APÊNDICE A – História utilizada na situação-problema (1º estudo).

Prezado aluno (a) existe uma empresa do gênero alimentício se instalando no submédio do São Francisco e que está contratando pessoas de algumas cidades da região. Faz parte das políticas de inserção regional desta empresa conhecer a cultura local, os costumes e os valores de cada região, abrindo espaços para que os moradores locais opinem sobre questões ligadas ao trabalho. Sendo assim, esta pesquisa configura-se como sendo um destes espaços, no qual a empresa gostaria de saber a opinião de estudantes do ensino médio, acerca de programas de remuneração e premiação para os trabalhadores.

Neste trabalho, gostaríamos de ouvir sua opinião sobre qual a maneira mais justa de distribuir os lucros obtidos por alguns trabalhadores recém-contratados, informando quanto cada um deve receber. Neste sentido, solicita-se que você distribua um valor de R\$ 900,00 entre três trabalhadores que formaram o chamado grupo (A) e mais R\$ 900,00 entre outros três trabalhadores que compunham o chamado grupo (B). Para garantir o total anonimato destas pessoas, a empresa omitiu seus nomes, identificando-os através de números de 1 a 6, sendo que os de nº1, 2 e 3 faziam parte do chamado grupo (A) e os trabalhadores nº4, 5 e 6, faziam parte do grupo (B). Além disto, a empresa forneceu algumas informações básicas sobre os trabalhadores, tais como locais de moradia e aspirações quanto ao que será feito com o dinheiro obtido naquele emprego.

De acordo com estas informações, o trabalhador nº1 é morador do bairro de João de Deus em Petrolina (PE) e informou que vai usar o dinheiro para comprar comida para sua família; o trabalhador nº2 é morador do bairro Pedrinhas na cidade de Picos (PI) e disse que não sabia, de antemão, o que irá fazer com o dinheiro; o trabalhador nº3 mora no bairro do Country Clube de Juazeiro (BA) e disse que o dinheiro servirá para comprar um *discman*; o trabalhador nº4 mora na Orla de Petrolina (PE) e disse que vai utilizar o dinheiro para comprar um celular novo; o trabalhador nº5 mora no centro de Picos (PI) e disse que apenas juntará o dinheiro que ganhar, pois no momento não está querendo comprar nada; por fim, o trabalhador nº6 mora no bairro Maringá em Juazeiro (BA) e disse que vai usar o que ganhar para fazer a feira de sua família.

Havia um índice de produtividade que a empresa tinha como meta para que cada trabalhador atingisse, o qual era equivalente a 100 pontos. Todos os trabalhadores conseguiram atingir esta meta, mas os trabalhadores nº 3 e 4 conseguiram ser mais produtivos que os demais e atingiram um índice de 150 pontos.

Para facilitar suas escolhas, utilize os envelopes que lhes fornecemos, nos quais aparecem mais uma vez os dados sobre cada trabalhador e coloque a quantidade de dinheiro que cada um deve receber. Será solicitado ainda que você responda a algumas questões, referentes às suas escolhas distributivas e que você forneça alguns dados pessoais. Sua opinião verdadeira será muito importante para que a empresa formule programas de remuneração mais justos e que reflitam adequadamente os valores presentes nesta região. Muito obrigado!

- 1. Porque você distribuiu o dinheiro desta maneira (para o grupo A)?**
- 2. Porque você distribuiu o dinheiro desta maneira (para o grupo B)?**
- 3. Você acha que esta é a maneira mais justa de distribuir o dinheiro? Por quê?**
- 4. Qual foi o fator mais importante que determinou a maneira pela qual você distribuiu o dinheiro?**

- 5. Como você acha que deve ser a distribuição de renda em nossa sociedade? Por quê?**
- 6. Considerando as opções descritas a seguir, qual delas você considera a mais justa? Por quê?**
- a) Quanto mais se produz, mais se deve receber.
 - b) Todos devem receber quantidades estritamente iguais de renda, independentemente das características individuais.
 - c) Quanto maior a necessidade, mais a pessoa deve receber.
 - d) Outra maneira ou depende.

APÊNDICE B – Diagrama utilizado na resolução da situação-problema (1º Estudo).**Grupo A****Trabalhador nº 1:**

João de Deus
(Petrolina – PE)
Comprar feira para
família
Produtividade = 100
Receberá: _____

Trabalhador nº 2:

Centro da cidade
(Picos – PI)
Não sabe o que fará
com o dinheiro
Produtividade = 100
Receberá: _____

Trabalhador nº 3:

Country Clube
(Juazeiro – BA)
Comprar um
discman
Produtividade = 150
Receberá: _____

Grupo B**Trabalhador nº 4:**

Orla fluvial
(Petrolina – PE)
Comprar um
aparelho celular
Produtividade = 150
Receberá: _____

Trabalhador nº 5:

Centro da cidade
(Picos – PI)
Não sabe como
gastar o dinheiro
Produtividade = 100
Receberá: _____

Trabalhador nº 6:

Bairro Maringá
(Juazeiro – BA)
Comprar feira para
família
Produtividade = 100
Receberá: _____

APÊNDICE C – História utilizada na situação-problema (2º estudo).

Prezado aluno (a) existe uma empresa do gênero alimentício se instalando no submédio do São Francisco e que está contratando pessoas de algumas cidades da região. Faz parte das políticas de inserção regional desta empresa conhecer a cultura local, os costumes e os valores de cada região, abrindo espaços para que os moradores locais opinem sobre questões ligadas ao trabalho. Sendo assim, esta pesquisa configura-se como sendo um destes espaços, no qual a empresa gostaria de saber a opinião de estudantes do ensino médio, acerca de programas de remuneração e premiação para os trabalhadores.

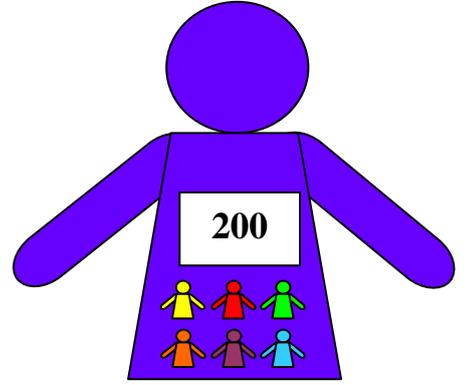
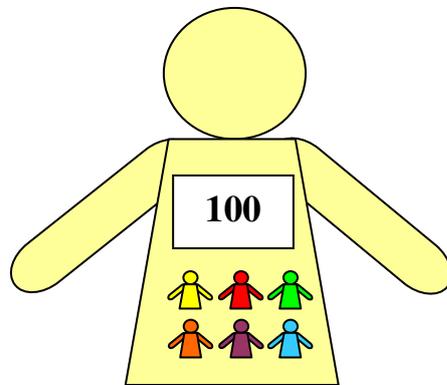
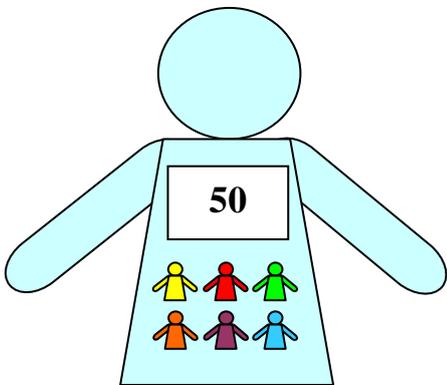
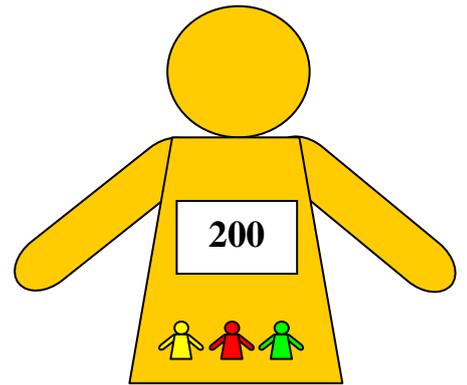
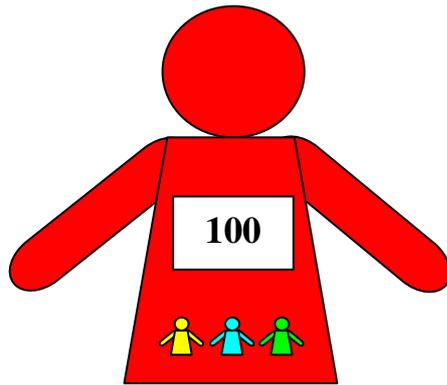
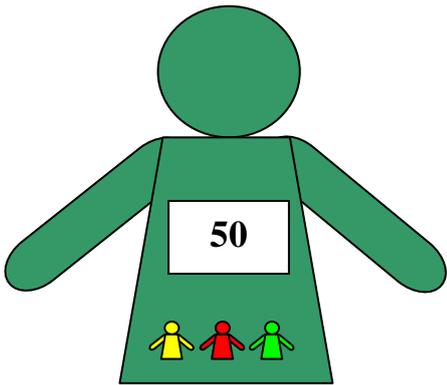
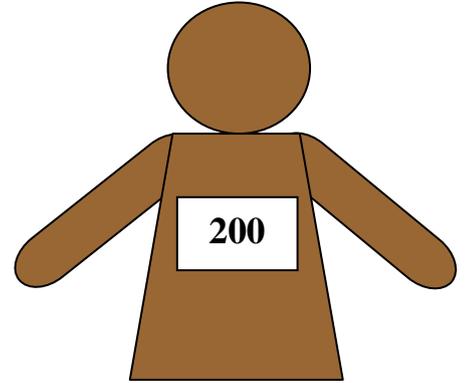
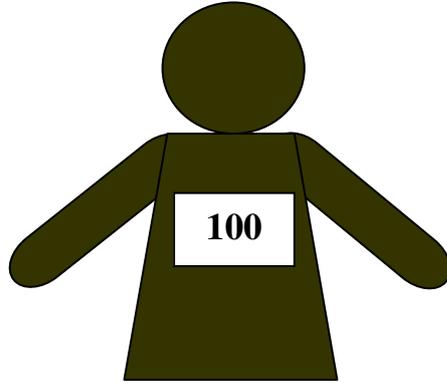
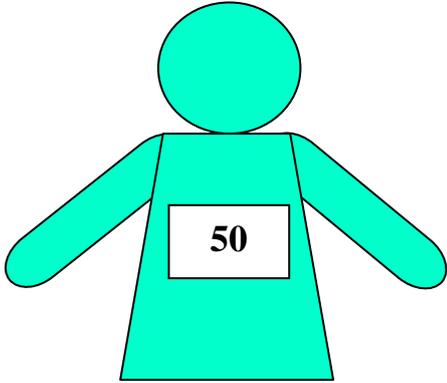
Neste trabalho, gostaríamos de ouvir sua opinião sobre qual a maneira mais justa de distribuir os lucros obtidos por alguns trabalhadores recentemente contratados, informando quanto cada um deve receber. Neste sentido, solicita-se que você distribua um valor de R\$ 3150,00 (três mil cento e cinquenta reais) entre nove trabalhadores. Para garantir o total anonimato destas pessoas, a empresa omitiu seus nomes, identificando-os através de números de 1 a 9. Além disto, a empresa forneceu algumas informações básicas sobre os trabalhadores, tais como quanto cada um havia produzido e a quantidade de filhos que eles têm.

Havia um índice de produtividade que a empresa tinha como meta para que cada trabalhador atingisse, o qual era equivalente a 100 pontos. Todos os trabalhadores conseguiram atingir esta meta, mas alguns trabalhadores conseguiram ser mais produtivos e atingiram um índice de 150 pontos.

Para facilitar sua decisão, confeccionamos estes bonequinhos de papelão, os quais representam cada um dos trabalhadores. Observe que neles está impresso o nível de produtividade e a quantidade de filhos de cada um. Utilize essas cédulas de brinquedo para indicar quanto cada um deve receber, colocando o valor que você considera mais justo embaixo de cada boneco. Será solicitado ainda que você responda a algumas questões, referentes às suas escolhas e que você forneça alguns dados pessoais. Sua opinião verdadeira será muito importante para que a empresa formule programas de remuneração mais justos e que reflitam adequadamente os valores presentes nesta região. Muito obrigado!

- 1. Porque você distribuiu o dinheiro desta maneira?**
- 2. Você acha que esta é a maneira mais justa de distribuir o dinheiro? Por quê?**
- 3. Qual foi o fator mais importante que determinou a maneira pela qual você distribuiu o dinheiro?**
- 4. Você acha que alguém foi prejudicado com a sua distribuição? Por quê?**
- 5. Se você fosse dar uma nota de 1 a 5 para o grau de justiça das quantidades de dinheiro que você distribuiu, quanto seria essa nota?**
- 6. E se você fosse avaliar o grau de justiça dos critérios que você utilizou para fazer a distribuição, quanto você daria de 1 a 5?**
- 7. Como você acha que deve ser a distribuição de renda em nossa sociedade? Por quê?**
- 8. Dentre as opções abaixo qual você considera mais justa? Por quê?**
 - a. Quanto mais se produz, mais se deve receber.
 - b. Todos devem receber quantidades estritamente iguais de renda, independentemente das características individuais.
 - c. Quanto maior a necessidade, mais a pessoa deve receber.
 - d. Outra maneira ou depende.

APÊNDICE D – Bonecos utilizados para representar os trabalhadores na situação-problema (2º estudo).



APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO
SÃO FRANCISCO – UNIVASF
COLEGIADO DE PSICOLOGIA**

Leonardo Sampaio
Fone: (87) 3863-9046/ 9106-6011
leonardo.sampaio@univasf.edu.br
www.univasf.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Relações entre Justiça Distributiva e Empatia

1. Natureza da pesquisa

Seu filho será convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar as relações entre justiça distributiva e empatia durante a adolescência.

2. Participantes da pesquisa

Participarão deste estudo 120 adolescentes de ambos os sexos, com idades variando entre 14 e 18 anos de idade, de escolas públicas e particulares das cidades de Petrolina – PE e Juazeiro – BA.

3. Envolvimento na pesquisa

Ao assinar este termo de consentimento livre, você estará permitindo que o pesquisador entreviste individualmente seu filho, por um período aproximado de 30 minutos. Você tem a liberdade de não autorizar a participação de seu filho na pesquisa, sem qualquer prejuízo para você ou para ele.

Se você achar necessário poderá pedir quaisquer informações ao coordenador da pesquisa, através dos telefones (87) 3863-9046/ 9106-6011 ou do e-mail **leonardo.sampaio@univasf.edu.br**.

4. Sobre a entrevista.

A entrevista será realizada na escola do seu filho, em local e horário designados pelo coordenador daquela instituição. Será solicitado que seu filho resolva um dilema moral proposto pelo pesquisador e que responda a algumas questões sobre justiça distributiva. Além disto, será solicitado que ele responda a um instrumento chamado de Índice de Reatividade Pessoal, cujo objetivo é avaliar o nível de empatia do respondente.

5. Riscos e desconforto.

A participação nesta pesquisa não traz qualquer tipo de risco ou complicação, talvez, apenas, um pequeno sentimento de timidez que algumas pessoas sentem quando estão sendo observadas, entrevistadas ou quando têm que expor sua opinião em grupos de discussão.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI N° 8.069, de 13/07/1990) e não oferecem riscos à integridade física, psíquica ou moral, e nem à dignidade do seu filho.

6. Confidencialidade.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, de maneira que apenas os membros do grupo de pesquisa terão acesso aos dados dos

participantes. Se você der a sua autorização por escrito, assinando a permissão para utilização dos relatos de entrevista, os resultados da pesquisa poderão ser utilizados para fins de ensino e durante encontros e debates científicos, assegurando-se sempre que a identidade dos participantes seja preservada.

7. Benefícios

Ao participar desta pesquisa seu filho não deverá ter nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que esta pesquisa nos dê informações importantes sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento moral e afetivo durante a adolescência. No futuro, essas informações poderão ser utilizadas no desenvolvimento de mais programas de intervenção, que podem vir a beneficiar outras crianças e adolescentes.

8. Pagamentos.

Você não terá nenhum tipo de despesa com a participação do seu filho. Por outro lado, nada lhe será pago caso você autorize a participação de seu filho nesta pesquisa.

Autorização

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, autorizo a participação de meu filho _____ nesta pesquisa.

_____, ____ de _____ de 200__.

Assinatura do pai ou responsável

APÊNDICE G – Tabela 11: utilização dos princípios distributivos em nível de micro e de macrojustiça, em função do sexo, tipo de escola e faixa etária dos respondentes.

	SEXO		TIPO DE ESCOLA		FAIXA ETÁRIA		
	Mascul.	Femin.	Particul.	Públic.	I	II	III
MICROJUSTIÇA							
<i>Necessidade</i>	16	21	16	21	13	12	12
<i>Eqüidade</i>	15	15	11	19	9	11	10
<i>Eqüid. e necessi.</i>	10	9	9	10	4	7	8
<i>Igualdade</i>	9	8	12	5	1	11	5
<i>Compaixão</i>	2	2	2	2	1	1	2
Total	52	55	50	57	28	42	37
MACROJUSTIÇA							
<i>Necessidade</i>	8	14	7	15	7	7	8
<i>Eqüidade</i>	21	15	17	19	11	11	14
<i>Eqüid. e necessi.</i>	9	9	9	9	3	9	6
<i>Igualdade</i>	14	17	17	14	7	15	9
Total	52	55	50	57	28	42	37

APÊNDICE H – Artigos produzidos durante a elaboração da tese.

- SAMPAIO, L.R.; CAMINO, C.; ROAZZI, A. Justiça distributiva em crianças de 5 a 10 anos de idade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. vol. 20, n.2. p.195-202, 2007 (prelo).
- SAMPAIO, L.R. A Psicologia e a Educação Moral. **Psicologia: ciência e profissão**. Vol. 27, n.4, 2007 (prelo).
- SAMPAIO, L.R.; MONTE, F.C.; CAMINO, C.; ROAZZI, A. Justiça distributiva e empatia em adolescentes do nordeste brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Vol. 21, n.2, 2008 (aceito para publicação).

Anexo 1: Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal – EMRI (Ribeiro, Koller e Camino, 2002).

As seguintes afirmações questionam seus sentimentos e pensamentos em uma variedade de situações. Para cada item, indique quanto seu pensamento ou sentimento é descrito pela afirmação escolhendo sua posição na escala abaixo (“não me descreve bem”/ “descreve-me muito bem”). Quando você tiver decidido sua resposta circule o número apropriado ao lado da afirmação. Leia cada item com muito cuidado antes de responder. Responda o mais honesto possível. Obrigado!

	Não me descreve bem		Descreve-me muito bem		
1. Eu freqüentemente tenho sentimentos de ternura e preocupação por pessoas menos afortunadas do que eu.	1	2	3	4	5
2. Às vezes, eu tenho dificuldade de ver as coisas do ponto de vista dos outros.	1	2	3	4	5
3. Às vezes, eu não lamento muito por outras pessoas que estão tendo problemas.	1	2	3	4	5
4. Em situações de emergência, eu me sinto ansioso e desconfortável.	1	2	3	4	5
5. Eu tento considerar os argumentos de todas as pessoas em uma discussão antes de tomar uma decisão.	1	2	3	4	5
6. Quando eu vejo alguém sendo logrado eu sinto vontade de protegê-lo.	1	2	3	4	5
7. Às vezes, eu me sinto desconfortável quando estou no meio de uma situação muito emotiva.	1	2	3	4	5
8. Às vezes eu tento entender melhor meus amigos, imaginando como as coisas são vistas da perspectiva deles.	1	2	3	4	5
9. Quando eu vejo alguém se ferir eu tendo a permanecer calmo.	1	2	3	4	5
10. As desgraças e os problemas dos outros em geral não me perturbam muito.	1	2	3	4	5
11. Se eu tenho certeza de que estou correto sobre alguma coisa, eu não desperdiço muito tempo ouvindo os argumentos das outras pessoas.	1	2	3	4	5
12. Estar em uma situação emocional tensa assusta-me.	1	2	3	4	5
13. Quando eu vejo alguém sendo injustiçado, eu às vezes não sinto muita pena dele.	1	2	3	4	5
14. Geralmente eu sou muito efetivo para lidar com	1	2	3	4	5

emergências.

15.Freqüentemente eu fico emocionado com coisas que eu vejo acontecer.	1	2	3	4	5
16.Eu acredito que existem dois lados para cada questão e tento olhar para ambos.	1	2	3	4	5
17.Eu descreveria a mim mesmo como uma pessoa de coração mole.	1	2	3	4	5
18.Eu tendo a perder o controle durante emergências.	1	2	3	4	5
19.Quando eu estou incomodado com alguém, geralmente eu tento me colocar em seu lugar por um momento.	1	2	3	4	5
20.Quando eu vejo alguém que tem grande necessidade de ajuda em uma emergência, eu fico desesperado.	1	2	3	4	5
21.Antes de criticar alguém, eu tento imaginar como eu me sentiria, se eu estivesse em seu lugar.	1	2	3	4	5